

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

ARMANDO GONÇALVES

**O *RANKING* DA REVISTA *PLAYBOY* “MELHORES
FACULDADES DO BRASIL” NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA (1981-2000)**

Campinas

2017

ARMANDO GONÇALVES

**O *RANKING* DA REVISTA *PLAYBOY* “MELHORES
FACULDADES DO BRASIL” NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA (1981-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da PUC Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderón.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas em Educação.

Campinas

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t378.81
G635r

Gonçalves, Armando

O *ranking* da revista *Playboy*: "melhores faculdades do Brasil" na educação superior brasileira (1981-2000) / Armando Gonçalves. – Campinas: PUC-Campinas, 2017.
194p.

Orientador: Adolfo Ignacio Calderón.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Educação.

Inclui anexo e bibliografia.

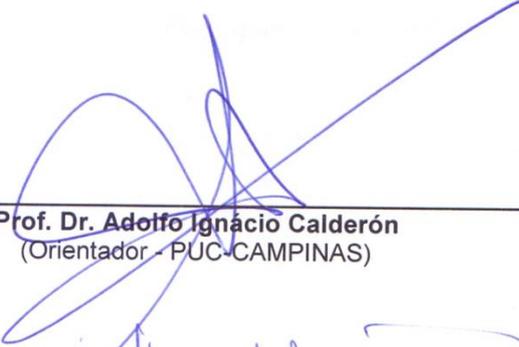
1. Ensino superior - Brasil - Avaliação. 2. Periódicos -

ARMANDO GONÇALVES

O RANKING DA REVISTA PLAYBOY "MELHORES FACULDADES DO BRASIL"
NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (1981-2000)

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Educação da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

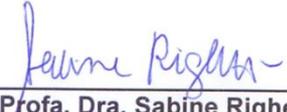
APROVADA: 11 de outubro de 2017.



Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderón
(Orientador - PUC-CAMPINAS)



Profa. Dra. Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery
(UNICAMP)



Profa. Dra. Sabine Righetti
(UNICAMP)

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Adolfo Ignacio Calderón, orientador e incentivador em tempo integral deste trabalho e da minha reinserção na vida acadêmica. Foi ele quem sonhou com esse trabalho antes de todos. Um profissional da pesquisa e do ensino do Brasil, mais brasileiro que muitos compatriotas, que me servirá sempre de exemplo de dinamismo e assertividade.

Às professoras Dras. Helena Sampaio e Sabine Righetti, e ao professor Dr. Robert Verhine, que com sua leitura atenta das versões preliminares deste trabalho e com suas sábias recomendações em muito colaboraram para o aprimoramento de seu resultado final.

Ao professor Dr. Samuel Mendonça, pela sua dedicação e qualidade de gestão à frente da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas, e cujo entusiasmo e seriedade servem de farol para alunos, funcionários e seus colegas professores.

Agradeço a cada um dos demais professores do PPGE – PUC Campinas pelas sempre estimulantes interações. Entretanto, com destaque e carinho especial às professoras Dras. Mônica Piccione Gomes Rios, Jussara Cristina Barboza Tortella e ao professor Dr. André Pires, que tiveram a paciência e o interesse em dialogar com serenidade sobre pontos de vista divergentes, ao mesmo tempo que ajudavam na minha caminhada no vasto campo da Educação.

A todos os meus colegas do Mestrado e do Doutorado da PUC-Campinas agradeço a sincera e fraterna convivência. Em especial à Marina Piason Breglio Pontes e ao Paulo Roberto Teixeira Junior, amigos de todas as horas, e à turma do Mestrado em Educação de 2016, que me deram a honra de ser representante discente titular dos mestrandos junto ao Conselho do PPGE.

Ao jornalista e professor. Dr. Carlos Roberto da Costa e aos jornalistas Ricardo Castilho e Moraes Eggers, que foram os reais protagonistas da trajetória do *ranking* acadêmico da revista *Playboy* e fizeram a gentileza e concederem entrevistas a esta pesquisa, auxiliando sobremaneira na completude deste material e a ampliação do conhecimento científico no campo da Educação Superior Brasileira.

E, finalmente, mas nada menos que as pessoas mais importantes em minha vida ...

Meus agradecimentos eternos à minha mãe Maria de Souza Gonçalves, pelo seu amor incondicional, e ao meu pai Romão Gonçalves, in memoriam.

À minha esposa Regina, pelo amor e pela vida compartilhados, e aos meus filhos Catarina, Letícia e Rafael, pelo carinho e apoio.

RESUMO

GONÇALVES, Armando. **O ranking da revista *Playboy* “Melhores Faculdades do Brasil” na educação superior brasileira (1981-2000)**. 2017. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação. Campinas. 2017.

Rankings acadêmicos, índices e tabelas classificatórias internacionais, regionais e nacionais são fenômenos presentes na educação superior desde o século XX e que vêm se expandindo neste século XXI, com a presença dos *rankings* globais da Universidade de Shangai e do jornal britânico *The Times*. O Brasil participa intensamente desta tendência, tanto acompanhando o desempenho de suas instituições de ensino superior (IES) nos *rankings* globais quanto produzindo seus *rankings* nacionais públicos, a partir dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e privados, como os do Guia do Estudante (GE) e do *Ranking* Universitário Folha (RUF). No entanto, o país teve anteriormente um *ranking* acadêmico pioneiro em âmbito nacional de IES, que foi publicado por 19 anos consecutivos, em uma revista mensal de elevada tiragem da Editora Abril: o *ranking* Melhores Faculdade do Brasil (RMFB) de *Playboy*. Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a trajetória do *ranking* acadêmico privado RMFB da Editora Abril na revista *Playboy*, desde sua concepção até seu encerramento, entre os anos de 1981 a 2000. Diante da ainda reduzida literatura específica no Brasil, esta pesquisa foi contextualizada em um estado da questão a respeito dos *rankings* acadêmicos e de suas implicações para as IES em todo o mundo, à luz da literatura científica internacional, que subsidiou o entendimento do papel dos *rankings* acadêmicos para os sistemas de educação superior, estudou a trajetória do RMFB publicado pela revista *Playboy* brasileira, identificou os principais momentos de sua trajetória pública, desde sua concepção em 1981 até seu encerramento no ano 2000, verificou aspectos da educação superior brasileira presentes nas reportagens associadas ao RMFB, observou o pioneirismo deste *ranking* acadêmico nacional no Brasil e no mundo e, finalmente, levantou os aspectos metodológicos e analisou seus principais resultados publicados ao longo da trajetória do RMFB. Trata-se de uma pesquisa fundamentalmente qualitativa e que realizou uma triangulação metodológica entre análises bibliográficas, documentais e também por meio de entrevistas semiestruturadas, articuladas de forma a produzir uma maior completude analítica do fenômeno estudado para atingir os objetivos da pesquisa. Como conclusões desse trabalho observou-se os *rankings* acadêmicos expandindo-se em quantidade e relevância desde a década de 1980 até nossos dias e por todo o mundo, o Brasil como tendo o primeiro *ranking* acadêmico nacional por meio do RMFB da *Playboy* enquanto a literatura científica ainda atribui esse fato ao *ranking America's Best Colleges* (RABC) da revista *U.S. News*, a equipe da revista com amplo diálogo junto aos principais atores da educação superior brasileira, e as tabelas classificatórias publicadas por esse *ranking* demonstrando uma dominância da Universidade de São Paulo (USP) nos primeiros lugares dos cursos pesquisados na maior parte das 19 edições do RMFB.

Palavras-chaves: *Rankings* acadêmicos; *rankings* universitários; avaliação da educação superior; ensino superior brasileiro; Editora Abril do Brasil.

ABSTRACT

GONÇALVES, Armando. **The ranking of Playboy magazine "Best Faculties of Brazil" in Brazilian higher education (1981-2000)**. 2017. 194 p. Dissertation (Mastership in Education). Pontifical Catholic University of Campinas, *Strictu Sensu* Post-Graduation Program in Education. Campinas. 2017.

Academic *rankings*, indexes, and international, regional and national classifications are phenomena present in higher education since the 20th century and have been expanding in the 21st century with the presence of the global *rankings* of Shanghai University and the British newspaper The Times. Brazil participates intensively in this trend, both following the performance of its higher education institutions (IES) in the global *rankings* and producing its national public *rankings*, from the indicators of the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES), and private, as those of the Student Guide (GE) and the University University *Ranking* (RUF). However, the country has previously had a pioneering academic *ranking* at the national level of IES, which was published for 19 consecutive years, in a monthly magazine of high circulation of Editora Abril: the *ranking* Best Faculty of Brazil (RMFB) of *Playboy*. This research aimed to investigate the trajectory of the RMFB private academic *ranking* of Editora Abril in the *Playboy* magazine, from conception to its closure, between the years of 1981 and 2000. In view of the still reduced specific literature in Brazil, this research was contextualized in a state of the art regarding academic *rankings* and their implications for HEIs around the world, in the light of international scientific literature, which subsidized the understanding of the role of academic *rankings* for higher education systems, studied the trajectory of the published RMFB by the Brazilian *Playboy* magazine, identified the main moments of its public trajectory, from its conception in 1981 until its closure in the year 2000, verified aspects of Brazilian higher education present in the reports associated with the RMFB, observed the pioneering of this national academic *ranking* in Brazil and in the world, and finally raised the methodological aspects and analyzed its main published results along the RMFB trajectory. It is a fundamentally qualitative research that has carried out a methodological triangulation between bibliographical and documentary analyzes and also through semi-structured interviews, articulated in order to produce a greater analytical completeness of the phenomenon studied to reach the research objectives. As conclusions of this work we have observed academic *rankings* expanding in quantity and relevance since the 1980s to our days and all over the world, Brazil as having the first national academic *ranking* through the *Playboy* RMFB while the scientific literature still attributes this fact to the US News magazine's America's Best Colleges (RABC) *ranking*, the journal's team with extensive dialogue with the main actors of Brazilian higher education, and the *ranking* tables published by this *ranking* demonstrating a dominance of the University of São Paulo (USP) in the first places of the courses surveyed in most of the 19 editions of the RMFB.

Keywords: academic *rankings*; university *rankings*; evaluation of higher education; Brazilian higher education; Abril Brazilian publishing company.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Associação Brasileira de Mantenedoras
ABRAUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais
ANDES	Associação Nacional de Docentes (do Ensino Superior)
ANDIFES	Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior
ARWU	<i>Academic Ranking of World Universities</i> (“ <i>Ranking de Shangai</i> ”)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BT	Banco de Teses [e Dissertações da Capes]
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CHE	<i>Center of Higher Education Development</i>
CISC	<i>Laboratório de Cibermetria do Consejo Superior de Investigaciones Científicas</i>
CNERES	Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CORECON	Conselho Regional de Economia
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Cursos
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CRM	Conselho Regional de Medicina
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERA	<i>Excellence in Research of Australia</i>
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSP	Folha de S.Paulo
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
IMD	<i>International Institute for Management Development</i>
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa “Anísio Teixeira”

IREG	<i>International Observatory on Academic Ranking and Excellence</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LR	Leiden <i>Ranking</i>
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Medida Provisória
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação de Reforma Universitária
PIB	Produto Interno Bruto
PUCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
QS	<i>Quacquarelli Symonds</i>
RABC	<i>Ranking American's Best Colleges</i> (da USNWR)
RPB	Revista <i>Playboy</i> do Brasil
RMFB	<i>Ranking</i> das Melhores Faculdades do Brasil (de <i>Playboy</i>)
RUF	<i>Ranking</i> Universitário Folha
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIR	<i>SCIImago Institutions Rankings</i>
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
THE	<i>Times Higher Education</i>
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
UCL	<i>University College London</i>
UCM	Universidade de Classe Mundial
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USNWR	<i>U.S. News & World Report</i>
USP	Universidade de São Paulo
WCU	<i>World Class University</i>
WEBOMETRICS	<i>Webometrics Ranking of World Universities</i>
WOS	<i>Web of Science</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos autores com artigos científicos selecionados	41
Quadro 2 – Países de vinculação acadêmica dos autores dos artigos científicos selecionados	43
Quadro 3 – Periódicos de publicação dos artigos científicos selecionados	44
Quadro 4 – Autores mais citados nos artigos científicos selecionados	46
Quadro 5 – Frequência de palavras-chave nos artigos científicos selecionados	47
Quadro 6 – <i>Rankings</i> acadêmicos globais mais citados nos artigos científicos selecionados	47
Quadro 7 – Brasil: população total, urbana e rural	87
Quadro 8 – Brasil: população nas faixas de idade de 20 a 24 e de 25 a 29 anos	87
Quadro 9 – Assuntos abordados nas reportagens associadas ao RMFB de <i>Playboy</i>	95
Quadro 10 – <i>Corpus</i> documental: edições de <i>Playboy</i> onde foi publicado o RMFB	97
Quadro 11 – Profissionais envolvidos no RMFB de <i>Playboy</i>	117
Quadro 12 – Empresas consultadas para elaboração do RMFB de <i>Playboy</i>	126
Quadro 13 – RMFB: IES com mais primeiros lugares absolutos por curso	138
Quadro 14 – RMFB: IES com mais primeiros lugares em percentual por curso	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: participação da indústria no PIB.....	88
Gráfico 2 – Brasil: variação percentual anual do PIB	88
Gráfico 3 – Brasil: inflação anual	90
Gráfico 4 – FIESP: índice de pessoal ocupado	91
Gráfico 5 – Brasil: total de IES	92
Gráfico 6 – Brasil: total de matrícula nas IES	93
Gráfico 7 – RMFB: total de questionários enviados para professores e gestores das IES	129
Gráfico 8 – RMFB: número total de primeiros lugares da USP	136
Gráfico 9 – RMFB: percentual de total de primeiros lugares da USP	137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais implicações dos <i>rankings</i> acadêmicos globais para as IES	52
--	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Principais implicações dos <i>rankings</i> acadêmicos globais para as IES identificadas e organizadas por países mais citados nos artigos científicos pesquisados	159
Anexo 2 – Roteiro de questões para as entrevistas semiestruturadas	166
Anexo 3 – Consolidação dos apontamentos das entrevistas semiestruturadas realizadas nesta pesquisa a respeito dos principais momentos do RMFB de <i>Playboy</i>	167
Anexo 4 – Assuntos abordados pelas reportagens RMFB de <i>Playboy</i>	172
Anexo 5 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de março de 1982 da revista <i>Playboy</i> apresentando o 1º. RMFB	176
Anexo 6 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de março de 1982 da revista <i>Playboy</i> apresentando o 1º. RMFB, com foto de Carlos Costa e Sandoval Carneiro	177
Anexo 7 – Fotos das páginas do 1º. RMFB publicadas nas p. 41 e 42 da edição de março de 1982 da revista <i>Playboy</i>	178
Anexo 8 – Fotos das páginas 1º. RMFB, publicadas nas ps. 43 e 44 da edição de março de 1982 da revista <i>Playboy</i>	179
Anexo 9 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de março de 1983 da revista <i>Playboy</i> apresentando o 2º. RMFB	180
Anexo 10 – Foto de página da capa do 3º. RMFB publicado da edição de março de 1984 da revista <i>Playboy</i>	181
Anexo 11 – Foto de página do 3º. RMFB publicado na p. 88 da edição de março de 1984 da revista <i>Playboy</i>	182
Anexo 12 – Foto de seção “Entre nós” da edição de março de 1987 da revista <i>Playboy</i> apresentando o 6º. RMFB	183
Anexo 13 – Foto de página do 8º. RMFB do publicado p. 113 na edição de setembro de 1989 da revista <i>Playboy</i>	184
Anexo 14 – Foto de página do 8º. RMFB do publicado na p. 115 da edição de setembro de 1989 da revista <i>Playboy</i>	185
Anexo 15 – Foto de Mário J. Escobar de Andrade publicada na seção “Entre nós” da edição de março de 1991 da revista <i>Playboy</i> , onde foi publicado o 10º. RMFB	186
Anexo 16 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de março de 1994 da revista <i>Playboy</i> apresentando o 13º. RMFB	187
Anexo 17 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de setembro de 2000 da revista <i>Playboy</i> apresentando o 19º. RMFB	188
Anexo 18 – Foto da capa do 19º. RMFB do publicado na página 144 da edição de setembro de 2000 da revista <i>Playboy</i>	189
Anexo 19 – Foto da apresentação do 19º. RMFB do publicado na página 145 da edição de setembro de 2000 da revista <i>Playboy</i>	190
Anexo 20 – Foto da reportagem do 19º. RMFB do publicado na p. 146 da edição de setembro de 2000 da revista <i>Playboy</i>	191
Anexo 21 – Foto de parte da classificação e reportagem do 19º. RMFB, publicado na página 147 da edição de setembro de 2000 da revista <i>Playboy</i>	192
Anexo 22 – Foto de parte da classificação e reportagem do 19º. RMFB, publicado na página 148 da edição de setembro de 2000 da revista <i>Playboy</i>	193
Anexo 23 – Foto da Errata do 19º. RMFB, publicada na seção de cartas do leitor “Caro <i>Playboy</i> ”, na p. 14 da edição de novembro de 2000 da revista <i>Playboy</i>	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – <i>RANKINGS</i> ACADÊMICOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: TENDÊNCIAS DA LITERATURA CIENTÍFICA INTERNACIONAL	38
1. Introdução	38
2. Descrição bibliográfica dos artigos selecionados	42
2.1. Países de vinculação acadêmica dos autores dos artigos selecionados	42
2.2. Periódicos das publicações selecionadas	44
2.3. Referências bibliográficas dos artigos científicos selecionados	45
2.4. Palavras-chave mais citadas nos artigos científicos selecionados	46
2.5. <i>Rankings</i> acadêmicos internacionais citados	48
2.5.1. Times Higher Education (THE)	49
2.5.2. Academic <i>Ranking</i> of World Universities (ARWU)	49
2.5.3. QS World University <i>Ranking</i> (QS)	50
2.5.4. SCImago Institutions <i>Ranking</i> (SIR)	51
2.5.5. Leiden <i>Ranking</i> (LR)	51
3. Levantamento das implicações dos <i>rankings</i> acadêmicos nas IES	52
3.1. Internacionalização e competição	53
3.2. Governança e autonomia	62
3.3. Qualidade e produtividade	66
4. Considerações finais	68
CAPÍTULO II – <i>RANKING</i> ACADÊMICO <i>PLAYBOY</i> : PIONEIRISMO, CONTEXTO, RELEVÂNCIA E TRAJETÓRIA	72
1. Introdução	72
2. Pioneirismo mundial do <i>ranking</i> acadêmico das Melhores Faculdades do Brasil	73
3. Trajetória e relevância da revista <i>Playboy</i> no Brasil e no mundo no século XX	79
4. Contexto socioeconômico do Brasil durante a segunda metade do século XX	86
5. Contexto da educação brasileira durante a segunda metade do século XX	91
6. Assuntos abordados nas reportagens associadas ao RMFB de <i>Playboy</i>	94
7. Trajetória editorial do RMFB de <i>Playboy</i> e a educação superior brasileira	97
7.1. Os primeiros anos: 1981 a 1984	98
7.2. Esperança na Nova República e no mercado de trabalho: 1985 a 1989	101
7.3. As crises e as transformações do início da década de 1990: 1990 a 1994	103
7.4. Crescimento e desaparecimento do RMFB de <i>Playboy</i> : 1995 a 2000	105
8. Considerações finais	111
CAPÍTULO III – METODOLOGIA E RESULTADOS DO RMFB DE <i>PLAYBOY</i>	113
1. Introdução	113
2. Objetivos e esforços de <i>Playboy</i> para com o RMFB	114
3. Metodologia e instrumentos utilizados pelo RMFB	120
3.1. Aspectos gerais	120
3.2. Estado	122
3.3. Mercado	124
3.4. Academia	128

3.5. Visitas <i>in loco</i>	131
3.6. Fontes e procedimentos metodológicos complementares do RMFB.....	132
4. Análises dos resultados das classificações do RMFB	132
4.1. Opção metodológica adotada	132
4.2. As faculdades líderes	133
4.3. Comentários específicos nas reportagens sobre os cursos pesquisados	134
4.4. A dominância da USP nos primeiros lugares do RMFB	135
4.5. Ano 2000: transformações radicais nos resultados	140
4.6. Considerações finais	142
CONCLUSÕES	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ANEXOS	159

INTRODUÇÃO

Rankings, listas e tabelas classificatórias de instituições de ensino superior (IES) são fenômenos observados há bastante tempo. A classificação dessas instituições com base em alguma avaliação da qualidade ganhou destaque nos Estados Unidos da América (EUA), no início do século XX. Durante as décadas seguintes, esses fenômenos evoluíram lentamente nos EUA com algumas experiências pontuais que tiveram pouca repercussão para as IES e para a sociedade em geral. No ano de 1983 aconteceu a primeira edição do *ranking* acadêmico¹ Melhores Faculdades dos Estados Unidos², produzido pela revista *US News and World Report*; em 1988 esse *ranking* passou a ser publicado anualmente e a ser considerado o primeiro *ranking* acadêmico regular norte-americano. Em 1993 surgiu um outro *ranking* nacional relevante fora dos EUA, do jornal *The Times*, da Grã-Bretanha. Outras importantes revistas dos EUA, *Time* e *Newsweek*, também passaram a publicarem *rankings* semelhantes a partir de 1996. (RIZO, 2011).

No início do século XXI o fenômeno dos *rankings* acadêmicos ganhou dimensão global. Em 2003 foi criado o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), também chamado de *ranking* da Universidade de Shanghai (THERY, 2010). Esse *ranking* teve grande projeção por ser baseado fortemente em dados de produção acadêmica de diversas universidades de todo o mundo e compará-las diretamente. Após o surgimento do *ranking* ARWU, novos *rankings* e tabelas classificatórias foram criados em todos os continentes, seja em âmbito nacional, de apenas um país, regional, de um conjunto de países vizinhos, e internacional, de vários países dos diversos continentes. Os *rankings* acadêmicos despertam interesse e envolvimento de empresas de mídia, governos, institutos de pesquisa, autoridades educacionais, e de organizações mundiais, tais como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); todos

¹ Nota do Autor. Adota-se neste trabalho a expressão “*ranking* acadêmico”, pois esta engloba a diversidade de atividades e funções relacionadas com a Educação Superior. Além de envolver o ranqueamento de Instituições de Ensino Superior (IES), permite tomar como referências outros indicadores mais específicos, como cursos de graduação, cursos de pós-graduação, grupos e instituições de pesquisa científica, egressos e empregabilidade, transferência de conhecimento, inovação tecnológica, projeção internacional, entre outros. O termo “*ranking* acadêmico” é também adotado em alguns estudos acadêmico-científicos (BERNARDINO; MARQUES, 2010) e consta do nome de alguns *rankings* internacionais, como o famoso *ranking* Shanghai, *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), publicado pela Universidade de Shanghai Jiao Tong.

² Tradução do autor, do original *America's Best Colleges*.

interessados em conhecer avaliações da qualidade da educação superior (ORDORILA; GÓMES, 2010).

Entre os *rankings* acadêmicos internacionais surgidos após o ARWU, em 2003, destaca-se o *World University Rankings*, publicado no *Times Higher Supplement* desde novembro de 2004, como suplemento do prestigiado periódico inglês *The Times*. Depois de 2005, esse *ranking* passou a ser coproduzido pela *Times Higher Education* e pela *Quarcquerelli Symonds Company*, com publicação anual denominada *THE-QS World University Rankings*. Esse *ranking* acadêmico introduziu indicadores baseados em pesquisas de opinião com acadêmicos, especialistas e empregadores, ao lado de indicadores de produção acadêmica e de grau de internacionalização das IES (BATY, 2014). No ano de 2010, a *Times Higher Education* terminou a sua colaboração com a *Quacquarelli Symonds* e ambas as companhias iniciaram a publicação de *rankings* globais independentes. O novo *ranking* QS, como passou a ser conhecido, manteve a metodologia anterior do THE-QS. Já o *ranking* acadêmico da *Times Higher Education*, do seu lado, aumentou o número de indicadores, começou a ter com dados fornecidos pela *Thompson Reuters* e, partir daí, passou a ficar conhecido apenas como *ranking* THE (BATY, 2014).

Uma forma crescentemente utilizada para o ranqueamento das IES em nível internacional é por meio dos chamados indicadores bibliométricos. Esses indicadores medem principalmente a produtividade e a performance das IES. Eles são construídos a partir da consulta eletrônica de bases de dados globais e pesquisas de artigos acessados ou citados mundialmente (ORDORICA e GÓMES, 2010). Entre os *rankings* acadêmicos elaborados com indicadores estatísticos baseados em dados colhidos na internet, o mais e conhecido internacionalmente é o *ranking* espanhol *Webometrics Ranking of World Universities*, publicado pelo Laboratório de *Cibermétrie do Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CISC). Esse *ranking* foi iniciado em 2004, mesmo ano de criação do *ranking* THE, e trabalha com dados de mais de 16.000 IES de todo mundo (ORDORICA; GÓMES, 2010).

No que diz respeito aos *rankings* acadêmicos no espaço ibero-americano, Lourenço e Calderón (2015, p.191) identificaram que Brasil, Chile e México possuíam experiências com trajetória e tradição bem definidas, em contraposição a Argentina, Colômbia e Peru, que devido à inexistência de *rankings* nacionais consagrados em seus países, a mídia e o mercado educacional fazem uso de *rankings* regionais produzidos no exterior. Segundo esse estudo, a Espanha teria destaque na produção de *rankings* regionais, como o *SCImago Institutions*

Rankings (SIR), ligado à Universidade de Granada, que geraria *rankings* acadêmicos por meio da base *SCOPUS* da Editora Elsevier, com uma versão específica chamada *Ranking Ibero-americano SIR*. Além disso, as IES e a mídia espanholas utilizariam também versões regionais dos *rankings* THE e QS. Entre os países da América Latina que possuíam *rankings* acadêmicos nacionais, Lourenço e Calderón (2015, p.192-193) identificaram no Chile o *Ranking de Universidades*, produzido pelo jornal *El Mercurio* desde 2004, e também o *Ranking de Universidades e Carreras*, publicado desde o ano de 2000 pela revista *Qué Pasa*. No México, os *rankings* da IES estariam presentes no guia *Las Mejores Universidades*, apresentado desde 2006 pelo jornal *El Universal*. Antes dele, em 2001, o jornal *Reforma* iniciou o primeiro *ranking* mexicano que, até 2010, tinha foco apenas na Cidade do México e que, a partir de 2011, incorporou as IES das regiões de Guadalajara e de Puebla. Esse estudo localizou experiências ainda não consolidadas na Colômbia, como o *ranking U-Sapiens Colombia*, que pertenceria ao *Grupo de Investigación Sapiens Research* e produziria um *ranking* acadêmico de cunho qualitativo desde 2010. No Peru, esses autores apontaram a existência do *Ranking Universitario*, iniciado em 2008, mas observaram que o mesmo seria ainda questionado quanto à sua consistência metodológica.

No Brasil, os *rankings* acadêmicos são publicados regularmente há mais de quarenta anos, sendo, portanto, contemporâneos dos primeiros *rankings* americanos. Seu início ocorreu com a publicação, em março de 1982, da primeira edição do *ranking* das Melhores Faculdades do Brasil na revista *Playboy* pela Editora Abril (CALDERÓN et al., 2014 a). Em nossos dias, os principais *rankings* brasileiros privados são produzidos por empresas de mídia e se propõem a avaliar a qualidade e dar reconhecimento institucional para as IES que se destacarem em nosso mercado educacional. São eles: o *ranking* do Guia do Estudante produzido pela Editora Abril, e o *Ranking* Universitário Folha (RUF), publicado pelo jornal Folha de S. Paulo (CALDERÓN e LOURENÇO, 2014).

Na década de 1990 iniciam-se ações de governo federal para avaliação da qualidade do sistema brasileiro de educação superior. Esse processo foi iniciado, em 1993, com a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Segundo Teixeira (2015), o PAIUB, diferentemente de outros empreendimentos de avaliação, emergiu da adesão das próprias instituições e agentes universitário, com destaque para Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRAUEM), Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e

de Planejamento, e com o MEC funcionando como integrador e viabilizador desse processo. Talvez sua característica mais marcante, escreveu DIAS SOBRINHO (2002), tenha sido o fato de o PAIUB ter sido uma obra coletiva, de característica não só avaliativa, mas também formativa. Uma comissão assessorada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) foi instituída – a Comissão Nacional de Avaliação de Universidade – formada por representantes de inúmeras entidades do ensino superior e assistida por um comitê assessor cujos membros eram figuras importantes no cenário da pesquisa e educação nacionais: Dilvo I. Ristoff (UFSC), Eda Machado (SESu), Fernando Menezes Campello de Souza (UFPE), Heloisa Helena Sant’Anna (UEL), Isaura Belloni (UnB), Jacques Velloso (UnB), Jesus Renato Galo Brunet (UFSM), José Dias Sobrinho (Unicamp), José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS), Linda Cardoso Nunes (UNESA), Marlene Grilo (PUC-RS) e Victor Meyers (UFSC). Em 1993, esse comitê produziu o documento “Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional”, que expôs os princípios e as variáveis sobre as quais o PAIUB se operacionalizaria. Dentre tais princípios, Teixeira (2015) ressalta a globalidade, a comparabilidade, o respeito à identidade institucional, a não-premiação, a não-punição e a adesão voluntária. No documento básico do PAIUB, a avaliação é caracterizada como de: a) caráter institucional, que congrega atividades-meio e atividades-fim; b) análise simultânea do conjunto de dimensões institucionais relevantes; c) intensa participação da comunidade acadêmica, tanto nos procedimentos e implementação, quanto na utilização dos resultados, constituídos por ações de melhoria da instituição; d) articulação da avaliação interna com a externa e das dimensões qualitativas e quantitativas em ambas as avaliações; e) integração e intercâmbio de experiências de avaliação, no interior de cada IES e entre as IES participantes do programa; f) natureza contínua e sistemática que permita aprimoramento e revisão permanentes. (BRASIL, 1993, p.4). Segundo DIAS SOBRINHO (2002), o PAIUB continha três processos articulados: i) avaliação interna; ii) avaliação externa; iii) reavaliação; e esse programa teria sido gérmen da avaliação formativa e emancipatória estava instalado e ele voltaria mais tarde, por meio de um novo modelo avaliativo - o SINAES, em 2004. Devido a esse caráter formativo, o PAIUB não fomentou a implantação de escalas avaliativas quantitativas.

No entanto, em 1995, já sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Educação brasileiro (MEC) introduziu o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido também como “Provão”, iniciativa pioneira na educação superior brasileira enquanto uma avaliação da qualidade aplicada em larga escala pelo governo federal. Porém, essa ação governamental estava distante das discussões do PAIUB e teve um processo de implantação

cercado de dificuldades e polêmicas. Segundo relato posterior do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza³ (SOUZA, 2005), as autoridades educacionais enfrentaram resistências de estudantes, professores, gestores educacionais, imprensa em geral e até mesmo dentro de algumas instâncias dos governos federal e estaduais responsáveis pela educação superior brasileira. Uma das críticas ao ENC era a de que ele permitiria o ranqueamento dos dados referentes aos cursos oferecidos pelas IES, publicados pelo MEC, gerando assim um tipo de *ranking* quase-oficial, uma vez que o governo nunca chegou a fazer uma classificação geral das IES naquele momento. Esses *rankings* produzidos pela imprensa a partir do ENC tinham grande repercussão na sociedade e na comunidade acadêmica (DIAS SOBRINHO, 2004). No início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o ENC foi descontinuado e, em 15 de dezembro de 2003, o governo editou a Medida Provisória nº 147 (MP.147/2003) que instituía o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior. Poucos meses depois, a

³ Paulo Renato Costa Sousa nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 10 de setembro de 1945. Formou-se em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1967. Defendeu seu mestrado no Programa de Pós-Graduação de Estudos Econômicos Latino-Americanos (Escolatina) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade do Chile em 1971 e doutorou-se em Economia pela Unicamp em 1980. Nos anos de 1970 professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), no Chile, do curso de mestrado em Planejamento Urbano da Universidade Católica do Chile, do departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Paralelamente às atividades acadêmicas, exerceu atividades técnicas como economista na CEPAL, na Organização dos Estados Americanos (OEA), na Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES) da Organização das Nações Unidas (ONU), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Na década de 1980 foi diretor-presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), e depois titular da Secretaria de Educação, Reitor da Unicamp diretor do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) do Instituto de Economia da Unicamp, e diretor-executivo do conselho diretor do Instituto Latino-Americano (Ilam). Nos anos de 1990 foi diretor de estudos da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris gerente de operações e em seguida, vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington. Em janeiro de 1995, tornou-se ministro da Educação e do Desporto (MEC), substituindo Murílio Hingel. Em sua gestão priorizou a matrícula de todas as crianças em idade escolar, a avaliação dos cursos universitários, a qualidade do ensino fundamental, garantir a permanência dos alunos na escola, o combate à repetência escolar, programas de educação a distância para professores do primeiro grau, a avaliação de 1.726 cursos de pós-graduação das universidades brasileiras realizada pela Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), o Programa de Alfabetização Solidária, articulado ao programa Comunidade Solidária, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para a avaliação dos alunos que viessem a concluir o segundo grau, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) entre outros temas relevantes e polêmicos. Foi pré-candidato à presidência da República do PSDB, no final do governo FHC e elegeu-se posteriormente deputado federal pelo Estado de São Paulo, onde veio a ser novamente secretário da Educação em 2009. Publicou diversos artigos em revistas acadêmicas nacionais e estrangeiras, e foi co-autor de diversos livros editados pelo Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe, PREALC. Escreveu *Emprego, salário e pobreza* (1980), *A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas* (1980), *O que são empregos e salários?* (1981), *Quem paga a conta? Dívida, déficit e inflação nos anos 80* (1989) e *A revolução gerenciada: educação no Brasil 1995-2002* (2005). Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-renato-costa-sousa> .

MP.147/2003 foi convertida na Lei nº 14.861 de 14 de abril de 2004, e constituiria Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (CALDERÓN et al.; TEIXEIRA JUNIOR, 2015).

Para Barreyro e Rothen (2014), o SINAES foi concebido em contraposição à essa situação de competição entre as IES proporcionada pelo ENC e iniciado numa proposta formativa, coordenada pelos atores da educação superior. No entanto, os autores viram esse caráter se alterando a partir de importantes mudanças introduzidas diretamente pelo Ministério da Educação. Primeiro, em 2008, com a criação do Índice Geral de Cursos (IGC), que se tornara o último estágio do processo de conversão do SINAES dentro de um conjunto de índices ranqueáveis. Segundo, em 2009, quando o MEC fez revisões na metodologia e na composição do Conceito Preliminar de Cursos (CPC). Com o novo formato e as divulgações oficiais pelo MEC, o IGC e o CPC passaram a ser utilizados pela imprensa e especialistas para classificar as IES em novos ranqueamentos, com grande repercussão para as IES e a sociedade em geral (TEIXEIRA JUNIOR, 2015). Para Sousa e Fernandes (2015, p.12), o SINAES passou por transformações críticas e profundas em seus princípios e pressupostos durante seu processo de implantação, que os juristas poderiam chamar de “dessuetude”, isto é, desuso da lei. Essas mudanças teriam se dado por força do próprio governo federal, especialmente por meio do MEC e sua as instâncias decisórias e estruturas, que introduziram indicadores de performance, como o IGC e o CPC. Com isso, o próprio governo do Presidente Lula voltou a fomentar padrões numéricos de qualidade, tais como o estabelecimento de *rankings*, e associar medidas punitivas, decorrentes do desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Esses autores defendem que o SINAES se tornou um sistema reformado e diferente do inicialmente concebido, que denominam de NeoSinaes, e que o ENADE tem seu uso muito expandido em relação aos seus objetivos iniciais, o que permitia chamá-lo de ENADE Ampliado.

No entanto, antes de aprofundar o estudo sobre os *rankings* acadêmicos, é mister ter em mente a análise de Schwartzman (2010 p.1-3), quando ressaltou a importância de se fazer a distinção entre avaliações e *rankings*, apontando que por vezes se vê esses termos associados e analisados de forma equivocada. Este autor considerou o ato de avaliar como um processo básico da verificação da qualidade do ensino e da aprendizagem em educação, com uma visão específica e absoluta do objeto avaliado. De outro lado, tratou a tarefa de fazer um *ranking* como um processo derivado e posterior da avaliação, onde se colocariam seus resultados em

uma ordem ou escala numérica e se tornaria público este ordenamento como indicador de qualidade relativa das instituições. Esse autor reforçou então que as avaliações e os ranqueamentos seriam elementos normais e cotidianos na educação e que poderiam ser positivos para melhoria da sua qualidade em várias instâncias:

Quem trabalha na área de educação convive diariamente com a avaliação de alunos, de professores nos processos seletivos, de projetos de pesquisa pelas agências financiadoras, dos artigos e livros enviados para publicação por parte de editoras e revistas. Poucos discordariam hoje que os cursos e instituições devem ser avaliados, e que estas informações devem ser utilizadas tanto pelas próprias instituições, para melhorar continuamente seu trabalho, quanto pelas pessoas e instituições que com elas se relacionam – secretarias de educação, estudantes, empregadores, financiadores públicos e privados. As dúvidas são como avaliar, como difundir esses resultados, e como fazer uso destas avaliações (SCHWARTZMAN, 2010, p.2).

Os *rankings* acadêmicos podem ser de grande utilidade para a obtenção de informações sobre a qualidade das IES. Para Bernardino e Marques (2010, p.35), a globalização e a expansão do ensino superior tornariam difícil na atualidade se conhecer o desempenho e a qualidade das IES sem se recorrer aos ranqueamentos públicos. No entanto, esses autores chamaram a atenção para os aspectos metodológicos e consideraram importante que se conheçam bem os indicadores e os pesos que seriam usados por esses *rankings* antes do seu uso e a análise de seus resultados. Théry (2010, p. 202) concordou que a aceitação e o sucesso dos *rankings* acadêmicos, mesmo com eventuais limitações e questionamentos quanto às suas metodologias e utilizações, poderiam influenciar positivamente as universidades e as comunidades educativas de mundo todo. Isto ocorreria na medida em que faz as IES se interrogassem sobre os reais propósitos do ensino superior e sobre as maneiras de medir e aprimorar sua qualidade frente aos diferentes sistemas de ranqueamento.

A expansão dos *rankings* acadêmicos e de sua influência podem afetar a reputação e o prestígio das IES frente aos estudantes, famílias, docentes, especialistas, governos, agentes internacionais e demais stakeholders. Moura e Moura (2013, p.215) expuseram também esses aspectos relacionados à reputação das IES:

Argumenta-se que, antes da introdução de ranqueamentos e avaliações em massa, a reputação das instituições universitárias era adornada por uma mão invisível, no sentido de que a reputação se gerava a partir de uma tradição, lentamente, disseminada e construída. Hoje, em função dos sistemas de ranqueamentos, é possível que essa mão não seja mais invisível, visto que a própria reputação se tornou um indicador, validado e consolidado por uma nota ou símbolo icônico de qualidade. Reputação passa a ser quantificada e passível de ser listada, comparada e distinguida numa escala

capitalizável de prestígio [...] a reputação das instituições universitárias era definida a partir da tradição que determinadas organizações conseguiam inculcar no imaginário popular cotidiano, nas representações da sociedade.

Ainda sob a ótica do prestígio, Ordorika e Gómez (2010) acrescentaram que a expansão dos *rankings* acadêmicos se deve a diferentes fatores. Esses autores destacaram – como fatores principais da necessidade de classificar, ordenar e hierarquizar as diversas IES – o interesse dos estudantes e seus familiares na busca pelas melhores instituições, e ainda os benefícios obtidos pelas universidades bem posicionadas, tanto no que se refere ao reconhecimento do nome da instituição, quanto à facilidade para captação de recursos.

Para Calderón et al. (2010, p.103), os *rankings* acadêmicos teriam relevância para o mercado educacional brasileiro, de modo que:

[...] os *rankings*, a transparência de informações e o estímulo da concorrência entre as instituições vêm se legitimando como meios mais apropriados para estimular a melhoria da qualidade das instituições educacionais, deixando de ser políticas de governos específicos para se tornar políticas de Estado. Seu valor, dentro de um leque de opções em termos de avaliação, radica no fato de que possibilita condições concretas para o fortalecimento de um âmbito da cidadania, geralmente esquecido, ou propositalmente ignorado – a garantia dos direitos do cidadão-consumidor.

Os *rankings* privados estimulariam e dariam maior visibilidade à concorrência entre as IES, especialmente aquelas do setor privado. Segundo Calderón et al. (2010, p.108), “a prevalência de *rankings* implica aceitar como fato inquestionável a existência do mercado educacional, onde as instituições de ensino superior são desafiadas a mostrar sua capacidade diante do cidadão-consumidor”. No caso brasileiro, segundo esses autores, muitos desses cidadãos seriam jovens pertencentes a famílias com menos recursos financeiros e menores possibilidades de ingressar e se manter nas universidades públicas.

Essa perspectiva mais favorável quanto aos *rankings* acadêmicos é, porém, confrontada por outros autores brasileiros e estrangeiros. Rizo (2011, p. 94), por exemplo, ao discorrer sobre os critérios técnicos e as análises realizadas a partir dos ranqueamentos de IES, defende que, devido a suas falhas metodológicas, os *rankings* seriam ferramentas inapropriadas para acessar de forma confiável a qualidade global das IES. E afirmou:

As avaliações de boa qualidade de instituições de ensino superior não são impossíveis, mas envolvem abordagens que não se enquadram nas simplificações reducionistas dos *rankings* comuns. Apenas uma variedade de formulações complementares pode atender a uma abordagem razoavelmente abrangente de algo tão complexo como a qualidade de uma universidade (RIZO, 2011, p. 95).⁴

⁴ Tradução do autor. Versão original em inglês: “Good quality evaluations of higher education institutions are not impossible, but involve approaches that would not fall into the reductionist simplifications of the common

Outros pesquisadores estrangeiros também têm mostrado preocupação com o impacto dos resultados dos *rankings* internacionais na gestão e nas ações sobre o futuro das IES. Hazelkorn (2011, pg. 29) destacou:

(...) os *rankings* têm afetado todas as instituições de ensino superior, mesmo aquelas que anteriormente tinham sido abrigadas por sua história, missão ou governança. As IES passam a ser vistas como corporações intensivas em conhecimento estratégico, por conta do seu prestígio. Porém, internamente, ficam fragilmente equilibradas entre seu *ranking* e sua posição preferida.⁵

O Brasil possui ainda poucos autores da Educação que abordam os *rankings* acadêmicos de forma direta e específica, e um conjunto um pouco maior que os trata de forma relacionada às avaliações oficiais em larga escala (SOUZA e OLIVEIRA, 2003; DIAS SOBRINHO, 2004, 2010; MENEGHEL et al., 2006; ROTHEN e SCHULTZ, 2007; LEITE, 2008; BARREYRO, 2008; BRITO, 2008; POLIDORI, 2009; ROTEN e BARREYRO, 2011). De forma geral, esses autores criticam os *rankings* e classificações de IES feitas pela mídia a partir de avaliações oficiais em larga escala porque acreditam que os ranqueamentos de IES serviriam a uma lógica objetivista e se prestariam a fornecer informações que serviriam principalmente ao controle das instituições e à sua orientação para o mercado e para políticas governamentais economicistas. Assim sendo, os ranqueamentos não colaborariam para a análise e a melhoria da qualidade das IES e da educação superior brasileira.

Dias Sobrinho (2004), por exemplo, afirmou que os testes, as escalas, as estatísticas e os *rankings* são recursos de verificação e controle da eficiência e da qualidade que atendem uma racionalidade gerencialista. O autor defendeu que:

A educação superior deve ser avaliada não simplesmente a partir de critérios do mundo econômico e não somente com instrumentos que matematizem a qualidade sob as justificativas de desempenho, eficiência e produtividade, mas, sobretudo, deve colocar em julgamento os significados de suas ações e construções em relação às finalidades da sociedade. Certamente isso exige a superação de noções estreitas de qualidade, transferidas do mercado, por uma concepção mais complexa, que, além de aspectos mais visíveis e mensuráveis, para além da operatividade e da funcionalidade produtiva, incorpore ainda os sentidos e valores da sociedade democrática. Dessa forma, a avaliação estaria ajudando a educação superior a formar cidadãos equipados de competências éticas, científicas e políticas requeridas pela sociedade (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 722).

rankings. Only with an array of complementary formulations could a reasonably comprehensive approach be attained to something as complex as the quality of a university."

⁵ Tradução do autor. No original em inglês consta "(...) *rankings* have affected all higher education institutions – even those which had previously been sheltered by history, mission or governance. HEIs are transformed into strategic knowledge intensive corporations, engaged in positional competition, balanced fragilely between their current and their preferred rank".

Verhine e Freitas (2012), em amplo estudo a respeito dos sistemas nacionais e transnacionais de avaliação da educação superior, identificaram pontos tanto de confluência quanto de antagonismo nos dois modelos dominantes de avaliação: direcionado à melhoria ou voltados à regulação. Identificaram que o último modelo seria o que vem sendo mais enfatizado como modelo de implementação e gestão de sistemas nacionais de educação, permitindo e incentivando também a utilização de *rankings*, em detrimento de avaliações que valorizariam a identidade e a diversidade institucional das IES. Como alternativa, esses autores defenderiam a complementariedade entre esses dois modelos e a importância de ambos para a consolidação dos sistemas nos diversos países, com as IES devendo ter o protagonismo deste processo em uma articulação entre qualidade e sustentabilidade.

A partir dessa aproximação com a literatura referente aos *rankings* acadêmicos, pode-se identificar dois movimentos principais: 1) um aumento do interesse e de trabalhos acadêmicos sobre esses fenômenos, caracterizando os *rankings* acadêmicos como campo de estudos emergente; e 2) uma dicotomia entre visões positivas e negativas a respeito das avaliações e dos *rankings* das IES.

Quanto a esse primeiro movimento, pode-se verificar que os *rankings* acadêmicos aparecem mundialmente como temas de interesse das Ciências da Educação, podendo ser classificados como um subcampo dentro do campo da Educação Superior. Eles têm recebido crescente atenção da comunidade acadêmica internacional, que mostra interesse em vários aspectos: expansão desses *rankings* pelo mundo; influência no prestígio da IES; possibilidade de colocar em nível internacional a concorrência entre as IES; e impactos nas decisões das IES e dos seus stakeholders a elas ligados. Entre os diversos autores que trataram dos *rankings* acadêmicos, encontramos Altabach (2006), Baynard (2007), Marginson e Van der Wende (2007), Salmi e Saroyan (2007), Ordorika e Gomes (2010), Rizo (2011), Halzerkorn (2011), e Unesco (2013).

Pode-se igualmente observar a formação de observatórios e grupos de pesquisa para acompanhamento e estudo dos *rankings* acadêmicos pelo mundo. Entre eles, o IREG *Observatory on Academic Ranking and Excellence* (IREG) é um dos mais antigos e relevantes. Ele iniciou reuniões entre seus primeiros membros em 2002 e foi formalizado como organização sem fins lucrativos na Bélgica em 2009, com sede atual na Polônia. O IREG tem hoje 45 membros, entre os quais: *US News and World Report* (EUA), *Shanghai Ranking Consultancy* (China), *QS Intelligence Unity* (Inglaterra), Universidade de Virstula (Polônia),

Universidade de Navarra (Espanha), Universidade Nova de Lisboa (Portugal), *Raex Group* (Rússia) e *CHE Centre of Higher Education* (Alemanha). Esse observatório promove estudos e encontros periódicos em diversos países, muitos em parceria com universidades e governos locais, e também com organismos multilaterais, como UNESCO e OCDE.

Embora seja um campo de estudos relevante e emergente na maior parte do mundo, no Brasil a discussão acadêmica dos *rankings* acadêmicos ainda não tem acompanhando o ritmo internacional. Calderón et al. (2015, p.31) observaram que o aprofundamento do estudo dos *rankings* acadêmicos não tem despertado suficiente interesse dos pesquisadores brasileiros das Ciências da Educação. Esse fato se revelaria na reduzida literatura acadêmica brasileira a respeito, nas lacunas existentes em termos de assuntos inexplorados e na inexistência de grupos de pesquisa nacionais sobre esse fenômeno.

No entanto, pode-se localizar recentemente algumas teses e dissertações produzidas no Brasil, que vem buscando um maior entendimento sobre o funcionamento dos *rankings* nacionais e internacionais, e também sobre seus efeitos e utilizações nas IES brasileiras (BEUREN, 2014; AXEL-BERG, 2015; SANTOS, 2015; RIGHETTI, 2016). Além destes trabalhos, Lourenço (2014) e de França (2015) também realizaram análises específicas sobre dois *rankings* privados brasileiros ativos em nossos dias, respectivamente, o Guia do Estudante e o *Ranking* de Universidades Folha.

Nesse contexto, observa-se ainda uma importante lacuna na pesquisa educacional brasileira, qual seja, um estudo abrangente do contexto e da trajetória do primeiro *ranking* acadêmico do país: As Melhores Faculdades do Brasil (RMFB) da revista *Playboy* (RPB), publicada pela Editora Abril. É importante caracterizar o pioneirismo e a relevância dessa publicação em sua época e entender como ela conviveu com a evolução do ensino superior no país nos 20 anos de sua existência, dos anos 1982 a 2000. Pois, do início da década de 1980 até meados da década de 1990, esse *ranking* acadêmico parece ter sido a principal referência de qualidade no país para cursos de graduação universitária. Ele é também anterior às próprias avaliações oficiais brasileiras de larga escala, que se iniciam no país com o Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como “Provão”, promovido pelo Ministério da Educação a partir de 1995 (POLIDORI, 2009). Segundo a pesquisa de Calderón et al. (2014 a, p.230), “a importância do *ranking* da RPB pode ser conferida nas palavras do então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ao afirmar que esse *ranking* podia ser considerado “o melhor instrumento de avaliação do ensino superior brasileiro” antes da criação do ENC”.

Diante das questões acima expostas, o ranqueamento de IES realizado de forma pioneira no Brasil e quiçá no mundo na edição brasileira da revista *Playboy*, nas décadas de 1980 e 1990, constitui extraordinário objeto de pesquisa. Ela procura preencher assim um hiato de informações e reflexões sobre o fenômeno dos *rankings* acadêmicos brasileiros e também acrescentar contribuições ao conhecimento das Ciências da Educação, especialmente no entendimento das questões e medidas da qualidade das IES. Trata-se de um estudo que, ao abordar o *Ranking* Melhores Faculdades do Brasil da Revista *Playboy*, permite o resgate da memória histórica desse fato, abordando questões do surgimento, trajetória e extinção desse primeiro *ranking* brasileiro no âmbito da educação superior.

Como ocorreu seu surgimento, em um momento em que este fenômeno ainda era incipiente? Como pode definir e evoluir sua metodologia e abrangência ao longo dos seus 20 anos, em uma publicação não especializada em educação? Como ocorreu sua extinção, justamente quando o fenômeno ganhava maior visibilidade no Brasil e no mundo? São estas algumas questões, em relação ao *ranking* Melhores Faculdades do Brasil da revista *Playboy* de responsabilidade da Editora Abril, que esta pesquisa procurou responder.

Estas questões querem atingir o objetivo geral de investigar o surgimento, a trajetória e a extinção do *ranking* acadêmico privado *As Melhores Faculdades do Brasil* da Editora Abril na revista *Playboy* de 1982 a 2000. Complementarmente, esta pesquisa busca, diante da ainda reduzida literatura específica sobre *rankings* acadêmicos no Brasil, realizar uma análise do estado da questão, à luz da literatura científica internacional, a respeito dos *rankings* acadêmicos e de suas implicações para as universidades em todo o mundo, a fim de subsidiar o entendimento do papel dos *rankings* acadêmicos para os sistemas de educação superior; estudar a trajetória do *Ranking* Melhores Faculdades do Brasil (RMFB), publicado pela Revista *Playboy* brasileira, identificar os principais momentos de sua trajetória pública, em 19 anos de funcionamento, observar aspectos da educação superior brasileira, presentes nas reportagens associadas aos *rankings*, nas décadas de 1980 e 1990, e observar o pioneirismo deste *ranking* acadêmico nacional no Brasil e no mundo; e, finalmente, identificar, descrever e analisar os aspectos metodológicos que permearam a produção do *Ranking* em questão, de 1981 a 2000, identificando as técnicas e estratégias metodológicas adotadas, variações e mudanças, fragilidades e potencialidades, ao longo de sua trajetória.

Sob o prisma metodológico, a presente pesquisa se caracteriza, fundamentalmente, como qualitativa, por interpretar o sentido dos fatos a partir do significado que as pessoas

atribuem a ele e por trabalhar em um campo transdisciplinar entre ciências humanas e sociais (CHIZZOTTI, 2011, p.28). Complementarmente, esta pesquisa utiliza o que Flick (2009, p. 361) chamou de triangulação metodológica nas pesquisas qualitativas. Essa triangulação está fundada na articulação de métodos e na busca da superação das limitações da utilização de um único método, e como definição para a combinação e o cruzamento de métodos e técnicas de pesquisa. Esse autor considera que a abordagem de triangulação metodológica contribui para a ampliação, complementaridade e enriquecimento da produção do conhecimento.

No caso desta pesquisa, “Um *ranking* acadêmico pioneiro: as melhores faculdades do Brasil da Editora Abril”, utilizar-se-á três técnicas de pesquisa principais: 1) bibliográfica; 2) documental; e 3) entrevistas semiestruturadas. Essas três técnicas foram articuladas e trianguladas de forma a produzir uma maior completude analítica do fenômeno e dos objetivos da pesquisa.

Marconi e Lakatos (2012, p. 57) afirmaram que a intencionalidade da pesquisa bibliográfica não se refere à “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Complementarmente, Lima e Miotto (2007) defenderam que, para que a correta estruturação de uma pesquisa bibliográfica, esta deve atender a parâmetros de caráter temático, linguístico, de fontes e cronológico. Diante disso, a presente pesquisa, em seu âmbito bibliográfico, teve o objetivo de realizar uma reflexão crítica sobre o tema estudado, e que atendesse aos parâmetros propostos por Lima e Miotto (2007, p.41) da seguinte forma: a) temático, de artigos e obras relacionadas ao objeto de estudo; b) linguístico, textos em português, espanhol e inglês; c) fontes, que de artigos, periódicos, teses, dissertações, e outros de relevância acadêmica para a pesquisa; d) cronológico, de período compatível com a emergência e a expansão internacional dos *rankings* acadêmicos.

Essa reflexão também se orientou pelo que Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p.7) denominaram de “estado da questão”. Este método de produção científica levaria o pesquisador a registrar, a partir de rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema investigado no estado atual da ciência ao seu alcance. Para esses autores, o estado da questão esclareceria a posição do pesquisador e de seu objeto de estudo na elaboração de um texto narrativo, sua concepção da ciência e sua contribuição epistêmica no campo do conhecimento. No estado da questão deveriam estar presentes dois domínios imprescindíveis: domínio conceitual e domínio da literatura. O domínio conceitual demonstraria a capacidade do pesquisador em levantar,

analisar, organizar e sintetizar, com coerência e clareza, ideias e teorias, e estudá-las com perspectiva e linguagem próprias. O domínio da literatura revelaria sua capacidade de referenciar a literatura pesquisada, buscando capturar um conjunto extensivo e relevante da produção acerca do tema estudado, e articulá-lo de forma crítica e compreensiva.

Assim, a presente pesquisa inicialmente levantou e analisou o estado da questão envolvendo as implicações dos *rankings* internacionais para as IES no século XXI, por meio do Portal de Periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para acesso às bases de periódicos científicos internacionais revisados por pares da *Scopus* e da *Web of Science*, buscando completude e clareza tanto no domínio conceitual quanto da literatura, a partir da literatura científica nacional e internacional, publicados desde o ano de 2010.

No âmbito da pesquisa documental, realizou-se o levantamento, a leitura, a compilação e a síntese de informações, a partir das publicações autênticas do *ranking* acadêmico *As Melhores Faculdades do Brasil*, publicados pela Editora Abril nas RPB, entre os anos de 1982 e 2000. Gil (2010, p. 151) ressaltou que os documentos de comunicação de massa constituem importante fonte de dados para a pesquisa social, pois possibilitam o conhecimento de variados aspectos históricos e sociais relacionados ao tema da pesquisa. Ainda nesse âmbito, considerou-se o material consultado como a fonte primária de documentação estudada, na medida em que as 19 edições das revistas abordam especificamente o RMFB, objeto principal da presente pesquisa (MARCONI e LAKATOS, 2012).

Os esforços das pesquisas bibliográfica e documental, acima apresentados permitiram um entendimento básico e amplo da trajetória do *ranking* acadêmico *As Melhores Faculdades do Brasil*, publicados pela Editora Abril nas revistas *Playboy*, e também a interpretação e análise das metodologias utilizadas ao longo dos seus 20 anos de existência. Entretanto, para se complementar e confirmar o entendimento das informações referentes ao surgimento, à trajetória e ao encerramento desse *ranking* acadêmico, realizaram-se também entrevistas com três pessoas que tiveram papel de relevante na elaboração, coordenação, edição, e publicação do RMFB da Editora Abril. Foram entrevistas individuais e semiestruturadas, previamente aprovadas pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, considerada essa técnica como a mais adequada para tal procedimento. Para essas entrevistas se definiriam de algumas perguntas prévias, avaliadas como essenciais para a compreensão da trajetória histórica e metodológica do RMFB. Tais perguntas foram complementadas por outras questões

abertas, em que os entrevistados puderam discorrer acerca do tema sem se limitar a respostas padronizadas. Boni e Quaresma (2005, p.75) destacaram que nas entrevistas semiestruturadas:

[...] O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele.

Embora cada indivíduo entrevistado tenha colaborado e em momentos diferentes na produção do RMFB, as perguntas procuraram um padrão que possibilitasse a maior coerência e completude em seus resultados e foram organizadas em três eixos principais: surgimento, metodologia e trajetória, e encerramento. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o prof. Dr. Carlos Roberto da Costa, atual diretor da Faculdade de Comunicação Cásper Líbero e primeiro responsável do RMFB quando era jornalista de *Playboy*, em 1981, o jornalista Ricardo Calisto, atual diretor editorial da Revista Prazeres da Mesa e responsável por 12 edições do RMFB quando trabalhava em *Playboy*, e o jornalista Moraes Eggers, atual sócio-diretor da empresa Bastidores de Comunicação e responsável pela última edição do RMFB no ano 2000. O roteiro utilizado nas entrevistas está no Anexo 2 e a consolidação dos apontamentos das entrevistas semiestruturadas realizadas nesta pesquisa a respeito dos principais momentos do RMFB de *Playboy* no Anexo 3 deste trabalho.

Face aos objetivos específicos de analisar os aspectos metodológicos do RMFB, bem como identificar suas potencialidades e fragilidades, em sua época, observou-se a método da análise do conteúdo próxima ao que foi proposto por Chizzotti (2010, p. 98), por trata-se de:

[...] um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento.

De tal modo, a análise do conteúdo foi aplicada à pesquisa documental e às próprias entrevistas para a melhor compreensão do RMFB de uma maneira mais abrangente e contextualizada, permitindo um melhor entendimento das metodologias adotadas, da seleção dos cursos avaliados, da trajetória, dentre outros aspectos considerados fundamentais para o aprofundamento do conhecimento do tema.

Finalmente, cabe lembrar que o campo da avaliação educacional e, por conseguinte, o campo de estudo dos *rankings* acadêmicos, é marcado pela controvérsia. Por isso, merecem um tratamento teórico e metodológico adequado, para que gerem reflexões cientificamente válidas.

As diferenças entre os grandes grupos envolvidos em discussões da filosofia da educação foram sistematizadas no âmbito da sociologia da educação em dois grandes paradigmas ou pedagogias: do consenso e do conflito. Ambas foram tratadas extensivamente em Sander (1984) e Gomes (1989). Sander (1984, p.52) definiu a pedagogia do consenso como uma construção teórica fundamentada no funcionalismo positivista. Esse autor localizou, em oposição, a pedagogia do conflito, com a concepção de uma educação preocupada com a emancipação do ser humano, por meio do enfrentamento das estruturas de poder e da promoção da transformação social. Esta pesquisa procurou ter em vista essas diferenças nas suas diversas etapas.

Este trabalho encontrou também no método sociológico de Émile Durkheim uma abordagem teórica interessante para se compreender o fenômeno dos *rankings* acadêmicos enquanto um fato social em emergência em todo o mundo. Durkheim (2012, p. 40) definiu como fato social algo capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que seria geral na extensão do comportamento de uma dada sociedade e que teria existência própria, independentemente de suas manifestações individuais. Na sequência desse método, Durkheim estabeleceu como a primeira regra relativa à observação dos fatos sociais, e a que tem como mais fundamental, seria a de considerar os fatos sociais como coisas e tratá-los como coisas, e explicou:

É coisa, de fato, tudo aquilo que é um dado, tudo aquilo que se oferece ou, ainda, se impõe à observação. Tratar fenômenos como coisas significa tratá-los na qualidade de data que constituem o ponto de partida da ciência. Os fenômenos sociais apresentam incontestavelmente este valor. (...) Precisamos então considerar os fenômenos sociais neles mesmos, desvinculados dos sujeitos conscientes que os representam para si; precisamos estudá-los de fora como coisas exteriores porque é nessa qualidade que eles se apresentam para nós. (...) Esta regra, portanto, se aplica à realidade social como um todo, sem que seja necessário fazer qualquer exceção. Mesmo os fenômenos que mais parecem consistir em arranjos artificiais devem ser considerados desde este ponto de vista. O caráter convencional de uma prática ou de uma instituição não deve jamais ser presumido. Se, da mesma forma, nos é permitido invocar nossa experiência pessoal, acreditamos em poder garantir que, ao proceder desta maneira, teremos com frequência a satisfação de ver os fatos, aparentemente mais arbitrários, apresentarem depois de uma observação mais atenta dos caracteres de constância e de regularidade, sintomas de sua objetividade (DURKHEIM, 2012, p. 51).⁶

O método durkheimiano mostrou-se, assim, bastante adequado para o estudo do fenômeno dos *rankings* acadêmicos. Pôde-se verificar pelo menos três características claras dos ranqueamentos das IES enquanto fatos sociais: 1) ocorrem de forma generalizada na sociedade, em diversos países; 2) seus processos, metodologias e resultados são exteriores à vontade e às

⁶ Caracteres itálicos do original.

opiniões individuais das IES ou dos *stakeholders* envolvidos; e 3) exercem ou são capazes de exercer influências e ações coercitivas sobre as IES, seus stakeholders e sobre a sociedade em geral.

Adicionalmente, Durkheim (1978, p.58), em texto em que tratou das relações entre sociologia e educação, definiu o objeto e os fins da educação e, depois, questionou se seria possível aplicar um método científico a ela, ou, de outra forma, se existe uma “ciência da educação”. Para tanto lembrou que um conjunto de estudos, para ganhar caráter científico, deveria ter algumas características: 1) os estudos deveriam recair sobre fatos conhecidos e que fossem realizados em condições passíveis de observação; 2) seria necessário que esses fatos revelassem homogeneidade para que pudessem ser classificados numa mesma categoria; e 3) essa ciência deveria estudar esses fatos apenas para conhece-los de modo absolutamente desinteressado. Este autor verificou que o estudo dos fatos da educação possuía essas características de uma ciência, e conclui: “são fatos duma mesma espécie, competem à mesma categoria lógica; podem servir, portanto, de objeto a uma só e mesma ciência, a ciência da educação”.

Dessa forma, a observação da emergência dos *rankings* acadêmicos enquanto fato social pertence à ciência da educação parece bem assentada. Ela permite a construção de um conhecimento científico mais apurado e distante das oposições apontadas pelos paradigmas do consenso e do conflito, presentes na literatura acadêmica acima apresentada. Adicionalmente, essa abordagem metodológica do século XX pode ser complementada e atualizada por perspectivas sociológicas deste século, que também procuram superar construções dicotômicas, especialmente no campo da avaliação educacional, tais como a do discernimento pragmático de Fernandes (2010, p.18), que propõe esse método para distinguir diferentes abordagens avaliativas para, precisamente, as poder reagrupar, integrar e as utilizar “num contexto em que se evidenciam as mais variadas práticas sociais, concepções, interesses, valores ou políticas por parte dos diversos intervenientes”.

No entanto, é necessário observar que os *rankings* acadêmicos têm como uma de suas principais funções sociais a de avaliar e dar publicidade à qualidade da educação superior, pois “apesar de sua natureza controversa, os *rankings* universitários estão aqui para ficar e respondem uma demanda por transparência no ensino superior em um sistema cada vez mais

competitivo”⁷ Berghoff e Federkeil (2009, p. 62). Ao proverem estatísticas e classificações numéricas permitem tratar o fato social como “coisa” a ser analisada, sem tantas paixões e conflitos comuns ao campo da educação.

Entretanto, verifica-se também que os *rankings* acadêmicos não têm um fim em si mesmos, e servem principalmente para iluminar o outro fato social maior, qual seja, a estruturação do sistema de educação superior, especialmente quando ele é formado por instituições que competem entre si e formam um mercado educacional. Pode-se assim dizer que os *rankings* acadêmicos iluminam os mercados de educação superior. A hipótese desta pesquisa foi então a de que o RMFB do *Playboy* teve também o papel de acompanhar a expansão e a consolidação de um mercado de educação superior brasileiro, que se estabeleceu nas últimas décadas do século XX, tal como caracterizado por Sampaio (2000) e Martins (2009). Logo a análise durkheimiana, para além dos *rankings* acadêmicos, pode ser estendida a expansão e consolidação do sistema de educação brasileiro nesse período.

Finalmente, na análise da metodologia e dos instrumentos utilizados pelo RMFB de *Playboy*, presentes no capítulo 3 desta pesquisa, foi utilizada uma abordagem inspirada no chamado “Triângulo de Clark” para a caracterização dos grupos de participantes consultados no *ranking* de *Playboy*. Em um estudo que retratou a diversidade de sistemas de educação superior em várias partes do mundo, o pesquisador norte-americano Burton Clark (1983) constatou a complexidade e especificidade da estrutura e da gestão universitária em diversos países, marcadas por sistemas administrativos e educativos onde se davam conflitos de interesse entre os diferentes atores envolvidos, dentro e fora dessas instituições. Esse autor propôs um modelo específico de análise da organização e da coordenação dos sistemas de educação superior, baseado em três grupos, que estariam em interação ou triangulação permanente, exercendo influências mútuas e contínuas entre si e sobre as IES: o *Estado*, a *oligarquia acadêmica* e o *mercado*⁸.

Clark (1983, p. 137) observou que os principais sistemas universitários do mundo transitavam, de um lado, entre formas institucionais de maior controle do Estado com objetivos e políticas centralizadas, e, de outro lado, por formas de menor controle estatal sendo determinadas predominantemente pela auto-organização da oferta e da demanda por educação

⁷ Tradução do autor, do original: “Despite its controversial nature, university rankings are here to stay and respond to a demand for transparency in higher education in an increasingly competitive system.”

⁸ Itálico do autor, para simples destaque dos termos apresentados.

superior, realizada de forma espontânea pela sociedade e pelo mercado. Para esse pesquisador norte-americano, essas formas de controle sistêmico não representariam necessariamente interesses antagônicos, mas sim a busca de soluções como resultantes das pressões sociais de oferta e demanda por educação superior. Assim, quando o Estado não sustentava a oferta de serviços educacionais que a sociedade demandava, os outros participantes do sistema educacional geravam soluções próprias. Segundo o autor, essa situação teria se estabelecido na maior parte dos países centrais, após a Segunda Guerra Mundial, e foi se transformado gradualmente, entre as décadas de 1960 e de 1970, com o crescente aumento do papel do Estado na organização e regulação dos sistemas educacionais, objetivando maior inclusão de parcelas da sociedade não atendidas na educação superior pelos governos ou pelos mercados.

É nesse contexto que cresceu a importância dos professores universitários como agentes diretos ou indiretos de coordenação institucional dos sistemas de educação superior, representando, ao lado do Estado e do mercado, um terceiro grupo de atores na gestão e integração desses sistemas. Os governos dos países que buscavam maior intervenção ou controle nos sistemas educacionais precisavam do auxílio dos professores mais experientes e graduados das universidades para compor conselhos universitários e órgãos consultivos de apoio às decisões de Estado. Esses professores passaram a formar um grupo chamado por Clark (1983) de *oligarquia acadêmica*, influenciando a destinação de verbas para pesquisa, as políticas de pessoal nas IES, a estruturação de currículos, entre outros temas relevantes da educação superior. Quanto mais especializados e reconhecidos em suas áreas científicas, maior sua influência específica nesses campos, sendo reconhecidos como “autoridades”, seja junto ao Estado, atuando quase como burocratas, seja junto ao mercado, atuando no aconselhamento aos gestores e dirigentes educacionais dos setores público e privado. Finalmente, apesar de reconhecer que “existe alguma coordenação pela *oligarquia acadêmica* em todos os sistemas nacionais de educação superior”⁹, Clark (1983, p. 140) observou que esse grupo seria mais forte nos sistemas baseados na cátedra, com professores monopolizando ou oligopolizando a autoridade científica nas suas áreas de especialização, nos sistemas federativos com vários estados locais ou províncias independentes, e nos sistemas onde as autoridades estatais seriam tecnicamente fracas para fazer essa coordenação e integração, dependendo da concordância dos professores e gestores acadêmicos mais prestigiados para legitimar suas decisões educacionais.

⁹ Do original: “some coordination by academic oligarchy exists in all national systems of higher education”. Tradução do autor.

É assim, com inspiração nas indicações, principalmente, de Durkheim, Fernandes e Clark, que foi conduzida a abordagem teórica desta pesquisa.

O trabalho ora apresentado está organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *Rankings Acadêmicos na Educação Superior: tendências da literatura científica internacional*, abordou as implicações dos *rankings* globais para as IES de todo mundo, especialmente quanto aos seus riscos e potencialidades em sua governança e gestão.

O segundo capítulo, intitulado *Rankings Acadêmico de Playboy: pioneirismo, contexto, relevância e trajetória*, identificou as principais fases e os fatos da trajetória do RMFB, ao longo dos seus 20 anos de existência¹⁰.

O terceiro capítulo, intitulado *Melhores Faculdades do Brasil: metodologia e resultados do RMFB de Playboy*, estudou os aspectos metodológicos que permearam a confecção do *Ranking* em questão, ao longo de seus 20 anos, identificando as técnicas e estratégias metodológicas adotadas, variações e mudanças, fragilidades e potencialidades, e analisando os resultados publicados da IES que foram classificadas nos primeiros lugares nas diversas áreas de conhecimento¹¹.

¹⁰ Nota do autor. As entrevistas realizadas confirmaram informações colhidas nas pesquisas bibliográfica e documental de que a decisão do diretor de *Playboy* de criar um *ranking* acadêmico e o início da elaboração de sua primeira edição ocorreram no ano de 1981.

¹¹ Nota do autor. Este trabalho, quando se refere às classificações de IES publicadas no RMFB, trata como quase-sinônimos os termos “áreas de conhecimento”, “cursos” e “faculdades”, pois assim apareciam nas reportagens da revista *Playboy* brasileira.

CAPÍTULO I – *RANKINGS* ACADÊMICOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: TENDÊNCIAS DA LITERATURA CIÊNTÍFICA INTERNACIONAL

1. Introdução

Este capítulo tem por objetivo levantar o estado da questão a respeito das implicações dos *rankings* acadêmicos globais na educação superior, a partir das tendências pesquisadas na literatura científica internacional.¹²

Foi utilizada a estratégia de pesquisa bibliográfica de Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p.7), para o levantamento do estado da questão deste tema. Este levantamento leva o pesquisador a registrar, a partir de rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema investigado, no estado atual da ciência ao seu alcance. Além disso, sua abordagem metodológica demanda do pesquisador o domínio conceitual e da literatura, referente ao seu tema de pesquisa. O domínio conceitual demonstra a capacidade do pesquisador em levantar e organizar, com coerência e clareza, ideias e teorias, analisa-las e sintetizá-las em seu argumento, com perspectiva e linguagem própria. O domínio da literatura revela sua capacidade de referenciar a literatura pesquisada, buscando capturar um conjunto extensivo e relevante da produção acerca do tema estudado, e articulá-lo de forma crítica e compreensiva.

Esta pesquisa buscou atender a ambos desafios, por meio do levantamento do estado da questão a respeito as implicações para as IES, a partir de pesquisa de artigos científicos, em bases internacionais de dados, que tratassem do tema dos *rankings* acadêmicos. Procurou, também, caracterizar temas recorrentes nessas implicações pesquisadas, tais como qualidade, pesquisa, prestígio, entre outros que se apresentaram.

Este levantamento do estado da questão exigiu determinados parâmetros, recortes e delimitações, para atingir seus objetivos. Lima e Mioto (2007, p.41) indicaram os seguintes parâmetros como necessários à esta abordagem de pesquisa bibliográfica: temático; linguístico; de fontes; e cronológico. No caso desta pesquisa, o parâmetro temático definido foi o das

¹² O termo “implicações” é utilizado nesta pesquisa como o conjunto de efeitos, impactos, consequências, reações e comportamentos observados – de forma direta ou indireta, imediata ou retroativa, explícita ou implícita – pelos autores dos artigos científicos internacionais selecionados. Ele abrange as diversas dimensões do fenômeno dos *rankings* acadêmicos globais como fatos sociais durkheimianos, nos diversos sistemas de educação superior do mundo citados nessas pesquisas. O vocábulo “implicações” é comumente utilizado em artigos científicos em Educação, no Brasil e no exterior; entre os vários exemplos, encontram-se: Beauchamp e Thomas (2009), Fino (2001), Gatti (2001), Luck (2000), Marginson (2007), e Sordi (2012).

implicações dos *rankings* acadêmicos nas universidades, a partir das tendências observadas na literatura científica internacional. O parâmetro linguístico foi o de publicações exclusivamente em língua inglesa. O parâmetro das fontes foi atendido por artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, consultados nas bases de dados *online* da *Scopus* e da *Social Sciences Citation Index (Web of Sciences)*, base de dados também conhecida pela sigla WoS), por meio do Portal de Periódicos da Capes¹³.

Os descritores inicialmente utilizados nesta pesquisa foram *academic rankings* e *university rankings*, ambos sem aspas para capturar as diversas articulações entre esses termos nos artigos científicos disponíveis nessas bases de dados *online*. Como resultado, foram listados 7.004 estudos, sendo 1.974 artigos científicos em língua inglesa para *academic rankings* e outros 5.030 artigos para os termos *university rankings*. Essa grande quantidade de estudos confirmou a relevância dos temas pesquisados, entretanto tornou inviável o processamento de suas informações e o alcance dos objetivos da pesquisa. A fim de fazer uma aproximação mais específica, realizou-se uma nova pesquisa *online* com os mesmos parâmetros anteriores e os descritores “*academic rankings*” e “*university rankings*”, ambos com aspas para selecionar apenas os artigos que apresentassem esses termos em conjunto. Como resposta à essa segunda pesquisa, obteve-se 270 artigos para os primeiros termos e mais 299 artigos para o segundo conjunto, em um total de 569 estudos selecionados. Manteve-se, assim, a dificuldade de sistematização das informações objetivadas por esta pesquisa. Frente a essa situação, realizou-se uma outra estratégia de pesquisa para esses descritores, tomando a referência do *ranking* internacional do jornal britânico *The Times*, por se tratar de um dos mais antigos e relevantes do mundo produzido por uma empresa jornalística e ter metodologia preponderantemente baseada na percepção de prestígio e qualidade das universidades, semelhante ao que ocorria com o RMFB de *Playboy* e, em parte, com os *rankings* brasileiros da atualidade.

Foi então executada uma terceira pesquisa *online*, com os mesmos parâmetros anteriores, utilizando como descritores: *Times Higher Education ranking*, *Times Higher Education rankings*, *THE Times ranking*, e *THE Times rankings*. Definidos estes descritores, estabeleceu-se também o parâmetro cronológico, com a seleção de artigos publicados apenas a

¹³ Nota do autor: Esta pesquisa *online* foi realizada por meio do Portal de Periódicos da Capes (Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ligada ao Ministério da Educação do Brasil). Esse Portal constitui-se em uma biblioteca virtual, que disponibiliza a instituições de ensino e pesquisas do Brasil mais de 120 bases referenciais de dados *online* e mais de 38.000 periódicos científicos nacionais e internacionais. Entre essas bases destacam-se a *Scopus* e a *Web of Science* como as mais completas e atualizadas para as ciências humanas.

partir de 2010, ano no qual aquele jornal inglês assumiu a responsabilidade exclusiva pelo *Times Higher Education Rankings*, antes compartilhada com a empresa *Quacquarelli Symonds* (QS). Esta pesquisa *online*, realizada em 18 de novembro de 2016, selecionou 54 artigos científicos em língua inglesa, publicados em periódicos revisados por pares, excluídas as duplicidades.

Esse conjunto de artigos teve seus títulos, palavras-chave e resumos lidos e classificados em dois estudos por grupos temáticos: teóricos-conceituais e bibliométricos-estatísticos.

O primeiro grupo temático, dos estudos teóricos-conceituais, identificou textos que discutem implicações sociais e educacionais dos *rankings* internacionais para as IES. Estas implicações podem ser, de um lado, diretas sobre essas instituições, tais como as relacionadas à gestão e governança, a atração e retenção de alunos, a atratividade para professores e pesquisadores, a qualidade e quantidade da pesquisa, às condições de ensino e aprendizagem, infraestrutura e financiamento. De outro lado, podem ser indiretas para as IES, quando relacionadas às políticas públicas, relacionamento das IES com governos e órgãos de controle, relacionamento com a mídia e aspectos de comunicação externa em geral, comportamento frente aos públicos diretamente interessados (candidatos, alunos, familiares, entre outros), parcerias com empresas e institutos de pesquisa, demais participantes e fatos que guardam alguma relação com a publicação de *rankings* internacionais e suas implicações. O segundo grupo temático, referente aos estudos bibliográficos- estatísticos, agregou os artigos científicos selecionados que discutem preponderantemente aspectos metodológicos e operacionais dos *rankings* acadêmicos; assim como excluiu-se aqueles que se restringiam a implicações para as universidades advindas apenas do *ranking* THE ou tratavam o tema pesquisado de forma tangencial. Por esta razão esses últimos artigos não serão objeto de análise desta pesquisa, que se dedicará àqueles classificados como teórico-conceituais e que discutem implicações dos *rankings* para as IES e não implicações técnicas dos *rankings* em si mesmas.

Feita a seleção e o refinamento dos artigos científicos com os critérios acima expostos chegou-se a 23 estudos internacionais que tratam especificamente de implicações diretas ou indiretas dos *rankings* acadêmicos para as IES nos anos recentes, que estão sumarizados no Quadro 1, abaixo apresentado. A seleção aqui realizada considerou a abordagem metodológica principal identificada nesses estudos selecionados, sendo possível observar nesses textos eventuais componentes de análise empírica que assessoram a sustentação de sua respectiva argumentação teórica.

Quadro 1 – Relação dos autores dos artigos científicos selecionado

Anonymous (2010)	Arimoto (2015)	Bowman e Bastedo (2011)	Cantwell e Taylor (2013)
Chang et. al. (2015)	Hicks (2012)	Hou et al. (2012)	Huang (2015)
Igarashi e Saito (2014)	Knight (2015)	Lee e Lee (2013)	Margison (2014)
Mathews (2012)	Moruku (2013)	Nisar (2015)	O’Connell (2013)
Postiglione (2015)	Safón (2013)	Soh e Ho (2014)	Tan e Goh (2014)
Tham (2013)	Wilkins e Houisman (2010)	Yonezawa e Shimmi (2015)	

Fonte: Elaboração do autor.

A última escolha metodológica, que privilegia o levantamento de questões teóricas conceituais enquanto se observa na literatura um grande gama de estudos preponderantemente baseados em aspectos metodológicos e estatísticos dos ranqueamentos, inspirou-se em estudo do autor mais citado nos textos científicos sobre *rankings* acadêmicos internacionais selecionados: Simon Marginson, professor e pesquisador australiano, anteriormente vinculado à Universidade de Melbourne, e, desde novembro de 2009, professor de Educação Superior Internacional na *University College London* (UCL), onde também é diretor do *Centre for Global Higher Education*. Marginson (2014) verificou a prevalência de estudos sobre as características e limitações dos *rankings* acadêmicos que pouco avançam no entendimento nos impactos sociais dessas classificações das universidades, e declarou:

Os *rankings* universitários são criticados; mas surpreendentemente, eles são pouco criticados como ciência social. É surpreendente porque as técnicas usadas pelos ranqueadores universitários são tomadas de pesquisas em sociologia, economia, psicologia e estudos de negócios, incluindo pesquisas de mercado (MARGINSON, 2014, p.47).¹⁴

É altamente desejável que os cientistas sociais, dos estudos de ensino superior ou de outros campos se tornem mais ativos e proativos na análise, na crítica e na proposição

¹⁴ Tradução do autor, do original: “*University rankings are critiqued; but surprisingly, they are little critiqued as social science. It is surprising because THE techniques used by university rankers are taken from research in sociology, economics, psychology, and business studies, including market research*”.

de alternativas aos atuais sistemas de ranqueamento universitário (MARGINSON, 2014, p.56).¹⁵

A seguir, esse conjunto final de 23 artigos científicos internacionais selecionados foi analisado em duas seções: descrição bibliográfica e levantamento das implicações pesquisadas.

A primeira seção levantou informações sobre os autores, periódicos, palavras-chave e referências utilizadas nesses textos. Buscou-se, também, elementos-chave que caracterizam esses textos, para subsidiar leituras e consolidação de informações deste tratamento bibliográfico. Na sequência, realizou-se a sistematização desse conjunto de informações, com a construção de alguns quadros-resumos, que permitiram um primeiro nível de identificação do estado da questão das implicações dos *rankings* internacionais para as universidades, em vários países do mundo. O resultado desse primeiro esforço foi a visão da distribuição dos autores por países e continentes de vinculação acadêmica, a evolução da frequência de publicações no período analisado, a concentração da publicação em alguns periódicos, as palavras-chave mais utilizadas, e outras análises cruzadas das informações sistematizadas, e uma breve descrição dos *rankings* citados com maior frequência nos artigos selecionados. Os resultados dessa pesquisa auxiliam a melhor caracterização e o entendimento dos temas tratados nesses artigos e colaborar com os leitores nas próximas seções deste trabalho.

Na segunda seção realiza-se o levantamento das implicações dos *rankings* acadêmicos globais nas universidades, a partir da análise dos artigos científicos selecionados.

2. Descrição bibliográfica dos artigos selecionados

2.1. Países de vinculação acadêmica dos autores dos artigos selecionados

A observação da vinculação acadêmica dos autores dos estudos selecionados pela pesquisa mostrou uma distribuição por vários países, confirmando o interesse de pesquisadores de diversas partes do mundo pelo fenômeno dos *rankings* internacionais e de suas implicações para universidades na atualidade. A fim de sistematizar a informação dos autores das publicações, esta pesquisa optou por considerar a origem acadêmica do autor principal de cada

¹⁵ Tradução do autor, do original: “*It is highly desirable that social scientists in higher education studies or other fields become more active and proactive in analyzing, critiquing and proposing alternatives to present university rankings systems. This should not be left to THE rankers*”.

artigo, independentemente da quantidade de pesquisadores signatários de cada estudo, tal como aparece nas bases internacionais pesquisadas.

O Quadro 2 apresenta dados referente a ano de publicação, país de vinculação acadêmica e nome do autor principal dos artigos científicos selecionados pelos parâmetros desta pesquisa. Nele se observa que os EUA e a Inglaterra apresentam o maior número de artigos publicados, talvez por sua maior presença e importância nos *rankings* acadêmicos internacionais. O país com a terceira maior frequência de artigos científicos é o Japão, país com um sistema de educação superior consolidado, porém com universidades sujeitas a implicações bastante atuais relacionadas aos *rankings* acadêmicos, como será comentado na seção seguinte. A Ásia aparece como o continente com maior frequência total de artigos, com autores de diversos países comentando a situação de seus sistemas educacionais de educação superior frente aos *rankings* acadêmicos internacionais. Finalmente, destaca-se a ausência de artigos de autores principais com vinculação acadêmica em outros países também com grande tradição universitária, tais como Alemanha e França, e nenhum autor, nos artigos científicos pesquisados, com vinculações acadêmicas da América Latina.

Quadro 2 – Países de vinculação acadêmica dos autores dos artigos científicos selecionados

REGIÕES	PAISES	#	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
	África do Sul	1	Matthews						
	Nigéria	1	Moruku						
África		2		1		1			
	Canadá	1	Knight						
	EUA	5	Bowman e Bastedo		Hicks	Cantwell e Taylor	Igarashi e Saito	Nisar	
Américas		6	1		1	1	1	2	
	China	1	Postiglione						
	Coréia do Sul	1	Lee e Lee						
	Japão	3	Arimoto; Huang; Yonezawa e Shimmi						
	Malásia	2			Tham	Tan e Goh			
	Singapura	1				Soh e Ho			
	Taiwan	2	Hou et. al.				Chang et. al.		
Ásia		10		1		2	2	5	
	Espanha	1	Safón						
	Inglaterra	4	Anonymous	Wilkins e Huisman		O'Connell	Marginson		
Europa		5	1		1	2	1		
TOTAL		23	2	0	4	6	4	7	

Fonte: Elaboração do autor.

2.2. Periódicos de publicação dos artigos científicos selecionados

A verificação dos periódicos onde os artigos selecionados foram publicados mostra uma concentração de publicações em dois periódicos: *Higher Education* e *Scientometrics*. O Quadro 3 abaixo sintetiza essas informações:

Quadro 3 – Periódicos de publicação dos artigos científicos selecionados

Publicações	No.	2010	2011	2012	2013	2014	2015
High Education	11	Bowman	-	Wilkins	O'Connell	Soh Tan	Arimoto Chang Huang Nisar Postiglione Yonezawa
Scientometrics	3	-	-	Hou Matthews	Safón	-	-
Outros	9	Anonymous	-	Hicks	Cantwell Lee Moruku Tham	Igarashi Marginson	Knight
TOTAL	23	2	-	4	6	4	7

Fonte: Elaboração do autor.

O periódico *Higher Education*, também denominado *The International Journal of Higher Education and Educational Planning*, define-se como a principal publicação científica internacional em educação superior e é publicado pelo grupo editorial *Springer International Publishing* (SPRINGER, 2016a). Esta publicação examina desenvolvimentos educacionais em universidades, centros politécnicos, faculdades e instituições de ensino profissional de todo o mundo, por meio de artigos científicos de visão geral, estudos comparativos e análises de problemas ou questões particulares. Dos 23 artigos científicos selecionados, segundo os critérios acima descritos para esta pesquisa, 11 foram publicados no *Higher Education*. São os estudos dos seguintes autores: Arimoto (2015), Bowman e Bastedo (2011), Chang et al. (2015), Huang (2015), Nisar (2015), O'Connell (2013), Postiglione (2015), Soh e Ho (2014), Tan e Goh (2014), Wilkins e Huisman (2012) e Yonezawa e Shimmi. (2015). Como pode-se observar a maioria dos textos selecionados deste periódico foi publicado do ano de 2015, ou seja, com interesse bastante atual.

O *Scientometrics* se apresenta como um jornal internacional, com foco em aspectos quantitativos da ciência e é também publicado pelo grupo editorial *Springer International Publishing*. A ênfase do *Scientometrics* é colocada em investigações sobre desenvolvimentos e

mecanismos de fenômenos científicos em geral, por meio de métodos estatísticos e matemáticos (SPRINGER, 2016b). Dos 23 artigos selecionados, os trabalhos de Hou et al. (2012), Matthews (2012) e Safón (2013) foram publicados nesse periódico.

Os outros 9 artigos científicos foram publicados nos seguintes periódicos: *Culture Sociology* (IGARASHI; SAITO, 2014), *European Journal of Education* (MARGINSON, 2014), *Journal of Asian and African Studies* (MORUKU, 2013), *Journal of Studies in International Education* (THAM, 2013; KNIGHT, 2015), *Lang Policy* (LEE; LEE, 2013), *Minerva* (CANTWELL; TAYLOR, 2013), *Nature* (ANONYMOUS, 2010), e *Research Policy* (HICKS, 2012).

2.3. Referências bibliográficas dos artigos científicos selecionados

O levantamento das referências bibliográficas dos artigos científicos selecionados nesta pesquisa somou mais de 2.000 citações, entre autores de artigos, livros, entidades nacionais e internacionais, órgãos de governo, universidades, *rankings* nacionais e internacionais, endereços eletrônicos de instituições públicas e privadas, entre outros. Tal quantidade e diversidade de referências bibliográficas é explicada, em sua maior parte, pela grande quantidade e diversidade de implicações que os *rankings* internacionais geram para as IES e para a sociedade em geral, em vários países do mundo.

Observou-se também nos estudos desses autores citados uma maior frequência em alguns pesquisadores que vem trabalhando há mais tempo ou com maior intensidade no tema dos *rankings* internacionais e suas implicações para a educação superior. A fim de minimizar efeitos de autocitação, quando o próprio autor do artigo científico fazia citações de estudos anteriores de sua autoria, foi feita a contagem de apenas uma citação do próprio autor principal para cada artigo pesquisado.

O Quadro 4 abaixo mostra uma relação dos autores que foram citados em pelo menos 10 dos artigos pesquisados. Nesse quadro verifica-se a quantidade das citações, o nome do autor principal das referências, seu país e instituição de vinculação acadêmica ou profissional, e o trabalho citado de ano mais antigo e de ano mais recente.

Quadro 4. Autores mais citados nos artigos científicos selecionados

#	Número de Citações	Vinculação Acadêmica			Ano dos Artigos Citados	
		Autor Principal	País	INSTITUIÇÃO	Mais Antigo	Mais Recente
1	32	MARGINSON	Austrália	Univ. Melbourne	1997	2012
2	28	ALTABACH	EUA	Boston College	1989	2012
3	24	HAZELKORN	Irlanda	Dublin Inst.Tecn.	2001	2011
4	24	VAN RAAN	Holanda	Univ. de Leiden	1996	2007
5	15	SALMI	EUA	Banco Mundial	2006	2011
6	15	SHIN	Coréia do Sul	Seoul Nat. Univ.	2009	2013
7	11	MOED	Holanda	Univ. de Leiden	1985	2015
8	10	ABRAMO	Itália	Unv. Roma	2008	2016
9	10	AUDRESTCH	EUA	Univ. Indiana	2004	2014
10	10	LEYDESDORFF	Holanda	Univ. Amsterdam	2008	2015
11	10	LIU	China	Shanghai J.T.U.	2005	2008
12	10	TIJSEN	Holanda	Univ. de Leiden	2001	2012

Fonte: Elaboração do autor.

Verifica-se que os três autores com maior quantidade de citações são de países de origem anglo-saxã – Austrália, EUA e Irlanda – onde os *rankings* internacionais são publicados e utilizados há mais tempo. Porém, nenhum desses autores, ou os demais 12 nomes dessa lista, eram originalmente da Inglaterra, país de origem do *ranking* do jornal *The Times*. Ao todo há dois autores americanos nessa lista e um marroquino vinculado ao Banco Mundial, nos EUA. A lista segue com três autores holandeses, dois deles vinculados a Universidade de Leiden, onde também foi construído um *ranking* internacional. Finalmente, há um autor chinês, um coreano e um italiano. Adicionalmente, o Quadro 4 mostra que os autores citados tiveram a maioria de seus artigos mais antigos publicados neste século XXI e, principalmente, desta década de 2010. Ou seja, são contemporâneos dos artigos selecionados nesta pesquisa. Tal quadro é mais uma indicação de que tema dos *rankings* acadêmicos internacionais se encontra em plano desenvolvimento na pesquisa científica internacional atual.

2.4. Palavras-chave mais citadas nos artigos científicos selecionados

A observação das palavras-chave escolhidas pelos autores dos artigos selecionados nesta pesquisa, que tiveram no mínimo 5 citações, mostra uma maior frequência para os termos “*universities*” e “*rankings*”, conforme é possível verificar no Quadro 5, abaixo apresentado. Esse fato é coerente com os descritores utilizados nesta pesquisa, acima apresentados, assim como a presença de outros termos associados à educação superior, tais como “*high education*”, “*academic*” e “*education*”. Os termos “*research*”, “*publication*” e “*colaboration*” aparecem em muitos estudos que tratam da importância da pesquisa para as universidades e em seu

desempenho nesse quesito nos *rankings* internacionais. Outros termos como “*internationalization*”, “*global*” e “*world-class*” também aparecem com frequência, em articulação com questões das universidades e dos pesquisadores, e com os *rankings* internacionais. Finalmente, os termos “*evaluation*”, “*bibliometrics*”, “*indicators*” e “*analysis*” aparecem relacionados com a quantificação, a avaliação por meio de indicadores, e a performance das universidades, associados aos *rankings* internacionais.

Quadro 5 – Frequência de palavras-chave dos artigos científicos selecionados

No. de Citações	Palavras-Chave
46	Universities
36	Ranking
22	Research
10	Higher Education
9	Internalization
7	Evaluation
7	Global
7	Performance
6	Bibliometrics
6	Indicators
6	Publication
6	World Class
5	Academic
5	Analysis
5	Collaboration
5	Education

Fonte: Elaboração do autor.

Estas palavras-chave auxiliaram em uma primeira aproximação para o estado da questão das implicações dos *rankings* internacionais para as universidades, que serão tratados de forma extensiva na sequência deste capítulo.

2.5. Rankings acadêmicos internacionais citados

Quadro 6 – Rankings acadêmicos globais mais citados nos artigos científicos selecionados.

AUTOR	THE	ARWU	QS	SIR	LEIDEN	WEBOMETRICS	U-MULTI	NTU	HEEACT	OUTROS
ANONYMOUS	1									
ARIMOTO	1	1	1	1	1					4
BOWMAN	1	1	1							
CANTWELL	1	1	1		1					
CHANG	1	1	1					1		
HICKS	1	1								
HOU	1	1	1	1						
HUANG	1	1	1							
IGARASHI	1	1	1							
KNIGHT	1	1								
LEE	1	1								
MARGINSON	1	1	1	1	1			1		
MATTHEWS	1	1	1	1		1				
MORUKU	1									
NISAR	1	1	1							
O'CONNELL	1		1							
POSTIGLIONE	1	1	1							
SAFON	1	1	1	1	1	1		1		
SOH	1	1	1	1				1		
TAN	1	1	1							
THAM	1	1	1							
WILKINS	1									
YONEZAWA	1		1							
TOTAL	23	18	17	6	4	2	3	1	0	4

Fonte: Elaboração do autor.

O quadro 6 mostra os *rankings* acadêmicos globais mais citados nos artigos científicos selecionados. É apresentada também a frequência numérica dessas citações, considerada nessa contagem uma única citação por *ranking* independente de quantas vezes que seus nomes ou siglas possam ter aparecido nesses trabalhos. Como se esperaria, o *ranking* THE aparece para todos os autores, pois foi utilizado como critério de pesquisa; porém, ele aparece em vários artigos como o único ou um dos únicos citados, pois é um dos *rankings* acadêmicos globais mais antigos e tradicionais. O *ranking* ARWU, apesar de ser o mais antigo *ranking* acadêmico de abrangência global, é o segundo com maior frequência e destaque, pois se trata de um *ranking* bastante completo e utilizado, especialmente na Ásia e Oceania. O *ranking* QS é o terceiro de mais destaque, com número citação bastante próximo ao anterior, aparentando boa repercussão dentro e fora da Europa e em alguns países ibero-americanos. Os demais *rankings*, por ordem de frequência, são o SIR e o Leiden, cujas metodologias são mais elaboradas para

capturar o desempenho das universidades para além do que é capturado pelos *rankings* tradicionais, mais centrados no prestígio e na produtividade das IES e seus acadêmicos.

Abaixo é feita a apresentação dos cinco *rankings* globais mais citados nos 23 artigos pesquisados, com o objetivo de contextualizar as análises realizadas na seção seguinte sobre as implicações dos *rankings* acadêmicos nas universidades:

2.5.1. Times Higher Education (THE)

Iniciado em 2004, o *ranking Times Higher Education* (THE), publicado como suplemento do jornal britânico *The Times*, teve seu formato atual estabelecido em 2009, depois do encerramento da parceria com a QS. É elaborado, em parte, com base em critérios qualitativos, por meio de pesquisas de opinião sobre reputação das instituições de ensino superior (IES) em ensino e pesquisa, obtidas junto a pares acadêmicos e a empregadores, e, em outra parte, com base em critérios quantitativos, com o uso de informações sobre ambiente e recursos de ensino, impacto de pesquisa dentro e fora da academia, e internacionalização de estudantes e docentes, colhidas junto às universidades pesquisadas. Conta com uma classificação geral e outras específicas para cada conjunto de dados pesquisados. São também publicados *rankings* das universidades para seis grandes áreas de conhecimento: Engenharia e Tecnologia; Ciências da Vida, Ciências Clínicas, Pré-Clínicas e da Saúde; Artes e Humanidades; e Ciências Sociais. Além desses *rankings*, globais e por áreas, o THE acrescentou em seu portfólio, desde 2011, o *Times Higher Education World Reputation Rankings* que lista as universidades consideradas as melhores do mundo na opinião dos acadêmicos consultados; desde 2012, o *Times Higher Education 100 Under 50*, onde lista as 100 melhores universidades com menos de 50 anos; desde 2013, o *Times Higher Education Asian University Rankings*; e, desde 2014, o *Times Higher Education BRICS & Emerging Economies Rankings*. Esses dois últimos conjuntos de *rankings* têm estrutura semelhante ao *ranking* geral, no entanto com foco e abrangência regional.

2.5.2. Academic Ranking of World Universities (ARWU)

O ARWU, também conhecido como *ranking* de Shanghai, nasceu de uma iniciativa dos dirigentes da Universidade de Shanghai, instados pelo governo central, por ser uma das mais importantes universidades chinesas e de controle estatal, e que foi publicado pela primeira vez em 2003, um ano antes do *ranking* THE, com o objetivo de comparar o desempenho das universidades chinesas frente as principais universidades de todo o mundo. O ARWU classifica

as 500 universidades com o melhor desempenho internacional em ensino e pesquisa. Para tanto recorre basicamente a indicadores de grande reconhecimento público de pesquisadores, docentes e ex-alunos, ligados às instituições pesquisadas, tais como: premiações recebidas do Prêmio Nobel (Física, Química, Medicina e Economia) e da Medalha Fields (Matemática); artigos indexados nas bases *Science Citation Index-Expanded* (SCI) e *Social Science Citation Index* (SSCI); listas online de pesquisadores mais citados, e a dados de número de professores, funcionários e docentes publicados por fontes oficiais e outra fontes públicas consideradas confiáveis. A partir de 2007, o ARWU passou a divulgar também *rankings* por grandes áreas de conhecimento, chamados de ARWU-FIELDS, contemplando: Ciências Naturais e Matemática; Engenharia, Tecnologia e Ciência da Computação; Ciências da Vida e Ciência Agrárias; Medicina Clínica e Farmácia; e Ciências Sociais. Em 2009, foram criados *rankings* por subáreas, chamados de ARWU-SUBJECTS, com alguns ajustes metodológicos, classificando as instituições nas disciplinas de Matemática, Física e Ciências Espaciais, Química, Ciência da Computação, e Economia e Negócios.

2.5.3. QS World University Rankings (QS)

Após o encerramento da pareceria no *ranking* THE, a *Quacquarelli Symonds* passou a elaborar seu próprio *ranking* que foi publicado pela primeira vez em final de 2010, mais conhecido como *ranking* QS. Esse *ranking* avalia mais de 3.000 universidades de todo o mundo para gerar seus *rankings* com cerca de 800 IES. De forma assemelhada ao THE, o *ranking* QS tem metade da ponderação de seus componentes baseada em pesquisas de opinião de acadêmicos e empregadores, como indicadores de prestígio e reputação das universidades. A outra metade de sua composição utiliza a relação de estudantes por professor como uma *proxi* de qualidade de ensino, o número de citações de artigos na base *Scopus*, dividido pelo número de docentes, como indicador de impacto, e, enfim, a proporção de professores e estudantes estrangeiros na instituição como indicador de internacionalização. Desde 2011, a *Quacquarelli Symonds* divulga o *QS World University Rankings by Subject*, que classifica as melhores 300 IES considerando seu desempenho em 30 disciplinas específicas, divididas em 5 grandes áreas: Artes e Humanidades; Engenharia e Tecnologia; Ciência da Vida e Medicina; Ciências Naturais; e Ciências Sociais. A *Quacquarelli Symonds*, além de seus *rankings* globais e de *rankings* por disciplinas (*subjects*), produz também *rankings* regionais; sendo que, desde 2009, divulga o *QS Asian University Rankings*, desde 2011, o *QS Latin American University Rankings*; e, desde 2013, o *QS University Rankings BRICS*.

2.5.4. *SCImago Institutions Rankings (SIR)*

O *Scimago Institutions Rankings (SIR)* é produzido pelo grupo de pesquisas espanhol *SCImago Research Group*. Ele faz o ranqueamento de IES pelo seu total de publicações, utilizando-se da contagem de documentos indexados na base *Scopus*. Esse *ranking* é gerado a partir de 8 indicadores que tem igual importância na composição do *ranking* e apuram produção científica, colaboração internacional, impacto da pesquisa, publicações nas revistas de maior prestígio, grau de especialização e abrangência temática das pesquisas, excelência da produção científica, liderança científica e excelência em pesquisa. Esse conjunto de informações é verificado para universidades, órgãos públicos, laboratórios de pesquisa, hospitais, entre outras instituições que tem produção científica indexada na base *Scopus*.

2.5.5. *Leiden Ranking (LR)*

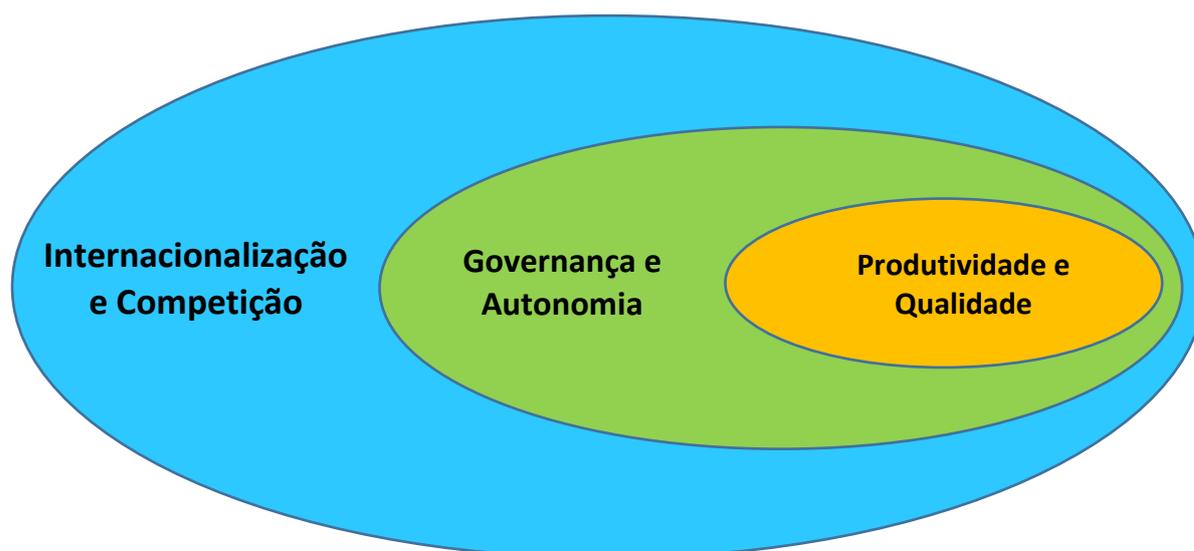
Publicado pelo *Centre of Science and Tehcnology Studies (CTWS)*, da Universidade de Leiden, na Holanda, o *Leiden Ranking* ganhou o formato atual em 2013. Seus responsáveis declaram que o objetivo desse *ranking* é comparar universidades com base no impacto de suas publicações e na colaboração internacional. O LR é composto por 9 indicadores, de igual ponderação, sendo 1 indicador para o total de publicações da instituição pesquisada na base WoS, 5 indicadores para citações de artigos de elevado impacto, nas pesquisas realizadas por seus docentes e pesquisadores, e 3 indicadores para colaboração externa ou internacional. Este *ranking* procurar estabelecer critérios robustos de relevância das publicações das universidades analisadas, inclusive balanceando seu desempenho por seu tamanho relativo. Tenta também estabelecer metodologias para a estabilização dos indicadores, a fim de permitir comparações temporais. O *ranking* global da Universidade de Leiden, a partir dos parâmetros acima expostos, classifica as 750 melhores universidades pesquisadas. Além disso, publica outros 7 ranqueamentos por áreas de conhecimento: Ciências da Saúde; Ciências Ambientais; Ciências da Vida; Matemática, Computação e Engenharia; Ciências Médicas; Ciências Naturais; e Ciências Sociais. Cada um desses *rankings* considera publicações específicas, de suas respectivas áreas, e tem tratamento ajustados para cada categoria analisada.

3. Levantamento das implicações dos *rankings* acadêmicos nas IES

A leitura completa dos 23 artigos teóricos-conceituais selecionados em bases científicas internacionais permitiu o levantamento de diversas implicações para as universidades. No entanto, a maior parte dos estudos selecionados trata de várias implicações em paralelo, pois cobrem situações abrangentes, influenciadas direta ou indiretamente pelos *rankings* acadêmicos. Entre elas, podemos citar, como exemplos, a situação do sistema de educação superior de determinados países, ou políticas de governo para as universidades. Podemos ver, por várias vezes, a influência dos *rankings* acadêmicos internacionais em decisões e comportamentos de gestores, docentes, estudantes e outros públicos relacionados às universidades, de várias partes do mundo.

Questões-chave para as IES na atualidade, tais como performance, qualidade, especialização, financiamento, desigualdade, pesquisa, ensino, *accountability*, transparência, autonomia, competição e globalização, entre outras, aparecem com relevância nos estudos selecionados. Essas questões são a base das implicações para as IES, que foram identificadas e organizadas neste estudo em três grupos complementares: internacionalização e competição; governança e autonomia; e produtividade e qualidade.

FIGURA 1 – Principais implicações dos *rankings* acadêmicos globais para as IES



Fonte: Elaboração do autor.

Abaixo discorre-se acerca das principais implicações *rankings* acadêmicos globais para as IES, a partir dos artigos científicos selecionados, organizadas nos três grandes grupos apresentados na Figura 1.

3.1. Internacionalização e competição

Igarashi e Saito (2014, p.227), em uma perspectiva sociológica bourdieusiana, ressaltaram a capacidade dos *rankings* acadêmicos globais conferirem capital simbólico às universidades mais bem colocadas e para seus administradores, professores, pesquisadores e estudantes, em âmbito mundial. Esse capital simbólico poderia ser valorizado e utilizado tanto dentro quanto fora do âmbito acadêmico. Os *rankings* legitimariam uma ordenação dentro de uma escala de competição global entre as instituições de ensino superior. Como consequência, esses *rankings* influenciariam a ação dos administradores dessas instituições que buscariam meios e métodos para melhorar as posições relativas nos *rankings* globais. Existiria também uma importante interação entre os *rankings* acadêmicos globais de cosmopolitismo (IGARASHI; SAITO, 2014, p.228), pois a presença de universidades de classe mundial (UCM), do inglês *world class universities* (WCU), confeririam às cidades que as abrigam, e também as regiões próximas e países, um capital simbólico que tornaria esses locais mais prestigiados cultural, social e economicamente. Isso ocorreria tanto no âmbito internacional quanto nacional, quando essas cidades e regiões atrairiam estudantes e pesquisadores de outras regiões e países onde esse prestígio seria menor. Com isso, as cidades onde estão localizadas as UCMs, em todo o mundo, tenderiam a ganhar um status diferenciado e maior capital cultural. De outro lado, despertariam o interesse dos administradores e das comunidades locais em oferecerem incentivos para a fixação e expansão de outras UCMs em suas cidades, mantendo portas abertas a demandas dessas IES e de seus gestores, e também de professores e estudantes. Estes benefícios locais também se tornariam um outro fator de incentivo para as próprias universidades e seus acadêmicos em melhorar seu desempenho nos *rankings* internacionais.

Knight (2015, p.110) destacou a importância da internacionalização para formatação de novos modelos de IES e de sistemas de ensino superior no mundo. Essa autora localizou nos *rankings* acadêmicos globais, destacando o *ranking* THE, como fenômenos indutores da tendência de internacionalização universitária, e considerou também a conceituação das UCMs, advinda das instituições melhor colocadas nos *rankings* acadêmicos internacionais, como limitada para a pesquisa científica no ensino superior. Como alternativa, propôs um modelo de análise das instituições internacionais de ensino superior com três gerações: clássicas; satélites;

e co-fundadas. A primeira geração, das universidades globais chamadas de clássicas por Knight (2015), seria aquela de uma universidade internacionalizada e que recebe estudantes e pesquisadores de diversos países em suas instalações. Elas realizariam parcerias nacionais e internacionais para o ensino e a pesquisa, e também promoveriam múltiplas atividades culturais de colaboração internacional. Esse modelo foi considerado pela autora como o mais comum e conhecido pela sociedade, e seria praticado, principalmente, por grandes universidades americanas e britânicas, tais como Harvard, MIT e Oxford.

A segunda geração, chamada de modelo de satélites ou de filiais¹⁶ seria aquela onde as universidades internacionais se estabelecem diretamente em outros países, por meio de unidades próprias de ensino e pesquisa, ou na forma de escritórios de representação, dependendo do tamanho do mercado e da legislação local para a educação superior. Essas unidades locais poderiam também servir ao recrutamento de estudantes e professores para suas unidades filiais, para as próprias unidades centrais, ou até para unidades em outros países. Knight (2015) localizou, em 2011, 210 unidades-satélite de universidades internacionais, em todos os continentes, sendo 69 unidades na Ásia, 55 no Oriente Médio, 48 na Europa, 18 na África, 10 na América do Norte e 10 na América Latina. Quando analisou a origem dessas instituições internacionais, essa pesquisadora identificou que 78 eram de IES americanas, 27 francesas, 25 britânicas, 17 indianas, 12 australianas e as demais de diversos países. Como exemplos desse modelo, a autora localizou a *New York University* com campus em Shangai (China) e Abu Dhabi (Emirados Árabes) e com 11 escritórios pelo mundo, e também a instituição australiana *Monash University* com campus na Malásia e unidades menores na China, Índia e África do Sul.

As IES internacionais do tipo co-fundadas constituiriam a terceira e mais recente geração dessas instituições de ensino superior, segundo Knight (2015, p. 112). Esse novo tipo de instituição de educação superior diferiria significativamente do modelo de unidades-satélite, pois elas funcionariam de forma independente de suas matrizes e em colaboração direta com seus parceiros locais – geralmente outras instituições com tradição no mercado local. Como exemplos, o autor citou o *The German University of Technology (GUTech)* no Oman, a *Jiatong Liverpool University (XJTLU)* na China, e a *Singapore University of Technology and Design (SUTU)*, em colaboração com a tradicional instituição americana MIT, em Singapura. Nesse

¹⁶ No original, *branches*. Tradução do autor.

modelo a autora identificou um tipo de relação de acreditação das IES dos países centrais, fundada no prestígio obtido por meio dos resultados nos *rankings* acadêmicos globais:

Dada a obsessão atual com os *rankings* mundiais, as creditações internacionais são muito atraentes, especialmente para programas profissionais. Isso pode significar mais uma rodada de auto avaliações e avaliações externas, e o resultado geralmente contribui mais para a construção do status do que para a capacitação da instituição. (KNIGHT, 2015, p; 117) ¹⁷

Knight (2015) localizou outros modelos de IES nos diversos sistemas de educação superior, basicamente como alternativas híbridas entre as 3 gerações de universidades acima apresentadas, sendo que os modelos de unidades-satélite e de unidades co-fundadas teriam ainda bastante espaço para expansão pelo mundo. Devido a essas tendências, a autora mostrou acreditar na possibilidade de que nos próximos anos fossem estabelecidos conglomerados internacionais de educação superior, liderados por UCMs, que chamou de “edu-conglomerados”. Essa nova forma de instituição global estenderia a abrangência das universidades internacionais às instituições locais, oferecendo aos estudantes a oportunidade de combinar cursos oferecidos diretamente pelas UCMs, por seus parceiros locais ou internacionais, ou por outras instituições por elas credenciadas – como em um sistema de acreditação. O elemento-chave nesse processo, para Knight (2015), seria a UCM como provedora de serviços de qualificação acadêmica e não necessariamente como provedor direto do serviço de ensino ou pesquisa. Nesse cenário hipotético, aventado pela autora, a franquia da IES detentora de prestígio internacional seria mais importante que o próprio programa acadêmico oferecido localmente. Esse modelo poderia se combinar e se beneficiar de iniciativas de ensino *online*. Assim, a marca das universidades, seu reconhecimento e seu prestígio internacional poderiam se tornar seu maior fator de atratividade, em detrimento dos próprios cursos. O desempenho das UCMs nos *rankings* acadêmicos globais teria, assim, papel fundamental para sustentar esse novo posicionamento acadêmico e mercadológico. A autora lança um alerta os pesquisadores descrentes nessas tendências:

Edu-glomerados podem parecer como ficção científica e muito longe da realidade de hoje. Um par de décadas atrás, o mesmo poderia ser dito sobre campi-filiais de universidades estrangeiras, ou centros regionais de educação, ou ainda cursos *online*

¹⁷ Tradução do autor, do original: “Given THE current obsession with world rankings, international accreditations are very attractive, especially for professional programs. This can mean yet another round of self and external evaluations, and THE result usually contributes more to status building than capacity building for THE institution.”

abertos, oferecidos de forma massiva. Fique atento – a única constante nesses dias em educação internacional é a inovação. (KNIGHT, 2015, p. 119)¹⁸

Em estudo em que discutiram a situação da Malásia no contexto global do ensino do seu ensino superior, Tan e Goh (2014) identificaram três questões-chave para a internacionalização das universidades daquele país: receber estudantes estrangeiros; ter artigos em publicações internacionais; e conquistar melhores posições nos *rankings* acadêmicos globais. Os autores tomam como referência para seu estudo a *University Sains Malaysia*, destacada universidade pública no país, para mostrar que havia um esforço das IES malaias em buscarem a internacionalização, com interesses econômicos e incentivos do governo federal. A primeira questão-chave, de receber mais estudantes estrangeiros no ensino superior malaio, teria como objetivo, de um lado, melhorar o posicionamento das universidades locais nos *rankings* acadêmicos globais, e, de outro lado, gerar mais receitas e divisas internacionais para a economia nacional. O Ministério da Educação Superior da Malásia teria políticas governamentais específicas para o setor e um escritório dedicado a atender estudantes, visando divulgar o país como um centro de excelência educacional, em âmbito internacional. Segundo o autor, esse esforço vinha gradualmente rendendo frutos para esse país, que competia com outros países da Ásia e da Oceania detentores sistemas educacionais mais fortes, com o número de estudantes estrangeiros cursando o ensino superior na Malásia passando de 18.292 em 2001 para 86.923 em 2010. Os primeiros países de origem dos estudantes que foram estudar nas universidades malaias foram da Indonésia, Irã, Iraque, Jordânia e Iêmen. A segunda questão-chave, do número de publicações em periódicos indexados internacionalmente vinha aumentando de forma acelerada, mesmo que ainda não fosse tão significativo internacionalmente. Apenas na *University Sains Malaysia*, instituição estudada por Tan e Goh (2014), o total de artigos científicos publicados no exterior saltou de 280 em 2001 para 2.246, no ano de 2010; sendo que, desse total, 2.020 publicações foram relacionadas a disciplinas de Ciências Naturais e apenas 226 em Ciências Sociais. Havia um evidente esforço das universidades malaias em aumentar o número de publicações, a fim dar maior visibilidade ao seu sistema de educação superior, tanto em ensino quanto em pesquisa, e também em atrair mais candidatos estrangeiros para seus programas de pós-graduação. Finalmente, no que diz respeito ao desempenho nos *rankings* acadêmicos globais, a Malásia, segundo esses autores, ainda apareceria com pouco destaque, apesar do esforço das universidades e do próprio governo

¹⁸ Tradução do autor, do original: “*Edu-glomerates may sound like science fiction and a long way from today’s reality. A couple of decades ago, THE same could have been said about branch campuses or education hubs or even MOOCs. Stay tuned—THE only constant these days in international education is innovation.*”

em dar visibilidade aos artigos e pesquisadores malaios. Tan e Goh (2014) apontaram que a falta de reconhecimento institucional das pesquisas e *rankings* de prestígio, o baixo número de citações, e a crescente competição oferecida pela IES de todo mundo, especialmente nas regiões da Ásia e da Oceania, vinham prejudicando um maior avanço das universidades da Malásia nos *rankings* acadêmicos globais. A resposta imediata de autoridades, políticos e acadêmicos do país, descrevem os autores, foi a de criticar as metodologias e os resultados dos *rankings*, especialmente os que privilegiariam o prestígio acadêmico, como o *ranking* THE.

Tham (2013) realizou outro estudo sobre o caso malaio e chegou a diagnóstico e questões semelhantes às apontadas por Tan e Goh (2014), em especial, no que diz respeito aos esforços de atração de estudantes estrangeiros e a posição IES malaias nos *rankings* acadêmicos internacionais. Esse autor sugeriu determinadas práticas para as universidades da Malásia melhorarem sua posição nos *rankings* acadêmicos internacionais, tais como:

Enquanto as universidades de pesquisa tradicionalmente recebem especialistas estrangeiros como avaliadores externos, examinadores, professores visitantes e conferencistas, há uma crescente ênfase na obtenção de estudiosos de renome mundial, tais como aqueles laureados com Prêmio Nobel, como visitantes. Da mesma forma, o pessoal acadêmico de universidades de pesquisa tem a oportunidade de passar o seu ano sabático no exterior, a cada 3 ou 5 anos, para ampliar o seu conhecimento e sua rede de contatos. Espera-se que essas colaborações também se traduzirão nas publicações em revistas de alto impacto, que são necessárias para elevar a posição dessas universidades nas tabelas de classificação. (THAM, 2013, p. 658)¹⁹

Observou, porém, esse autor que o governo malaio sofre certa pressão política e carecia de recursos para apoiar as universidades do país a se tornarem UCMs. Para as IES que não receberiam apoio governamental, principalmente as instituições privadas, o desafio da sobrevivência no mercado educacional seria muito grande, tanto a nível nacional quanto regional e internacional. Diante desses elementos, Tham (2013) viu duas alternativas básicas para o futuro das IES malaias: crescer para se aproximarem de instituições do tipo UCM; ou tornarem-se instituições de ensino superior do tipo boutiques, especializadas em áreas de conhecimento específicos. Assim, acredita que a competição global e a internacionalização são questões de sobrevivência para as IES da Malásia.

¹⁹ Tradução do autor, do original: “While RUs have traditionally hosted foreign lecturers in THE form of external assessors, examiners, visiting professors, and lecturers, there is an increasing emphasis on getting world renowned scholars such as Nobel Laureates as visitors. Likewise, academic staff from RUs have opportunities to spend their sabbatical overseas every 3 or 5 years to enhance their knowledge and network. It is hoped that these collaborations will also translate into THE all-important high impact journal publications that are needed to raise THE rankings of these universities in THE international league tables for universities.”

Em análise sobre o sistema de educação superior da Nigéria, Moruko (2013) relatou que o governo federal declarou seu intensão de elevar o papel das universidades na cultura, na sociedade, e, principalmente, na economia do país, tomando como referência os *rankings* acadêmicos globais. As autoridades nigerianas tinham o objetivo declarado de introduzir conceitos e práticas da sociedade do conhecimento e da economia criativa naquela nação africana. Para esse autor, contudo, o governo não dispunha de recursos ou mesmo demonstrou real interesse em melhorar as condições de ensino e pesquisa das universidades nacionais. Ao contrário, o governo propôs a privatização das universidades públicas e adotou um modelo de acreditação de instituições de ensino e de cursos. Diante desse quadro, as IES da Nigéria se viram compelidas a buscar ou ampliar mecanismos de auto sustentação, especialmente por meio da comercialização dos seus serviços de ensino. Com isso, segundo o autor, o sistema de educação superior nigeriano passou a sofrer ainda mais em qualidade e em relevância internacional.

Bowman e Bastedo (2011) exploraram a teoria da ancoragem para sugerir que as classificações das universidades nos *rankings* acadêmicos poderiam influenciar sua reputação institucional. Esses autores apresentaram a ancoragem como um viés cognitivo e que definiria uma tendência para se basear ou “ancorar” uma característica no processo de tomada de decisão, e mostraram a dificuldade de alguém se afastar da influência de uma impressão formada anteriormente (BOWMAN; BASTEDO, 2011, p.433). Os autores procuraram confirmar empiricamente essa hipótese para os resultados do THE e sugeriram que o mesmo poderia ocorrer para outros *rankings*. Segundo esses autores, os *rankings* influenciariam as avaliações de pares, a reputação em pesquisa das IES e dos pesquisadores, e outras opiniões relacionadas. Esse estudo apresentaria algumas alternativas para melhorar as pesquisas reputacionais, embora considerassem difícil eliminar os efeitos de ancoragem.

Em sua pesquisa, Marginson (2014), observou que os *rankings* teriam o risco de ficarem presos a um comportamento circular, no qual a boa reputação adquirida no passado levaria a boas avaliações e maior reputação futura para as universidades melhor classificadas. Sendo que, por vezes, suas metodologias apresentassem dificuldades em capturar melhorias nas instituições, no ensino e na pesquisa. Marginson destacou que os *rankings* baseados em subjetividades, com as entrevistas existentes no *ranking* THE, por exemplo, eram os mais propensos a refletir uma hierarquia histórica, que poderia não ser a mais correta. Esse fenômeno seria também conhecido como “Efeito *Halo*”, pelo qual as preconceções gerais sobre uma

pessoa ou instituição influenciariam julgamentos específicos. Assim, alguns esforços das universidades em ensino, e mesmo em pesquisa, poderiam não se refletir nos *rankings*, prejudicando a obtenção e manutenção de apoios financeiros e sociais em seus países de origem, merecendo análises mais abrangentes.

O’Connell (2013) examinou diferentes pesquisas sobre *rankings* acadêmicos, classificando-as segundo suas perspectivas teóricas, e identificou muitos estudos de caráter normativo; isto é, estudos que verificariam as consequências dos *rankings* acadêmicos internacionais enquanto campo emergente de interesse para as políticas públicas, estruturais e sistêmicas em diversos países. Esse autor também observou uma concentração importante de pesquisas expondo fraquezas metodológicas e questões sobre sua validade dos *rankings* internacionais. Apesar disso, acreditava que esses estudos tenderiam a aceitar sua validade como ferramenta de avaliação das IES e sua utilização voltada para a orientação normativa. Para O’Connell (2013, p. 720), essa perspectiva predominante da pesquisa demonstrava um enfoque de consenso nas recomendações e contribui, portanto, para a legitimação de *rankings*.

Para Cantwell e Taylor (2013), à medida que os *rankings* acadêmicos globais se tornaram mais proeminentes, os pesquisadores começaram a examinar se eles estariam criando uma maior desigualdade entre e dentro das IES. Essas investigações, segundo esses autores, mostraram que as classificações mundiais poderiam não gerar imediata melhoria nas reputações das instituições de educação superior, pois uma mudança na organização e no desempenho do sistema universitário, e de suas instituições, apenas ocorre lentamente. Por outro lado, esses pesquisadores acreditariam que os sistemas de classificações poderiam legitimar e aprofundar estratificações anteriormente existentes e, também, que a competição gerada por esses *rankings* demandaria mais esforços e recursos das universidades, desfavorecendo as IES menos prestigiadas ou com menos recursos e financiamentos disponíveis.

Lee e Lee (2013) pesquisaram os esforços do governo da Coreia do Sul e das universidades daquele país em conquistar maior destaque nos *rankings* acadêmicos internacionais, em especial o ARWU e o THE. Para isso, identificaram que as IES coreanas precisariam publicar artigos científicos em periódicos internacionais revisados por pares. Entretanto, muitos professores e pesquisadores apresentaram dificuldades com o domínio da língua inglesa, e, logo, em atingir esse objetivo. Por razões históricas, identificadas pelos autores, as universidades sul-coreanas estabeleceram-se na década de 1960, incentivadas por parcerias com empresas e governos locais, com maior foco no desenvolvimento de tecnologias

industriais e em mercados específicos. Lee e Lee (2013) também pesquisaram políticas acadêmicas por meio de entrevistas com professores de universidades da Coréia do Sul e encontraram um clima de grande competição entre os docentes para publicar artigos científicos, com incentivos monetários das universidades para publicações em língua inglesa e de caráter internacional. Observaram também novas políticas universitárias de contratação de docentes e pesquisadores que privilegiavam o domínio da língua inglesa.

Hou et al. (2012) observaram diversas universidades asiáticas sob pressão dos governos nacionais para se tornarem UCMs. Esses esforços, porém, demandariam muitos recursos humanos e infraestrutura para as universidades e, portanto, elevados financiamentos. Os autores verificaram, contudo, que na maior parte dos países asiáticos analisados em sua pesquisa não havia recursos para todas as IES candidatas. Assim, concluíram que os países asiáticos que pretendem estimular o estabelecimento de UCMs em seus sistemas de educação superior deveriam ter estratégia e financiamento adequados. Hou et al. (2012) consideram que a China seria o país com mais recursos e foco estratégico para criar UCMs.

Huang (2015, p. 206) identificou na China o caso mais eloquente de política pública voltada à educação superior desde a extinção da antiga União Soviética, na década de 1980. O autor apresentou a evolução do sistema de ensino superior chinês e estabeleceu como marco histórico o ano de 1994, quando o governo chinês lançou o *211 Project*, que teve o objetivo de estabelecer nas 100 universidades chinesa de referência mundial no século XXI. Essa iniciativa foi complementada, em 1999, pelo *985 Project*, com o objetivo ainda mais explícito de desenvolver UCMs chinesas. Esse último projeto iniciou com 9 universidades incentivadas e, segundo Huang (2015), essas IES receberam recursos extraordinários próximos a US\$ 4 bilhões, apenas para o período inicial de 1999 e 2003. Em 2013, 39 universidades passaram a fazer parte dessa iniciativa, com o objetivo declarado do governo central de expandir o projeto para atingir 100 UCMs chinesas em 2020. Todas essas universidades receberam também obrigações oficiais de melhorar a qualidade do corpo docente, incentivar a pesquisa multidisciplinar, promover a internacionalização, e atender às necessidades de pesquisa e ensino definidas pelos governos central e locais.

Apesar do foco nas maiores e mais destacadas universidades, esses projetos do governo chinês atingiram todo o sistema de educação superior do país (HUANG, 2015, p.208). Ainda no final dos anos 1990 foi promovida a fusão em larga escala de universidades, faculdades especializadas, institutos de pesquisa e hospitais em estruturas universitárias. As 637

instituições, seja do governo central ou de governos locais chineses, envolvidas nesse processo fundiram-se em apenas 270 instituições de maior porte e caráter mais abrangente; sendo que 83 destas passaram a abraçar todas as áreas de conhecimento, o que as habilitou a participar de todos os programas de incentivo oficial. Além disso, segundo Huang (2015), o governo central apoiou a ida de milhares de estudantes chineses, de graduação e pós-graduação, para as mais famosas universidades internacionais, especialmente dos Estados Unidos e do Reino Unido. Incentivou, também, o estabelecimento de parcerias entre pesquisadores e universidades nacionais e estrangeiras, assim como, a adoção de práticas de ensino e de avaliação, currículos, políticas e procedimentos administrativas, e modelo de gestão de pessoas próximos às universidades de maior prestígio mundial. Huang (2015, p.209) ressaltou o objetivo explícito do governo chinês de ver suas universidades dentro dos *rankings* acadêmicos globais. Por exemplo, em 2013, 28 universidades chinesas estavam entre as 500 mais bem avaliadas pelo *ranking* ARWU, da universidade de Shanghai. Esse resultado, porém, ainda estava distante da ambição declarada pelas autoridades chinesas de ter 100 universidades nesse e em outros *rankings* globais; ainda mais, pelo fato de que não se verificava nenhuma IES chinesa entre as 100 melhores naquela ocasião. Situação que fez gerar pressão adicional sobre os gestores das universidades e toda comunidade acadêmica da China.

Huang (2015) também observou o sistema de educação superior chinês com foco na criação e fortalecimento da UCMs nacionais pelo governo central, o que fez com que as universidades incentivadas se tornassem referência nacional em pesquisa em detrimento das demais IES pelo país. Estas últimas ficaram basicamente direcionadas ao ensino, com foco na formação de trabalhadores para o mercado, em programas de graduação e nas chamadas “ciências suaves”²⁰. Já as grandes universidades federais, que recebem os maiores recursos para programas de pós-graduação, ficam mais direcionadas para a formação em “ciências duras”²¹. Com isso, aumentou a distância e a desigualdade entre as IES que compõem o sistema de ensino superior chinês, com as menores instituições apresentando baixa capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional, e gerando dúvidas sobre a qualidade do sistema como um todo e de seus benefícios em âmbito nacional.

O estudo de Postiglione (2015) reforçou a percepção de dificuldade das universidades chinesas em balancear seus esforços em ensino e pesquisa. Os incentivos governamentais para

²⁰ Tradução do autor, do original: “*soft sciences*”.

²¹ Tradução do autor, do original: “*hard sciences*”.

que as maiores universidades atinjam padrões de UCM, mediante a adoção de políticas acadêmicas e infraestrutura semelhante às melhores universidades internacionais, ainda não teriam gerado os efeitos desejados de ter as instituições chinesas nas primeiras colocações dos *rankings* acadêmicos globais. O autor identificou que a pressão sobre professores e pesquisadores seria tão mais forte quanto pior fosse a colocação da universidade à qual estariam vinculados nesses *rankings* – em uma política de “ultimo no *ranking*, primeiro a ser demitido”²² (POSTIGLIONE, 2015, p. 237). A situação apontada nesse estudo mostrou também a insatisfação dos acadêmicos com os salários pagos e as condições de trabalho, especialmente nas universidades públicas mais bem-conceituadas, que os levava a aceitar ofertas de trabalho no setor privado – seja em empresas do setor produtivo chinês ou em outras universidades e empresas do exterior, especialmente de outros países da região, como Hong Kong e Singapura. Outros acadêmicos ainda se transfeririam para instituições de educação superior privadas, como as co-fundadas existentes no país, mais focadas no ensino do que na pesquisa. Postiglione (2015) destacou que, embora tenha havido um aumento significativa da quantidade de publicações das universidades chinesas, a qualidade ainda não foi reconhecida pela comunidade acadêmica internacional e não gerou o reconhecimento internacional pretendido. Como exemplo, citou que, no ano de 2010, as publicações científicas chinesas receberam apenas 4% do total das citações de outros artigos internacionais, enquanto as publicações científicas de origem americana apareceram em 30% das citações. Segundo o autor, esse seria o fator mais crítico para aumentar a presença e elevar a posição das universidades chinesas nos *rankings* acadêmicos internacionais.

3.2. Governança e autonomia

Uma forma de os governos influenciarem a pesquisa nas universidades públicas e privadas seria por meio de sistemas de financiamento à pesquisa baseados em indicadores de performance dessas instituições. Hicks (2010) identificou diversos sistemas de financiamento à pesquisa em funcionamento no Reino Unido, Espanha, República Checa, Hong Kong, China, Austrália, Polônia, Portugal, Itália, Nova Zelândia, Bélgica, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, e Estados Unidos. Segundo Hicks (2011, p.251), o interesse dos governos seria o de aumentar a capacidade de inovação de suas economias. Entretanto, com esse destaque à

²² Tradução do autor, do original: “*last ranked, first fired*”.

pesquisa, esses governos tenderiam a valorizar a função de pesquisa das universidades e, por vezes, a minimizar sua missão educativa.

Os sistemas públicos de financiamento à pesquisa para as universidades, segundo Hicks (2011, p.251), possuiriam os seguintes objetivos e características principais: aumento da quantidade e da produtividade da pesquisa universitária; substituição da tradicional cadeia de comando e controle do governo em relação às universidades por incentivos de mercado; gestão por projetos, com devolução dos recursos ao seu final ou no caso de não atingimento do desempenho esperado; governo como formulador de política e contratante de serviços de pesquisa, junto às IES; e aumento da responsabilização dos gestores e dos pesquisadores. O pesquisador observou que Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália seguiriam essas diretrizes mais rigidamente. Entre esses sistemas, o autor apontou o britânico como o mais antigo e desenvolvido, estando vigente desde 1986, atendendo diversas IES e centros de pesquisa, e suportando mais de 25% dos custos das instituições beneficiadas. Na Nova Zelândia, esse número seria estimado em 10%. Já o sistema governamental australiano suportaria cerca de 6% dos custos da pesquisa universitária nacional e seria gerido pelo *Australian Research Council*, ligado diretamente ao governo central, denominado *Excellence in Research for Australia* (ERA).

Hicks (2011) identificou que os sistemas governamentais de financiamento à pesquisa seriam também influenciados por *rankings* acadêmicos e por seus próprios indicadores de desempenho das universidades. Na Austrália, por exemplo, o sistema ERA produzia ranqueamentos públicos de universidades, a partir dos seus indicadores de quantidade e produtividade da pesquisa, com o objetivo de dar transparência à distribuição e gestão dos recursos públicos. Os *rankings* externos também poderiam influenciar o financiamento à pesquisa. Segundo Hicks (2011, p.258), um exemplo interessante seriam o dos Estados Unidos, onde o *ranking* da *US News e World Report* já foi utilizado por governantes e políticos para justificar ou questionar a alocação dos recursos de incentivo à pesquisa, especialmente nas agências estaduais. Apesar do estudo sobre os financiamentos públicos, o autor não perdeu de vista a importância da relação entre os *rankings* acadêmicos e as decisões de estudantes e professores, e suas implicações financeiras para as universidades:

Que as universidades prestem muita atenção aos *rankings* e seu prestígio é inteiramente racional, desde que os estudantes em potencial usem *rankings* para decidir sobre seus destinos, especialmente no nível de graduação, e uma vez que o dinheiro vem dos estudantes. Além disso, os professores mais produtivos e com

maiores propósitos buscam trabalhar em instituições mais bem classificadas. (HICKS, 2011, p.247)²³

Nos Estados Unidos, em 2013, o Presidente Barack Obama teria lançado uma nova estratégia para tornar o ensino superior mais acessível para a classe média. Embora a estratégia tivesse vários componentes, Nisar (2015, p.290) utilizou um arcabouço teórico amplo das ciências sociais aplicadas – tais como as teorias do principal-agente, da dependência de recursos, do neo-institucionalismo, e da ecologia dos jogos – e considerou o pagamento por performance como um elemento central dessa iniciativa governamental norte-americana. Esse pagamento seria financiado por verbas federais e também dos estados participantes, e seria efetivado após a verificação do progresso dos alunos nas universidades atingidas. Para tanto, seria criado um sistema de indicadores de performance que seriam monitorados pelo governo federal e condicionaria a liberação das verbas. Segundo o estudo desse autor, apesar de possuírem sistemas de incentivo ao ensino e à pesquisa universitária, os Estados Unidos nunca tiveram antes um sistema público federal de monitoramento da educação superior. Alguns poucos estados norte-americanos implantaram sistemas locais ou regionais, com destaque para o Estado do Tennessee, e por isso o autor questionou firmemente a eficácia desse tipo de política.

Para Nisar (2015, p.296), as abordagens de monitoramento e controle do sistema de ensino superior que foram propostas pelo governo americano tendiam a considerar as universidades isoladas do mundo real. Com base na perspectiva teórica da ecologia dos jogos, seu estudo indicou o fracasso americano em estabelecer políticas de financiamento público com base do desempenho acadêmico, devido à complexidade inerente à educação superior. O autor reconheceu os governos como importantes atores políticos na educação superior, tanto no âmbito federal quanto estadual, porém sugeriu que as metas governamentais deveriam ser negociadas com as universidades para terem efetividade. Uma vez que as IES americanas têm acesso a diferentes fontes de financiamento e, portanto, diversos financiadores a quem atender interesses, os governos não conseguiram impor metas que conflitem com outros objetivos dessas instituições. Nesse contexto, citou a importância para as IES americanas de sua colocação nos *rankings* acadêmicos internacionais, especialmente para as instituições mais focadas em pesquisa ou no valor das suas franquias. Pois, para essas IES, estar entre as melhores colocadas nos *rankings* globais poderia garantir mais financiamentos e receitas, sendo mais

²³ Tradução do autor. No original: *“That universities pay close attention to rankings and their attendant prestige is entirely rational since prospective students use rankings to decide on their destinations, especially at the graduate level, and since money follows students. In addition, the more productive, grant-raising faculty seek to work at more highly ranked institutions.”*

importante esses objetivos que atender metas governamentais e receber verbas insuficientes e controladas, sejam federais ou estaduais.

Em um estudo sobre as influências do prestígio das universidades e de seus acadêmicos nas citações escolhidas para os artigos científicos e também sobre as respostas de pesquisas de opinião, Safón (2013) sugeriu a existência de fatores de influência mútua entre os resultados dos *rankings* ARWU e THE. Assim, a performance acadêmica medida pelos *rankings* poderia ter uma relação circular com a reputação institucional das universidades. Entretanto, o autor considerou que as IES avaliadas nos *rankings* globais não eram capazes de manejar ou antecipar seus resultados, por isso investiriam em atingir a excelência nos critérios externos de medição e em elevar ou manter sua reputação acadêmica.

Ao analisar a situação do sistema de educação superior do Japão, Yonezawa e Shimmi (2015) observaram relevantes desafios para as IES japonesas para manterem um estatuto de classe mundial. Os autores viam as universidades japonesas como referências para o ensino e a pesquisa aplicada na segunda metade do século XX, no entanto, essas mesmas instituições mostram dificuldades para continuar relevantes no século XXI, como verifica-se em seu baixo posicionamento nos *rankings* acadêmicos globais. Com isso, indicaram que a construção de UCMs japonesas implicaria em uma maior concentração dos investimentos e fundos públicos em poucas IES, hoje dispersos em várias instituições de ensino e pesquisa, e também em uma transformação abrangente em sua governança. Yonezawa e Shimmi (2015) classificam, ainda, a maior parte das universidades públicas japonesas como tradicionalistas e burocráticas na gestão do seu pessoal e em suas práticas didáticas. Adicionalmente, não identificam um projeto nacional definido e capaz fortalecer essas universidades em um ambiente internacional, como existem em outros países asiáticos, entre eles a Coreia do Sul e a China. Verificaram que dificuldades apresentadas pelas IES desses outros países também são importantes no Japão, tais como a dos pesquisadores se comunicarem e escreverem em língua estrangeira, e das instituições atraírem estudantes estrangeiros. Adicionalmente, viram grande atraso nas políticas e práticas administrativas e acadêmicas, que privilegiariam mais a antiguidade profissional e de idade do pesquisador, do que a meritocracia baseada no desempenho. Os autores relataram também os esforços do governo federal em fomentar o estabelecimento de UCMs japonesas, tendo definido um grupo de 30 universidades para serem apoiadas em um esforço público de internacionalização, porém apenas 13 delas receberam recursos e apenas aquelas como melhor desempenho nos *rankings* acadêmicos ARWU e THE, por contada das restrições de recursos

orçamentários para apoiar todas as universidades candidatas. Finalmente, perceberam que as universidades e a comunidade acadêmica japonesas não mostram uma relação cosmopolita com a sociedade local e internacional, o que também prejudica sua internacionalização e presença nos *rankings* globais.

Outros sistemas de educação superior tradicionais também estariam sujeitos às influências *rankings* acadêmicos globais. Editorial publicado pela revista científica *Nature* (ANONIMOUS, 2010) observou que, no período de 2007 a 2010, o governo do então Presidente da França, Nicolás Sarkozy, promoveu reformas no sistema de ensino superior do país. Entre suas metas declaradas estava a de colocar 2 universidades francesas entre as Top 20, e 10 entre as Top 100 dos *rankings* ARWU e THE. Esses objetivos, receberam apoio de parte dos especialistas educacionais ligados à OCDE, mas também colheram críticas da comunidade acadêmica e científica, entre as quais dessa revista científica internacional. A publicação chamava a atenção dos dirigentes das IES para a excessiva influência dos *rankings* acadêmicos globais na tomada de decisão dos sistemas de ensino superior. Essa revista científica entendia que os desafios da academia seriam os de evitar o uso abusivo dos *rankings*, explicar suas limitações, e fornecer visões mais holísticas das universidades. No entanto, observaram que, concordando ou não com eles, os *rankings* acadêmicos internacionais estariam para ficar, tanto para as universidades quanto para comunidade científica.

3.3. Qualidade e produtividade

Em artigo no qual descreveu a forte expansão do ensino superior, em Taiwan – que passou de 348.290 alunos matriculados, em 1984, para 1.345.000, em 2013 –, Chang et al. (2015) discutiram questões referentes à qualidade desta expansão. Os autores realizaram pesquisas em duas universidades taiwanesas, onde constataram em ambas sob forte pressão governamental para que se tornassem UCMs. Ambas instituições pesquisadas foram caracterizadas como universidades de pesquisa e, portanto, teriam que mostrar alto desempenho na publicação de trabalhos científicos. Esse foco no desempenho em pesquisa, no entanto, geraria uma percepção de negligência com a qualidade de ensino por parte dos seus estudantes. Os autores colocaram que o equilíbrio entre qualidade e quantidade no ensino superior se tornou um desafio global, onde Taiwan seria apenas mais um exemplo.

Soh e Ho (2015) fizeram um exercício de comparação entre a situação da educação superior de Hong Kong e Singapura, a partir do seu desempenho nos *rankings* acadêmicos

internacionais, e consideraram interessante tal procedimento por se tratarem de duas cidades-estados, que foram colônias britânicas e atualmente sofreriam influência econômica direta da China continental. Os autores observaram, que as universidades de ambos países buscavam enfrentar a concorrência internacional por meio da conquista de maior destaque nos *rankings* acadêmicos internacionais, embora considerassem que os indicadores extraídos a partir dos *rankings* não permitissem conclusões adicionais, que só poderiam ocorrer por meio de uma pesquisa de caráter social mais rigorosa. Postiglione (2015) considerou a situação do sistema educacional de Hong Kong mais favorável que a da China Continental, destacando como pontos favoráveis o alto grau de autonomia universitária, a elevada internacionalização, e a preservação da posição das universidades nacionais frente à concorrência internacional no mercado educacional. Mesmo assim, observa que as universidades de Hong Kong também apresentam dificuldades em equilibrar seus esforços de ensino e pesquisa, a fim de obter melhor desempenho nos diversos *rankings* acadêmicos globais.

As universidades do Japão também apresentavam dificuldades para obter melhores posições nos *rankings* acadêmicos globais. Para isso, segundo Arimoto (2015), as IES japonesas teriam que aumentar a produção e a produtividade de suas publicações internacionais. O autor acreditava que as seguintes ações poderiam produzir tal efeito: aumentar a exposição das universidades a mecanismo de avaliação de mercado; fomentar o maior intercâmbio de experiências e produções dos pesquisadores japoneses com a comunidade acadêmica internacional; permitir discussões e decisões de baixo para cima nas universidades públicas, ainda muito tradicionalistas e hierarquizadas; aumentar o foco da pesquisa para a produtividade acadêmica; e dar mais espaço e tempo de pesquisa para acadêmicos mais novos das universidades que normalmente teriam elevada carga de ensino em detrimento da pesquisa. Esse autor fez algumas reflexões sobre as dificuldades sobre a formação de novos pesquisadores que atingem o Japão e outros sistemas de educação superior baseados em tradicionalismos e que prejudicariam a expectativa de melhores posições de suas universidades nos *rankings* acadêmicos:

O hiato de gerações entre acadêmicos mais jovens e mais velhos, que está firmemente conectado com a constituição da população acadêmica, tornou-se mais amplo e também foi aprofundado por muitos anos, devido a uma gestão disfuncional dos sistemas de contratos. Como é difícil para os acadêmicos da geração mais jovem serem empregados, eles têm menos tempo de pesquisa e também menos produtividade na pesquisa. Nesse contexto, como constituir um sistema de treinamento para uma nova geração de jovens pesquisadores, que se espera tornem-se acadêmicos brilhantes

e com produtividade na pesquisa, é um desafio para o ensino superior do Japão e para a profissão acadêmica. (ARIMOTO, 2015, p. 170)²⁴

Em estudo sobre a classificação das universidades da África do Sul nos *rankings* acadêmicos internacionais, Matthews (2012) verificou que apenas algumas das 23 universidades existentes no país apareceriam nos *rankings* globais. No entanto, isso ocorreria de forma errática e inconsistente, e em apenas um ou dois deles, não permitindo análises e verificação da qualidade das instituições por esses instrumentos. Por outro lado, na pesquisa desse autor, diversas universidades sul-africanas aspirariam a melhores posições nos *rankings* globais. Os maiores desafios dessas IES sul-africanas seriam aumentar sua produtividade acadêmica e sua internacionalização, por meio da melhoria de seu desempenho em número e qualidade de publicações, da obtenção de mais citações em seus artigos publicados, da maior quantidade de alunos de pós-graduação, e do maior recebimento de estudantes e pesquisadores estrangeiros.

Estudo de Wilkins e Huisman (2012) sobre as escolas de negócios do Reino Unido mostrou que também na área de conhecimento da Administração, ou seja, fora das ciências naturais, a pesquisa teria papel decisivo para a classificação dessas instituições de ensino superior nos *rankings* acadêmicos globais e nacionais. Para conquistar as melhores classificações, essas instituições deveriam produzir publicações em revistas e jornais científicos de ponta, avaliados por pares, com base em critérios acadêmicos consolidados, baseados em teorias conhecidas, e contribuindo para ampliar o conhecimento científico internacional. Esses autores observaram que o posicionamento nos *rankings* afetaria diretamente o prestígio e a reputação institucional das escolas de negócios, e que esses seriam fatores fundamentais para a atração de estudantes, docentes, pesquisadores e recursos públicos e privados.

4. Considerações finais

Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p.15) afirmaram que o processo de construção do estado da questão convive com a complexidade e a pluralidade de visões trazidas por diversos

²⁴ Tradução do autor, do original: *“The generation gap between younger and elder academics, which is firmly connected with the academic population constitution, has become wider and was also deepened for many years due to a dysfunctional management of the term contract system. Because it is difficult time for younger generation academics to be employed, they have less time on research and also less research productivity. In this context, how to reform a training system of younger generation researchers who are expected to become brilliant academics with great research productivity is a big challenge for Japan’s higher education and academic profession.”*

autores, especialmente, no campo das ciências humanas. O mundo contemporâneo exacerbaria essa diversidade e desafiaria o pesquisador a desvendar o significado das múltiplas racionalidades e lógicas que nele convivem. O levantamento do estado da questão das implicações dos *rankings* acadêmicos para as universidades, a partir da literatura acadêmica internacional, revelou esse contexto de complexidade e pluralidade. Também apresentou uma multiplicidade de perspectivas dos pesquisadores a respeito desse fenômeno social, para diversos contextos e partes do mundo. As diversas implicações dos *rankings* acadêmicos internacionais nas universidades puderam ser identificadas e organizadas em três grandes grupos: internacionalização e competição; governança e autonomia; e qualidade e produtividade.

A competição global incentivaria governos de vários países a buscar, nos seus sistemas de educação superior, um diferencial para suas economias. Esse fenômeno ganharia características e dimensões diferentes em cada país e sistema educacional. Na Malásia (TAN; GOH, 2014; THAM, 2013), por exemplo, a promoção da educação superior apareceria como função direta do esforço de geração de receitas para as universidades e divisas para o país. Na França (ANONIMOUS, 2010) e no Japão (ARIMOTO, 2015; YONEZAWA; SHIMMI, 2015), apresentam tradicionais sistemas acadêmicos agora questionados por seus próprios governos por conta da relativa fraqueza do desempenho das universidades nos *rankings* internacionais. Em economias menos potentes, como as africanas, ações de governo para a promoção da internacionalização da educação superior mostrariam pouca eficácia, como na África do Sul (MATTHEUS, 2012), ou podem mesmo levariam a tentativa de privatização de universidades públicas, como apresentado por (MORUKU, 2013), na Nigéria. Na Ásia, Hong Kong, Singapura e Taiwan, países menores, mas extremamente competitivos entre si e com grandes economias, buscariam em um sistema de ensino superior forte, um reforço ao seu dinamismo e, mesmo, à sua soberania nacional (HOU et al., 2012; CHANG et al., 2015; ARIMOTO, 2015; POSTIGLIONE, 2015; SOH, HO, 2015; YONEZAWA; SHIMMI, 2015). Finalmente, aparece com destaque o caso da China, que, no século XXI, mostraria não apenas pretender ser uma potência econômica e militar, mas também uma potência acadêmica e científica, com suas universidades e pesquisadores desafiados a galgarem posições de destaque nos *rankings* acadêmicos internacionais, apoiados por elevados financiamentos públicos, dos governos federal e locais (POSTIGLIONE, 2015; HUANG, 2015).

Essas implicações de internacionalização e competição induziriam diversos movimentos dentro das universidades. Nas IES que ainda buscam melhores posições nos *rankings* acadêmicos internacionais, observa-se uma importante pressão sobre gestores e professores para aumentarem sua produtividade de pesquisa, terem mais artigos em publicações científicas internacionais, conquistarem mais citações de seus artigos em estudos de pesquisadores de outros países, atraírem mais estudantes e pesquisadores estrangeiros, e adotarem práticas administrativas e didáticas mais modernas. Para as universidades já consolidadas nas melhores posições dos *rankings* acadêmicos internacionais seu desafio seria expandir receitas e financiamentos, promover cursos e eventos por todo o mundo e *online*, e estabelecer maior presença no exterior unidades autônomas (filiais) ou co-fundadas com IES líderes em outros mercados educacionais promissores (HICKS, 2012).

O fenômeno dos *rankings* acadêmicos internacionais traria ainda desafios de mudança para as universidades, exigindo novos padrões de governança e de autonomia acadêmica e administrativa. Para atenderem às políticas educacionais e receberem financiamentos públicos elas deveriam atender metas de produção e produtividade, especialmente na pesquisa, que nem sempre estariam alinhadas com suas vocações e estratégias acadêmicas (ANONIMOUS, 2010). Assim como a performance nos *rankings* influenciaria a percepção dos governos e da sociedade em geral sobre a qualidade e o desempenho acadêmico das universidades, e, inclusive, seria determinante para a definição ou manutenção de financiamentos públicos e privados (NISAR, 2015). As implicações dos *rankings* acadêmicos internacionais para as IES se dariam também no âmbito do comportamento dos seus gestores que seriam solicitados a adotar procedimentos e práticas mais competitivas e transparentes, dos professores que passariam a sofrer maior pressão para produzirem publicações científicas internacionais e a superar barreiras como da produção em língua inglesa e da exposição à academia internacional, e de todo o staff que deveria oferecer serviços e ambiente que atendessem às necessidades específicas de estudantes e pesquisadores de outros países e culturas (WILKINS; HUISMAN, 2010; IGARASHI; SAITO, 2014; KNIGHT, 2015). Uma implicação especialmente desafiante para as IES que procuram se destacar nas classificações globais seria a de equilibrar seus esforços entre o ensino e a pesquisa, uma vez que esta última seria preponderante na pontuação de vários *rankings* acadêmicos internacionais, como ARWU e Webmetrics. Alguns sistemas educacionais escolheram especializar suas universidades entre pesquisa e ensino, como na China. De qualquer forma, em todo o mundo observaram-se universidades com dificuldades atingir o equilíbrio entre a qualidade de ensino e produção científica relevante, em seu esforço para

atingirem o status de *World Class Universities*. Adicionalmente, seria plausível se esperar que os ranqueamentos baseados em reputação e em âmbito nacional percam importância relativa frente aos *rankings* acadêmicos globais, ou se alinham a estes últimos em termos de metodologia e indicadores, para melhor refletirem o desempenho das universidades de seus países frente às universidades de classe mundial.

Acrescente-se que no Anexo 1 deste trabalho é apresentada uma visão alternativa das principais implicações dos *rankings* acadêmicos globais para as IES, organizada para facilitar sua leitura para os 12 países mais citados nos artigos científicos pesquisados.

CAPÍTULO II – *RANKING* ACADÊMICO *PLAYBOY*: PIONEIRISMO, CONTEXTO, RELEVÂNCIA E TRAJETÓRIA

1. Introdução

Este capítulo tem os objetivos de estudar a trajetória do *Ranking* Melhores Faculdades do Brasil (RMFB)²⁵ publicado pela Revista *Playboy* brasileira, identificar os principais momentos de sua trajetória pública de 19 anos de funcionamento, observar aspectos da educação superior brasileira, presentes nas reportagens associadas aos *rankings*, nas décadas de 1980 e 1990, e observar o pioneirismo deste *ranking* acadêmico nacional no Brasil e no mundo. Este estudo foi realizado a partir de pesquisas bibliográfica, em livros, artigos de periódicos e outras fontes disponíveis, e documental, nos exemplares da revista *Playboy* onde foram publicadas as 19 edições do RMFB, complementadas por entrevistas com três jornalistas que estiveram à frente da elaboração e publicação desse *ranking* acadêmico em seu início, desenvolvimento e seu encerramento.

Já em sua primeira edição, em março de 1982, o RMFB da revista *Playboy* brasileira, publicada pela Editora Abril, mostrou sua vocação para dialogar com o ambiente político-econômico, o mercado de trabalho e a educação superior brasileira. Nessa publicação inaugural, a revista informava que seu *ranking* acadêmico havia sido construído a partir de questionários e entrevistas de opinião de professores e dirigentes da educação, da consulta a profissionais de recursos humanos e executivos de destaque em grandes empresas, da utilização de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de informações de teses e dissertações, do levantamento da participação das IES em congressos e seminários, e também por meio de visitas da equipe de reportagem para verificação *in loco* da qualidade das instituições melhor classificadas.

²⁵ Nota do autor. A análise documental das 19 edições do RMFB de *Playboy* permitiu verificar que o termo “faculdade”, utilizado no título desse *ranking* acadêmico, referia-se tanto a IES isoladas quanto a unidades dentro de universidades. Eventualmente, ocorria na segunda metade do século XX, tal como ocorre até nossos dias, que uma faculdade atenda mais de um curso ou área de conhecimento. Além disso, pode-se observar ainda a utilização do termo “escola” na Educação Superior, como a Escola Paulista de Medicina da UNIFESP ou a Escola Superior de Propaganda e Marketing, apenas para ficar em dois exemplos. Segundo relatou em entrevista o Prof. Dr. Carlos Roberto da Costa, o termo “faculdade” era o mais popular e fácil entendimento dos leitores de *Playboy* à época do lançamento do RMFB, em 1982, e assim se expandiu e permaneceu até o final de sua trajetória.

Para caracterizar a trajetória e o pioneirismo do *Ranking Playboy*, este capítulo foi estruturado em sete seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção trata do pioneirismo do *ranking* acadêmico, de âmbito nacional e com frequência anual, de *Playboy*²⁶ no Brasil e no mundo. A terceira seção aborda a trajetória da revista *Playboy* no Brasil e no mundo, na segunda metade do século XX, importante para compreender a relevância da publicação nesse período. A quarta seção traz o contexto socioeconômico brasileiro durante as décadas de 1980 e 1990. A quinta seção trata especificamente do contexto educação superior no período existência do RMFB, a fim de proporcionar o melhor entendimento das reportagens associadas ao RMFB e tratadas nas seções seguintes. A sexta seção analisa os assuntos abordados nas reportagens associadas ao RMFB de *Playboy*, para localizar aqueles mais diretamente associados com o ensino superior e a pesquisa acadêmica. A sétima seção traz a trajetória editorial desse *ranking*, entre os anos de 1981, quando foi concebido, até 2000, quando foi extinto, descrevendo suas principais fases, e a oitava e última seção traz as considerações finais deste tema de estudo.

2. Pioneirismo mundial do *ranking* acadêmico Melhores Faculdades do Brasil

O universo dos *rankings* acadêmico é bastante amplo e variado neste século XXI. Estudo de Moura e Moura (2013) localizou 22 *rankings* acadêmicos nacionais e 16 internacionais, publicados de forma regular. Lourenço e Calderón (2015), em pesquisa sobre *rankings* acadêmicos no espaço ibero-americano, encontraram dois *rankings* no Brasil, dois no Chile, um no México e um na Espanha, sendo que apenas um desses apareceu na pesquisa de Moura e Moura (2013). Para além desses *rankings*, existem diversos ranqueamentos por região geográfica e por área de conhecimento, a maior parte deles derivados de *rankings* internacionais (LOURENÇO; CALDERÓN, 2015; SANTOS, 2015; RIGHETTI, 2016).

A origem dos *rankings* acadêmicos é, também, objeto de análise em vários estudos, porém estes se utilizam de diferentes fontes e situações de partida, sem aparente preocupação com consenso ou unidade. Conrad (1985, p. 283) citou, como a primeira experiência de verificação da qualidade, por meio de indicadores da educação superior, aquela do *Harvard College*, iniciada desde a sua fundação, em 1636, e considerou o trabalho de Raymond Hughes, de 1925, denominado *A Study of The Graduate Schools of America*, como o primeiro *ranking*

²⁶ Segundo Costa et al. (2016, p. 5), o primeiro diretor de redação da revista, Mário Joaquim Escobar de Andrade, dizia que o caráter masculino da publicação não combinava com elementos gramaticais femininos, tais como “na *Playboy*”, “da *Playboy*” ou “a *Playboy*”. Nesta dissertação respeita-se esta escolha editorial da revista e utiliza-se a expressão “de *Playboy*”, sempre que o nome da revista aparecer sozinho.

acadêmico baseado na reputação das universidades. Aquela pesquisa de Hughes foi realizada ao longo do ano de 1924, classificando 38 universidades para 20 áreas de conhecimento e foi publicada no ano seguinte; esse estudo foi repetido em 1934, abrangendo 59 instituições e 35 áreas, por meio de consulta à dirigentes das universidades e especialistas em educação. Outros *rankings* acadêmicos foram promovidos com o apoio da *American Association of Universities*, em 1959, e pelo *American Council of Education*, em 1964 e 1969, em ambas situações com pesquisas realizadas junto aos administradores das instituições de ensino superior e especialistas reconhecidos para cada uma das áreas de conhecimento consultada. Mais tarde, outros *rankings* acadêmicos específicos, também baseados em pesquisas de reputação, tiveram sua publicação em revistas especializadas norte-americanas, porém de forma eventual e não regular, como na *MBA Magazine*, em 1974 e 1975, e na *Juris Doctor Magazine*, em 1976 (CONRAD, 1985, p. 291). Meredith (2004, p. 444) citou o *United States Bureau of Education* como a primeira tabela classificatória de universidades americanas, baseada em informações estatísticas, produzida em 1870, e também destacou o trabalho de Hughes, de 1925, como o primeiro *ranking* acadêmico reputacional. Rizo (2011, p. 80) cita o psicólogo James Mckee Cattell como o primeiro estudioso a produzir um ranqueamento de IES, em 1910.

Entretanto, apesar dessas diferenças quanto ao apontamento da origem dos ranqueamentos acadêmicos, um ponto que todos esses autores supra citados têm em comum, e onde são acompanhados por outros estudiosos estrangeiros dos *rankings* acadêmicos (BOWMAN; BASTEDO, 2009; DILL; SOO, 2005; VAN DIKE, 2005; ALTBACH, 2006; MARGINSON, 2007; SALMI 2007; SAUDER; 2006; HAZELKORN, 2011; RIZO, 2011; SAFÓN, 2013; BATY, 2014), é o de apontarem o ranqueamento de IES americanas da revista *U.S. News and World Report* (USNWR) como o primeiro *ranking* produzido e publicado, de forma regular, nos moldes como conhecemos os *rankings* acadêmicos atuais. Por isso apontam a USNWR como autora de um *ranking* acadêmico nacional pioneiro.

A *U.S. News and World Report* (USNWR, 2013) é uma publicação norte-americana fundada por David Lawrence, em maio de 1933, na capital Washington D.C., como um jornal chamado *United States News*. Essa primeira publicação era focada inicialmente em acompanhar e comentar, para os cidadãos em geral, as atividades do governo federal daquele país. Em 1940, o formato de jornal é alterado para o de revista, a fim de atrair maior publicidade. No ano de 1946, é criada uma outra publicação, o *World Report*, como revista semanal dedicada a assuntos

internacionais, e, em janeiro de 1948, as duas revistas foram unidas, no formato semanal, na *U.S. News & World Report*.

A partir da década de 1950, a USNWR passou por um processo de expansão contínuo, atingindo a marca de dois milhões de exemplares em 1973 e permitindo à editora responsável entrar em outros mercados, como o de livros e o de guias; nesse período, há também diversas alterações em seu controle e em seu corpo diretivo. Em 17 de maio de 1983, a *U. S. News* comemorou seus 50 anos, e, em 28 de novembro desse mesmo ano, foi lançado o *ranking American's Best Colleges* (RABC). Em outubro de 1984, o empresário e investidor, Montiner B, Zuckerman comprou a editora da USNWR e passou a desenvolver negócios ainda mais focados em guias e *rankings*, expandindo a franquia *Best Colleges*, e lançando os *rankings Best Graduate Schools* e *Best Hospitals*. Quase uma década depois, a partir de 1993, a empresa passou a reproduzir suas publicações para o ambiente *online* e, em dezembro de 2010, fez a última edição da revista impressa, passando a ser uma editora 100% em plataforma virtual, com todo seu conteúdo jornalístico, todos seus *rankings* e seus guias na internet. Segundo a própria publicação (U.S.NEWS, 2013), em 2013, os ambientes online da *U. S. News* tinham atingido 20 milhões de visitantes únicos, em 120 milhões de páginas visitadas.

Em seu sítio eletrônico (U.S.NEWS, 2013), a revista informou que seu *ranking America's Best Colleges* foi publicado pela primeira vez em 28 de novembro de 1983, teve sua segunda edição dois anos depois, em 1985, e a terceira em mais dois anos, em 1987, todas de base integralmente reputacional, realizadas a partir de pesquisas com questionários junto a 1.300 diretores de cursos de IES americanas. A USNWR pedia aos consultados que nomeassem as escolas superiores as melhores escolas superiores, em suas respectivas áreas de conhecimento, com base em sua opinião sobre qualidade dos cursos, dos professores, dos estudantes e do ambiente acadêmico como um todo, e obtendo, nessas primeiras edições, respostas de cerca de metade dos consultados. Essas primeiras classificações foram publicadas como reportagens nas edições regulares da revista, e a primeira edição avulsa desse *ranking* acadêmico da USNWR, tal como um suplemento da revista, foi impressa na forma de guia do *ranking America's Best Colleges* em 1987. Adicionalmente, segundo a USNWR (2013), o RABC passou a ser produzido em periodicidade anual e regular apenas em 1988, quando sua metodologia de classificação de IES e cursos foi alterada, incorporando alguns novos indicadores, tais como a seletividade no acesso dos estudantes e recursos disponíveis nas escolas, ao lado da coleta das opiniões de qualidade da comunidade acadêmica. Desde então,,

o *ranking* vem sendo produzido como uma publicação de âmbito nacional nos Estados Unidos, e atualmente o *ranking* da USNWR publica dados de aproximadamente 1.800 IES norte-americanas e sua pesquisa compreende mais de 700 conceitos referentes à qualidade dessas instituições.

No Brasil, o *ranking* acadêmico pioneiro foi o da revista *Playboy* (CALDERÓN et al., 2015; CALDERÓN et al., 2010), não havendo registro de nenhuma pesquisa que aponte outra classificação pública de IES, antes de março de 1982, quando foi publicada a primeira edição do *ranking* As Melhores Faculdades do Brasil. Essa edição brasileira de *Playboy*, de número 80, trouxe essa novidade aos leitores, apresentando seu *ranking* como “a primeira avaliação qualitativa das nossas escolas de ensino superior” (ESCOBAR DE ANDRADE, 1982). O *ranking* acadêmico de *Playboy* foi publicado regularmente, em periodicidade anual, até dezembro do ano 2000. A pesquisa documental realizada neste trabalho, com as 19 edições das revistas onde foram publicados o RMFB entre os 1982 e 2000, foi combinada com uma pesquisa bibliográfica a respeito dessa publicação e indicou que o *ranking* surgiu como iniciativa independente de *Playboy* do Brasil, movida por seu diretor de redação, Mário J. Escobar de Andrade, segundo Costa et al. (2016, p. 47). Adicionalmente, em pesquisa no buscador eletrônico Google, com o descritor “*ranking Playboy*”, são encontrados apenas registros da publicação do RMFB de *Playboy* no Brasil, não havendo menção a um outro *ranking* acadêmico de *Playboy* em nenhum outro país ou período em que a revista foi publicada no mundo. Finalmente, em entrevista concedida a esta pesquisa, o professor Doutor Carlos Roberto da Costa, jornalista e responsável pela primeira do RMFB, declarou que desconhecia e não utilizou nenhum outro *ranking* acadêmico de âmbito nacional como referência para estruturar sua metodologia inicial, concluída em janeiro de 1982, quando o primeiro RMFB foi para a gráfica da Editora Abril, para ser publicado na edição de março daquele da revista *Playboy* do Brasil.

As pesquisas bibliográfica e documental realizadas neste estudo indicam o claro pioneirismo do *ranking* Melhores Faculdades do Brasil da revista *Playboy*, pertencente à Editora Abril, que foi lançado na edição de março de 1982, e teve sua última edição em setembro de 2000, como o primeiro *ranking* acadêmico de publicação regular conhecido no país. Calderón et. al. (2014 a) observaram este fato e localizaram algumas evidências externas de sua relevância na comunidade acadêmica. As edições publicadas da revista são documentação viva desse fato, assim como são localizadas citações do RMFB de *Playboy* nos trabalhos de Pires (1998), Saggese (2013) e Costa et al (2016). Encontram-se também o reconhecimento do pioneirismo do RMFB, como primeiro *ranking* acadêmico brasileiro, nos

trabalhos de Beuren (2014), Lourenço (2014) e França (2015). Entretanto, outros trabalhos sobre a temática dos *rankings* acadêmicos no Brasil não identificaram esse fato (ANDRADE, 2011; MOURA; MOURA, 2013; VIEIRA, LIMA, 2014; SANTOS, 2015; RIGHETTI, 2016), normalmente apenas referenciando o *ranking* acadêmico do Guia do Estudante. Porém, segundo pesquisa de Lourenço (2014), o Guia do Estudante (GE) é, desde sua criação, em 1984, uma publicação produzida pela Editora Abril, assim como foi a revista *Playboy* do Brasil de 1978 a 2016. O GE surgiu como um suplemento do Almanaque Abril e apenas em 1986 ganhou formato independente, quando trouxe pela primeira vez sua lista classificatória dos melhores cursos do Brasil. Segundo pesquisa de Lourenço (2014), os *rankings* acadêmicos do GE nos anos de 1986 e de 1987 foram construídas a partir de informações colhidas com a própria revista *Playboy*, e, somente em 1988, passaram a ser produzidos com um levantamento próprio da qualidade das IES brasileiras, com informações levantadas por uma equipe independente dessa publicação de foco educacional da Editora Abril.

As pesquisas bibliográfica e documental sugerem também um outro fato ainda mais importante e ignorado do conhecimento científico até nossos dias: o de que o *ranking* Melhores Faculdades do Brasil de *Playboy* possa ter sido o primeiro *ranking* acadêmico nacional de todo o mundo, produzido em base anual e regular, por uma grande empresa de mídia. Esta sugestão é possível, a partir das informações pesquisadas sobre o surgimento, em novembro de 1983, do *ranking* nacional norte-americano da USNWR, considerado pela comunidade acadêmica mundial e brasileira como o primeiro *ranking* acadêmico do mundo. Assim, reconhecendo que o RMFB de *Playboy* foi iniciado em março de 1982, ou seja, com 20 meses de antecedência em relação à primeira edição do RABC da USNWR, a bem da qualidade e da precisão das Ciências Humanas, o RMFB deve ser colocado como o primeiro *ranking* acadêmico mundial.

Além disso, a metodologia do RMFB, desde sua primeira edição era mais abrangente, que o RABC da USNWR. Pois, de um lado, a produção da primeira edição do *ranking* *America's Best Colleges* tinha como único instrumento de pesquisa a resposta de questionários fechados enviados a professores e gestores de IES americanas. Enquanto, de outro lado, o *ranking* acadêmico da revista *Playboy* brasileira, já na sua primeira versão, utilizava oito combinações distintas de instrumentos e públicos de pesquisa, quando consultava (a) professores e gestores de 900 IES, (b) executivos de recursos humanos de 40 empresas brasileiras de grande porte (Esso Brasileira, General Motors e Petrobrás), (c) profissionais de elevado reconhecimento no mercado, (d) levantamentos sobre os cursos e faculdades junto à

Secretaria de Ensino Superior (SESu) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (Capes), (e) número de teses produzidas pelos cursos de pós-graduação, (f) participações da IES em congressos, (g) o volume de verbas liberadas por órgãos financiadores de pesquisa como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e, finalmente, (h) realizava visitas a diversos departamentos da IES pesquisadas, e, em linhas gerais, a publicação manteve diversos instrumentos em sua metodologia de pesquisa ao longo do tempo. O RMFB de *Playboy* mostrava assim uma metodologia mais robusta, com mais instrumentos e indicadores, e um envolvimento mais amplo com os participantes da educação superior no Brasil, do que o RABC da USNWR, produzido nos EUA.

Verifica-se também que o RMFB, por toda sua trajetória, além de cobrir cursos de graduação, abrangia também temas da pós-graduação acadêmica, de mestrado e doutorado, da pesquisa acadêmica e científica, e os diversos aspectos da pesquisa acadêmica e da inovação tecnológica. As reportagens do RMFB também comentavam e traziam informações específicas da pós-graduação. Para ilustrar esse fato, observou-se nas reportagens da revista, que a CAPES é citada em todas as 19 edições, o CNPq em 15 delas, o MEC é citado por 10 reportagens, a FINEP em 4, a FAPESP em 3, e o BID e a SBPC em 2 edições, e o BNDES é citado por uma vez; sendo que a maior parte dessas citações relacionadas a financiamentos, parcerias e convênios de programas de pós-graduação, de pesquisa científicas e desenvolvimento de inovações tecnológicas. Ou seja, sua abrangência do RMFB de *Playboy* por nível de ensino na educação superior era também mais ampla que o do RABC da USNWR.

Pesquisa bibliográfica específica sobre a revista *Playboy* no Brasil, realizada como subsídio deste estudo, parece indicar que talvez a ausência de reconhecimento a respeito da relevância e do pioneirismo no Brasil e no mundo do *ranking* acadêmico Melhores Faculdades do Brasil de *Playboy* se deve à falta de interesse da comunidade acadêmica na realização de pesquisas que se debruçassem detidamente sobre a trajetória desse *ranking* e dessa revista. A razão deste fato, por sua vez, talvez tenha ocorrido por um afastamento crítico da comunidade acadêmica do tema da avaliação (CALDERÓN et al., 2014 b) e, também, pela falta de reconhecimento, no século XXI, da relevância que a revista *Playboy* brasileira teve no século XX, com os estudos acadêmicos marcando, predominantemente, por aspectos de gênero, em detrimento de aspectos jornalísticos e sociológicos (MIRA, 2003; LIMA, 2004; MACHADO, 2005; COSTA, 2007; FRANCO, GUERRA, 2015; FURQUIM, 2016; MONTEZELO, 2013; SAGGESE, 2013; STORCH, FONTANA, 2013; BATISTA, VENTURINI, 2016; RIBEIRO,

2016). Uma das poucas exceções é do trabalho de Costa (2003), que tratou da construção do discurso como um fator de sucesso ou fracasso de um projeto editorial, utilizando-se da trajetória da revista *Playboy* no Brasil e na Argentina, e ressaltando que aqui a revista conseguiu ajustar e evoluir seu conteúdo conjuntamente aos valores culturais e sociais brasileiros, ao contrário do que ocorreu com a edição argentina.

3. Trajetória e relevância da revista *Playboy* no Brasil e no Mundo no século XX

Antes de adentrar no estudo do *ranking* acadêmico de *Playboy* e das reportagens a ele associadas é interessante conhecer a trajetória dessa publicação durante a segunda metade do século XX no Brasil e no mundo. Verificou-se que a edição brasileira de *Playboy* foi lançada em agosto de 1975, com o nome de Revista do Homem; sendo que esse título foi uma alternativa à censura oficial ao lançamento desta revista americana no Brasil. A solicitação para publicação de *Playboy* foi feita, ainda no ano de 1973, pela Editora Abril, porém o governo militar proibiu seu lançamento por se tratar de uma revista estrangeira e fora dos interesses nacionalistas então vigentes (GIORDANO, 2012, p. 152). Essa iniciativa editorial da Abril era uma resposta mercadológica ao aparecimento, em 1972, de um novo concorrente direto, a Editora Três, formada por executivos saídos da própria Editora Abril e conhecedores de seus projetos estratégicos, e que lançou, em agosto de 1974, sua revista masculina, chamada *Status* (COSTA et al., 2016, p. 51).

Quando do lançamento da Revista do Homem, em 1975, foi designado como seu redator-chefe o jornalista carioca Mário Joaquim Escobar de Andrade²⁷, vindo dos quadros da revista automotiva Quatro Rodas, também da Editora Abril. Escobar de Andrade foi alçado à função de diretor de redação em 1978, no mesmo momento em que o nome *Playboy* foi autorizado pela censura governamental e adotado pela revista. A partir daí, como se verá a seguir, torna-se impossível separar a trajetória de *Playboy* no Brasil do século XX da trajetória de Escobar de Andrade.

²⁷ Nota do autor. Como se verá no restante desta pesquisa, o nome de Mário Joaquim Escobar de Andrade era mais comumente citado por seus colegas e amigos como Mário de Andrade ou, simplesmente, Mário. Nesta pesquisa optou-se em adotar a redação Escobar de Andrade, para que futuros pesquisadores não confundam o nome do diretor carioca de *Playboy* com o do famoso escritor paulistano, nascido em 1893. Serão mantidas as citações do nome do diretor de *Playboy* conforme constam dos textos originais publicados.

Nascido no Rio de Janeiro em 02 de agosto de 1944, segundo relatou o prof. Carlos Costa²⁸ em entrevista a esta pesquisa, com quem conviveu diária e intensamente nos primeiros anos de *Playboy*, Escobar de Andrade era inovador, dinâmico, detalhista, perfeccionista e workaholic; pois trabalhava inclusive durante as férias e finais de semana, e promovia frequentes jantares e reuniões de negócios fora do trabalho. Escobar de Andrade faleceu subitamente no mês de fevereiro de 1991, deixando vago o cargo de diretor de *Playboy*, que veio a ser ocupado pelo jornalista Juca Kfoury, antes na revista esportiva Placar, e que ficou nessa função até 1994, quando passou a responsabilidade para o jornalista Ricardo Setti, oriundo da revista semanal Veja, e que foi diretor de *Playboy* até o ano de 1999.

Esta pesquisa verificou que Escobar de Andrade era admirado por superiores, colegas, subordinados e familiares. Thomaz Souto Correa, que foi chefe de Escobar de Andrade quando era diretor editorial e vice-presidente executivo da Editora Abril, em artigo intitulado “Tributo a um colega e amigo”, escreveu:

Mário de Andrade não era só um jornalista brilhante, que sabia o que era uma boa história para contar na *Playboy*, ou qual seria a mulher mais desejada por seus leitores. Tinha também tino comercial. Conhecia maneiras de vender a revista para os leitores. Era inevitável que fosse visto pela direção da Editora Abril como candidato ao que os norte-americanos chamavam de “Editor & Publisher”, responsável não só pela redação, mas também pela área comercial (COSTA et al., 2006, p. 22).

Thomaz Souto Correa comentou também nesse mesmo texto que Escobar de Andrade, no caminho corporativo de promoção à diretoria, adotado pela Abril à época, havia sido enviado para fazer uma especialização em administração de empresas no *International Institute for Management Development* (IMD), em Lausanne, Suíça, no ano anterior a sua morte. Em entrevista a esta pesquisa, o jornalista Ricardo Castilho²⁹, que foi responsável pelo RMFB de

²⁸ Nota do autor. Carlos Roberto da Costa possui graduação em Teologia pelo Instituto de los Sagrados Corazones, El Escorial, Madrid (1972), graduação em Filosofia (revalidação de estudos) pela Universidade Mogi das Cruzes (1973), graduação em Jornalismo pela Faculdade Casper Líbero (1978), mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2003 e 2007). Atualmente é diretor da Faculdade (quadriênio 2015-2018). Foi (2017-2010 e 2013-2014) coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, instituição em que é professor titular na graduação e de cursos *latu sensu* do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. Na Cásper Líbero, editou as revistas Líbero, Esquinas e Cásper. Publicou o livro *A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*, tema de seu doutorado (Editora Alameda, São Paulo, 2012, 456 páginas). Faz atualmente pós-doutorado em Letras (FFLCH-USP). Trabalhou para a Editora Abril de 1975 a 1999, tendo atuado nas revistas *Playboy* (Brasil e Argentina), *Elle* e *Quadro Rodas*. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/2319495281449898>

²⁹ Nota do autor. Ricardo Castilho é jornalista. Trabalhou 15 anos na revista *Playboy*, da Editora Abril, e foi diretor de redação da revista *Gula*. Criou a revista *Prazeres da Mesa* em 2003 e desde então segue como seu diretor editorial. A frente da *Prazeres da Mesa* foi o primeiro jornalista a lançar um caderno de vinhos dentro de uma revista. É degustador dos principais concursos da Espanha, membro de Confrarias em Portugal e levou o título de Chavalier de l'Ordre des Cateaux, de Champagne, na França. A *Prazeres da Mesa* promove anualmente o prêmio Melhores do Vinho, que seleciona e reconhece restaurantes da América do Sul que se preocupam em

1987 a 1999, reforçou que Escobar de Andrade era um editor e executivo muito criativo e dinâmico, e externou a opinião de que “se ele não tivesse morrido tão novo, talvez poderia ter dado outro futuro para *Playboy* e para a própria Editora Abril”.

Paulo Nogueira³⁰, jornalista que foi colega de Escobar de Andrade enquanto trabalhou nas revistas *Veja* e *Exame*, e depois como superintendente de revistas da editora, publicou um artigo no dia em que a Editora Abril havia anunciado que deixaria de publicar a revista *Playboy*, em 19 de novembro de 2015, onde comentava sua visão da trajetória de *Playboy* no Brasil e afirmava que:

O maior milagre da revista foi conseguir ser aceita no Brasil como uma revista séria, relevante, não restrita a mulheres nuas. O leitor podia ler *Playboy* num restaurante ou num bar sem se sentir embaraçado. O prestígio intelectual de *Playboy* levou-a ao melhor dos mundos: ela era sucesso de bancas e de publicidade. (...) A revista chegou a tirar mais de 1 milhão de exemplares na década de 1990. (NOGUEIRA, 2015).

Ainda para Nogueira (2015), o crédito do sucesso da revista *Playboy* brasileira deveria ser dado ao seu diretor Escobar de Andrade, que viveu o auge no período de auge das revistas no Brasil e no mundo, e escreveu:

O autor do milagre foi o jornalista Mário de Andrade, de longe o melhor editor que a revista teve no Brasil. Ele contou com a supervisão brilhante de Thomaz Souto Correa. (...) *Playboy*, cujo fim foi anunciado hoje já estava morta, a rigor, há muitos anos. Mas a *Playboy* feita por Mário de Andrade estará sempre presente entre as lembranças mais preciosas da Era de Ouro das revistas.

A própria Editora Abril fez um tributo público ao primeiro diretor de *Playboy* logo após a sua morte. Foi na revista *Veja* (1991), de onde destacou:

Mário de Andrade trabalhou na *Playboy* desde a sua fundação, na década de 70, exercendo o cargo de redator-chefe. Mário de Andrade transformou *Playboy* na maior e mais respeitada publicação masculina do Brasil, com uma tiragem superior a 400.000 exemplares. Deu a *Playboy* um padrão de qualidade até então desconhecido no país. A nudez é uma fantástica forma de expressão humana..., dizia. Dependendo de como é encarada, pode ser arte ou vulgaridade. Mário de Andrade imprimiu a *Playboy* uma fisionomia elogiada pelas outras treze edições internacionais da revista. Em 1990, pelo terceiro ano consecutivo, a edição brasileira foi a campeã em número de exemplares vendidos entre as edições internacionais da revista, batendo, entre outras, as da Alemanha, do Japão, da França e da Holanda. E, pelo quarto ano consecutivo, a *Playboy* nacional foi a recordista em páginas de publicidade, superando nesse ponto até a matriz americana. Mário de Andrade deu a *Playboy* um estilo. Sob seu comando, a revista ganhou fama pelas entrevistas e pela qualidade dos artigos e contos que publica. Mário de Andrade era conhecido e admirado pelo rigor com a qualidade.

oferecer a bebida com qualidade – desde a escolha dos rótulos até a forma de servir. Fonte: <http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/ricardo-castilho/>.

³⁰ Nota do autor. Paulo Nogueira faleceu recentemente, em junho de 2017, vítima de câncer, e nos últimos anos era responsável pelo sítio online Diário do Centro do Mundo (<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/>).

No entanto, as lembranças a respeito de Escobar de Andrade na redação de *Playboy* não eram todas de alegria. Muitos consideravam seu temperamento irascível e impositivo. Nogueira (2015) deu sua versão desse comportamento:

Mário era um chefe insuportável. Não fazia a menor cerimônia em ligar para os subordinados nos finais de semana. Comunicava-se por bilhetes, mesmo com pessoas que estavam a poucos passos de sua sala. Ao lado de Veja, *Playboy* sob Mário era o pior lugar para trabalhar na Abril. A rotatividade era extraordinária.

O prof. Dr. Carlos Costa, viveu bons e maus momentos ao lado de Escobar de Andrade, nos primeiros anos de *Playboy* no Brasil, que o chamava de “meu fiel escudeiro”. E relatou, “saí de *Playboy* em 1989. Estava difícil a convivência do escudeiro (...) com o cavaleiro Mario Escobar de Andrade. A relação com o mestre com quem tanto aprendi azedava” (COSTA et al., 2016, p. 53). Na entrevista concedida a esta pesquisa, Costa relatou que Escobar de Andrade era uma pessoa que não relaxava e que estava sempre pensando em inovações para surpreender a todos. Ele era detalhista e gostava que todos assim fossem, citando frequentemente a frase “Deus está nos detalhes”, a qual atribuía à Escola de Bauhaus. Costa contou que Escobar de Andrade se encantava e desencantava com as pessoas com muita facilidade, muitas vezes com o objetivo de atrair nomes consagrados da mídia para a equipe de *Playboy*, a fim de fomentar o prestígio da revista. Apesar das diferenças que tinha com o antigo chefe, o prof. Costa declarou: “Mário era a encarnação da vontade de poder. Exigente, mas um chefe muito humano e carinhoso”.

“Mário morreu de tanto trabalhar. Tinha 46 anos. Saiu um dia para almoçar e não voltou mais. Teve um infarto fulminante. Deixou mulher, três filhos de dois casamentos e enteado. Ele foi padrasto de Luciano Huck, que frequentemente diz que Mário foi a maior influência da sua vida”, relatou Nogueira (2015).

O apresentador Luciano Huck escreveu sobre Escobar de Andrade nas “orelhas” do livro sobre os 40 anos de *Playboy* de Costa et al. (2016):

Mário era marido da minha mãe, meu padrasto, pai do meu irmão Fernando (...). Um gênio na arte de fazer revistas. Um cara que vivia seu ofício 24 horas por dia, sete dias por semana. Um apaixonado pelo que fazia (...). Mário sempre enchia a casa de amigos que eu achava muito bacanas. Era a “confraria de *Playboy*” (...). E vira e mexe o “bico” nessas reuniões era eu (...). Não demorou muito para o Mário pedir para que eu comesse a escrever para a revista. Aos 14 anos assinei a minha primeira nota na coluna *Insiders*. E não parei mais ... não de escrever, mas de ter ideias. E de tirá-las do papel. Esse é o meu prazer. Obrigado, Mário querido.

A revista *Playboy* no Brasil, liderada por Escobar de Andrade, teve sua linha editorial inspirada na publicação original americana, como uma revista mensal moderna e sofisticada, que dava destaque a grandes nomes do jornalismo e da literatura contemporânea, entrevistas com personalidades famosas, ilustrações realizadas por artistas e cartunistas especializados,

reportagens sobre itens de luxo, e outros assuntos destinados a um leitor elegante e bem informado (COSTA et al., 2016, p.17). Apesar dessa inspiração inicial na edição americana, a versão brasileira de *Playboy* foi ganhando cada vez mais independência editorial ao longo das décadas de 1980 e de 1990, na mesma medida que crescia em prestígio e faturamento. Para Nogueira (2015), depois que Escobar de Andrade faleceu, a revista passou para o comando de Juca Kfourri, que assumiu sem preparação prévia e em um momento em que o país vivia uma crise econômica, não podendo ousar muito na direção. Em seguida, em 1995, assumiu como diretor Ricardo Setti, que manteve um alto padrão de qualidade e prestígio, mas que tinha o perfil de um editor mais sóbrio e próximo do jornalismo político, com pouca criatividade para conduzir uma renovação necessária a *Playboy* (NOGUEIRA, 2015).

O fundador mundial de *Playboy* foi Hugh M. Hefner, filho primogênito de uma família protestante de Chicago, nos Estados Unidos, que nasceu em 9 de abril de 1926, estudou arte e sociologia, casou-se com uma colega de classe, em 1949, com quem teve dois filhos, e faleceu em 27 de setembro de 2017, aos 91 anos. Ele foi redator de publicidade antes de trabalhar no departamento de promoção da revista *Esquire*, onde passou a alimentar ambições editoriais ao ver espaço mercadológico para uma revista masculina sofisticada, em uma economia norte-americana próspera e aberta a novidades, após a segunda guerra mundial. Em 1953, a partir de um investimento de cerca de oito mil dólares, Hefner realizou seu intento de publicar a primeira edição da revista *Playboy*, com 44 páginas, uma grande estrela na capa, uma história de Sherlock Holmes, um artigo sobre os então famosos músicos Dorsey Brothers e ilustrações do próprio diretor-proprietário. A revista ganhou rapidamente espaço no mercado editorial americano e expandiu-se pelo mundo, ao mesmo tempo em que a marca *Playboy* passou a ser utilizada em casas noturnas, roupas, filmes e outros produtos. Giordano (2012, p. 152) faz um breve relato do nascimento e da expansão mundial de *Playboy*:

A marca *Playboy* nasceu nos Estados Unidos em 1953. Em sua primeira capa, Marilyn Monroe apareceu retratada, sinal inequívoco do caráter que definiria a revista nos anos seguintes: a confluência de sexo, política e jornalismo. Imediatamente, transformou-se em um estrondoso sucesso, liderando o mercado de revistas masculinas. Nos anos 70, a incipiente tendência à transnacionalização do capital animou a criação de revistas homônimas em outros países: Alemanha (1972), Itália (1972), França (1973), México (1976) e Espanha (1978).

Nos Estados Unidos, *Playboy* também passou a fazer coberturas de temporadas culturais e esportivas, a destacar artistas e jogadores, e a promover concorridos festivais de jazz. Foi uma das primeiras revistas no mundo a utilizar entrevistas do tipo “ping-pong”, de perguntas e respostas rápidas e dinâmicas, com personalidades e autoridades, que influenciaram o jornalismo mundial e, claramente, sua edição brasileira. A publicação mantinha também no

Brasil uma tradição de entrevistas com autoridades e personalidades nacionais de diferentes matizes políticas, tais como Luís Inácio Lula da Silva, Roberto Campos, Mário Covas, Delfin Netto, Antônio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy, Jarbas Passarinho, Miguel Arraes, Maximiliano da Fonseca e Fernando Henrique Cardoso. Nas palavras de Costa et al. (2006, p. 17), *Playboy* produzia:

Páginas e páginas de perguntas e respostas, registradas em horas e horas de conversa, sempre com uma personalidade cujas declarações iriam causar sensação. Só para dar um exemplo, publicou uma entrevista com o ex-Presidente norte-americano Jimmy Carter, em novembro de 1976, e também conversou com Fidel Castro, em agosto de 1985, feitos jornalísticos inéditos naquele tempo.

O jornalista Ruy Castro (2015), em artigo na Folha de S.Paulo, no qual também homenageou Escobar de Andrade e falou do anúncio do fim de *Playboy*, escreveu sobre o perfil da revista e da qualidade das entrevistas da edição brasileira:

De 1979 a 1995, participei de *Playboy* como repórter especial e uma espécie de ministro sem pasta, palpitando e colaborando em várias seções. Nesse período, sempre vimos a entrevista como apenas um dos elementos que deveriam fazer de *Playboy* uma revista de qualquer gênero. Igual atenção era dada às reportagens e aos perfis, cartuns, matéria de moda e serviço e a todo o conteúdo em geral. Nosso leitor-alvo era um homem inteligente, consciente de seu tempo, com certo poder aquisitivo, e que, por acaso gostava também de mulher. Nossas entrevistas eram as melhores da praça. Partiam de pautas com 300 perguntas, que geravam sete ou oito horas de fita gravada em duas ou mais etapas, com dias ou semanas de intervalo. O lapso era de propósito, para o repórter avaliar o material já produzido e retomar perguntas mal respondidas ou dar novo rumo à conversa. Era instruído a fazer uma só pergunta de cada vez, não tentar preencher os silêncios e nunca interromper o entrevistado quando este estivesse falando. Numa entrevista, a resposta é sempre mais importante que a pergunta. O resultado de tal esforço pode ser avaliado nas várias antologias já publicadas dessas entrevistas.

Segundo Mira (2003, p. 36), *Playboy* surge no Brasil, nas últimas décadas do século XX, em um ambiente social predominantemente urbano, onde começa a emergir uma nova masculinidade, mais preocupada com a própria imagem, desejosa de uma distribuição do foco de vida entre o trabalho e o lazer e de maior refinamento na vida cotidiana. A revista foi uma das precursoras e a principal representante do gênero masculino sofisticado. Nas palavras do jornalista Juca Kfourri, diretor da revista entre 1991 e 1994, a trajetória da revista até o final do século XX foi de “grandes histórias, de muito talento e glamour”, a ponto de que a matriz americana considerava à época a *Playboy* brasileira como a melhor de suas edições internacionais (COSTA et al., 2006, p. 11).

Pesquisa realizada por Pires (1998) observou que a revista declarava manter coerência com os princípios originais da edição americana, valorizava o bom jornalismo, cobrindo assuntos de política, economia, relações internacionais, negócios, e temas de lazer, como casas noturnas, moda e festas. Em entrevista com Ricardo Setti, então diretor de redação, Pires

registrou o esforço da publicação em fornecer informações e prestação de serviços aos leitores, com destaque para o *ranking* das Melhores Faculdades do Brasil, além outros guias e testes – tais como os de bebidas, charutos e eletrônicos –, reportagens sobre moda masculina, ilustrações de Ziraldo e outros artistas renomados, e piadas e textos de humor produzidos por escritores famosos, como Luís Fernando Veríssimo e Ruy Castro. A revista, que esteve submetida a censura prévia em seus primeiros anos de existência, tanto em seu conteúdo erótico quando político, orgulhava-se em manter a elegância em seus ensaios fotográficos, o que foi verificado por Pires (1998, p. 66) quando comparou edições dessa revista brasileira dos anos de 1980 e dos anos de 1990 e observou mudanças em seu padrão visual, especialmente nas capas, mas viu poucas mudanças em sua estrutura de matérias e reportagens. A pesquisa de Pires (1998, p.75) mostrou também que, nos anos 1980, em média, 68% dos leitores de *Playboy* estavam na faixa entre 15 e 29 anos de idade, sendo 82% de homens e 18% de mulheres. Na década de 1990, esses números se alteraram levemente, com a referida faixa de idade dos leitores caindo para 59%, e o público feminino subindo para 23% do total, contra 77% do masculino. O autor apurou que 56% dos leitores das revistas pertenciam às classes de renda A e B, caracterizando um público de alta renda, embora destacasse que as classes de renda D e E apresentavam importante participação, com 21% do total de leitores. A pesquisa mostrou também que 61% dos leitores de *Playboy* possuíam nível de escolaridade secundário ou universitário. Números compatíveis com leitores interessados aos temas de ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho, sustentando a receptividade ao RMFB por duas décadas.

Em entrevista para esta pesquisa, o jornalista Ricardo Castilho apontou como razão principal que permitiu a longevidade de 19 anos do RMFB de *Playboy* a de que, ao longo do tempo, esse *ranking* acadêmico conquistou prestígio para a revista junto à comunidade acadêmica e aos leitores em geral, trazendo também um assunto que podia ser conversado pelos leitores com amigos e em família. O jornalista citou que muitas vezes recebeu consultas, por cartas ou telefonemas à redação de *Playboy*, de pais de estudantes pedindo recomendação de cursos para seus filhos. Castilho comentou que ele não indicava IES específicas, mas ponderava os prós e contras, facilidades e dificuldades para os estudantes para ingressarem e se manterem em determinados cursos e instituições, muitas vezes tendo que residir longe de suas residências, com custos emocionais e financeiros elevados para as famílias. Esse jornalista acrescentou que, mesmo após 18 anos longe do mundo dos *rankings* acadêmicos, ainda recebe por vezes consultas sobre cursos e IES de pais que querem o melhor estudo para seus filhos e que

conhecem de alguma forma seu passado no RMFB, mas cada vez mais no universo da gastronomia, setor da imprensa ao qual se dedica desde que deixou *Playboy*, em final de 1999.

Finalmente, como citado acima por Nogueira (2015), esse prestígio junto aos leitores era fundamental para a aceitação e vendagem de *Playboy* nas bancas. Por outro lado, como observou Costa (2003, p. 168), esse prestígio permitia também o acesso da revista aos grandes anunciantes. Tanto dos fabricantes e distribuidores de cigarros, bebidas e vestuário, contumazes anunciantes nas edições de *Playboy* em todo o mundo, quanto por fabricantes e distribuidores de automóveis, motocicletas, material esportivo, eletroeletrônicos e, até, de bancos – tipo de instituição que, segundo as pesquisas do prof. Carlos Costa (2003), só anunciava em publicações que valorizassem sua própria imagem. Assim, o prestígio comercial e institucional se transformava em receitas de vendas e publicidade para *Playboy* e para a Editora Abril.

4. Contexto socioeconômico do Brasil na segunda metade do século XX

O contexto socioeconômico nacional influenciou e se refletiu nas reportagens associadas ao RMFB da revista *Playboy*, tanto nas matérias relativas ao mercado de trabalho quanto naquelas relativas à educação, quando, por exemplo, tratava das dificuldades do financiamento da IES e da importância da pesquisa científica aplicada à inovação industrial, por meio de parcerias entre universidades e empresas brasileiras.

O período compreendido entre os anos de 1982 e 2000, em que existiu o RMFB de *Playboy*, foi de instabilidades no ambiente político e econômico brasileiro (FAUSTO, 2003). Do ponto de vista de Giambiagi (2005), as duas últimas décadas do século XX podem ser divididas em quatro subperíodos: a) de 1980 até 1984 foi o final do regime militar e de um modelo de crescimento econômico com endividamento externo; b) de 1985 a 1989 ocorreram a implantação da Nova República e os primeiros planos de estabilização inflacionária (Cruzado, Bresser e Verão); c) entre 1990 e 1994 o país viveu acontecimentos intensos, com confisco monetário, corte de despesas, redução do contingente do funcionalismo público, privatizações de empresas estatais, desindexação de preços e contratos, e o primeiro *impeachment* de um Presidente da República; e, finalmente, d) o período de 1995 a 2000 avançou-se na estabilização inflacionária bem sucedida com o Plano Real e em privatizações.

Esse período também foi marcado por importantes mudanças na dinâmica socioeconômica do Brasil, iniciadas em meados do século XX, em um intenso processo de crescimento e de transição populacional e econômica nacional, vivido naqueles tempos. Conforme vê-se na Tabela 1, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE, a população brasileira que era de 51.9 milhões, em 1950, atingiu 169,6 milhões de habitantes residentes no ano 2000, aumentando em 3,3 vezes em cinquenta anos. Para além disso, observou-se uma acelerada urbanização, com a população vivendo em cidades passando de 18,7 milhões, em 1950, para 137,6 milhões em 2000, multiplicando-se em 7,3 vezes e gerando uma enorme pressão da sociedade brasileira por infraestrutura e serviços urbanos, sociais e culturais (GREMAUD, 2002).

Quadro 7 – Brasil: população total, urbana e rural. Fonte: IBGE.

População	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Urbana	18.783.094	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550
Rural	33.161.303	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143
Total	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693

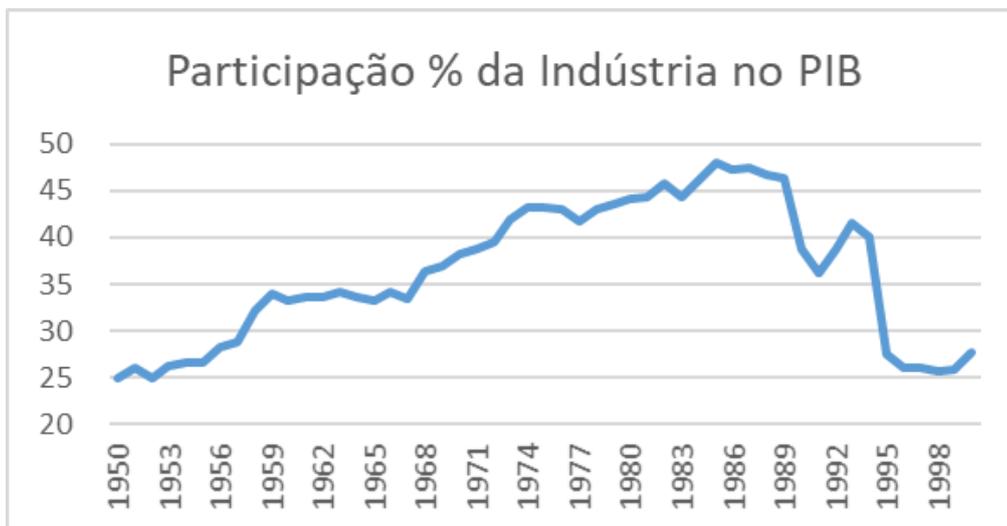
Um aspecto populacional de especial relevância para o ensino superior nesse grande período foi o de que a população com idades entre 20 e 29 anos, que concentrava a maior parte do público demandante de educação superior no Brasil, passou de 9,1 milhões em 1950 para 30,0 milhões no ano 2000 de pessoas; interessante, as mesmas 3,3 vezes da população total, mantendo a proporção desse grupo populacional estável em cerca de 18% da população brasileira, como é possível se ver no Quadro 8.

Quadro 8 – Brasil: população nas faixas de idade de 20 a 24 e de 25 a 29 anos. Fonte: IBGE.

População	1950	1960	1970	1980	1990	2000
20 a 24 anos	4.991.139	6.237.920	8.285.805	11.513.220	13.564.878	16.141.515
25 a 29 anos	4.132.271	5.245.848	6.504.069	9.442.217	12.638.078	13.849.665
Total Grupo	9.123.410	11.483.768	14.789.874	20.955.437	26.202.956	29.991.180

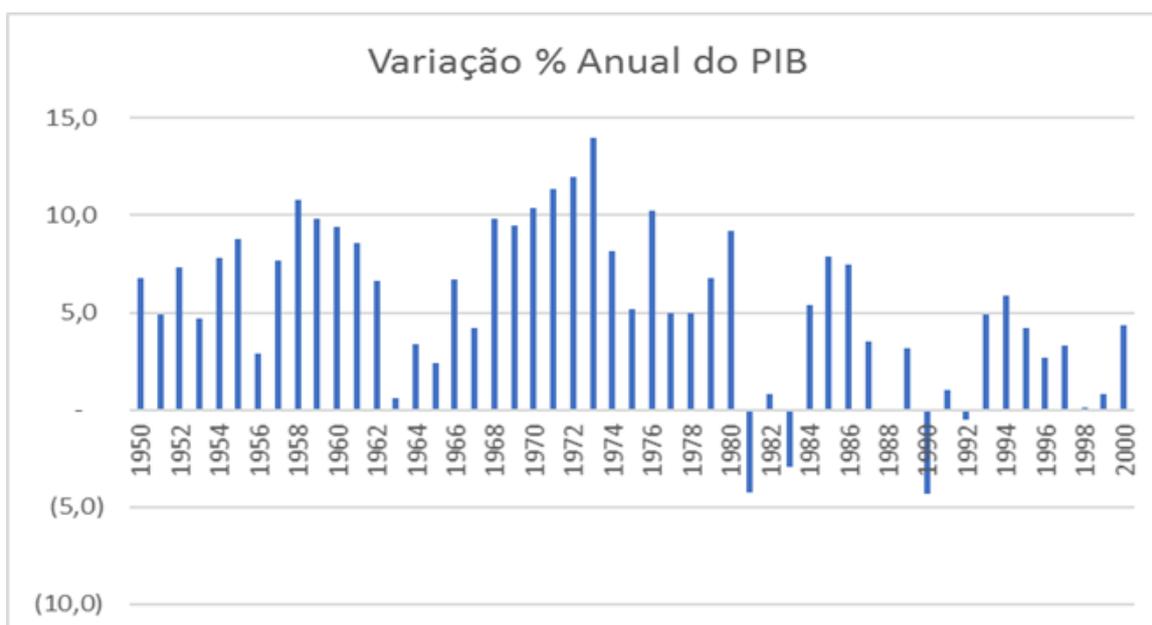
Essa intensa expansão e transformação da estrutura populacional ocorreu ao mesmo tempo em que a economia brasileira crescia por meio da industrialização. O Gráfico 1 abaixo mostra que a participação a indústria brasileira no Produto Interno Bruto – PIB, que era de 25% em 1950, aumentou continuamente até meados da década de 1980, quando atingiu 48% do PIB, por conta de políticas públicas de incentivo, de investimentos de empresas estatais e multinacionais, do desenvolvimento e proteção do mercado consumidor brasileiro (CASTRO; SOUZA, 1985).

Gráfico 1 – Brasil: participação percentual da indústria no PIB. Fonte: Ipeadata



É possível observar que o PIB teve uma evolução forte, mas irregular, ao longo da segunda metade do século XX. Como se verifica no Gráfico 2, a maioria dos anos entre 1950 e 1980 apresentou crescimento do PIB, inclusive com muitas variações anuais fortes de 5% positivos ou superiores. Com isso, apesar do importante aumento populacional, o PIB per capita brasileiro, segundo o IBGE, passou de U\$ 821 em 1950, para U\$ 3.052 em 1980; ou seja, cresceu 3,7 vezes, além do crescimento populacional (GREMAUD, 2002; BONELLI, 2005).

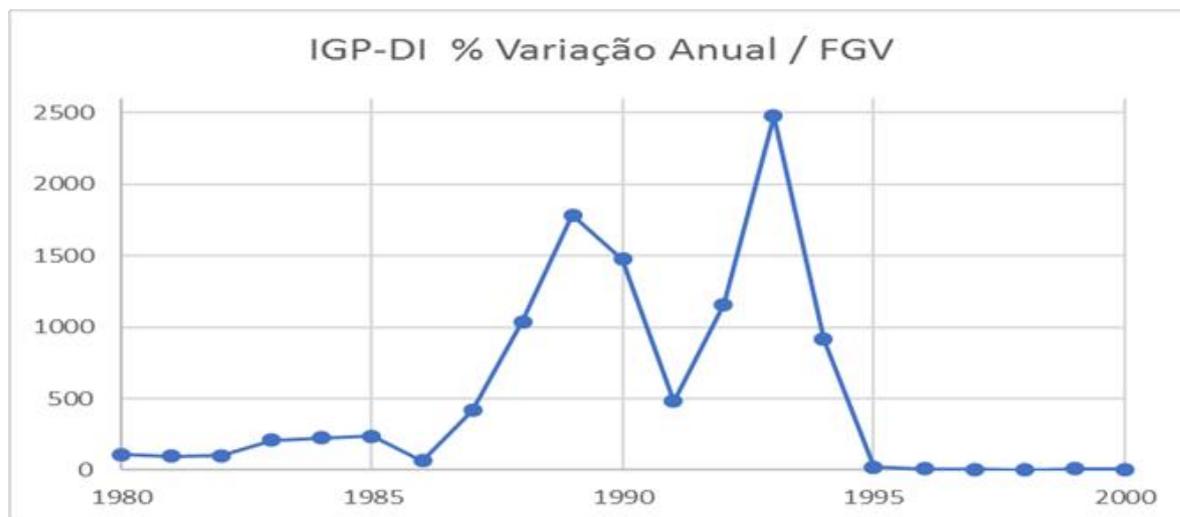
Gráfico 2 – Brasil: variação percentual anual do PIB. Fonte: Ipeadata.



Entretanto, no início dos anos de 1980, a economia brasileira sentiu os efeitos da disparada dos preços do petróleo e derivados, que à época eram grandes itens da pauta de importações e do aumento dos juros americanos, em um momento em que havia um relevante endividamento externo das empresas e do governo. Essa situação desfavorável interrompeu o ímpeto de crescimento, com o Brasil passando a viver anos de queda do PIB anual e do PIB per capita (BONELLI, 2005; HERMANN, 2005).

Como tentativa de resposta, as autoridades brasileiras, partir do ano de 1983, passaram a buscar alternativas econômicas heterodoxas, visando a retomada do crescimento econômico ou da estabilização dos preços, ou de ambos, e que se estenderiam por mais de uma década. Naquele ano, o governo militar, que tinha Delfim Netto como ministro da Fazenda, lançou mão de uma maxidesvalorização cambial para tentar acelerar as exportações e, por consequência, toda a economia brasileira. Os resultados imediatos foram positivos para o crescimento do PIB, porém foram seguidos por uma aceleração maior dos preços internos, com a inflação passando de um patamar médio anual de 102%, de 1980 a 1982, para 223% de 1983 a 1985, ou seja, mais que dobrando de nível médio anual. Para combater o fenômeno inflacionário daquele momento, o novo governo democrático, do Vice-Presidente empossado, José Sarney, lançou mão, em 28 de fevereiro de 1986, de um congelamento dos preços, no âmbito do Plano Cruzado, que contou com forte apoio político e social em seu início e que reduziu a inflação para 65% naquele ano. Contudo, a saída do congelamento de preços foi problemática e seguida de novas tentativas de mudança do curso da economia, com o Plano Bresser em 1987, a política do “Arroz com Feijão” em 1988, e o Plano Verão em 1989; e, o que se viu foram aumentos ainda mais agressivos dos preços, até então inéditos no Brasil e próximos da hiperinflação, com a inflação medida pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas elevando-se para 416% no ano de 1987, 1.038% em 1988 e 1.783% em 1989, conforme pode ser observado no Gráfico 3 abaixo (CARNEIRO; MODIANO, 1990; MODIANO, 1990; BARROS DE CASTRO, 2005).

Gráfico 3 – Brasil: inflação anual. Fonte: Ipeadata.

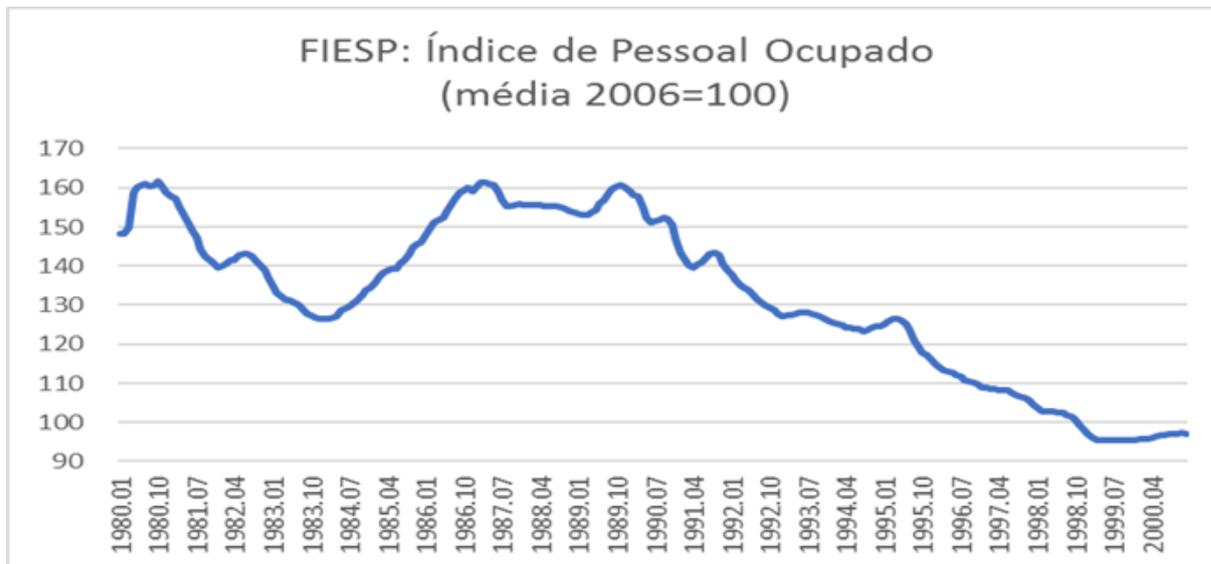


Em 1990, o governo do primeiro Presidente da República eleito pelo voto popular desde 1961, Fernando Collor de Mello utilizou-se de um inédito confisco monetário, no chamado Plano Collor, e reduziu o caos inflacionário ao custo de uma paralização da economia e de aguda recessão. A saída desse confisco também foi bastante problemática e, em 1991, foram lançadas novas medidas de ajuste, conhecidas como Plano Collor II. Esse período também foi marcado por uma expressiva abertura comercial do país, com redução das tarifas de importação de diversos produtos, especialmente industriais, pelo início de um processo de privatização de empresas estatais, e por um forte corte de despesas federais, promovido pelo governo.

Em 1992, houve o *impeachment* do Presidente Collor e a posse de seu vice, Itamar Franco, que procurou estimular o crescimento econômico, mas com pouco cuidado com o retorno da inflação, que disparou para 1.158% em 1992 e 2.477% em 1993, colocando a economia às portas do total descontrole. Em 1994, com o advento do Plano Real, a desindexação dos preços e a troca de todo o meio circulante do país produziram uma redução drástica dos patamares inflacionários, fazendo o IGP-DI recuar de 916% naquele ano, para 22% em 1995, 10% em 1996, e, depois, estabilizando-se em torno de 5% anuais até o final daquela década. Esse conjunto de acontecimentos foi acompanhado por uma redução da taxa de crescimento do PIB, que ficou na média de 2,6% entre os anos de 1995 e 2000, prejudicada pela queda o investimento produtivo e por uma forte redução da produção industrial. Assim, o setor industrial, que foi o indutor do crescimento econômico até a década de 1980, perdeu rapidamente participação no PIB brasileiro. Essa perda da dinâmica industrial impactou intensamente o emprego desse segmento, onde a indústria do Estado de São Paulo foi o exemplo mais representativo, conforme é possível se observar no Gráfico 4, e mudou a estrutura

econômica do país, com o setor de serviços passando a ser dominante na geração de oportunidades de trabalho e renda, a partir da década de 1990 (BAER, 2002; GIAMBIAGI, 2005).

Gráfico 4 – FIESP: índice de pessoal ocupado. Fonte: Ipeadata.

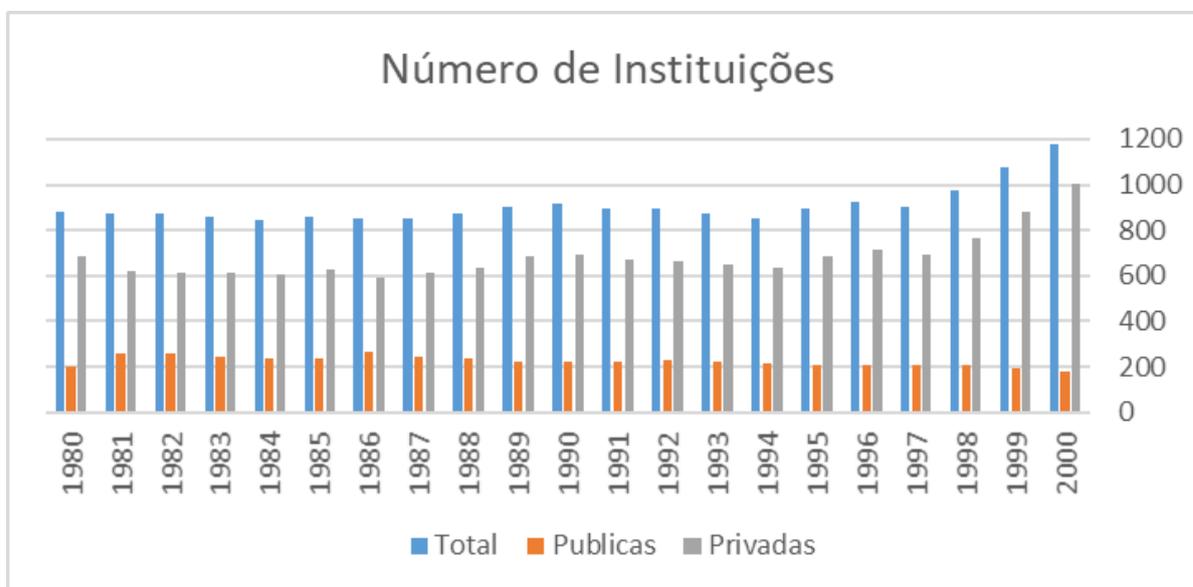


5. Contexto da educação superior brasileira na segunda metade do século XX

Diversas questões conjunturais e estruturais do ensino, da pesquisa e da inovação tecnológica brasileiras, nas décadas de 1980 e 1990, foram objeto das reportagens associadas ao RMFB de *Playboy*. Isto ocorreu em um período em que o sistema brasileiro de educação superior respondeu com relativo sucesso à rápida expansão da população residente no país, na segunda metade do século XX, com o aumento de instituições e da oferta de cursos e de vagas (ROMANELLI, 1978). Segundo Sampaio (2011), esse processo de expansão atendeu à pressão de uma parcela relevante da população brasileira, que buscava, por meio da formação universitária, atingir seus projetos de ascensão social. Essa demanda era sustentada pela percepção de importância do diploma universitário para colocação no mercado de trabalho e para a ascensão na carreira dadas pela mídia e pela sociedade. O desejo dos estudantes em obter um “bom diploma” era a prioridade das reportagens associadas ao RMFB de *Playboy*, como veremos nas próximas seções deste capítulo. A importância da formação acadêmica foi corroborada por estudos que mostraram causalidades entre a quantidade de anos de estudo e de diploma de ensino superior, inclusive de pós-graduação, na obtenção e manutenção das melhores colocações e remunerações no mercado de trabalho do Brasil (FERNANDES;

MENEZES FILHO, 2000; LORDÊLO; VERHINE, 2001; FERNANDES, 2002; TAVARES, 2007; ANDRADE et al., 2009; PECORA; MENEZES FILHO, 2014; NUNES et al., 2016).

Gráfico 5 – BRASIL: total de instituições de ensino superior. Fonte: Inep.

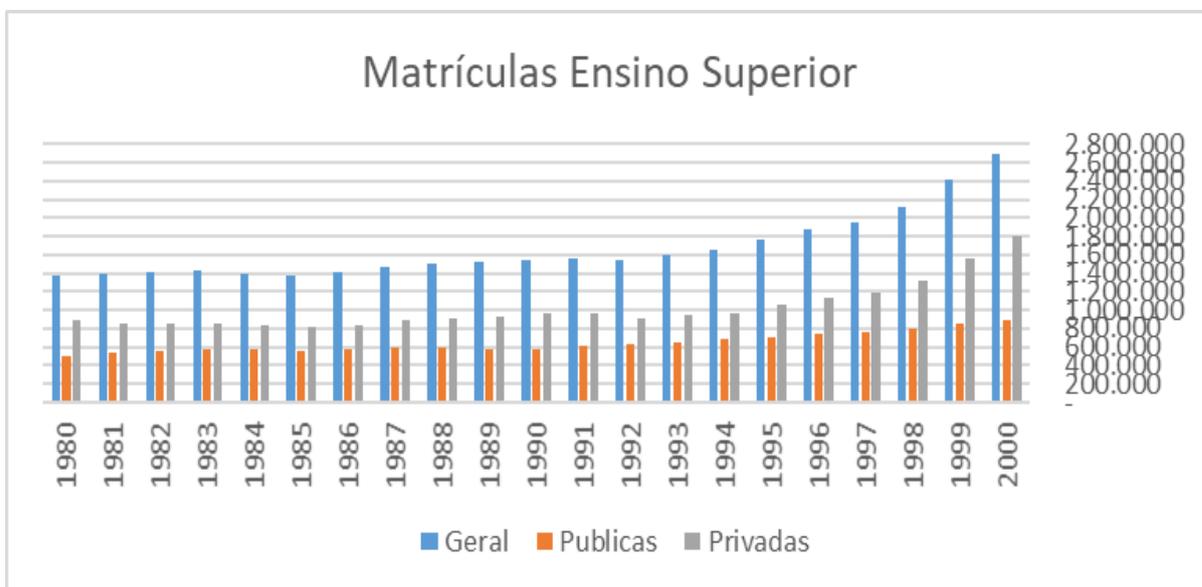


Sampaio (2011) identificou quatro períodos principais de evolução da educação superior no Brasil até o final do século XX. O primeiro período começou ainda no final do século XIX, com a proclamação da República, quando o Estado abriu mão do monopólio do ensino superior e o sistema brasileiro educação superior crescia ainda de forma lenta, porém constante, e atendendo mormente a formação de professores, em cursos de Filosofia, e de profissionais liberais, em cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Odontologia, entre outros. O segundo período ocorreu da década de 1960 até meados da década de 1980, quando houve importantes mudanças institucionais na educação brasileira, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1961, e da Reforma Universitária, de 1968, e quando se observou uma fase de expansão acelerada da quantidade de IES e de matrículas na educação superior. O terceiro período, de cerca de uma década, entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990, foi marcado pela discussão e promulgação da nova Carta Constitucional de 1988, e por uma acentuada estagnação econômica, abordada na seção anterior, que também prejudicou a expansão da educação superior. O quarto e último período dessa datação começa nos últimos anos do século XX, quando é instituída a Nova LDB, em 1996, e adentra nos primeiros anos do século XXI; nesse período ocorreu um novo momento de aceleração do crescimento do número de matrículas na educação superior do Brasil (VEIGA, 1985; SCHWARTZMAN, 1993, 1999, 2000; CUNHA, 1996; MARTINS, 2000; DOURADO, 2002; DURHAM, 2003; FERREIRA;

VELOSO, 2005; MARTINS, 2009; SAMPAIO, 2011; BALBACHEVSKYA, 2013; CORBUCCI et al., 2016; BRITO, 2017).

Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (2002), o número total de IES no país passou de 619, em 1970, para 860 em 1980, com aumento de 39%, mantendo-se depois praticamente estável até o ano de 1997, com uma média de 220 IES públicas e 640 IES privadas, conforme observa-se no Gráfico 5. Em 1998, iniciou-se um novo processo de crescimento que se seguiu nos anos de 1999 e 2000 quando foi atingido o total de 1.180 IES, sendo 176 públicas e 1.004 privadas, com aumento de 46% nas IES privadas, apenas nesses três últimos anos da década de 1990. O universo de estabelecimentos de ensino superior públicos apresentava uma distribuição homogênea com relação à sua natureza administrativa: em 2000, 35% eram federais, 35% estaduais e 30% municipais. No Brasil do final do século XX, grande parte das IES federais e estaduais apresentavam o formato institucional de universidades (64% e 49% do total, respectivamente), enquanto as faculdades, escolas e institutos de ensino formavam a maioria das instituições municipais (91% delas).³¹

Gráfico 6 – BRASIL: total de matrículas nas IES. Fonte: Inep.



³¹ Nota do autor. Observe-se que o processo de expansão da demanda e da oferta de educação superior no Brasil acelerou-se no século XXI. Segundo o INEP, em 2016, o total de IES atingiu 2.407 unidades, sendo 296 públicas e 2.111 privadas, e o total de matrículas foi de 8.399.289, sendo 2.282.521 em IES públicas e 6.116.768 em IES privadas. Fonte: sítio do INEP, em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf.

A evolução do total de matrículas do ensino superior brasileiro na segunda metade do século XX foi ainda mais expressiva, especialmente nos últimos anos desse período, como se pode observar no Gráfico 6, acima apresentado. Em 1960, o total de matrículas do ensino superior subiu de 101.691, para 425.478 no ano 1970, e 1.377.286 em 1980; ou seja, apresentou um aumento de 13,5 vezes, em apenas 20 anos. Ao longo da década de 1980, as taxas de crescimento foram modestas e apenas voltaram a acelerar na segunda metade da década de 1990, com o total de matrículas atingindo 1.540.080, em 1990, e aumentando para 2.694.244, em 2000; desse último total, 887.026 foram de matrículas do setor público e 1.807.218 de matrículas do setor privado, ou 67% desse universo. Interessante observar que, de forma geral, as IES aumentaram em tamanho, com o total de alunos matriculados por instituição saindo de uma média de 687 em 1970, para 2.283 estudantes no ano 2000. Nas IES públicas, esses números foram maiores, respectivamente, de 1.145 para 5.040 alunos, em média por instituição, devido ao fato de a maioria delas estarem estabelecidas como universidades, com maior variedade de cursos e turmas. Finalmente, nas IES privadas, essa média de estudantes por IES passou de 494 em 1970, para 1.800 no ano 2000, apesar de uma predominância de faculdades particulares isoladas (SAMPAIO, 2000; INEP, 2002; MARTINS, 2009).

6. Assuntos abordados nas reportagens associadas ao RMFB de *Playboy*

Este estudo do RMFB e das reportagens a eles associadas foi realizado em duas dimensões: a primeira, de caráter bibliográfico, voltado a classificar e descrever os assuntos tratados por *Playboy*, que é escopo desta seção; a segunda, voltada para a análise do conteúdo desse material, de forma mais contextual que teórica, apresentada na seção seguinte.

Assim, a sistematização das informações recolhidas das reportagens das revistas onde foram publicados os *rankings* Melhores Faculdades do Brasil de *Playboy* mostrou um total de 205 registros bibliográficos. Estes registros são formados por títulos, subtítulos e chamadas ao leitor e foram classificados em 11 assuntos, conforme apresentados, em ordem alfabética, no Quadro 9 acima. O Anexo 2, ao final deste capítulo, apresenta a lista completa desses registros bibliográficos localizados nas reportagens associadas ao RMFB.

Quadro 9 – Assuntos abordados das reportagens associadas ao RMFB

Assuntos	Registros
Carreiras	59
Cursos em destaque	22
Educação	29
Empregos	38
Cursos no exterior	5
IES em destaque	10
Lazer	1
Pesquisa acadêmica	14
Metodologia do RMFB	21
Salários	3
Vestibulares	3

Fonte: Categorização e elaboração do autor; construído a partir de informações retiradas das edições de 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1999 e 2000 do *Ranking* Melhores Faculdades do Brasil, publicado pela revista *Playboy* da Editora Abril.

Esses assuntos podem ser descritos da seguinte forma:

- a. Carreira: agrega assuntos relacionados com o melhor posicionamento do leitor de *Playboy* no mercado de trabalho, apontando os setores mais promissores a cada época, tecnologias emergentes, profissões do futuro, cursos feitos por personalidades e pessoas famosas, oportunidades de especialização, etc;
- b. Cursos em destaque: trata dos programas que foram destacados por seu desempenho no *ranking Playboy*, por serem os mais procurados, por estarem relacionados a profissões emergentes ou se tratarem de cursos mais tradicionais;
- c. Educação: onde são tratados temas de qualidade e autonomia universitária, situação financeira das IES, evolução do sistema de ensino superior, e entrevistas e depoimentos de professores e dirigentes educacionais;
- d. Emprego: versa sobre como conquistar as primeiras e as melhores oportunidades do mercado de trabalho, tais como se preparar e portar em entrevistas, como conquistar uma vaga de estágio ou de trainee, entre outros assuntos correlatos;
- e. Exterior: soma reportagens sobre o porquê e como estudar fora do país;
- f. IES em destaque: reporta as instituições que tinham mais cursos em primeiro lugar (onde a Universidade de São Paulo é citada com maior frequência), aquelas que apresentavam excelência em seus cursos (com a Fundação Getúlio Vargas,

- em seu curso de Administração de Empresas, era destaque frequente), e IES com novos investimentos em infraestrutura;
- g. Lazer: por ser *Playboy* ser uma revista voltada ao público jovem e masculino, em uma edição foi publicada uma reportagem sobre o tema, no mesmo número que publicou o RMFB, trazendo os bares onde as estudantes das IES mais famosas frequentavam depois das aulas;
 - h. Pesquisa: trata, especialmente, de pesquisas aplicadas, laboratórios implantados nas IES, convênios e parcerias entre universidades e empresas, inovação tecnológica, e produtos desenvolvidos pelas instituições de educação superior;
 - i. *Ranking*: comenta os critérios de coleta, tratamento e classificação dos dados que formavam os ranqueamentos publicados, assim como do universo das pesquisas, que serão explorados no terceiro capítulo desta dissertação;
 - j. Salários: mesmo com o grande foco em apoiar a inserção dos leitores no mercado de trabalho e no desenvolvimento de suas carreiras, foram registrados somente três reportagens e destaques tratando de salários, mostrando um maior interesse das reportagens nas oportunidades de emprego do que na remuneração;
 - k. Vestibular: são reportagens sobre cursos preparatórios, os chamados “cursinhos”, e orientações sobre auto estudo para os exames vestibulares para o ingresso nas IES.

Dentre esses assuntos listados acima, os de Educação e Pesquisa receberam destaque na próxima seção deste capítulo para estudo do diálogo entre as reportagens publicadas em conjunto com o *ranking Playboy* e a educação superior brasileira, no período estudado. Esses assuntos, que totalizam 53 registros ou 26% do total apurados nesta pesquisa, eram memória quase esquecida e agora recuperada de uma visão pública da educação brasileira nas décadas de 1980 e 1990, produzida por uma mídia relevante à época. Os assuntos de Emprego, Carreira e Salários totalizaram 100 registros, ou 49% do total, assim como os assuntos de Exterior, Lazer e Vestibular, que somaram 9 registros, ou 4% do total, serão tratados de forma integrada com a trajetória do *ranking Playboy* na próxima seção deste trabalho, pois colaborariam menos para o entendimento dos fenômenos da educação superior, objetivo maior deste trabalho. Finalmente, os registros classificados como *Ranking*, Cursos em destaque e IES em destaque serão tratados no capítulo 3 desta dissertação, que analisará aspectos metodológicos e resultados quantitativos publicados pelos *rankings* MFB da revista *Playboy*, em seus 19 anos de sua trajetória pública.

7. Trajetória editorial do *RMFB de Playboy* e a educação superior brasileira

O estudo da trajetória do *ranking* Melhores Faculdades do Brasil de *Playboy* mostrou semelhanças entre determinados anos de publicação, possibilitando uma organização cronológica por períodos baseada nas mudanças da linha editorial das reportagens associadas a publicação dos *rankings*. Para tanto, foram verificados e articulados elementos de pesquisa documental, tal como propostos por e Pimentel (2001), Chizzotti (2010) e Franco (2012) para as informações gerais das publicações, sumarizadas no quadro 9 e também para o conteúdo as reportagens associadas aos *rankings*, que formaram *corpus* documental deste capítulo, descrito no Quadro 10, e estudadas à luz dos contextos socioeconômico e da educação superior do país, acima apresentados.

Quadro 10 – *Corpus* documental: edições de *Playboy* onde foi publicado o RMFB. Fonte: Elaboração do autor.

No. Do Ranking	Ano	Mês	No.da Edição	Total de Páginas	No.Pgs.do Ranking	No.de Áreas de Conhecimento
1	1982	mar	80	152	9	15
2	1983	abr	93	152	7	15
3	1984	mar	104	136	7	23
4	1985	mar	116	150	8	29
5	1986	abr	129	160	8	25
6	1987	mar	140	168	11	27
7	1988	mar	152	140	6	33
8	1989	mar	164	140	7	35
9	1990	mar	176	148	8	35
10	1991	mar	188	112	6	35
11	1992	mar	200	112	6	35
12	1993	mar	212	120	6	34
13	1994	mar	224	140	7	35
14	1995	mar	236	148	10	38
15	1996	set	254	160	14	41
16	1997	set	266	188	14	42
17	1998	set	278	216	16	41
18	1999	set	290	216	16	46
19	2000	set	302	180	15	46

Fonte: Construído a partir de informações retiradas das edições de 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1999 e 2000 do *Ranking* Melhores Faculdades do Brasil, publicado pela revista *Playboy* da Editora Abril. Elaboração do autor.

A fim de ilustrar algumas das informações e momentos relevantes da trajetória do RMFB, obtidas por meio da pesquisa documental, foram incluídas fotos de algumas páginas e recortes das edições da revista *Playboy* onde foram publicados algumas das edições desse *ranking* acadêmico, incluídas como anexos no final deste trabalho.

7.1. Os primeiros anos: 1981 a 1984

O RMFB apareceu pela primeira vez na revista *Playboy* do Brasil, em março de 1982, na sua edição de número 80, depois de alguns meses de trabalho iniciados no ano anterior. No primeiro parágrafo do seu editorial, denominado “Entre Nós”, onde havia comentários e fotos relacionados à produção de cada edição, o então diretor de redação, Mário Joaquim Escobar de Andrade (1982, p. 3), escreveu:

Quais são as melhores faculdades do Brasil? Para encontrar a resposta, o editor Carlos Roberto da Costa (na foto ao lado com o Prof. Sandoval Carneiro Jr., da UF Rio de Janeiro) e uma equipe de *Playboy* fizeram uma ampla pesquisa, durante os últimos dois meses, nas universidades brasileiras, no MEC, nos departamentos de recrutamento das grandes empresas e também junto a profissionais liberais de grande conceito. O resultado desse esforço jornalístico é a primeira avaliação qualitativa das nossas escolas de ensino superior.

A reportagem que acompanhava a publicação desse *ranking* acadêmico anunciava se tratar de “um trabalho feito pela primeira vez no Brasil” (COSTA et. al, 1982, p. 42). Não foi apresentada aos leitores, nesta ou em qualquer edição anterior ou posterior, nenhuma explicação pública da motivação da revista em produzir este trabalho.

Apenas recentemente, Costa et al. afirmaram que Escobar de Andrade era uma “fábrica de ideias”, que nunca desligava do trabalho, e que trouxe, em 1981, para a redação de *Playboy* no Brasil a iniciativa de criar o *ranking* de faculdades, e relatou:

Numa dessas viagens (de Escobar de Andrade), ele leu numa revista norte-americana a publicação de um *ranking* das melhores faculdades de arquitetura dos Estados Unidos. Daí surgiu o *Ranking Playboy* da Melhores Faculdades do Brasil. De início a empreitada foi dada a Wilson Palhares, os meses foram se passando, eu era o secretário de redação, Mário achava que o *ranking* não deslanchava. Ao chegar quase ao final do ano ele me confiou a tarefa de concluir o trabalho para publicar o resultado em março de 1982 (COSTA et al, 2016, p. 47).

Segundo relatou Costa et al. (2016, p. 48), o tamanho da tarefa e o prazo exíguo tornaram a elaboração dessa primeira edição do *ranking*, uma “operação de guerra”, acrescentando que no início dos anos 1980 era difícil para um jornalista de *Playboy* ser recebido por um reitor de universidade, por isso usaram de subterfúgios, anunciando-se apenas como repórter da Editora Abril, que era mais conhecida pela revista semanal *Veja*.

Foi o interesse e o apoio do Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Cláudio de Moura e Castro³², no cargo entre 1979 e 1982, que reconheceu valor no trabalho de *Playboy*, que ajudou sua equipe a ampliar seu acesso a comunidade acadêmica e científica. Na entrevista presencial concedida pelo prof. Carlos Costa para esta pesquisa ficou ainda mais evidente a importância do apoio do presidente da Capes ao início do RMFB. Costa tinha dificuldade de enfrentar, em 1981, o enorme desafio de construir um inédito *ranking* de IES no Brasil, sem conhecimento ou experiência anterior específica nesse tema. Esse jornalista já havia falado com alguns professores e reitores de universidades, mas não tinha informações que permitiam construir uma classificação de faculdades e temia pela viabilidade da ideia do seu chefe, Mário J. Escobar de Andrade, que não aceitaria uma resposta negativa. Costa relatou assim a situação que viabilizou a primeira edição do RMFB:

“(…) quem salvou a empreitada do *ranking* foi o presidente da Capes (…) Cláudio foi quem mais se interessou pela ousadia de *Playboy* querer realizar uma avaliação de escolas de ensino superior. Após longa conversa, ele pegou um relatório (daqueles formulários contínuos) com a mais recente avaliação da própria Capes e me entregou dizendo: “Eu não vi você roubando esse relatório da minha mesa”. Eu tinha nas mãos um tesouro, com todos os cursos de pós-graduação do país pontuados com A+, A, A-, B+, B, B-. A reportagem se manteve em pé!” (COSTA et al, 2016, p. 47).³³

Em entrevista a esta pesquisa, o prof. Costa reforçou que, sem aquelas informações, dificilmente o *ranking* teria nascido com a qualidade e completude que teve, e que fez muito sucesso junto ao público da revista, embora essa primeira edição tenha sido quase ignorada pela comunidade acadêmica brasileira. O contato de *Playboy* com Cláudio Moura e Casto, segundo o relato do prof. Costa, ocorreu novamente para a produção do segundo RMFB, mas foi

³² Cláudio de Moura Castro (1938) é um economista brasileiro, professor e especialista em educação, nascido no Rio de Janeiro, no dia 29 de novembro de 1938. É graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem mestrado em Economia pela Universidade de Yale e iniciou o doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley, concluído na Universidade de Vanderbilt. Lecionou em prestigiadas universidades do Brasil e do mundo, entre elas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de Brasília, a Universidade de Chicago, a Universidade de Genebra e a Universidade da Borgonha. Entre 1979 e 1982 foi diretor geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entre 1982 e 1985 foi secretário-executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos. Entre 1970 e 1985 foi técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. No exterior, Cláudio de Moura Castro foi Chefe da Divisão de Políticas de Formação da OIT, em Genebra. Foi Economista Sênior de Recursos Humanos do Banco Mundial, em Washington. Foi chefe da Divisão de Programas Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ao aposentar-se do BID, assumiu a Presidência do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras. É assessor especial da Presidência do Grupo Positivo. É autor de diversos artigos científicos e mais de 35 livros publicados, e colunista da revista Veja. Fonte: https://www.ebiografia.com/claudio_de_moura_castro/

³³ Nota do autor. Na entrevista a esta pesquisa, o Prof. Costa lembrou divertidamente que o relatório recebido “em segredo” das mãos do presidente da Capes era tão grande que não cabia na pasta de trabalho que trazia. Ele teve que retirar alguns materiais que tinha na pasta para colocar o relatório da melhor forma possível e sair desajeitadamente da sala de Cláudio Moura e Castro.

protocolar, gerando apenas uma pequena declaração à reportagem sobre a qualidade dos alunos que chegavam à universidade, falando já como ex-diretor da Capes. Depois disso, não houve mais contato de *Playboy* com esse personagem da educação superior brasileira, embora o mesmo tenha aberto o caminho para um relacionamento permanente das equipes de *Playboy* com a Capes e o MEC, que perdurou até a extinção do RMFB.

Perguntado sobre ao que creditava a razão do apoio inicial de Cláudio Moura e Castro e que depois permaneceu como um fornecimento contínuo de informações da Capes e da SESu para o RMFB de *Playboy*, o prof. Costa respondeu que, em sua visão, isso se devia ao fato de que, durante a maior parte da década de 1980, esses órgãos do MEC não tinham instrumentos e canais adequados para a publicação e distribuição de seus dados e análises. Assim, pode-se interpretar que o RMFB, em seus primeiros anos e especialmente nas classificações dos programas de pós-graduação, refletia as próprias avaliações da Capes sobre os cursos e as IES.

O *Ranking* Melhores Faculdades do Brasil (RMFB) de *Playboy* foi iniciado com a classificação de 10 cursos de graduação e 5 cursos de pós-graduação, para 15 áreas de conhecimento. No ano seguinte, em 1983, o *ranking* foi expandido para 16 áreas de conhecimento e, em 1984, cresceu para 23 áreas. Nesse período, todas as reportagens associadas aos *rankings* falavam das faculdades e cursos melhor posicionados nas classificações publicadas. Ainda em 1982 foi dado destaque à Universidade de Brasília – UnB e à Universidade Federal de São Carlos – UFSCar que, além da boa qualidade, apresentavam até 92% dos docentes com contratos em tempo integral e experiências de gestão democrática, muito caras em um momento em que o Brasil vivia um processo de abertura política e institucional (COSTA et al., 1982, p. 122). A reportagem que apresentava o RMFB de 1983 discutia desafios que a situação de estabilidade dos docentes trazia para a gestão das IES públicas, onde nem sempre os critérios de seleção e avaliação dos professores eram claros, e comentava também a instabilidade financeira dos pesquisadores que dependiam dos recursos do CNPq e da Finep, causada pelas restrições fiscais daquele momento do país. Destacavam também os esforços das universidades pública em atender às necessidades da economia brasileira, citando a declaração colhida junto ao então reitor da Universidade de São Paulo – USP, Antônio Hélio Guerra Vieira, de que a universidade “não podia ficar insensível ao mercado de trabalho” e tratava também da expansão do ensino superior e do desafio em se manter a qualidade, citando a preocupação e iniciativas da Capes, em entrevista com seu então ex-diretor, Cláudio Moura de Castro (CARMO, 1983, p. 128). A edição de número 104 de 1984 que trouxe o III RMFB de *Playboy*

trouxe a ampliação de 16 para 23 cursos, segundo a reportagem por conta da grande procura por outras carreiras, tais como Matemática (que à época era ligada à Informática), Educação Física, Farmácia, Engenharia Metalúrgica, Veterinária e Pedagogia (COSTA et al., 1984) ³⁴.

7.2. Esperança na Nova República e no mercado de trabalho: 1985 a 1989

No início de 1985 o Brasil vivia um momento de renovação política e econômica, com a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República, por um colégio eleitoral, depois de 21 anos de regime militar. O Presidente Neves não chegou a assumir o cargo por conta de uma morte prematura, gerando incertezas com a capacidade do Vice-Presidente José Sarney em liderar a nação, embora a expectativa da sociedade fosse positiva com a retomada do desenvolvimento (BARROS DE CASTRO, 2005). Nesse ambiente de esperança foi lançado o IV RMFB, pela primeira e única vez na forma de um suplemento, na edição No. 116 da revista de março de 1985, denominado Guia *Playboy* de Carreiras, editado com um total de 34 páginas e cobrindo diversos temas relacionados a oportunidades de emprego e de carreira. Essa edição da revista contou como entrevistado do mês o premiado escritor Jorge Amado falando sobre cultura, política, e saudando a Nova República (ASSEF et al, 1985). Conforme a Nova República avançava, *Playboy* aumentou seu envolvimento com temas de política e economia, e o editorial da edição de abril de 1986 (ASSEF et al., 1986), que trouxe o V RMFB, falava da emoção de acompanhar o lançamento do Plano Cruzado que visava eliminar a inflação no país, e de um adesivo encadernado na revista, alusivo a esse Plano, como brinde aos leitores com os dizeres “O Cruzado é um grande barato! *Playboy*”. Esse editorial declarava:

Também estamos com o ministro Dílson Funaro – uma enérgica e serena liderança desses tempos de mudança – quando disse ao Congresso que agora os jovens têm o claro caminho do trabalho e não o da especulação. Uma colaboração que trazemos para isso agora é o Guia *Playboy* de Carreiras Universitárias (COSTA, 1986, p. 3).

Em 1987 a revista reduziu seu destaque à política e à economia, talvez pelo fracasso do Plano Cruzado em seus objetivos principais e pela entrada de um novo ministro da Fazenda, com uma nova proposta de gestão, baseada em forte ajuste fiscal, com o Plano Bresser. A reportagem e seus destaques tratavam, em sua maioria, de temas de oportunidades no mercado de trabalho; inclusive, apresentando como era o “universitário ideal” na opinião das empresas para programas de estágio (COSTA et al., 1987). No que diz respeito à educação, a publicação chamava a atenção para esforços de pesquisa em Engenharia, de cinco instituições públicas de

³⁴ Uma curiosidade editorial, trazida posteriormente por Costa et al. (2006, p. 32), é que essa foi a única edição da história de *Playboy* no Brasil que teve uma reimpressão adicional de 150 mil exemplares, depois de se esgotarem os 300 mil iniciais, por conta de um famoso ensaio fotográfico com a transexual Roberta Close.

Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. No ano seguinte, a edição que trouxe o VII RMFB de *Playboy* voltou a falar da educação superior, enfatizando a restrição de verbas públicas, em um país já com um terceiro ministro da Fazenda no mesmo governo, Maílson da Nóbrega e sua política econômica de “Arroz com Feijão”. A reportagem da revista abria assim:

Para quem duvidada que nosso ensino superior pudesse, em algum nível, se equiparar ao praticado na Europa e Estados Unidos, a notícia é, no mínimo, alentadora. (...) Apesar do aparente atoleiro e crise em que se debatem nossas universidades e a qualidade do ensino superior, *Playboy* encontrou ótimas surpresas (CASTILHO et al., 1988, p. 127).

Outro aspecto relevante dessa edição de março de 1988 foi a ampliação de 27 para 34 áreas de conhecimento tratadas no *ranking* acadêmico de *Playboy*, com o desdobramento da área de Comunicação em três novas áreas – Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Relações Públicas –, e também de outros cursos das áreas de ciências exatas e de humanas, como Ciências da Computação, Engenharia Florestal, Estatística, Filosofia e Geografia. *Playboy* informou que essas mudanças atendiam parte dos pedidos que havia recebido de profissionais de mercado, professores e diretores de faculdade, para que cobrisse essas e outras áreas de conhecimento. Pode-se localizar esse fenômeno na educação superior brasileira, nas décadas de 1980 e de 1990, ao qual Sampaio (2000, p. 168) chamou de “novas carreiras”, surgidas a partir da fragmentação de cursos, que ocorria por meio da transformação de uma área de conhecimento em diversas habilitações, carreiras e cursos independentes. Esse fato, além de responder a demandas apresentadas pelo mercado de trabalho, serviu também para que as IES atendessem novas exigências da legislação da educação superior e, ao mesmo tempo, ampliassem o número de aluno e matrículas (CORBUCCI et al., 2016, p. 8). A reportagem de *Playboy*, em março de 1989, voltou a associar o RMFB ao mercado de trabalho, mas acrescentou, pela primeira e única vez, um tema de lazer na reportagem, que já aparecia no título: “8º *ranking*: as melhores faculdades e os barzinhos das universitárias”. No que tocava os temas de educação superior, a reportagem comemorava o aumento de verbas para aprimoramento e pesquisa, informando que 5.000 pesquisadores brasileiros tinham recebido bolsas para atenderem a cursos em universidades norte-americanas e europeias, no ano de 1988, proporcionadas por convênios estabelecidos com a Capes e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e também um outro arranjo específico do CNPq com a USP, no valor de R\$ 4 milhões, para a implantação de um amplo programa de pós-doutorado, para as áreas de exatas, humanas e biológicas. Foram também ressaltadas iniciativas de pesquisa no Instituto de Física da USP de São Carlos, e das Faculdades de Computação, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica da Unicamp e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA, por proporcionarem

aos estudantes contato com as necessidades do mercado antes de se formarem (CASTILHO, 1989). Esses fatos foram tratados de forma positiva pela revista, uma vez que o Brasil vivia um momento econômico bastante difícil, com baixo crescimento e uma dinâmica de aumento de preços próxima da hiperinflação (BARROS DE CASTRO, 2005). Finalmente, parece intrigante que, nas edições de 1988 e 1989 de *Playboy*, onde foram publicados o RMFB, não haver qualquer menção dos impactos do processo constituinte, que alteraram aspectos institucionais e sociais do país, e que, segundo vários autores, tiveram importante impacto para a educação superior (CORBUCCI, 2002; GOMES, 2002; DURHAM, 2003).

7.3. As crises e as transformações do início da década de 1990: 1990 a 1994

O editorial da edição de número 176 de *Playboy* no Brasil, em março de 1990, anunciava uma longa entrevista com o recém-empossado Presidente da República Fernando Collor de Mello, que havia sido destaque de edição anterior, em 1987, quando era governador de Alagoas (ESCOBAR DE ANDRADE, 1990, pg.3). A reportagem referente a esse IX RMFB registrava que o país entrava na década de 1990 disposto a recuperar o atraso tecnológico e dar um “grande salto”, para o qual a universidade brasileira tinha grande responsabilidade, tanto pelo seu papel no ensino quanto na pesquisa (CASTILHO et al., 1990, p.102). Entre diversas iniciativas ressaltadas sobre inovação tecnológica, aquela edição comentava a então novidade de uma rede de comunicação entre computadores de universidades, envolvendo as IES públicas paulistas – USP, Unicamp e Unesp – e importantes centros acadêmicos mundiais – MIT, nos EUA, Max Planck, na Alemanha, e Universidade de Manchester, no Reino Unido, entre outros. Essa rede chamava-se *Bitnet* e foi uma das precursoras da internet para comunicação de pessoas, que conhecemos há alguns anos, e, também, da chamada internet das coisas (GERSHENFELD & VASSEUR, 2014).

No ano seguinte, em 1991, a reportagem do X RMFB voltava ao tema da educação superior pública, que havia sido muito afetada pelo corte de verbas durante o governo Collor. Apesar disso, Castilho et al. (1991) afirmavam que as principais universidades públicas vinham garantindo a qualidade de seu ensino e também realizando parcerias com empresas para manter seus projetos de pesquisa. Outro destaque da educação brasileira, daquela edição, foi dado ao “triste panorama do segundo grau”, com professores apontando as deficiências dos estudantes ingressantes dos cursos de graduação para acompanhar as exigências da qualidade acadêmica, especialmente em língua portuguesa e redação, seu comportamento excessivamente imaturo, a ausência de cultura geral e de criatividade desses estudantes, e sua falta de conhecimento da

área de conhecimento e possíveis carreiras dos cursos em que ingressavam, pois eram orientados apenas para o vestibular e não para os desafios da educação superior (CASTILHO et al., 1991).

O XI RMFB, que apareceu na edição comemorativa de número 200 de *Playboy* no Brasil, em março de 1992, voltou a falar da escassez de recursos públicos para a educação superior e dos baixos salários dos educadores (CASTILHO et al., 1992). No entanto, comemorava a manutenção de núcleos de excelência nas melhores IES, o aparecimento de novos cursos de especialização e pós-graduação, e a maior sensibilidade da comunidade acadêmica às “leis do mercado”, por meio de convênios com a iniciativa privada. As universidades estaduais paulistas eram apresentadas na reportagem como privilegiadas em seu financiamento, por conta da vinculação de seus recursos de financiamento ao ICMS do Estado de São Paulo³⁵ e por contarem à época com uma linha de crédito adicional voltada à pesquisa, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de U\$ 250 milhões. Enquanto isso, *Playboy* registrava que as IES federais e as estaduais de outras unidades da federação passavam por um período de penúria em seus recursos financeiros. Mesmo assim, a reportagem apontava problemas na eficiência das universidades públicas paulistas, por apresentarem baixa relação entre de alunos por docentes, comparativamente às universidades americanas e japonesas, e também o baixo número de concluintes dos cursos, especialmente na USP.

Finalmente, em um comentário mais geral, a reportagem associada ao RMFB falava que as universidades brasileiras melhor classificadas no RMFB daquele ano tinham como boas práticas: ajustes curriculares; convênios com empresas públicas e privadas; integração dos alunos de graduação em pesquisas; e investimentos contínuos em infraestrutura (CASTILHO et al., 1992). A reportagem da edição seguinte do *ranking Playboy* vinha nessa mesma linha de destaque à integração universidade-empresa e destacava um convênio entre a PUC-RJ e a IBM para a implantação de 700 terminais de computadores naquela instituição, e outras iniciativas semelhantes de grandes universidades públicas como USP, Unicamp e Unesp, UFRJ e UFSC, de institutos de desenvolvimento tecnológico tais como IME – Instituto Militar de Engenharia, IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, ITA – Instituto Tecnológico da

³⁵ Nota do autor. Foi o Decreto Estadual 29.598 de 1989 que instituiu a autonomia financeira das universidades paulistas, garantindo que 9% da receita anual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado de São Paulo fosse destinado aos orçamentos das universidades públicas paulistas: USP, Unicamp e Unesp. Desde então, São Paulo é o único estado da Federação brasileira que tem uma reserva orçamentária garantida para suas IES públicas.

Aeronáutica, INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, além de apoios financeiros à pesquisa por parte de bancos de fomento como Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, entre outras instituições (CASTILHO et al., 1993).

Em março de 1994, a reportagem da edição do XXII RMFB de *Playboy* apresentava estatísticas publicadas pelo Ministério da Educação – MEC e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA sobre a educação pública brasileira, sobre o número de instituições públicas e privadas de ensino superior do país, a quantidade de IES por região, a distribuição das matrículas por área de conhecimento, o valor do investimento público na educação, e outros dados constantes de um diagnóstico naquele ano pela Comissão Nacional de Avaliação de Universidades, ligada ao PAIUB e ao MEC. Nesse momento, anterior à implantação do Plano Real, que conseguiu trazer uma efetiva estabilização inflacionária ao país, a reportagem relatava novamente as dificuldades orçamentárias das IES públicas e comemorava as parcerias para a pesquisa conjunta entre universidades e empresas, embora as considerasse ainda insuficientes. Por outro lado, a reportagem fazia uma forte crítica à qualidade da educação superior privada e afirmava que um grande número de instituições particulares se preocupava “quase exclusivamente com suas caixas registradoras” e formavam profissionais com grande deficiência para o mercado de trabalho, acusando algumas delas de “venderem diplomas” e praticarem “um estelionato contra os estudantes” (CASTILHO et al., 1994). De certa forma, pode-se verificar o posicionamento da revista como próximo do meio acadêmico das décadas de 1980 e 1990, que privilegiava a universidade pública de pesquisa em detrimento das IES privadas, conforme apontado por Calderón (2000), e também parecia dar menor importância ao impacto da conjuntura econômica adversa sobre as IES particulares que sobreviveram a esses anos recessivos por meio de estratégias criativas, em um período denominado por Sampaio (2011, p. 31) de “anos de viração”, ou seja, um período de sobrevivência econômico-financeira.

7.4. Crescimento e desaparecimento do RMFM de *Playboy*: 1995 a 2000

Apesar da melhoria na economia, com a estabilização inflacionária trazida pelo Plano Real, o XIV RMFB de *Playboy* repetia comentários sobre as dificuldades financeiras do setor público federal e dizia:

As melhores universidades federais ainda produzem pesquisa e tecnologia graças ao trabalho desenvolvido por um grupo de heróis: seus professores mal remunerados e sem apoio do governo federal, que ainda correm atrás de dinheiro na iniciativa privada (CASTILHO et al., 1995, p. 118).

A reportagem voltava a falar que as universidades paulistas eram as únicas IES públicas do país que contavam com autonomia financeira porque recebiam percentagens fixas do ICMS do Estado, e seus reitores dispunham de liberdade para a aplicação de recursos. A revista sugeria que essa era o motivo de USP, Unicamp e Unesp respondiam, juntas, responderem por 60% da produção científica do país naquele momento. A reportagem de *Playboy* tratava também dos desafios do então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, herdara do ministro anterior Murílio Hingel, da equipe do governo Itamar Franco, destacando como problema mais grave da educação superior naquele período o excessivo número de cursos que havia sido autorizado na gestão anterior, apenas para se juntar aos “milhares de caça-níqueis e vendedores de diplomas, em que muitas escolas particulares se transformaram” (CASTILHO et al., 1995, p. 119). A revista acrescentava uma pesquisa que indicara o desapontamento de 80% das empresas com a qualidade de os estagiários contratados, por falta de adequação dos currículos e de experiência dos professores em saber o que ocorria “fora das salas de aula”, e lamentava a concentração de 56% de estudantes universitários matriculados em cursos de Ciências Humanas, enquanto as empresas reclamavam da falta de profissionais em outras áreas, especialmente em Engenharia. Mesmo com esses comentários negativos em relação à qualidade da expansão da educação superior, o RMFB de *Playboy* voltava, naquele ano, a aumentar a quantidade de áreas de conhecimento em sua classificação que estavam estabilizadas em torno de 35 áreas de conhecimento, entre 1988 e 1994, passando para 38 em 1995 e 41 em 1996, e para 46 nos anos de 1999 e 2000.

O editorial de setembro de 1996, que trouxe o XV RMFB, comemorava em seu editorial as entrevistas concedidas pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza aos jornais O Globo e Jornal do Brasil, onde defendia a necessidade de uma avaliação externa dos cursos superiores do país, o Exame Nacional de Cursos – ENC, também conhecido como Provão, e elogiava o trabalho de *Playboy*, apontando-o como o melhor *ranking* acadêmico existente no Brasil, naquele momento. O então diretor de redação Ricardo Setti destacava também que outros integrantes do governo eram professores e conheciam o RMFB, destacando o então ministro da Administração e professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Luiz Carlos Bresser Pereira, que havia respondido pessoalmente o questionário da pesquisa daquele ano (SETTI, 1996, p.7). Nessa edição, *Playboy* apontava novamente as mazelas das IES públicas, advinda da escassez de recursos financeiros e desmotivação de seus professores; entretanto, pela primeira vez, destacava resultados positivos de algumas IES privadas, que tinham investido em infraestrutura e elevado o nível do corpo docente, contratando justamente professores que se

aposentavam das escolas públicas. Alguns outros problemas da educação superior brasileira foram apontados nessa reportagem, entre eles a carência de professores especialistas para determinados cursos, como o de Física, e a falta de padronização de prazos máximos de finalização de cursos de mestrado e doutorado, citando o caso de um docente de uma universidade federal que demorou 12 anos para defender sua tese. Tratou também uma proposta polêmica, apresentada pelo IPEA, para a cobrança de mensalidades em universidades públicas de estudantes de renda mais elevada, estimando que até 30% das receitas futuras dessas instituições pudessem vir desses pagamentos. Essa edição retomou também temas mais voltados ao mercado de trabalho, tais como a ascensão das áreas de Turismo e de Moda, as “profissões de sonho” e “do futuro”, a forte concorrência do vestibular do curso de Publicidade, países onde estudar no exterior e como fazer um currículo profissional atraente. Adicionalmente trouxe uma matéria maior sobre os cursos que personalidades brasileiras tinham cursado, acompanhados de entrevistas individuais, tais como o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a diretora-superintendente da Companhia Siderúrgica Nacional, Maria Sílvia Bastos Marques, e o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (CASTILHO et al., 1996).

A edição de setembro de 1997, onde foi publicado o XVII RMFB, chamava a atenção com o título do *ranking* na seção de cartas dos leitores, chamada “Caro *Playboy*”, onde o então diretor da Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, José Augusto Fernandes Quadra, elogiava o zelo e a qualidade do levantamento dessa “avaliação acadêmica” (SETTI, 1997, p. 9). A revista voltava a destacar o papel dos docentes na manutenção da qualidade das IES públicas e falava dos bons achados de sua pesquisa, como cursos mais adequados ao mercado, novos investimentos em infraestrutura e novos cursos de extensão. Essa edição trouxe uma entrevista de página inteira com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, onde ele falava de temas estratégicos da educação superior brasileira, como a avaliação da educação superior por meio do Exame Nacional de Cursos, a autonomia universitária para abertura de novos cursos, a geração de recursos próprios pelas IES públicas, a qualidade dos cursos e dos docentes, as dificuldades em obter mais verbas para o ministério da Educação e a falta de reajuste nos salários nas IES federais (CASTILHO et al., 1997). Essa carência de recursos orçamentários abria a edição seguinte, de setembro de 1998, que relatava as greves havidas nas IES federais e a “fuga de mestres” das IES públicas para as IES particulares, seja por aposentadoria precoces ou pela busca de melhores salários, especialmente para os docentes em início de carreira (CASTILHO et al., 1998). O XVIII RMFB, publicado em setembro de 1999, que aumentou

ainda mais sua abrangência para 46 áreas de conhecimento e a reportagem para 16 páginas, trouxe diversas matérias aos leitores sobre como acessar o mercado de trabalho e buscar as melhores oportunidades profissionais, e também uma reportagem sobre trotes violentos em conhecidas universidades. No campo da educação superior foi tratada a questão do ensino a distância, que começava a abrir novas alternativas, inclusive para graduação e pós-graduação, e outra matéria sobre a possibilidade do fim dos vestibulares, a partir da criação e expansão do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (CASTLHO et al., 1999).

A XIX edição do RMFB de *Playboy*, de setembro de 2000, não dava nenhuma indicação que essa seria a última a ser publicada. No entanto, chamava a atenção a mudança da direção de redação que, pela primeira vez na trajetória de *Playboy* no Brasil, passava a ser ocupada por uma mulher, Cynthia Almeida (2000), depois das gestões de Mário J. Escobar de Andrade (1978-1991), Juca Kfoury (1992-1994) e Ricardo Setti (1995-1999). A equipe de elaboração desse *ranking* acadêmico naquele ano também foi alterada em sua totalidade e foi liderada por Moraes Eggers (EGGERS et al., 2000), depois de um longo período sob a liderança de Ricardo Castilho (1988-1999) e, antes, de Carlos Costa e Lenita Assef (1982-1987). A estrutura da reportagem que acompanhou o *ranking* nesse último ano da publicação foi bastante alterada e totalmente dedicada à “nova economia” da internet, bastante em voga naquele momento, e destacando as oportunidades de trabalho e carreira nessa área. A esse respeito, cabe registrar o depoimento do ex-diretor da revista, o jornalista Juca Kfoury, de que, depois da saída de seu sucessor, Ricardo Setti, em outubro de 1999, começou a “agonia” e a “morte anunciada” da revista brasileira sob responsabilidade da Editora Abril (COSTA et. al., 2016). Assim, o *ranking* acadêmico Melhores Faculdades do Brasil de *Playboy*, tal como surgiu, desapareceu sem aviso prévio ou explicação posterior da revista aos seus leitores e ao mercado. O único registro público, mas não oficial, que tratou indiretamente do fim do RMFB foi de Costa et al. (2016, p.49):

O *ranking* foi publicado por muitos anos. Os jornalistas Lenita Assef e Ricardo Castilho foram os responsáveis pelo *ranking* a partir de 1987, quando assumi a direção da revista. Uma das árvores do Prêmio Abril de Jornalismo que ganhei nos quase 28 anos de casa foi graças à publicação do *ranking*. Ele acabou derivando no Guia do Estudante.

Apesar dessa citação sobre o Guia do Estudante (GE), também publicado pela Editora Abril, não se encontrou nesta pesquisa qualquer evidência de um convívio mais próximo entre as equipes das duas publicações. Segundo relato em entrevista concedida a esta pesquisa pelo prof. Dr. Carlos Costa, quando o GE começou a se estruturar, uma pessoa da equipe daquela publicação foi destacada para passar um dia na redação de *Playboy*, consultando informações e

conversando com ele para entender como o RMFB era feito. O jornalista Ricardo Castilho também citou situação semelhante, no final dos anos de 1980. Em ambas ocasiões a iniciativa partiu do GE e não gerou interações posteriores entre as equipes das duas publicações, nem qualquer influência no RMFB de *Playboy*. Ricardo Castilho comentou na entrevista a esta pesquisa: “o Grupo Abril já era muito grande no final da década de 1980 e não era comum a interação entre as equipes de diferentes publicações, ainda mais se estivesse fora da superintendência de revistas, a qual *Playboy* estava ligada”.

Sobre o fim do RMFB, a entrevista com o jornalista Ricardo Castilho mostrou a visão de quem viveu bastante próximo esse processo, embora não estivesse mais no último ano de sua publicação no ano 2000. Depois da saída de Ricardo Setti da diretoria de *Playboy*, em 1999, Castilho recebeu uma proposta para assumir a redação de uma publicação da Editora Camelot, que reestruturava seu portfólio de revistas, onde lideraria um novo projeto da revista Gula e, assim, poderia dobrar seus rendimentos. Ele chegou a receber uma contraproposta financeira de *Playboy*, mas que ficava aquém da nova oportunidade e não lhe oferecia a possibilidade de mudar de ares, abraçando um novo desafio profissional. Castilho saiu ainda com vários amigos da redação de *Playboy* e, pouco tempo depois, foi procurado pela nova equipe encarregada de produzir o RMFB de 2000, pedindo para que ele estimasse um valor de serviço de consultoria à revista, para ele supervisionar o trabalho. Ele, que estava bem empregado e com pouco tempo disponível, apresentou uma proposta cujo valor foi considerado elevado pela equipe de *Playboy*. Seus ex-colegas agradeceram a disponibilidade, disseram que não fariam a contratação e sugeriram que poderiam procurá-lo novamente mais ao final do processo de elaboração do RMFB – fato que nunca veio a ocorrer. Além disso, Castilho soube que seu ex-auxiliar mais experiente, o jornalista Marco Antônio Lopes, também havia deixado *Playboy*, descontente com sua posição na redação.

Com isso, a equipe do RMFB de 2000 foi liderada pelo jornalista Moraes Eggers, que não tinha participado de nenhuma das edições anteriores e que teve basicamente o apoio da empresa Computer Associates, que havia desenvolvido um software, em funcionamento desde 1998. Segundo Castilho, esse software vinha funcionando muito bem e havia custado cerca de US\$ 30 mil para *Playboy*. Ocorre que esse sistema computacional, desenhado exclusivamente para processar o RMFB, necessitava de alimentação de dados e checagens parciais e finais de resultados muito precisas, devido ao grande volume de informações dos 3992 questionários com respostas de professores e gestores de IES, das dezenas de respostas de questionários de

profissionais de RH de grandes empresas consultadas, mais dos dados do MEC, Capes, CNPq e outros órgãos de governo sobre 580 cursos de 219 IES de todo o país. Esse processo exigia que os cadastros dos respondentes e os dados informados fossem verificados a cada etapa do processo de elaboração do *ranking*, e corrigidos se necessário, antes de serem consolidados, possibilitando a geração das tabelas classificatórias finais. Castilho acredita que a equipe que elaborou o RMFB do ano 2000 falhou em alguma etapa desse processo e, por falta de experiência, publicou, em setembro daquele ano, sua 19ª. edição com classificações significativamente diferentes dos anos imediatamente anteriores. Evidência disso, é que, pelo que soube de alguns ex-colegas, houve várias reclamações de professores e gestores de IES à redação. Em seguida, na edição de *Playboy* do mês de novembro foi publicada, pela primeira vez na história do RMFB, uma errata das tabelas classificatórias. Essa errata, porém, não alterou significativamente os problemas apresentados, pois atingiu apenas 15 das 46 áreas de conhecimento nos cursos de graduação e 3 cursos na pós-graduação, além de não ter mudado nenhuma das IES em primeiro lugar. Segundo Castilho, como o desgaste continuou, em um momento em que a linha editorial de *Playboy* estava em outras mãos, a diretoria da revista e a diretoria executiva da Editora Abril decidiram descontinuar o RMFB, que nunca foi retomado.

Em entrevista concedida a esta pesquisa, o jornalista Moraes Eggers esclareceu alguns pontos sobre essa edição de 2000 e sobre o fim do RMFB. Esse jornalista relatou que ficou apenas seis meses na redação a revista *Playboy*, como Editor Especial, responsável por reportagens especiais. Dessa forma, a missão de fazer o *ranking* acadêmico daquele ano e a reportagem que o acompanhou foram realizadas como uma reportagem especial, sem vinculação com trabalhos anteriores. Ele confirmou que nem ele, nem nenhum outro profissional da equipe tinha experiência com o RMFB. O papel de Moraes Eggers foi basicamente de o responsável pela edição da reportagem do *ranking*, que começou em julho de 2000, prazo bastante próximo de sua publicação, em setembro daquele ano. Ele externou que não houve nenhuma passagem de conhecimento para a publicação das tabelas classificatórias e que a equipe envolvida pelo RMFB foi apenas informada pela direção que havia um sistema computacional que tabulava os votos automaticamente, sendo que sua equipe não fez nenhuma alteração no software ou na metodologia publicada no ano anterior. Ele entende que os dados foram alimentados corretamente e que os resultados refletiam os relatórios produzidos pelo software do RMFB processado pela Computer Associates. Moraes Eggers declarou que esse sistema acabou gerando pequenas diferenças nos resultados, ocasionando a publicação da errata, em novembro de 2000, com as devidas correções. Porém ele já havia deixado a redação

de *Playboy* e sido remanejado para editar outras publicações da Editora Abril, não tinha maiores informações sobre o que acontecia na revista. Um fato relevante acrescentado por Eggers foi o de que ele recebeu a informação de que aquele seria a última edição do RMFB, durante o fechamento da reportagem, diretamente da direção de *Playboy*. Para ele, a razão principal para que *Playboy* deixasse de publicar o RMFB foi o fato da Editora Abril ter na ocasião outras publicações voltadas à educação, em especial o Guia do Estudante, com leitores mais interessados nesse tema. Finalmente, o jornalista Moraes Eggers relatou que, durante o breve tempo que esteve na redação da revista, não houve nenhuma comunicação externa sobre o fim do RMFB e desconhecia se isso foi feito posteriormente por *Playboy*.

8. Considerações finais

As pesquisas bibliográfica e documental relacionadas ao RMFB da revista *Playboy* brasileira e às reportagens a ele associadas, nas 19 edições onde essas classificações foram divulgadas, levaram ao encontro de dois interessantes achados. Primeiro, o pioneirismo do RMFB como *ranking* acadêmico nacional, publicado em periodicidade anual e contínua, por uma grande editora com elevada tiragem, desde março de 1982, no âmbito brasileiro e também mundial. Essa condição de pioneirismo tem sido atribuída ao *ranking* norte-americano da publicação *U. S. News & Word Report*, que foi iniciado 20 meses depois do *ranking* brasileiro, em novembro de 1983, o que parece um equívoco científico, que esta pesquisa permite corrigir. Segundo, o convívio e a proximidade do RMFB com o ensino, a pesquisa e a inovação no âmbito da educação superior brasileira, nas décadas de 1980 e 1990; tanto com temas quanto com figuras relevantes nesse contexto. Segundo,

O registro e análise da trajetória do RMFB, realizados neste segundo capítulo, foi acompanhada de pesquisa a respeito do histórico e da relevância da revista *Playboy* no Brasil e no mundo, do entendimento do contexto socioeconômico e educacional do país no período de vida do *ranking* acadêmico, permitindo uma periodização dos 20 anos das reportagens associadas ao RMFB em quatro fases relacionadas ao contexto brasileiro. Sobre a trajetória desse *ranking* acadêmico mereceram destaque alguns personagens críticos para que ele existisse e prosperasse, sendo os principais: Mário Joaquim Escobar de Andrade, diretor de *Playboy* e idealizador do RMFB; Carlos Roberto da Costa, jornalista que assumiu a tarefa de dar forma esse *ranking*, realizar sua primeira publicação e supervisionar sua produção nos seus primeiros anos; Cláudio de Moura e Castro, que deu um apoio breve mas crucial, fornecendo informações

da Capes para o primeiro *ranking* e abrindo algumas portas da comunidade acadêmica à reportagem da revista; e Ricardo Castilho, que liderou e expandiu a produção do RMFB por 12 anos, propiciando que ele mantivesse um elevado padrão de qualidade e prestígio junto aos leitores de *Playboy* e aos participantes mais relevantes na educação superior brasileira nas décadas de 1980 e 1990. A pesquisa mostrou a relevância que esse *ranking* acadêmico atingiu junto aos leitores e aos atores da educação superior brasileira. Finalmente, mostrou, segundo a pesquisa e relatos colhidos nesta pesquisa, o RMFB sucumbiu, de um lado operacionalmente importante, devido a mudanças nas pessoas envolvidas na sua produção, e, de outro lado sociologicamente mais importante, devido a mudanças na linha editorial da revista *Playboy* do Brasil, que não soube, não conseguiu ou não pôde se reinventar no final do século XX, para poder permanecer relevante no século XXI, vindo finalmente a sair do universo de publicações da Editora Abril, como é comentado nas conclusões deste trabalho.

CAP 3 – Metodologia e Resultados do RMFB de *Playboy*

1. Introdução

Este capítulo tem como objetivos descrever os aspectos metodológicos que permearam a produção do RMFB, de 1981 a 2000, identificar as técnicas e estratégias metodológicas adotadas, suas variações e mudanças, fragilidades e potencialidades, e analisar os resultados principais do ranqueamento das IES. O levantamento e análise das informações deste capítulo foi realizado, por meio de pesquisa documental nas 19 edições da revista *Playboy* onde esse *ranking* foi publicado, apoiada por pesquisa bibliográfica e por entrevistas com três dos responsáveis pelo *ranking*, ao longo de sua trajetória, em um esforço de triangulação entre estes instrumentos de pesquisa científica em Educação.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o prof. Dr. Carlos Roberto da Costa, atual diretor da Faculdade de Comunicação Cásper Líbero e primeiro responsável pelo RMFB quando era jornalista de *Playboy*, em 1981, o jornalista Ricardo Calisto, atual diretor editorial da Revista Prazeres da Mesa e responsável por 12 edições do RMFB quando trabalhava em *Playboy*, e o jornalista Moraes Eggers, atual sócio-diretor da empresa Bastidores de Comunicação e responsável pela última edição do RMFB no ano 2000.

O capítulo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção trata dos objetivos e esforços estratégicos de *Playboy* em criar e manter por 20 anos consecutivos o RMFB. A terceira seção aborda a metodologia e os instrumentos utilizados para a elaboração desse *ranking* acadêmico, inspirando-se na perspectiva de sistemas nacionais de educação de Burton Clark (1983), que identifica três conjuntos de participantes na educação superior: Estado, mercado e academia. A quarta seção analisa os resultados das classificações do RMFB em perspectiva longitudinal das classificações publicadas nas suas 19 edições, focando nas faculdades que conquistaram o primeiro lugar em cada uma das áreas de conhecimento pesquisadas nos níveis de graduação e pós-graduação, apresentando cinco subseções: a opção metodológica adotada; as faculdades líderes; comentários específicos nas reportagens sobre os cursos pesquisados; a dominância da USP nos primeiros lugares; e uma análise específica dos resultados publicados no RMFB do ano 2000, último ano dessa publicação, que teve transformações radicais nos primeiros lugares publicados. A quinta seção traz as considerações finais deste capítulo.

2. Objetivos e esforços de *Playboy* com o RMFB

Esta pesquisa identificou que *Playboy* tinha o RMFB essencialmente como um trabalho jornalístico de serviço aos seus leitores, com abrangência nacional e cobrindo as principais áreas de conhecimento da educação superior brasileira. A revista percebeu e ressaltou, desde o primeiro momento, a grande dimensão dessa tarefa e, também, a importância dos seus resultados, quando, em seu editorial de 1982, declarou que “o resultado desse gratificante esforço jornalístico é a primeira avaliação qualitativa das nossas escolas de ensino superior” (ANDRADE, 1982, p. 3). Além disso, diferente de diversos *rankings* acadêmicos nacionais e internacionais que nasceram ou evoluíram posteriormente, buscando atrair publicidade de IES para financiar sua publicação, como, por exemplo, o *ranking* do jornal inglês *The Times* (ORDORIKÁ; RODRIGUES GOMEZ, 2010), não se observa em nenhuma das 19 edições do RMFB anúncios de cursos ou IES. Esse caráter de serviço despertou rápido e forte interesse dos leitores pelo RMFB. Esse fato foi ressaltado no editorial da revista que trazia a segunda edição do *ranking*, quando citava um caso interessante:

Acostumado a receber telefonemas e cartas após a publicação de suas reportagens, o editor-assistente Vítu do Carmo jamais tinha vivido uma experiência como agora: a de ser procurado por um leitor **antes**³⁶ de sua reportagem sair. Aprovado no vestibular em mais de uma escola de Medicina, um estudante paulista telefonou para a redação perguntando pela atualização do *Ranking Playboy* das Melhores Faculdades do Brasil (ANDRADE, 1983, p. 5).

Esta pesquisa pôde verificar também que *Playboy* sempre buscou uma conexão próxima entre seu *ranking* acadêmico e o mercado de trabalho. Assim, em 1985, o RMFB foi publicado em um encarte chamado “Guia *Playboy* de Carreiras”, em parceria entre as equipes de reportagem das revistas Exame, voltada para temas de economia e negócios, e *Playboy*. Nessa mesma linha editorial, em 1986, a reportagem associada ao RMFB declarava:

O primeiro passo no sucesso de uma carreira universitária é fazer um bom curso de graduação em uma escola de reconhecido prestígio – melhor ainda se este diploma é complementado com uma especialização em uma área correlata. Para montar o *ranking* das melhores faculdades do Brasil – e poder assim ajudar na escolha de onde fazer seu curso –, *Playboy* saiu a campo, pelo quinto ano consecutivo, pesquisando diferentes indicadores (ASSEF et al., 1986, p. 144).

Nas últimas edições do RMFB, as reportagens de *Playboy* deram ênfase ao fato do *ranking* ser também um guia para o vestibular, mas sem perder seu caráter de avaliação

³⁶ Negrito do original.

independente da qualidade da educação superior brasileira. Assim, por exemplo, em 1994, a revista tratava do *ranking* como “um guia (...) que tem ajudado a orientar os jovens a caminho do vestibular (CASTILHO et al., 1994, p. 97); frase essa que foi repetida, *ipsis litteris*, na reportagem do ano seguinte. Em 1996, a reportagem definia o *ranking* como “um guia amplo e fidedigno elaborado por *Playboy* para facilitar a escolha do estudante brasileiro na hora do vestibular e estimular as escolas na busca de aperfeiçoamento” (CASTILHO et al., 1996, p.117); e no ano seguinte, apresentava-o como “(...) o mais completo guia de avaliação do ensino superior brasileiro, com os melhores cursos de graduação e pós-graduação” (CASTILHO et al., 1997, p. 141). De forma semelhante, no ano de 1998, a reportagem dizia aos leitores que o RMFB era “(...) o mais completo e aguardado guia do ensino superior brasileiro, no qual professores universitários e profissionais de grandes empresas apontam os melhores estabelecimentos de ensino em 41 áreas de conhecimento” (CASTILHO et al., 1998, p. 163). Na sua última edição, o RMFB foi apresentado como “(...) a pesquisa mais completa sobre o ensino superior brasileiro” (EGGERS et al., 2000, p. 93).

Adicionalmente a essas declarações, outros dois aspectos ajudam a dar a dimensão dos esforços de *Playboy* na realização, por 20 anos consecutivos, das pesquisas que resultavam no RMFB: o tempo investido em sua realização e a equipe envolvida nesse trabalho. Quanto ao primeiro aspecto, a edição de 1987 trouxe pela primeira vez a informação de que tempo dedicado na produção desse *ranking* acadêmico foi “de mais de 6 meses” (COSTA, 1987, p. 144). Nos anos de 1989, 1999 e de 2000, a reportagem da revista citou que foram investidos 9 meses nesse trabalho. Entretanto, na maioria dos demais anos em que essa informação apareceu – em 1988, 1990, 1993, 1994 e 1998 –, *Playboy* informou em suas reportagens que as atividades de pesquisa, elaboração e publicação do RFMB duraram 10 meses.

Quanto ao segundo aspecto levantado, referente aos profissionais encarregados do RMFB, o quadro 11 mostra que a equipe de profissionais de *Playboy* dedicados à sua elaboração e publicação sempre contou com um editor responsável, e, muitas vezes, teve pelo menos um jornalista auxiliar. O jornalista que primeiro apareceu como responsável pelo *ranking* acadêmico de *Playboy* foi Carlos Roberto Costa, e o jornalista que mais exerceu oficialmente essa função foi Ricardo Castilho. No ano de 1988, na sexta edição do RMFB, foram citados os nomes oito profissionais envolvidos, incluindo um consultor externo. No ano de 1999, na última edição desse *ranking* liderada por Ricardo Castilho, foram citados sete profissionais, além do apoio da empresa Computer Associates. Na reportagem do último ano do RMFB, que teve pela

primeira e única vez a liderança do jornalista Moraes Eggers, foram citados um total de 13 profissionais envolvidos na reportagem. As edições de *Playboy* não sugeriam que seus jornalistas estavam especializada e exclusivamente dedicados à pesquisa, elaboração e publicação do RMFB; ao contrário, muitas vezes os editoriais da revista destacavam, direta ou indiretamente, a versatilidade dos seus profissionais. Assim, depois de ter lançado o RMFB em 1982, o editor Carlos Roberto Costa aparecia como responsável pelo novo Guia *Playboy* de Eletrônica, lançado na mesma edição que trazia esse RMFB do ano seguinte, em parceria com o editor-contribuinte Ethevaldo Siqueira (ANDRADE, 1983, p. 6).

Quadro11 - Profissionais envolvidos no RMFB de *Playboy*. Fonte: elaboração do autor.

Edições	Responsável	Auxiliar	Equipe
1982	Carlos R. Costa	n.i.	n.i.
1983	Vitu do Carmo	n.i.	n.i.
1984	Carlos R. Costa	Bete Alina	n.i.
1985	Lenita Asséf	n.i.	n.i.
1986	Lenita Asséf	José Emílio Rondeau	n.i.
1987	Carlos R. Costa	Ricardo Castilho	Dagoberto Azoni, Jackson Bezerra, Alda Palma, Vitu do Carmo e Rachel Rego
1988	Ricardo Castilho	Cynthia de Almeida	n.i.
1989	Ricardo Castilho	n.i.	n.i.
1990	Ricardo Castilho	n.i.	n.i.
1991	Ricardo Castilho	n.i.	n.i.
1992	Ricardo Castilho	Maristella Escobar	n.i.
1993	Ricardo Castilho	n.i.	n.i.
1994	Ricardo Castilho	Marco Antônio Lopes	Max Fabiano
1995	Ricardo Castilho	Marco Antônio Lopes	Max Fabiano, Romario de Oliveira
1996	Ricardo Castilho	Marco Antônio Lopes	Monica Fraga, Fred Paiva
1997	Ricardo Castilho	Marco A. Lopes, Monica Rentschier	Carolina Trevisan, André Viana
1998	Ricardo Castilho	Marco A. Lopes, Miguel Iccassatti, Raquel Marçal	Patrícia Malavez, Marlene Pio
1999	Ricardo Castilho	Miguel Iccassatti, Raquel Marçal, Eduardo Burckhardt, Tatiana Chiari	Lucia Monteiro, Juliane Zaché
2000	Moraes Eggers	n.i.	Sarah Lopes, Luciana Liebert, Eduardo Burckhardt, Margarete Storto, Clarissa Lima, Fernanda Guirra, Maristela Sampaio, Cristiane Aguiar, Juliana Pinheiro Mota, Aloisio Portela, Nelson Franco Jobim, Ricardo Lombardi

Na edição de março de 1987, Carlos Roberto Costa aparece como responsável pelo RMFB, com o apoio de Ricardo Castilho, e, ao mesmo tempo, como único responsável por um roteiro turístico e gastronômico por Portugal (ANDRADE, 1987, p. 3). Em março de 1992, o jornalista Ricardo Castilho aparecia como “o incansável” editor do RMFB e também como responsável por um roteiro dos pratos preferidos dos donos dos melhores restaurantes do eixo Rio – São Paulo (KFOURI, 1992, p. 3); fato que se repetiu na edição de *Playboy* de março de 1994. A mesma situação ocorreu com outros profissionais envolvidos com o RMFB, como, por exemplo, o jornalista Marco Antônio Oliveira, nas edições de 1995 e 1996. Mesmo na última edição, de setembro de 2000, oito dos treze jornalistas envolvidos tinham apenas responsabilidades regionais, relacionadas às reportagens nas cidades de Brasília, Goiânia, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Londres, e Nova York.

O prof. Dr. Carlos Costa, quando perguntado em entrevista a esta pesquisa sobre como avaliava a qualidade dos guias e *rankings* que coordenava, entre os anos de 1981 e 1989 na editoria de Serviço da redação de *Playboy*, declarou que ele e sua equipe sempre tiveram autonomia para definir suas metodologias de avaliação e elaboração de *rankings* de bens de consumo, seja de bebidas, comidas, ou serviços diversos que eram classificados, comentados e oferecidos aos leitores da revista, e que elas não deviam nada ao que ocorria na edição americana ou em outras pelo mundo. Ao contrário, citou uma situação curiosa, quando nesse período esteve em uma convenção mundial de *Playboy* em Chicago, nos EUA, e teve a oportunidade de conversar com um colaborador da edição americana que era famoso pelo seu *ranking* de melhores *cheesecakes* daquele país. Ao perguntar como era a metodologia de elaboração desse *ranking* gastronômico, seu colega da *Playboy* americana disse-lhe que experimentava alguns *cheesecakes* em alguma das maiores cidades da costa leste norte-americana, pedia a opinião de alguns conhecidos em outras cidades do país e completava com notas e notícias que recolhia em outras fontes jornalísticas, depois consolidada essas informações e as publicava uma tabela classificatória dos *cheesecakes* americanos em reportagens ilustradas, que faziam sucesso e raramente eram questionadas. Costa lembrou com ironia, que no Brasil os guias e *rankings* produzidos na editoria de Serviços de *Playboy*, liderada por ele na década de 1980, como os de vinhos e de uísques, não geravam questionamentos. Porém, houve uma ocasião que foi elaborado um *ranking* das melhores cachaças do Brasil, que gerou muita polêmica, pois esse trabalho foi questionado publicamente pelo ex-presidente Jânio Quadros, que tinha fama de ser grande apreciador da bebida, além de um personagem político muito polêmico.

Quando foi elaborar a primeira edição do RMFB, o prof. Dr. Carlos Costa consultou o prof. Sandoval, da Faculdade de Engenharia da UFRJ, que também não era especialista em *rankings* acadêmicos, mas que se dispôs a ajudar o então jornalista de *Playboy*, atendendo a pedido recebido do presidente da Capes, Claudio Moura da Costa. O prof. Costa credita ao fato de, antes de se tornar jornalista, ter sido seminarista e se formado em Teologia e em Filosofia, onde teve mestres muito rígidos, ter utilizado sua intuição e experiência para produzir avaliações consideradas robustas pelos leitores e pelos consultados, como veio a acontecer com o RMFB, publicado pela primeira vez em março de 1982. Nos anos de 1983 a 1987, o *ranking* acadêmico de *Playboy* foi elaborado por equipes diferentes e sem conhecimento específico em educação superior, mas tiveram sempre a supervisão direta de Costa, até que Ricardo Castilho assumisse essa responsabilidade em 1988.

O jornalista Ricardo Castilho, em entrevista concedida a esta pesquisa, lembrou que, conforme o *ranking* abrangia mais cursos e IES, o tempo de elaboração também aumentava e se tornava uma atividade quase contínua por todo o ano na editoria de Serviços de *Playboy*, mesmo que em tempo parcial. Como toda a interação entre a revista e os consultados era feita pelos correios e, eventualmente, por telefone, meses antes da publicação começavam a ser atualizadas as listas das IES, professores e empresas a serem consultadas, para depois serem enviados os questionários, aguardarem as respostas, ligarem para quem não havia respondido, validarem todo o material recebido, alimentarem seus sistemas de informação, analisarem a consistência dos resultados preliminares, corrigirem eventuais problemas, elaborarem as tabelas classificatórias e as reportagens, e entregarem todo o material na gráfica, com dois meses de antecedência à publicação e distribuição da revista nas bancas. A equipe que se envolvia com o RMFB ao longo do ano era pequena, com um ou dois profissionais, e só aumentava no momento de elaborar a reportagem, nas semanas finais do trabalho. Por isso o trabalho desse *ranking* não era considerado muito “pesado” no orçamento de *Playboy* e nunca sofreu restrições para viagens, materiais e o processamento de informações, até porque a revista tinha despesas muito maiores suas outras seções.

3. Metodologia e instrumentos utilizados pelo RMFB

3.1. Aspectos gerais

A metodologia do RMFB de *Playboy* contemplou a consulta aos principais participantes envolvidos com a educação superior brasileira. Isso se deu por meio de diversos instrumentos, desde a sua primeira edição, que foram adaptados e evoluídos ao longo dos 19 anos consecutivos da trajetória desse *ranking* acadêmico.

Playboy nunca disponibilizou publicamente os dados e os instrumentos primários de suas pesquisas que geravam o RMFB. Em suas primeiras edições, as reportagens apresentavam apenas sucintamente algumas informações sobre o levantamento de informações e as tabelas classificatórias. A publicação ampliou esses esclarecimentos ao longo do tempo, em um processo de aumento gradual da transparência, mesmo que apresentando por vezes algumas preocupações e resistências. Assim, por exemplo, na segunda edição do RMFB, em 1983, a reportagem trazia a seguinte informação aos leitores: “a revista reserva-se o direito de não revelar tais critérios (metodológicos) para evitar que seu conhecimento provoque distorções no resultado de futuras pesquisas”. As informações técnicas sobre o *ranking* de *Playboy*, sobre os indivíduos pesquisados e sobre os critérios e instrumentos da pesquisa, na maior parte das edições, encontravam-se no início ou no final das reportagens, ou ainda em seção específica destas, entretanto não apresentou uma estrutura de texto constante.

Segundo declarou o jornalista Ricardo Castilho em entrevista a esta pesquisa, parte importante do prestígio do RMFB junto aos respondentes das informações coletadas para seu *ranking*, em especial junto aos professores universitários, vinha da autonomia e da confidencialidade de *Playboy* em elaborar e publicar suas tabelas classificatórias, e na qualidade e coerência de seus resultados finais. Como exemplo dessa prática, relatou que, no final dos anos de 1980, foi procurado na redação por um grupo de oito estudantes da Escola Paulista de Medicina (EPM), pertencente à UNIFESP, pedindo uma reunião para esclarecer como era feita a classificação do seu curso e os motivos da EPM não estar em primeiro lugar naqueles anos. Castilho disse que os recebeu sozinho na sala de reuniões da redação de *Playboy* e que foi abordado com falas agressivas e ameaçadoras pelos estudantes. Ato contínuo, ele saiu da sala, foi até a sua mesa, pegou os relatórios internos referentes ao curso de medicina, voltou à sala, consultou a pasta na frente dos estudantes e lhes disse que nenhum dos professores da EPM havia indicado seu curso em primeiro lugar no Brasil. Os estudantes pediram para ver a pasta e

a lista dos professores respondentes, o que lhes foi negado, por ser uma informação confidencial da revista, mas, na conversa que se seguiu, ficou claro para aquele grupo que deveriam voltar à escola e falar com seus professores sobre como melhorar o curso, ao invés de pressionar a equipe do RMFB de *Playboy*.

O jornalista Ricardo Castilho informou que situações de questionamento sobre os resultados publicados eram mais comuns por parte de professores e diretores dos cursos e IES mais novas ou que passavam por processos de transformação, mas que *Playboy* nunca alterou qualquer resultado nos anos em que ele esteve à frente do RMFB ou antes disso. No entanto, comentava e orientava a quem o procurava sobre os pontos que mais tinham prejudicado sua avaliação final, sem entrar em notas ou detalhes, para que pudessem trabalhar em melhorias, se assim o desejassem. O jornalista relatou também que as mudanças na metodologia e na abrangência do RMFB ocorriam, basicamente, como respostas a sugestões de professores e gestores de IES ou, mais raramente, de profissionais de empresas. *Playboy* procurava alterar o mínimo possível nesses aspectos, porque entendia que os resultados atendiam bem aos leitores, e para manter a legitimidade do *ranking* e a consistência das classificações publicadas. Até porque entendia, por sua experiência dos anos anteriores, pelos dados que recebia, pelas entrevistas que realizavam com especialistas em educação e pelas visitas *in loco*, que um curso ou uma IES não mudaria abruptamente de patamar de qualidade de um ano para outro.

Conforme citado na introdução desta pesquisa, para uma abordagem teórica do RMFB foi inspirada no chamado “Triângulo de Clark” como caminho para se caracterizar e interpretar a importância dos grupos de sujeitos envolvidos na pesquisa de *Playboy*, com seu objetivo de construir e evoluir esse seu *ranking* das IES do sistema brasileiro de educação superior. Em um estudo que retratou a diversidade de sistemas de educação superior em várias partes do mundo, o pesquisador norte-americano Burton Clark (1983) constatou a complexidade e especificidade da estrutura e da gestão universitária desses sistemas em diversos países; estes eram marcados por estruturas administrativas e educativas onde se davam conflitos de interesse entre os diferentes sujeitos envolvidos, e de forma interativa. Esse autor propôs um modelo específico de análise da organização e de coordenação dos sistemas de educação superior, baseado em três grupos de participantes, que estariam em interação ou triangulação permanente, exercendo

influências mútuas e contínuas entre si e sobre as IES: o *Estado*, a *oligarquia acadêmica* e o *mercado*³⁷.

Nas reportagens associadas ao RMFB, por meio de informações colhidas junto a esses três grupos de figuras relevantes da educação superior – Estado, *oligarquia acadêmica* e mercado – *Playboy* conseguiu formar um amplo panorama da educação superior brasileira, que permitiu a construção, manutenção e ampliação anual de seu *ranking* acadêmico, com uma grande quantidade e variedade de fontes de informações, por 20 anos consecutivos. Nele, o Estado foi representado, principalmente por autoridades do Ministério da Educação e de agências de fomento. A *oligarquia acadêmica*, que a partir deste ponto em diante desta pesquisa chamaremos simplesmente de **academia**³⁸, foi representada por professores mais graduados e gestores universitários de todo o país e de todas as áreas de conhecimento. O mercado foi representado por empresários renomados e profissionais de recursos humanos de grandes empresas demandantes de mão-de-obra qualificada. A seguir apresenta-se a análise dos instrumentos e critérios de pesquisa para cada um desses grupos.

3.2. Estado

Em sua primeira edição, em março de 1982, o RMFB de *Playboy* utilizou-se de levantamentos de dados de cursos e faculdades junto a organizações oficiais, com destaque para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e para a Secretaria de Ensino Superior (SESu), ambos órgãos do Ministério da Fazenda (MEC), pertencente, por sua vez, ao poder executivo federal. Naquela reportagem, a revista declarava que sua equipe levantara também o volume de verbas liberadas por órgãos financiadores de pesquisa, citando, por exemplo, o CNPq (COSTA et al., 1982, p. 42). Na segunda edição do seu *ranking* acadêmico, *Playboy* informava que se utilizara novamente do mesmo levantamento de dados junto aos órgãos do MEC; fato que se repetiu por todas as edições seguintes. Essa reportagem trazia também entrevista da ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, com algumas declarações sobre o volume e a destinação dos recursos públicos ao ensino superior e à pesquisa científica (CARMO et al., 1983, p. 128). Apesar de não especificar os indicadores, documentos e fontes públicas de pesquisa utilizadas em sua pesquisa, *Playboy* relatava que consultava anualmente relatórios de órgãos públicos federais, tanto para cursos de graduação quanto para os de pós-graduação. A Capes era a instituição pública mais frequentemente citada, inclusive

³⁷ Itálico do autor, para simples destaque dos termos apresentados.

³⁸ Negrito do autor, para simples destaque do termo utilizado.

com entrevistas a seus gestores. Por exemplo, em 1983, o ex-diretor geral da Capes, Cláudio de Moura e Castro, teve declarações apresentadas pela revista, e em 1988, seu diretor de programas, Ivan Rocha, e sua coordenadora de bolsas de estudos no Brasil, Ângela Santana, foram entrevistados pela sua reportagem.

No ano de 1994, a edição que trazia o RMFB destacava dados do MEC e do IPEA sobre o sistema de educação superior brasileiro. Ressalte-se que o IPEA era subordinado ao Ministério do Planejamento e responsável pela elaboração de sugestões de políticas públicas nacionais, tendo também sido citado nas edições do *ranking* de 1995 e 1996, em discussões relacionadas ao financiamento da educação superior. A reportagem de 1994 tratava, ainda, da criação pelo MEC da Comissão Nacional de Avaliação de Universidades, “com o objetivo de incentivar a autoavaliação e a avaliação externa das escolas” (CASTILHO et al., 1994, p. 101); e, nessa ocasião, foi entrevistado o responsável pela SESu, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. A edição seguinte, em março de 1995, trouxe uma reportagem a respeito dos desafios do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que havia substituído recentemente Murílio Hingel, do governo anterior, de Itamar Franco.

Na edição de setembro de 1996, a reportagem associada ao RMFB de *Playboy* continha uma entrevista do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que discorria sobre suas escolhas e experiências como sociólogo e professor. Outra autoridade entrevistada naquela edição, para falar de sua formação acadêmica e de sua carreira profissional, foi o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo. A reportagem de setembro de 1997, que acompanhava o 16º. RMFB de *Playboy*, apresentou uma entrevista de página inteira com o ministro Paulo Renato Souza, então com dois anos e meio de mandato transcorridos, destacando seus esforços na implantação da primeira avaliação oficial da educação superior brasileira, o Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como “Provão”, iniciado em 1996. O ministro falou também à revista a respeito de temas relacionados à qualidade das novas IES e cursos que se abriram na década de 1990, e sobre a autonomia e a responsabilidade universitária com a qualidade desejada na educação superior brasileira.

Em setembro de 1998, a reportagem da equipe de *Playboy* informava que não havia computado no RMFB daquele ano os dados da última avaliação da Capes sobre os cursos de pós-graduação, como vinha ocorrendo regularmente por 16 anos, porque “a burocracia do MEC impediu que os dados fossem liberados a tempo de ser analisados para o *ranking*” (CASTILHO et al., 1998, p. 164). De outro lado, também pela primeira vez, avisava que havia consultado os

resultados dos cursos de graduação no ENC, para validação de algumas de suas informações colhidas junto às IES e aos professores; esse procedimento foi relatado novamente nas reportagens dos anos de 1999 e 2000. Na edição de 1999, *Playboy* trouxe uma entrevista com o diretor de programas da Capes, Luís Loureiro, a respeito da visão do MEC para a educação superior à distância. Em outro momento dessa reportagem, a revista colheu declarações sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)³⁹, da Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão também vinculado ao MEC. Finalmente, a última edição do RMFB, no ano 2000, a revista não publicou nenhuma informação ou declaração de autoridades da educação superior brasileira.

Em resumo, verificou-se que o RMFB de *Playboy* utilizava regularmente informações disponibilizadas pela Capes e pela SESu do MEC, em um período onde as autoridades educacionais não costumavam dar publicidade a esses dados. A equipe da revista fazia também o levantamento do volume de recursos liberados e bolsas concedidas por agências de fomento à pesquisa, como CNPq, Fapesp, BNDES, e Banco Mundial, reforçando, assim, seu diálogo com autoridades governamentais ligadas à educação superior brasileira. Dessa forma, observa-se o relacionamento próximo de *Playboy* com representantes e autoridades educacionais do Estado brasileiro, especialmente com o MEC e os órgãos a ele vinculados, que se deu, por meio de dados, relatórios e entrevistas, em toda a trajetória do RMFB, nas décadas de 1980 e 1990.

3.3. Mercado

É possível identificar semelhanças entre a expansão na segunda metade do século XX, das IES privadas do Brasil, com o processo identificado por Clark (1983) para as economias centrais poucos anos antes, onde o setor privado foi crescendo como provedor de soluções educacionais, na medida em que havia uma demanda não atendida pelo setor público. Segundo essa visão, de maneira geral, o setor privado não exerceria diretamente as tarefas de coordenação e integração do sistema de educação superior, nas quais o Estado, apoiado pela

³⁹ Nota do autor. Criado em 1998 durante a gestão do ministro da educação Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Enem teve por princípio avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país para auxiliar o ministério na elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria do ensino brasileiro através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio e Fundamental, promovendo alterações nos mesmos conforme indicasse o cruzamento de dados e pesquisas nos resultados do Enem. Foi a primeira iniciativa de avaliação geral do sistema de ensino implantado no Brasil. O primeiro modelo de prova do Enem, utilizado entre 1998 e 2008, tinha 63 questões aplicadas em um dia de prova. A prova na época servia para ingresso em cursos superiores no caso de candidatos que, com a nota do exame, se inscrevessem para conseguir bolsa de estudo em faculdades particulares pelo ProUni. Fonte: www.mec.gov.br/enem/.

oligarquia acadêmica, teria o protagonismo. Nesse contexto, para a elaboração de seu *ranking* acadêmico, *Playboy* buscou nas grandes empresas empregadoras de mão-de-obra especializada e de alto nível, existentes no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, as opiniões sobre a qualidade do sistema universitário no setor privado educacional, como forma de representar os interesses e as avaliações do mercado. Empresários, executivos renomados, profissionais de recursos humanos e consultores especializados, responsáveis pela contratação de mão-de-obra especializada e por parcerias para desenvolvimento tecnológico entre empresas e universidades, foram os interlocutores principais de *Playboy* com o mercado; em especial, o mercado de trabalho. As empresas consultadas que apareceram com maior frequência nas reportagens do RMFB de *Playboy* estão listadas no Quadro 12, abaixo apresentado.

Ao longo das 19 edições do RMFB, *Playboy* publicou apenas por uma vez declarações de representantes de uma entidade de classe do setor educacional: a FUNADESP – Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Foi já na 17ª. Edição do *ranking*, em 1998, onde seu Presidente, Darcy Closs, falava do intenso da fundação em apoiar o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação nas IES particulares (CASTILHO et al., 1998, p. 169). Antes disso, outros participantes do mercado, como os representantes de associações de classe profissional foram entrevistados para falar dos temas da qualidade dos cursos e da necessidade de diploma universitário para exercer as respectivas profissões. Entre essas entidades educacionais tiveram destaque a Ordem dos Advogados do Brasil, nas reportagens de 1983 e 1996, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, em 1990 e 1997, o Conselho Regional de Economia de São Paulo, em 1997, e a Federação Nacional de Jornalistas, também em 1997. Adicionalmente, equipe de reportagem de *Playboy* procurou ouvir empresários do setor educacional envolvidos com cursos pré-vestibulares, como o Anglo, em 1983, e o Objetivo, em 1990, para serem ouvidos sobre a qualidade do sistema brasileiro de educação superior.

Quadro 12 – Empresas consultadas para elaboração do RMFB de *Playboy*. Fonte: Elaboração do autor.

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Abril																X			
Acesita														X					
Alcatel																		X	
Alcoa																X	X		
Alpargatas			X			X													
America Online																			X
Americel																		X	
Amil																X			
Amor aos Pedaçõs																X			
Andrade Gutierrez														X				X	
Antártica																	X		
Aracruz																X			
Arthur Andersen																X	X	X	
Arthur Young				X															
Banco de Boston																			
Banco Icatu																	X		
Banco Itaú																			
Banco Real																	X		
Banco Sudameris																		X	
Basf																	X	X	
Brahma																X			
Brasilshop																			X
Bristol Myers																		X	
Celpe																	X		
Cemig																		X	
Ceval												X				X			
Coca Cola																	X		
Cofap																X		X	
Copel																	X		
Copesul																		X	
CR Almeida														X					
CST															X				
Cyanamid																		X	
DM9															X				
DPZ															X				
DWA															X				
Eletrosul														X					
Escala															X				
Esso		X																	
Fera.com																			X
Fiat												X				X	X		
Fosfértil															X				
General Motors	X																		
Gessy Lever																	X		
Goodyear														X					
Goyana	X																		
IBM																	X	X	
IG																			X
Iguatemy Jetcolor																X			
Ipiranga																X	X		
Itambé																	X		
Itautec																			X

Quadro 12 (continuação) – Empresas consultadas para elaboração do *ranking* Melhores Faculdades do Brasil de 1982 a 2000. Fonte: Elaboração do autor.

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
J & J														X		X			
MacDonalds																X			
Mercado Elettronico																			X
Método						X													
Microsoft																	X		
Nec																		X	
Nestlé													X	X		X	X		
Nuplam																		X	
Pão de Açúcar			X	X					X										
Perdigão																		X	
Petrobrás	X														X		X	X	
Philips														X					
Pirelli						X									X		X		
Procter&Gamble																X	X		
Rede Globo			X																
Refinações de Milho Brasil															X		X		
Rhodia			X			X			X							X	X		
Saab Scania						X											X	X	
Salles BMM&B															X				
Sadia																		X	
Sanbra						X													
Schincariol																		X	
Scopus						X													
Senac															X				
Souza Cruz													X				X		
Submarino																			X
Swift																X			
Terra																			X
UOL																			X
Usiminas																X			
Varig																	X		
Villares						X													
Volkswagem																	X	X	
Wbrasil															X				
Young&Rubican															X				
Xerox																		X	
ZAZ																		X	

Obs.: Entre 1982 e 1994, as consultas eram feitas apenas por entrevistas com profissionais de Recursos Humanos – RH, e, a partir de 1995, as consultas passaram a ser feitas por questionários específicos enviados às empresas.

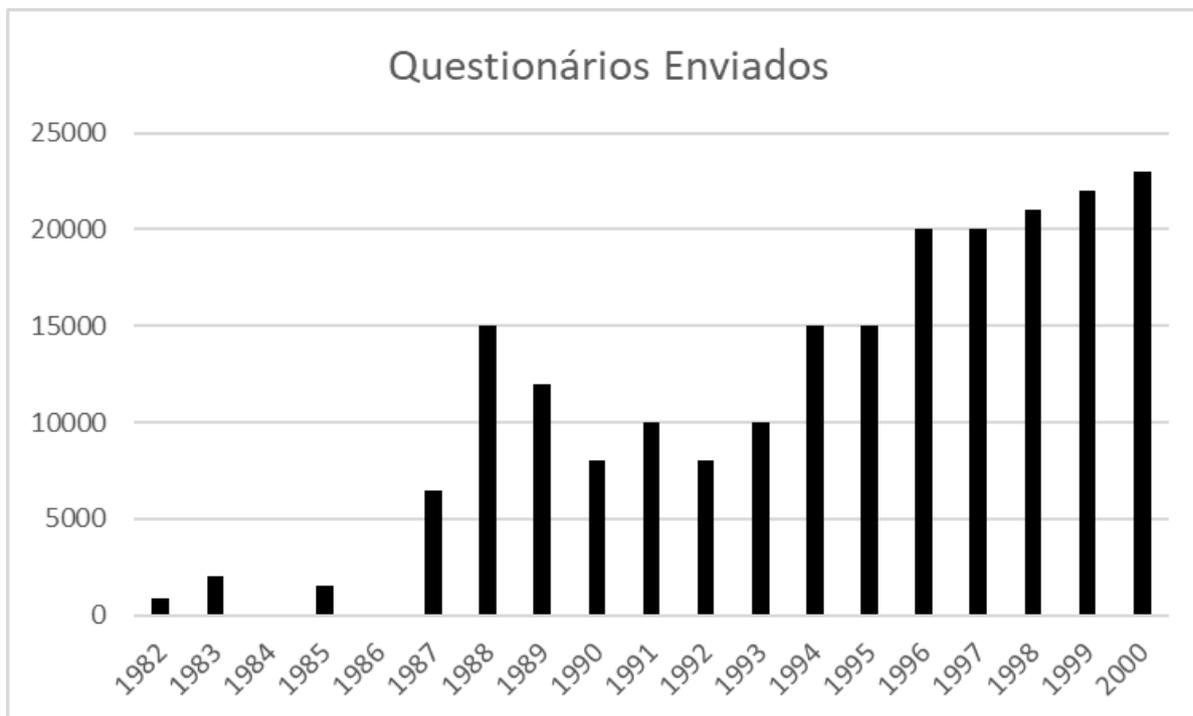
Playboy entrevistou também, nas primeiras seis edições reportagens relacionadas ao RMFB, empresários e executivos renomados do setor produtivo, como os grupos empresariais Metal Leve, Pão de Açúcar, Bovespa, DPZ, Mercedes Benz e Cobrasma; mais à frente, na edição de 1997, entrevistou líderes empresariais da CSN, Loducca e WBrasil. Tipicamente, nessas ocasiões, eram destacadas nas reportagens as experiências e opiniões pessoais dessas personalidades sobre perspectivas do mercado de trabalho e da economia nacional e setorial, com poucos comentários específicos dessas figuras sobre a educação superior brasileira.

Entretanto, foram os profissionais das áreas de recursos humanos (RH) de grandes empresas os interlocutores mais frequentes de consultas por *Playboy* junto ao mercado, conforme é possível se observar no Quadro 10, com um total de 89 de importantes companhias citadas nas 19 edições do RMFB. Em 1990, por exemplo, a reportagem de *Playboy* explicou esse procedimento da seguinte forma: “ouvimos profissionais da área de recursos humanos, responsáveis pelo recrutamento e programas de estágio de grandes empresas. Eles fornecem dados confiáveis sobre a qualidade da mão-de-obra formada pelas escolas” (CASTILHO et al., 1990, p. 107). O interesse em colher a opinião desses profissionais, da forma ampla e estruturada, fez com que, a partir de 1994, a revista passasse a produzir um questionário específico para coletar as opiniões qualificadas desses profissionais. A adesão de profissionais de RH de grandes empresas às consultas de *Playboy* foi elevada, com, por exemplo, 120 questionários respondidos em 1998 e outros 109 questionários em 1999.

3.4. Academia

Dentre os diversos instrumentos de pesquisa utilizados por *Playboy* para a elaboração do seu *ranking* acadêmico, os de maior abrangência e destaque nas reportagens foram os questionários de opinião respondidos por professores, chefes de departamento e diretores de faculdades das IES consultadas para os diversos cursos pesquisados. Com a leitura das informações publicadas pela revista nas 19 edições do RMFB de *Playboy* foi possível elaborar o Gráfico 7, que mostra o número de questionários enviados aos professores e gestores das IES.

Gráfico 7 – RMFB: total de questionários enviados para professores e gestores das IES



Fonte: Elaboração do autor. Obs.: dados colhidos nas reportagens do RMFB de *Playboy*; dados referentes a 1984 e 1986 não disponíveis.

Segundo informações colhidas na análise documental das reportagens associadas às publicações do RMFB de *Playboy* o número de questionários enviados aos professores e chefes de departamento das IES aumentou gradativamente, conforme também crescia a quantidade de cursos pesquisados, mas sem apresentar uma proporção fixa ou pré-determinada. Na maior parte da trajetória desse *ranking*, o envio dos questionários pela equipe de *Playboy* e seu retorno das respostas pelos respondentes era feito em papel e via correio – pois esse era praticamente o único instrumento disponível à época para atender todo o território nacional. Essa situação demandava uma “operação de guerra” para se pesquisar, recolher, validar e computar as informações recebidas, especialmente nos primeiros anos, segundo relato do prof. Dr. Carlos Costa (2016, p. 48). Foi apenas nos dois últimos anos do RMFB, em 1999 e 2000, quando o número de questionários enviados atingiu a casa dos 23.000, que *Playboy* informou aos leitores que esse processo ocorreu por meio eletrônico. A formulação dos questionários enviados aos representantes das IES passou por mudanças e recebeu contribuições dos sujeitos pesquisados. Em 1998, por exemplo, a revista comentou que “esse modelo de formulário foi feito e aperfeiçoado ao longo de nossos dezessete anos de pesquisa por meio de contribuições da

academia, enriquecendo-se com sugestões e críticas enviadas pelos próprios professores” (CASTILHO, 1998, p. 164).

As reportagens associadas ao RMFB ressaltaram, por diversas vezes, que todos os questionários eram validados antes de sua tabulação. Assim, *Playboy* não se furtava a expor situações e dar exemplos onde foram desconsideradas informações recebidas dos representantes das IES, tais como pode ser visto nos trechos selecionados abaixo:

Recebidos os questionários, eles passam por um crivo: não são considerados aqueles onde um professor do Maranhão, para dar um exemplo concreto, aponta sua escola como a única de qualidade no Brasil e enumera uma longa lista de falhas da própria escola (CASTILHO et al., 1990, p. 107);

Todos os questionários passaram por um rigoroso crivo antes de ser tabulados. Nesta triagem não são consideradas respostas que coloquem em risco o resultado final do trabalho. Um bom exemplo foram os questionários de dois professores da Escola de Educação Física da USP, que continham comentários idênticos. O mesmo ocorreu com outros dois da Educação Física de Maringá. Todos os quatro foram eliminados (CASTILHO et al., 1991, p.83); e

O questionário de uma professora do curso de Psicologia da Universidade Gama Filho, por exemplo, teve de ser anulado por ser essencialmente contraditório: ao mesmo tempo em que votava em seu curso como um dos três melhores do Brasil a professora enumerou uma série de problemas da própria escola que comprometia a qualidade do curso e cuja solução demandaria tempo (CASTILHO et al., 1995, p. 122).

A taxa de retorno dos questionários respondidos foi publicada de forma irregular nas reportagens da revista. Essa informação esteve disponível em apenas 9 das 19 edições do RMFB, em números absolutos ou em números relativos, com a divulgação da quantidade ou do percentual de questionários retornados corretamente e considerados válidos. Em 1985, por exemplo, *Playboy* informava que 1.500 questionários foram respondidos, mas sem informar quantos haviam sido enviados. Em algumas dessas ocasiões, a revista destacava que havia um percentual mínimo de retorno considerado adequado pela equipe do RMFB, sem o qual não se podia realizar a adequada classificação dos cursos. No ano de 1990, a revista informava que a taxa de retorno dos 10.000 questionários enviados havia sido superior a 30%. Um pouco mais a frente, no ano de 1993, a revista relatava que:

Só entraram no quadro final da reportagem os cursos que obtiveram um retorno de repostas de no mínimo 20%. No caso de alguns cursos, como os de Administração, Agronomia, Engenharias Civil, Elétrica e Mecânica, Medicina Veterinária, Odontologia, Física e Química, o retorno chegou a 60% (CASTILHO et al., 1993, p. 115).

Todos os questionários respondidos – este ano recebemos 3.954 respostas válidas – são conferidos antes da tabulação e checados previamente pelo programa de

computador especialmente desenvolvido para *PLAYBOY*⁴⁰ pela Computer Associates, segunda maior produtora de software empresarial do mundo. Uma equipe de estatísticos, analistas e engenheiros de sistemas participou do desenvolvimento desse programa e cuida de sua manutenção, garantindo confiabilidade aos dados. Entre outras possibilidades, o sistema recusa questionários duplicados ou com códigos de identificação não emitidos pela redação (CASTILHO et al., 1999, p. 156).

Nesse esforço de colher uma grande gama de opiniões da comunidade acadêmica, uma preocupação adicional explicitada pela revista foi a de buscar uma distribuição regional adequada, representando as IES e cursos de todo o país, como apresentado nas edições de 1987, 1988, 1990, 1993 e 1995. Em 1995, *Playboy* informava que o *mailing* dos professores era constantemente ampliado e atualizado, “permitindo que uma amostragem expressiva do quadro docente do país participe da pesquisa” (CASTILHO, 1995, p. 122). Nesse mesmo sentido, apesar de o número de IES incluídas na pesquisa tenha passado a ser informado apenas no ano de 1996, na 15ª. edição do RMFB, esse montante subiu rapidamente de 140 instituições em 1996 para 219 instituições de todo o país, no ano 2000.

3.5. *Visitas in loco*

Para além dos instrumentos e procedimentos supracitados em sua pesquisa junto aos principais participantes da educação superior brasileira, *Playboy* utilizou-se de forma pioneira de visitas *in loco* às IES como um importante instrumento para a confirmação de informações e opiniões trazidas pelos questionários, relatórios e outras fontes, e também para o levantamento de informações adicionais, especialmente de infraestrutura, que completavam e influenciavam as percepções próprias da equipe da revista para as notas finais do seu *ranking*. Já na primeira edição do RMFB, a reportagem concluía a explicação da metodologia utilizada com a seguinte informação: “... e, finalmente, a visita a diversos departamentos” (COSTA, 1982, p. 42). Em 1983, a publicação dizia: “(...) *Playboy* procurou examinar de perto e por dentro os bastidores e a infraestrutura desses cursos. Visitamos muitas escolas (...)” (CARMO et al., 1983, p. 65). A revista voltou a destacar esse procedimento na maior parte das edições seguintes, sendo que em 1996, informava que havia visitado 42 cursos, no ano de 1997 havia visitado IES de 10 capitais e 11 cidades do interior do país, e no ano de 1999 dizia que haviam sido visitados 155 cursos de 32 IES. A reportagem de 1992 comentava que essas visitas, além das verificações citadas, serviam também para coletar ou confirmar indicadores que foram incorporados, a partir daquele ano, no levantamento de *Playboy*, tais como: relação professor-aluno das IES e dos cursos; quantidade de professores com mestrado e doutorado; e consultas feitas pelos alunos aos livros

⁴⁰ Fonte em maiúsculo no original.

das bibliotecas das IES pesquisadas. Nesse mesmo ano de 1992, a revista declarou que havia penalizado as notas das IES que haviam tido greves prolongadas, pois *Playboy* entendia que esse fato havia prejudicado a qualidade dos cursos no período analisado.

Segundo entrevista a esta pesquisa, Ricardo Castilho informou que normalmente as visitas *in loco* seguiam um roteiro montado a partir de sugestões dos próprios professores e gestores das IES. Eram priorizadas as instituições onde houvesse relatos de novas pesquisas ou instalações. *Playboy* nunca teria sido patrocinada para realizar tais visitas, utilizando seus recursos próprios e definindo seus procedimentos de visita com total autonomia.

3.6. Fontes e procedimentos metodológicos complementares do RMFB

Finalmente, *Playboy* buscava completar suas informações pesquisadas com a participação das IES em congressos e seminários, assim como verificava a quantidade de teses produzidas, em cada curso pesquisado, e, também, reportagens e comunicações públicas sobre atividades externas.

Uma última informação relevante da metodologia publicada pela revista, observada neste tópico, foi a de que *Playboy* acumulava os apontamentos realizados nos anos anteriores das pesquisas, de todos os instrumentos utilizados e dos diversos públicos pesquisados, formando um grande Banco de Dados que usava para criticar os resultados a cada ano. Esse procedimento foi citado em cinco ocasiões, nas reportagens das edições de 1990, 1992, 1994, 1995 e 1997; nesta última publicou que “o cruzamento de todos esses dados e as informações acumuladas em nosso Banco de Dados dos últimos dezesseis anos de pesquisa permitem montar o mais completo guia de avaliação do ensino superior brasileiro” (CASTILHO et al., 1997, p. 141).

4. Análise dos resultados das classificações do RMFB

4.1. Opção metodológica adotada

O universo de informações disponíveis nas tabelas classificatórias e nas reportagens presentes nas 19 edições do RMFB oferece a oportunidade de um sem-número de diferentes análises qualitativas e quantitativas, isoladas ou combinadas, quanto aos resultados e comentários publicados. Apenas sob o prisma quantitativo, o potencial de análise parte de mais de 18 mil registros presentes nas tabelas publicadas, pois estas listavam, a cada ano,

classificações de 10 cursos de graduação e de 5 cursos de pós-graduação para cada uma das áreas de conhecimento avaliadas, que evoluíram de 15 no ano de 1982 para 46 áreas no ano de 2000.

Frente a esse extenso universo de possibilidade de análise e à luz das informações presentes nos capítulos anteriores deste trabalho, adotou-se neste trabalho a opção metodológica de concentrar a análise nas IES que obtiveram por mais tempo os primeiros lugares nas classificações publicadas nas 19 edições do RMFB de *Playboy*. A partir daí realizou-se análises qualitativas sobre os cursos comentados nas reportagens associadas ao RMFB, seguidas de análises quantitativas sobre a dominância da USP nos primeiros lugares das classificações publicadas, e análises quali-quantitativas a respeito das importantes transformações nos resultados apresentados pelo RMFB de *Playboy* no ano de 2000.

Ressalte-se que, apesar de por vezes as reportagens associadas ao RMFB de *Playboy* informarem que a USP tinha sido a melhor universidade ou a número 1 do Brasil, o RMFB nunca teve publicada uma tabela com a lista consolidada das melhores IES do país. A leitura dessas reportagens sugere que essa classificação eventualmente anunciada por *Playboy* se referia às IES que tinham conquistado o maior número de primeiros lugares nos diversos cursos ou áreas de conhecimento. No entanto, não fica totalmente clara se essa metodologia estava associada a todos os cursos ou apenas os de graduação ou os de pós-graduação. Assim, deve ficar claro, que diante do extenso universo de dados presente nos 19 anos de *rankings* de cursos de graduação e pós-graduação do Brasil, outras abordagens de base quantitativa ou quali-quantitativa poderiam complementar o presente trabalho, e explorar outras análises e conclusões sobre a educação superior brasileira nas últimas duas décadas do século XX.

4.2. As “faculdades” líderes

A tabulação dos dados das IES melhor classificadas, para cada área de conhecimento, nos 19 anos de publicações do RMFB de *Playboy*, mostrou a USP com o maior número de primeiras colocações ao longo de toda sua trajetória. Foram 916 primeiros lugares, considerando a soma das classificações em graduação e pós-graduação, para um total de 1.537 classificações totais realizadas pela equipe da revista, ou 60% do total. A segunda colocada, mas bastante distante da primeira colocada nos mesmos critérios, foi a Unicamp, com 86 primeiros lugares, representando 6% do total de classificações máximas nesse *ranking*. A terceira instituição com mais primeiros lugares foi a Universidade Federal de Viçosa, com 56 primeiros lugares ou 4%.

Quando consideramos apenas as classificações máximas nos cursos de graduação, a liderança da USP também foi absoluta, com 566 primeiros lugares em 916 possíveis, ao longo dos 19 anos do RMFB de *Playboy*. A Unicamp aparece novamente em 2º. lugar, com 45 primeiros lugares, novamente bastante distante da primeira colocada. Viçosa teve o terceiro lugar, com 28 primeiros lugares na graduação. Na pós-graduação essas colocações se repetiam, com a USP tendo 350 primeiros lugares em 631 possíveis, a Unicamp 40 e Viçosa 30.

Importante ressaltar que a presença de Viçosa no 3º. Lugar devia-se ao seu prestígio e liderança, na graduação e na pós-graduação, nos cursos de Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal e Zootecnia. A Unicamp se destacava nos cursos de Ciências da Computação, Engenharia de Computação, Informática, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, e, como único curso nas ciências humanas, em Pedagogia. Por seu lado, a USP liderou em 31 das 46 áreas de conhecimento pesquisadas pelo RMFB de *Playboy*; foram elas: Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação, Direito, Economia, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Estatística, Farmácia, Filosofia, Física, Geografia, Geologia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Química, Relações Públicas e Turismo.

As duas únicas instituições que estiveram em primeiro lugar, na graduação e na pós-graduação durante todos os 19 anos do RMFB de um determinada de conhecimento foram a FGV-SP, pelo seu curso de Administração, e a USP, em seu curso de Arquitetura. As demais dez IES que tiveram maior número de primeiros lugares, por ordem de quantidade, foram a USP em Direito, USP em Economia, Unicamp em Engenharia Elétrica, USP em Odontologia, Universidade Federal de São Carlos em Engenharia Mecânica, USP em Física, USP em Medicina, USP em Psicologia, USP em Biologia e USP em Farmácia. Ainda se verificando apenas as IES com mais primeiros lugares nos respectivos cursos, identificou-se a forte liderança da USP em Filosofia, Relações Públicas, Enfermagem, História e Ciências Sociais. A Unicamp destacou-se em Informática e a Universidade de Viçosa em Zootecnia.

Finalmente, observou-se apenas duas situações onde a IES líder de uma determinada área de conhecimento na graduação foi diferente daquela da pós-graduação. Isso ocorreu nas Ciências da Computação, onde a Unicamp foi líder na graduação e a PUC-RJ na pós-graduação, e na Educação Física, onde a USP foi líder na graduação e a Universidade Federal de Santa

Maria do Rio Grande do Sul na pós-graduação. Nas demais 44 áreas de conhecimento, as melhores IES na graduação foram as mesmas da pós-graduação.

4.3. Comentários específicos nas reportagens do RMFB sobre os cursos pesquisados

Em suas primeiras edições do RMFB, de 1982 a 1985, *Playboy* publicava análises e comentários específicos sobre todos os cursos pesquisados em seu *ranking* acadêmico. Essa era uma ocasião para também dar espaço público e prestígio aos professores e gestores mais renomados ou que mais contribuía com a revista. Assim, apenas a título de exemplo, em 1982, a análise do desempenho das IES no curso de Direito foi comentada pelo professor Tércio Sampaio Ferraz, da USP, e nos comentários referentes ao curso de Economia foram citados os professores Maria da Conceição Tavares (UFRJ), Luciano Coutinho (UNICAMP), André Franco Montoro Filho e Fernando Homem de Mello (USP), e Ricardo Lima (UnB); no ano de 1983, o curso de Agronomia foi comentado pelo diretor da ESALQ-USP, professor Aristeu Mendes Peixoto, e o curso de Comunicação foi comentado pelo reitor da UnB, professor José Carlos de Azevedo; e em 1984, o curso de Administração teve comentários do professor Francisco Mendonça da Silva, da PUC-MG, e os resultados dos cursos de Engenharia receberam comentários do professor Hélio Waldiman, da Unicamp.

Nos anos seguintes, esse processo se seguiu, mesmo que em outro formato. Assim, a partir da edição da 5ª. edição do seu *ranking* acadêmico, em 1986, a reportagem de *Playboy* deixou de fazer comentários específicos para cada curso e passou a valorizar em suas reportagens apenas os cursos e as IES que mais se destacavam em aspectos específicos, como os que tinham aparecido pela primeira vez na pesquisa, os que haviam apresentado alguma alteração relevante nos resultados, ou cursos que tinham IES de excelência – como, a FGV no curso de Administração, ou a USP nos cursos de Direito e Medicina; entre outros.

4.4. A dominância da USP nos primeiros lugares

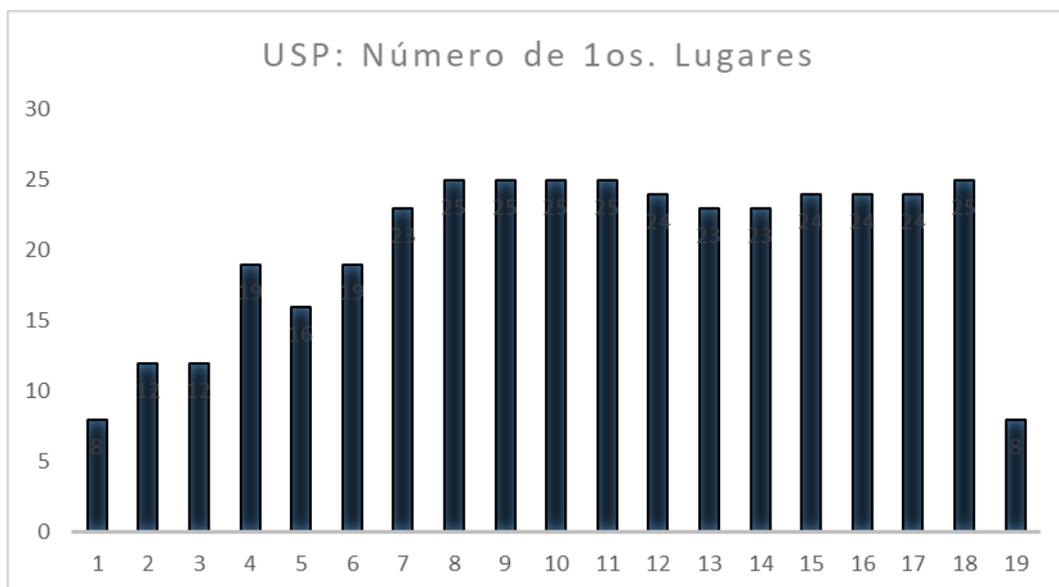
A dominância da USP na liderança do *ranking* acadêmico de *Playboy* foi ressaltada em diversas reportagens do RMFB, com destaque nas edições dos anos de 1983, 1989, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997. Na 2ª. edição, de março de 1983, a reportagem dizia que a aparecia “de forma especular, entre os líderes do *ranking*” (CARMO et al., 1983, p. 65). Em 1989, a reportagem destacava, em um subtítulo, “USP: Hegemonia de Campeã” (CASTILHO

et al., 1989, p. 115). Em outra situação, na reportagem de 1993, *Playboy* afirmava que “a Universidade de São Paulo (USP), mais uma vez, é campeã, com 45 cursos em primeiro lugar” (CASTILHO et al., 1993, p. 79).

Playboy entendia que a dominância da USP se devia principalmente à estabilidade do financiamento existente nas universidades estaduais paulistas, onde a Universidade de São Paulo era a mais beneficiada por ser a mais antiga e com maior número de cursos, professores e alunos. Na reportagem associada ao RMFB de março de 1992, a reportagem trazia o subtítulo “Por que São Paulo domina”, onde afirmava que:

O melhor desempenho das escolas paulistas não é por acaso, elas conquistaram, em 1991, o que as federais e as estaduais de outros estados não tiveram: verbas. Desde que conseguiram sua autonomia e ficaram com seus recursos atrelados à arrecadação do ICMS, e com liberdade para sua utilização, as universidades públicas paulistas só fizeram crescer. As três juntas, USP, UNICAMP e UNESP, consomem anualmente cerca de 800 milhões de dólares e são responsáveis por 60% da produção científica nacional (CASTILHO, 1992, p. 81).

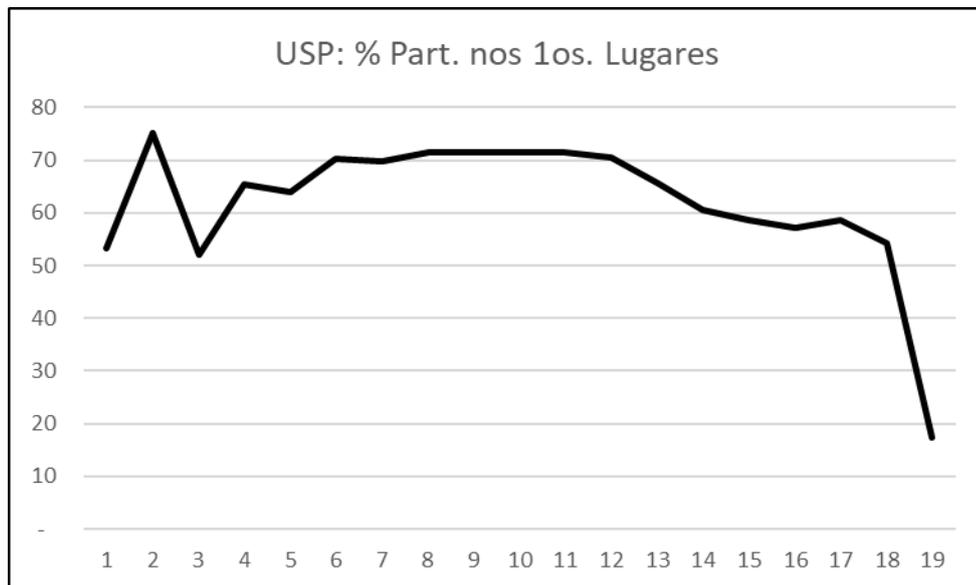
Gráfico 8 – RMFB: número total de primeiros lugares da USP no RMFB. Fonte: Elaboração do autor.



O gráfico 8 mostra os números absolutos de primeiros lugares da USP, considerando a soma dos primeiros lugares nos cursos de graduação e de pós-graduação, cresceu da primeira edição, em 1982, até a oitava edição, em 1989, e se estabilizou por 10 anos, até a penúltima edição desse *ranking*, em 1999, com poucas variações. Já na sétima edição do RMFB de

Playboy, no ano de 1988, a USP ultrapassou a marca de 40 primeiros lugares, na soma da sua liderança dos cursos de graduação e pós-graduação, e manteve essa situação até o ano de 1999. Observa-se, entretanto, no gráfico 9, que, proporcionalmente ao total, essa liderança da USP oscilou acima do patamar dos 60% do total de cursos de graduação e pós-graduação, na maior parte do período entre os anos de 1985 e 1993, e depois ficou no patamar dos 50% entre os anos de 1994 e 1999.

Gráfico 9 – RMFB: percentual de primeiros lugares da USP no RMFB. Fonte: Elaboração do autor.



Para a apuração dessa liderança foram somados os cursos dos diferentes campus da USP no Estado de São Paulo. Ao longo dos 19 anos de edição apareceram nos *rankings* acadêmicos de *Playboy* os seguintes locais e cursos na liderança: no campus de Bauru, o curso de Odontologia; no campus de Piracicaba, o curso de Agronomia; no campus de Ribeirão Preto, o curso de Enfermagem; e, finalmente, no campus da cidade de São Paulo, a USP apresentou liderança nos cursos de Arquitetura, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação, Direito, Economia, Educação Física, Eng. Civil, Eng. Produção, Estatística, Farmácia, Filosofia, Física, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Química, Relações Públicas, e Turismo. Com esses resultados, a USP conquistou a liderança absoluta nos 19 anos do RMFB de *Playboy*.

Quadro 13 – RMFB: IES com mais primeiros lugares absolutos por curso. Fonte: Elaboração do autor.

ÁREAS DE DE CONHECIMENTO	IES COM MAIS PRIMEIROS LUGARES POR CURSO			
	IES	1o.	TOTAL	% PART
Administração	FGV	19	19	100
Arquitetura	USP	18	19	95
Direito	USP	18	19	95
Economia	USP	18	19	95
Psicologia	USP	18	19	95
Biologia	USP	17	19	89
Eng. Elétrica	UNICAMP	17	19	89
Eng. Mecânica	UFSC	17	19	89
Física	USP	17	19	89
Medicina	USP	17	19	89
Odontologia	USP	17	18	94
Educação Física	USP	16	17	94
Farmácia	USP	16	17	94
Letras	USP	16	17	94
Eng. Civil	USP	15	19	79
Química	USP	15	16	94
Ciências Sociais	USP	14	16	88
História	USP	14	14	100
Matemática	USP	14	17	82
Agronomia	USP	13	19	68
Eng. Metalúrgica	UFMG	13	17	76
Filosofia	USP	13	13	100
Zootecnia	UFVIÇOSAMG	13	14	93
Ciênc.Contábeis	USP	12	13	92
Eng. Florestal	UFVIÇOSAMG	12	14	86
Geografia	USP	12	13	92
Estatística	USP	11	13	85
Med.Veterinaria	USP	11	13	85
Pedagogia	UNICAMP	11	16	69
Relações Públicas	USP	11	11	100
Geologia	USP	10	19	53
Eng. Química	UFRJ	8	19	42
Public.Propaganda	USP	7	13	54
Ciênc.Computação	UNICAMP	6	7	86
Eng. Materiais	UFSAOCARLOS	6	6	100
Informática	UNICAMP	6	6	100
Jornalismo	USP	6	13	46
Enfermagem	USP	5	5	100
Eng. Produção	USP	5	7	71
Serviço Social	PUCSP	4	5	80
Comunicação	USP	3	5	60
Eng. Agrícola	UNICAMP	3	5	60
Eng. De Alimentos	UNICAMP	3	5	60
Fisioterapia	UFSAOCARLOS	3	4	75
Veterinária	UFMG	3	4	75
Eng. Computação	UNICAMP	2	2	100
Fonoaudiologia	PUCSP	2	2	100
Nutrição	USP	2	3	67
Artes	UFRJ	1	1	100
Eng. De Minas	UFRS	1	1	100
Turismo	USP	1	2	50

Quadro 14 – RMFB: IES com mais primeiros lugares em percentual por curso. Fonte: Elaboração do autor.

ÁREAS DE DE CONHECIMENTO	IES COM MAIS PRIMEIROS LUGARES POR CURSO			
	IES	1o.	TOTAL	% PART
Administração	FGV	19	19	100
História	USP	14	14	100
Filosofia	USP	13	13	100
Relações Públicas	USP	11	11	100
Eng. Materiais	UFSAOCARLOS	6	6	100
Informática	UNICAMP	6	6	100
Enfermagem	USP	5	5	100
Eng. Computação	UNICAMP	2	2	100
Fonoaudiologia	PUCSP	2	2	100
Artes	UFRJ	1	1	100
Eng. De Minas	UFRS	1	1	100
Arquitetura	USP	18	19	95
Direito	USP	18	19	95
Economia	USP	18	19	95
Psicologia	USP	18	19	95
Odontologia	USP	17	18	94
Educação Física	USP	16	17	94
Farmácia	USP	16	17	94
Letras	USP	16	17	94
Química	USP	15	16	94
Zootecnia	UFVIÇOSAMG	13	14	93
Ciênc.Contábeis	USP	12	13	92
Geografia	USP	12	13	92
Biologia	USP	17	19	89
Eng. Elétrica	UNICAMP	17	19	89
Eng. Mecânica	UFSC	17	19	89
Física	USP	17	19	89
Medicina	USP	17	19	89
Ciências Sociais	USP	14	16	88
Eng. Florestal	UFVIÇOSAMG	12	14	86
Ciênc.Computação	UNICAMP	6	7	86
Estatística	USP	11	13	85
Med.Veterinaria	USP	11	13	85
Matemática	USP	14	17	82
Serviço Social	PUCSP	4	5	80
Eng. Civil	USP	15	19	79
Eng. Metalurgica	UFMG	13	17	76
Fisioterapia	UFSAOCARLOS	3	4	75
Veterinária	UFMG	3	4	75
Eng. Produção	USP	5	7	71
Pedagogia	UNICAMP	11	16	69
Agronomia	USP	13	19	68
Nutrição	USP	2	3	67
Comunicação	USP	3	5	60
Eng. Agrícola	UNICAMP	3	5	60
Eng. De Alimentos	UNICAMP	3	5	60
Public.Propaganda	USP	7	13	54
Geologia	USP	10	19	53
Turismo	USP	1	2	50
Jornalismo	USP	6	13	46
Eng. Química	UFRJ	8	19	42

A observação das IES que obtiveram o maior número absoluto de primeiras colocações, a cada uma das áreas de conhecimento pesquisadas pelo RMFB de *Playboy*, confirmou a liderança absoluta da USP e mostrou alguns outros destaques. Assim, encontrou-se a UNICAMP com o segundo lugar em maior número de primeiros lugares nesse *ranking* acadêmico, pois teve a liderança, na ordem em que aparecem no quadro 13, nos cursos de Engenharia Elétrica, Pedagogia, Ciências da Computação, Informática, Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Computação. A Universidade Federal de Viçosa, do Estado de Minas Gerais, apresentou-se em primeiro lugar nos cursos de Zootecnia e Engenharia Florestal. A Universidade Federal de São Carlos liderou o *ranking* em duas áreas de conhecimento, em Engenharia de Materiais e em Fisioterapia. Ainda nesse quadro, entre as IES que se destacaram na liderança de um único curso pesquisado, obtiveram destaque a Fundação Getúlio Vargas, em Administração, a Universidade Federal de Santa Catarina, em Engenharia Mecânica, e a Universidade Federal de Minas Gerais, em Engenharia Metalúrgica.

No Quadro 14 é possível também se observar as IES que tiveram maior percentual de primeiros lugares em cada um dos cursos pesquisados no RMFB de *Playboy*, com ligeiras alterações na ordem das colocações, mas sem mudar significativamente as análises acima expostas.

4.5. Ano 2000: transformações radicais nos resultados

A edição de número 302, publicada em setembro de 2000, foi a última a trazer o RMFB de *Playboy*. Como citado no capítulo anterior, naquele ano a revista passou por uma grande transformação editorial. A equipe que trabalhava na formulação e publicação do RMFB também passou uma mudança radical naquele ano. Como é possível se observar no Quadro 9, a equipe de 1999 tinha como responsável o jornalista Ricardo Castilho, acompanhado de Miguel Icassatti, Raquel Marçal, Eduardo Burckhardt, Tatiana Chiari, Lucia Monteiro e Juliane Zaché. No ano 2000, a equipe teve responsável o jornalista Moraes Eggers, que nunca havia feito parte das equipes anteriores, acompanhado de uma grande e quase totalmente alterada equipe, formada por Sarah Lopes, Luciana Liebert, Eduardo Burckhardt, Margarete Storto, Clarissa Lima, Fernanda Guirra, Maristela Sampaio, Cristiane Aguiar, Juliana Pinheiro Mota, Aloisio Portela, Nelson Franco Jobim e Ricardo Lombardi.

A apresentação da metodologia do *ranking* acadêmico de *Playboy* nessa edição de 2000 não trazia alterações importantes, aparecia de forma resumida na abertura da reportagem e

relatava que fora feito processo um processo de pesquisa semelhante ao ano anterior, como um volume recorde de questionários enviados e nove meses de tempo total de pesquisa, elaboração e publicação. O corpo da reportagem não fornecia comentários sobre os resultados do *ranking* daquele ano, mas apenas matérias relacionadas à chamada “nova economia da internet”, destacando aspectos relativos as empresas desse mercado, as áreas de trabalho e profissões do mercado da internet, e temas afins.

Entretanto, apesar dessa falta de comentários específicos da revista a respeito, naquele ano de 2000 os resultados apresentados pelo RMFB de *Playboy* sofreram transformações radicais. Enquanto, na edição de 1999, apenas 9 dos 45 cursos pesquisados haviam se alterado as IES nos primeiros lugares em relação ao ano anterior, na graduação, em 2000, esse número subiu para 30 novas IES nos primeiros lugares. Na pós-graduação a situação foi ainda mais intensa, com apenas 6 lideranças tendo mudado de IES em 1999 e nada menos 31 primeiros-lugares trocando de líder no RMFB do ano 2000 ou dois terços do total. Na soma dos primeiros lugares desses dois níveis da educação superior, o total de alterações nos primeiros lugares foi de 15 mudanças em 1999 para um total de 61 mudanças nas lideranças dos cursos analisados no ano 2000; ou seja, nada menos de 66%, ou ainda dois terços, dos primeiros lugares “trocaram de mãos”, naquele último ano.

No caso da USP, dos 25 primeiros lugares atribuídos pelo RMFB em 1999, apenas 8 foram mantidos em 2000. Nesse último ano, a USP manteve a primeira colocação na graduação e na pós-graduação somente nos cursos de Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Estatística, Filosofia, História, Relações Públicas e Turismo. Dessa forma, a USP esteve fora da liderança de diversos cursos onde apresentava forte reputação, como Direito, Economia, Medicina e Psicologia.

A Unesp foi a instituição mais favorecida por essas mudanças, liderando em 11 cursos de graduação e 12 de pós-graduação, das 46 áreas de conhecimento pesquisadas nessa última edição; com isso, conquistou o segundo lugar na liderança do RMFB de *Playboy* em 2000. A Unesp destacou-se naquele ano com os primeiros lugares nos cursos de Agronomia, Educação Física, Farmácia, Física, Geologia, Letras, Matemática, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

Dentre as IES que apareceram em primeiro lugar no ano de 2000 e já haviam frequentado essa posição, a Unicamp foi a que se destacou nos cursos de graduação nas

Engenharias Agrícola, de Alimentos, de Computação, Elétrica e Química; e na pós-graduação, liderou nos cursos de Biologia e das Engenharias Agrícola e de Alimentos.

As IES que apareceram em primeiro lugar no ano de 2000 pela primeira vez como líderes dos respectivos cursos na história do RMFB de *Playboy*, analisando-se apenas os cursos de graduação, foram a PUC-Campinas, em Arquitetura, a PUC-São Paulo, em Ciências Contábeis e em Direito, o IBMEC-RJ, em Economia, a Universidade Federal de Itajubá-Minas Gerais, em Engenharia Mecânica, a Universidade Federal de Santa Catarina, em Engenharia de Produção, a Universidade Estadual de Londrina, em Fisioterapia, a Universidade Federal de Uberlândia-Minas Gerais, em Geografia, a PUC-RS, em Jornalismo, a Escola Paulista de Medicina (Federal), em Medicina, a Universidade Federal da Bahia, em Nutrição, a Fundação Armando Álvares Penteado-FAAP, em Publicidade e Propaganda, a Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR, em Serviço Social, e a Universidade Anhembi-Morumbi, em Turismo.

5. Considerações finais

A observação e análise da metodologia do RMFB realizada neste capítulo inspirou-se na abordagem de Clark (1983) para caracterizar os principais grupos de participantes da educação superior: estado, mercado e academia. *Playboy* demonstrou que mantinha relacionamento próximo com esses três grupos, entretanto aquele com quem mantinha mais interações e do qual recebia mais sugestões de alterações metodológicas era a academia, especialmente dos professores mais graduados das maiores IES, aos quais Clark (1983) chamou de *oligarquia acadêmica*.

Adicionalmente, sendo a abordagem proposta para este trabalho de natureza fundamentalmente qualitativa e frente ao grande universo de dados disponíveis para estudo nos 10 cursos de graduação e 5 programas de pós-graduação, de até 46 áreas de conhecimento, por 19 anos consecutivos, tomou-se a opção de tratar neste capítulo basicamente as informações referentes às IES líderes nas diferentes áreas de conhecimento. Esse estudo permitiu verificar uma forte dominância da Universidade de São Paulo (USP), com mais da metade dos primeiros lugares, na maior parte dos anos em que o RMFB foi publicado. Realizou-se também uma verificação específica para os resultados desse *ranking* acadêmico no ano de 2000, onde se viu uma radical transformação dos resultados, causadas aparentemente por falhas e descontinuidades na equipe que elaborou essa última edição do RMFB de *Playboy*.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo principal o estudo da trajetória do *ranking* Melhores Faculdades do Brasil (RMFB), publicado pela Revista *Playboy*, de responsabilidade da Editora Abril, entre os anos de sua concepção em 1981 e de seu encerramento no ano 2000.

Ao adentrar no tema dos *rankings* acadêmicos buscou-se conhecer a literatura brasileira disponível a respeito desse tema, apresentada na introdução deste trabalho. Com isso, verificou-se que, apesar de um aumento recente e crescente do interesse acadêmico sobre esse tema, a quantidade de pesquisas e publicações no Brasil ainda é pequeno, como demonstrado por Lourenço (2014), França (2015) e Calderón et al. (2015). Essa limitação prejudica o melhor conhecimento e o entendimento das múltiplas implicações que esse fenômeno gera sobre as instituições de ensino superior, os públicos interessados e a sociedade em geral na atualidade.

Como alternativa de ampliação do conhecimento e entendimento desse fenômeno foi realizado no primeiro capítulo deste trabalho o levantamento do estado da questão a respeito das implicações dos *rankings* acadêmicos globais na educação superior, a partir da literatura científica internacional. Esta pesquisa bibliográfica confirmou que os *rankings* acadêmicos têm despertado o interesse de pesquisadores de todo o mundo, com destaque ao continente asiático, vem envolvendo governos e sistemas educacionais nacionais, e impactando de forma relevante a educação superior neste século XXI. As implicações pesquisadas em 23 artigos científicos selecionados foram identificadas e organizadas em três grupos: internacionalização e competição; governança e autonomia; e qualidade e produtividade.

Entre as diversas implicações dos *rankings* globais para as IES observadas por esse levantamento, destaca o fato desses instrumentos de avaliação externa das IES servirem de estímulo e de ferramenta para governos, sistemas de educação superior e IES buscarem melhor posicionamento na competição por talentos e por mercados. Por sua vez, as IES de muitos países e seus gestores recebem pressão para alcançarem as melhores classificações nesses *rankings*, direcionando certos tipos de prioridades e estratégias educacionais e administrativas. Com isso, professores, pesquisadores e estudantes são incentivadas a orientar seu trabalho e resultados aos indicadores que são mais considerados e pontuados nos *rankings* globais, gerando implicações dentro e fora das IES de todo o mundo.

O segundo capítulo desta dissertação enfrentou o desafio de levantar, descrever e interpretar a trajetória do RMFB de *Playboy*. Esse trabalho procurou referências no contexto socioeconômico e da evolução da educação superior brasileira nas décadas de 1980 e 1990, a fim de melhor caracterizar as reportagens associadas a esse *ranking* e seu diálogo com figuras relevantes do nosso sistema educacional. Para tanto, foi realizada profunda pesquisa documental nas 19 edições do RMFB, apoiada por pesquisa bibliográfica e entrevistas com três dos jornalistas que estiveram à frente das equipes de *Playboy* por mais tempo e/ou nos momentos mais críticos, desde 1981, quando o *ranking* começou a ser concebido, até o ano de 2000, quando teve sua última publicação e foi extinto.

Nesse momento, esta pesquisa deparou-se com um fato singular e muito relevante. Identificou-se que o RMFB, publicado pela primeira vez em março de 1982 na revista *Playboy* brasileira, parece ter sido o primeiro *ranking* acadêmico em todo o mundo, produzido por um grande órgão de imprensa e com grande tiragem, com abrangência nacional, em periodicidade anual e contínua por 19 anos. Essa condição de pioneirismo como *ranking* acadêmico nacional tem sido atribuída pela literatura acadêmica brasileira e internacional de forma equivocada ao *ranking* norte-americano *American Best Colleges*, da publicação *U.S. News & World Report* (USNWR), que foi iniciado em novembro de 1983 – ou seja, 20 meses após o início do *ranking* brasileiro, que já tinha naquele momento publicado sua segunda edição. Adicionalmente, o *ranking* da USNWR apenas se tornou regular e anual em sua edição de 1988, ou seja, seis anos após o RMFB da revista *Playboy* brasileira já atender plenamente a essas características dos *rankings* presentes no século XXI.

A abordagem para o estudo da trajetória do RMFB realizada no segundo capítulo deste trabalho foi complementada com a pesquisa do histórico e da relevância da revista *Playboy* no Brasil e no mundo, o entendimento do contexto socioeconômico e educacional do país no período de vida do *ranking* acadêmico, a periodização dos 20 anos das reportagens associadas ao RMFB em quatro fases relacionadas ao contexto brasileiro. Sobre a trajetória desse *ranking* acadêmico merecem destaque alguns personagens críticos para que ele existisse e prosperasse, sendo os principais: Mário Joaquim Escobar de Andrade, diretor de *Playboy* e idealizador do RMFB; Carlos Roberto da Costa, jornalista que assumiu a tarefa de dar forma esse *ranking*, realizar sua primeira publicação e supervisionar sua produção nos seus primeiros anos; Cláudio de Moura e Castro, que deu um apoio breve mas crucial, fornecendo informações da Capes para o primeiro *ranking* e abrindo algumas portas da comunidade acadêmica à reportagem da revista;

e Ricardo Castilho, que liderou e expandiu a produção do RMFB por 12 anos, propiciando que ele mantivesse sua qualidade e ampliasse seu prestígio junto aos leitores de *Playboy* e a figuras relevantes na educação superior brasileira nas décadas de 1980 e 1990. A pesquisa mostrou a relevância que esse *ranking* acadêmico atingiu junto aos leitores e aos sujeitos da educação superior brasileira. No entanto, ela também mostrou que a operacionalização do RMFB foi prejudicada por mudanças nas pessoas envolvidas na sua produção e na linha editorial da revista *Playboy* do Brasil.

Finalmente, na elaboração do terceiro e último capítulo, esta pesquisa constatou a grande proximidade e interlocução de *Playboy* com os atores da educação brasileira, encontrando em Clark (1983) uma abordagem inspiradora para a classificação dessa interlocução nas categorias de Estado, Mercado e Academia. Essa abordagem facilitou também a caracterização e o entendimento dos instrumentos de pesquisa e elaboração do RMFB pelas equipes de *Playboy*, assim como a interpretação das reportagens da revista associadas à publicação desse *ranking* acadêmica, presentes no terceiro capítulo dessa dissertação. Finalmente, realizou-se a análise dos resultados das classificações apresentadas nas 19 edições do RMFB de *Playboy*, interpretando-os à luz da sua trajetória e do contexto da educação superior brasileira, nas últimas décadas do século XX.

A análise dos resultados dos primeiros apresentados lugares nas 19 edições do RMFB de *Playboy* mostrou uma forte dominância da USP pela maior parte, entre os anos de 1982 e 2000. Unicamp e UFV também apresentaram destaque nessa perspectiva longitudinal escolhida, porém com grande distância da primeira colocada. A pesquisa documental, complementada pelas entrevistas presenciais realizadas, mostrou que no ano 2000 houve uma importante descontinuidade da equipe que elaborou o RMFB de *Playboy*. Esse fato provocou dificuldades técnicas na elaboração e publicação das classificações publicadas e gerou desgastes internos e externos à nova equipe, o que acabou por ser o principal motivo para a descontinuidade desse trabalho, que nunca mais voltou a ser publicado.

No entanto, para além de aspectos técnicos e operacionais, que dificultaram a permanência do RMFB nas páginas da revista *Playboy* brasileira no último ano de sua publicação, observa-se pelo menos quatro outros fatores de caráter mais amplo que poderiam ter colaborado com sua extinção. Em primeiro lugar, há que ser verificado que o mercado de educação superior no Brasil havia se expandido fortemente, com cada vez mais IES e cursos, durante a existência desse *ranking* acadêmico e continuava a dar sinais de expansão na virada

do último século, prejudicando crescentemente a capacidade do RMFB em medir a qualidade do sistema com base na opinião da oligarquia acadêmica e no prestígio das IES. Segundo, a pesquisa de *Playboy*, da forma como era feita, ficava cada vez mais sujeita a erros e omissões, e, de certa forma, a errata publicada em novembro de 2000 é quase uma metáfora desse problema e mostrava também a dificuldade da revista em tratar com transparência as informações publicadas. Terceiro, o mercado de mídia impressa se transformava com a expansão e popularização da internet e a revista parecia sentir a nova realidade tentando responder com uma linha editorial sintonizada com esse novo ambiente, mas distante daquele mundo de glamour e prestígio ao qual *Playboy* estava baseada desde seu surgimento. Finalmente, lembre-se que a Editora Abril era responsável pela *Playboy* no Brasil e também, desde 1984, pelo Guia do Estudante, que era uma publicação especializada na avaliação da qualidade do sistema de educação superior; assim os estudantes e suas famílias, destinatários finais dos *rankings* acadêmicos na escolha das IES de melhor qualidade, tinham uma opção editorial especializada dentro da mesma empresa, possivelmente facilitando a decisão estratégica do alto comando da Editora Abril de encerrar o RMFB de *Playboy*. Esse conjunto que questões sinalizava que o RMFB de *Playboy* perdia cumulativamente sua capacidade de iluminar o fato social durkheimiano da expansão contínua de um mercado de educação superior, reduzindo sua relevância tanto dentro da Editora Abril quanto do público em geral, o que também talvez ajude a explicar a carência de trabalhos de registram e analisaram sua trajetória no campo da educação superior.

Antes de finalizar este trabalho, cabe acrescentar que esta pesquisa teve também a intensão de colaborar com um conjunto de estudos das trajetórias históricas e dos aspectos metodológicos dos *rankings* acadêmicos brasileiros produzidos por empresas de mídia, tratando aqui do RMFB de *Playboy*. Esse conjunto completa-se, no que tange aos *rankings* acadêmicos brasileiros, com as dissertações anteriores de Lourenço (2014) sobre o *ranking* Guia do Estudante (GE) e de França (2015) sobre o *Ranking* Universitário da Folha (RUF), todas orientadas pelo professor Dr. Adolfo Ignacio Calderón dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas.

Esses estudos realizados nem de longe esgotam o largo espaço para novas pesquisas a respeito destes ou de outros *rankings* acadêmicos. Ao contrário, estudos sobre resultados das classificações publicadas para as diversas áreas de conhecimento, comparações metodológicas sobre os *rankings*, implicações específicas dos *rankings* acadêmicos sobre as IES, aspectos

sociológicos e filosóficos, entre outros diversos temas ainda não explorados, podem ser de grande valia para a pesquisa científica e estão à espera de exploradores dispostos a desbravar o campo do conhecimento científico da educação superior no Brasil.

Repita-se aqui as palavras de Righetti (2016, p. 172):

A expectativa é este presente trabalho possa contribuir para o debate sobre *rankings* universitários, sobre avaliação de universidades, sobre ensino superior no Brasil e sobre outros temas relacionados, e que forneça insumos para futuras pesquisas feitas por pesquisadores brasileiros e por quem estiver interessado no ensino superior do Brasil. O tema não está esgotado. Na verdade, está apenas começando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. Entre nós. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 302, p. 6, 2000.
- ALTBACH, P. G. **International higher education: reflections on policy and practice**. Chestnut Hill, Massachusetts: Boston College Center for International Higher Education, 2006.
- ANDRADE, E. C. *Rankings* em educação: tipos, problemas informações e mudanças. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 41, n. 2, p. 323-343, jun. 2011.
- ANDRADE, E. C., MOITA, R.; LOBO e SILVA, C. E. A escolha da faculdade pelo aluno: estimativa da demanda e precificação dos atributos. WPE:182/2009. São Paulo: **Insper**, 2009.
- ANONYMOUS. The ratings game. **Nature**, Mar 4, 2010, Vol.464(7285), pp.7-8.
- ARIMOTO, A. Declining symptom of academic productivity in The Japanese research university sector. **Higher Education**, Vol.70(2), pp.155-172, 2015.
- ARWU. 2016. **Academic Ranking of World Universities**. Disponível em www.shangairankings.com. Acessado em 18 fev. 2017.
- ASSEF, L. et al. O 5º. *ranking Playboy* das melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 129, p. 144-152, 1986.
- ASSEF, L. et al. Suplemento Guia *Playboy* de Carreira. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 116, p. 1-34, 1985.
- AXEL-BERG, J. H. **Competing on the world stage: the Universidade de São Paulo and global universities rankings**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2015.
- BAER, W. **Economia brasileira**. NBL Editora, 2002.
- BALBACHEVSKYA, E. Higher education in Brazil: different worlds and diverse beliefs. **Comparative & International Higher Education**, n. 5, p. 71-74, 2013.
- BALBACHEVSKY, E. A.; VELLOSO, J. Docência no ensino superior: oportunidades abertas para os mestres formados na década de noventa. **A Pós-Graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**. **Direito, Economia, Engenharia Mecânica, Geociências, Odontologia e Psicologia**, Brasília: Capes, p. 277-290, 2003.
- BARNARD, J. M. R. La Evaluación, los “Rankings” Internacionales y la Moda. **Investigación Bibliotecnológica**, México, v.21, n.43, p.7-11, jul./dec. 2007.
- BARREYRO, G. B. De Exame, *Rankings* e Mídia. **Avaliação**, Campinas, v.13, n.3, p.863-868, nov. 2008.
- BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 1, p.61-76, jan-mar 2014.
- BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. **Política de Avaliação e Regulação da Educação Superior Brasileira**. In.: VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Porto. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Porto: Universidade do Porto, p.1-18, 2008.
- BARROS DE CASTRO, L. Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República. Giambiagi et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. RJ. Elsevier Editora Ltda, p. 116, 2005.

- BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos da Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica**. 2ªed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BATISTA, A.; VENTURINI, M. C. Ideologia e imaginário em funcionamento em discurso veiculado por revista masculina. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 6, n.12, 2016.
- BATY, P. The Times Higher Education University *Rankings*, 2004-2012. **Ethics Sci. Environ. Polit.** London, v.13, may 2014.
- BEAUCHAMP, C.; THOMAS, L. Understanding teacher identity: An overview of issues in the literature and implications for teacher education. **Cambridge Journal of Education**, v. 39(2), pp. 175-189, may 2009.
- BERGHOFF, S., FEDERKEIL, G. The CHE approach, In: DEHON, C.. JACOBS, D VERMANDELE, C. (org) **Ranking universities**, 2009, Editions de L'Universite de Bruxelles, p.41-64, 2009.
- BERNARDINO, P.; MARQUES, R. C. Academic *Rankings*: an approach to rank portuguese universities. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.18, n.66, pp.29-48 , jan./mar. 2010.
- BEUREN, G. M. **Avaliação da qualidade institucional através de rankings nacionais e internacionais**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, Porto Alegre - RS, 2014.
- BONELLI, R. O que causou o crescimento econômico no Brasil. In GIAMBIAGI, F; VILELLA, A. (orgs) **Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004)**. Rio de Janeiro: Campus, p. 307-333, 2005.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Santa Catarina, v.2, n.1, p.68-80, 2005.
- BOWMAN, N. A.; BASTEDO, M. N. Getting on the front page: organizational reputation, status signals, and the impact of U.S. News and World Report on student decisions. **High Education**, v. 50, p. 415-436, 2009.
- BOWMAN, N.; BASTEDO, M. Anchoring Effects in World University *Rankings*: Exploring Biases in Reputation Scores. **Higher Education: The International Journal of Higher Education and Educational Planning**, Vol.61(4), p.431-444, 2011.
- BRITO, M. M. A. Novas tendência ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.163, p.224-263, jan./mar. 2017.
- BRITO, M. R. F. O Sinaes e o Enade: da concepção à implantação. **Avaliação**. Campinas, v.13, n.3, p.841-850, nov. 2008.
- CABRAL. E. A internacionalização da mídia brasileira: análise do Grupo Abril. **Revista Latinoamericana de ciencias la comunicacion**, Alaic, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 142-152, 2013.
- CALDERÓN, A. I. et al. *Rankings* acadêmicos na educação superior brasileira: a emergência de um campo de estudo (1995-2013). **Roteiro**, v. 40, n. 1, p. 11-30, 2015.
- CALDERÓN, A. I.; LOURENÇO, H. Da S. *Rankings* en la educación superior brasileña: Una aproximación a los *rankings* públicos y privados. **Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria**, v. 8, n. 1, p. 95-110, 2014.

- CALDERÓN, A. I. et al. (a). *Rankings* na Educação Superior: As Melhores Faculdades do Brasil (1982-2000). **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v.25, n.57, p.226-247, jan./abr. 2014.
- CALDERÓN, A. I. et al. (b). **Os Rankings na Educação Superior Brasileira: um estudo sobre o estado da questão**. In: Anais do IX Encontro Regional da ANPAE Sudeste e XIII Encontro Estadual da ANPAE-SP. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, 2014.
- CANTWELL, B.; TAYLOR, B. Global Status, Intra-Institutional Stratification and Organizational Segmentation: A Time-Dynamic Tobit Analysis of ARWU Position Among U.S. Universities. **Minerva**, Vol.51(2), pp.195-223, 2013.
- CALDERÓN, A. I. et al. R. M. Os *Rankings* na Educação Superior Brasileira: políticas de governo ou de Estado? **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.19, n.73, p.813-826, out./dez. 2011.
- CALDERÓN, A. I. et al. Avaliação, *rankings* e qualidade da Educação Superior. **Estudos**. Brasília, v. 39, p. 103-109, 2010.
- CALDERÓN, A. I. **Universidade mercantil: uma nova universidade para uma sociedade em transformação**. Tese (Doutorado), Programa de Estudos Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CARMO, V. *Ranking* as melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 93, p. 64-67, 122-123, 149, 1983.
- CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In ABREU, M. P.; CARNEIRO, D. D. (et al.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Campus, Rio de Janeiro, p. 323-346, 1990.
- CASTILHO, R et al. XVIII As melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 290, p. 105-117, 1999.
- CASTILHO, R. et al. XVII As melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 278, p. 105-117, 1998.
- CASTILHO, R. et al. XVI *Ranking Playboy* das faculdades. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 266, p. 105-117, 1997.
- CASTILHO, R. et al. XV *Ranking Playboy* das faculdades. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 254, p. 105-117, 1996.
- CASTILHO, R. et al. 14°. *Ranking* as melhores faculdades brasileiras. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 236, p. 105-117, 1995.
- CASTILHO, R. et al. 13°. *Ranking* as melhores faculdades brasileiras. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 224, p. 97-103, 1994.
- CASTILHO, R. et al. 12°. *Ranking* as melhores faculdades brasileiras. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 212, p. 76-81, 114-115, 1993.
- CASTILHO, R. et al. 11°. *Ranking*: as melhores faculdades. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 200, p. 78-83, 108-109, 1992.
- CASTILHO, R. et al. 10°. *Ranking* as melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 188, p. 80-85, 101, 1991.
- CASTILHO, R. et al. Os cursos nota 10: o 9°. *ranking* das melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 176, p. 102-109, 1990.

- CASTILHO, R. et al. 8°. *Ranking* as melhores faculdades e os barzinhos das universitárias. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 164, p. 113-119, 1989.
- CASTILHO, R. et al. 7°. *Ranking* as melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 152, p. 126-131, 1988.
- CASTRO, A.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, R. *Playboy* de Mário. **Folha de S. Paulo**, 23/11/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2015/11/1709627-Playboy-de-mario.shtml>. Acessado em: 10/09/2017.
- CHANG, D. F. et al. Balancing quality and quantity to build research universities in Taiwan. **Higher Education**, Vol.70(2), pp.251-263, 2015.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- CLARK, B. R. The higher education system: academic organization in cross-national perspective. **Univ. of California Press**, 1986.
- CONRAD, C. F.; BLACKBURN, R. T. Program quality in higher education: A review and critique of literature and research. **Higher education: handbook of theory and research**, v. 1, p. 283-308, 1985.
- CORBUCCI, P. R. et al. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**, n. 46, p. 7-12, ago. 2016.
- CORBUCCI, P. R. Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação. Texto para Discussão No 869, **IPEA**, Brasília, mar. 2002.
- COSTA, C. R. et al. **Histórias secretas: os bastidores dos 40 anos de Playboy no Brasil**. Panda Books, São Paulo, 2016.
- COSTA, C. R. Jornalismo, substantivo que dispensa adjetivos. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, 2016.
- COSTA, C. R. **A construção do discurso como fator de sucesso ou fracasso de um projeto editorial: a revista Playboy no Brasil e na Argentina**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2003.
- COSTA, C. R. et al. O 6°. *Ranking Playboy* das melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 140, p. 144-158, 1987.
- COSTA, C. R. Entre nós. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 129, p.3, 1986.
- COSTA, C. R. et al. Os cursos universitários nota 10. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 80, p. 41-44, 116, 122-123, 1982.
- COSTA, V. Sexo lacrado: o controle político no jornalismo erótico (1964-82). **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 241-252, dez. 2007.
- CUNHA, L. A. Crise e Reforma do Sistema Universitário. **Novos Estudos Cebrap**, n. 46, São Paulo, 1996.

- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra Regina. Porto Alegre: Artmed, 2ª ed, 2006.
- DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, Avaliação: do Sinaes a Índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n.3, p.817-825, mar. 2010.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Ética e Política em Função da Educação Como Direito Público ou Como Mercadoria? **Educação & Sociedade**. Campinas, v.25, n.88, out. 2004.
- DILL, D.D.; SOO, M. Academic quality, league tables, and public policy: a cross-national analysis of university *ranking* systems. **Higher Education**, v. 49, n. 4, 495–533, 2005.
- DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.
- DURHAM, E. R. O ensino superior no Brasil: público e privado. **Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior-NUPE**S, Universidade de São Paulo- USP, 2003.
- DURHAM, E. R.; SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior na América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 7-37, jul. 2000.
- DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: EDIPRO, 2012.
- DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978.
- EGGERS, M. et al. 19º. *Ranking* as melhores faculdades do Brasil. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 302, p. 144-158, 2000.
- ESCOBAR DE ANDRADE, M. J. E. Entre nós. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 176, p. 3, 1990.
- ESCOBAR DE ANDRADE, M. J. E. Entre nós. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 80, p. 3, 1982.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In: ESTEBAN, M. T. e AFONSO, A. J. (Org.). **Olhares e interfaces: Reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- FERNANDES, R. Desigualdade salarial: aspectos teóricos. In: Corseuil et al. Estrutura Salarial: Aspectos Conceituais e Novos Resultados para o Brasil. **IPEA**. Brasília, p. 1-50, 2002.
- FERNANDES, R., MENEZES-FILHO, N. (2000). A evolução da desigualdade no Brasil metropolitano entre 1983 e 1997. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 549–569, 2000.
- FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A escassez de educação, in GIAMBIAGI, Fábio (et al.). **Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 378-400, 2005.
- FINO, C. N. Vygotsky e a zona de desenvolvimento proximal (ZDP): três implicações pedagógicas. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 14, n.2, pp. 273-291, 2001.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANÇA, C. M. **Rankings universitários promovidos por jornais no espaço ibero-americano: El Mundo (Espanha), El Mercurio (Chile) e Folha de São Paulo (Brasil)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.
- FRANCO, G. P. H.; GUERRA, V. M. L. Uma visão linguístico-culturalista do discurso da revista *Playboy*. **Guavira Letras**, v. 1, n. 10, 2015.

- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- FURQUIM, M. A. **As representações das masculinidades na Revista *Playboy* (Brasil): 1978-1981**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Assis, 2016.
- GATTI, B. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, pp. 65 – 81, julho/ 2001.
- GERSHENFELD, N.; VASSEUR, J. P. As objects go online: the promise (and pitfalls) of the internet of things. **Foreign Affairs**, v. 93, n. 2., pp. 60-67, abr. 2014.
- GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC. In GIAMBIAGI, F; VILELLA, A. (orgs) **Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004)**. Rio de Janeiro: Campus, p. 166-195, 2005.
- GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. A. **Economia brasileira contemporânea**. Elsevier Brasil, 2005.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIORDANO, V. Negócios, política e sexo: a revista *Playboy* do Brasil, 1975-80. **Revista USP**, n. 95, São Paulo, p. 150-158, set.-nov. 2012.
- GOMES, C. A. **A Educação em Novas Perspectivas Sociológicas**. São Paulo: EPU, 2005.
- GOMES, M. F. Avaliação e natureza administrativa das instituições de ensino superior. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 589-610, 2010.
- GREMAUD, A. P. et al. **Economia brasileira**. Atlas, São Paulo, 2002.
- HAZELKORN, E. **Globalization and the reputation race in ranking and the reshaping of Higher education: the battle for word class excellence**. London: Palgrave MacMillan, 2011.
- HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In GIAMBIAGI, F; VILELLA, A. (orgs) **Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004)**. Rio de Janeiro: Campus, p. 93-115, 2005.
- HICKS, D. Performance-based university research funding systems. **Research Policy**, Vol. 41, pp. 251-261, 2012.
- HOU, A. et al. A reassessment of Asian pacific excellence programs in higher education: the Taiwan experience. **Scientometrics**, Vol.92(1), pp.23-42, 2012.
- HUANG, F. Building the world-class research universities: a case study of China. **Higher Education**, Vol.70(2), pp.203-215, 2015.
- IGARASHI, H.; SAITO, H. Cosmopolitanism as Cultural Capital: Exploring The Intersection of Globalization, Education and Stratification. **Sociology**, Vol.8(3), pp.222-239, 2014.
- KNIGHT, J. International Universities. **Journal of Studies in International Education**, Vol.19(2), pp.107-121, 2015.
- LEE, H.; LEE, K. Publish (in international indexed journals) or perish: neoliberal ideology in a Korean university. **Language Policy**, Vol.12(3), pp.215-230, 2013.
- LEIDEN. **CWTS Leiden Ranking**. Disponível em www.leidenrankings.com. Acessado em 18 fev. 2017.

- LEITE, D. Ameaças Pós-*rankings*, Sobrevivência das CPAs e da Auto-avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n.3, p.833-840, nov. 2008.
- LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v.10, n. esp., p.37-45, 2007.
- LIMA, V. A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 48-57, mar./ mai. 2004.
- LORDÊLO, J. A. C.; VERHINE, Robert E. O retorno do investimento em mestrado e doutorado para professores universitários: uma avaliação econômica da educação pós-graduada. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 24, p. 165-186, 2001.
- LOURENÇO, H. da S.; CALDERÓN, A. I. *Rankings* acadêmicos na educação superior: mapeamento da sua expansão no espaço ibero-americano. **Acta Scientiarum. Education (Print)**, v. 37, p. 187-197, 2015.
- LOURENÇO, H. S. **Os rankings do Guia do Estudante na educação superior brasileira: um estudo sobre as estratégias de divulgação adotadas pelas instituições que obtiveram o prêmio melhores universidades**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014.
- LUCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, pp. 11-33, fev./jun. 2000.
- MACHADO, A. C. C.A. M. **Identidade e estilos de vida nas revistas masculinas: uma questão de gênero**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2005.
- MARGINSON, S. University *Rankings* and Social Science. **European Journal of Education**, Vol.49(1), p.45-59, 2014.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARGINSON, S. 2007. Global university *rankings*: implications in general and for Australia, **Journal of Higher Education Policy and Management**, Vol. 29, No. 2, pp. 131-142. 2007.
- MARGINSON, S.; VAN DER WEND, M. To Rank or To Be Ranked: The Impact of Global *Ranking* in Higher Education. **Journal of Studies in International Education**, Vol. 11, no. 3/4, p. 306-309, 2007.
- MARQUES, F. Peso internacional: *rankings* mostram o lugar da pesquisa brasileira no mundo e a posição de nossos universitários em áreas específicas. **Pesquisa FAPESP Online**, n. 165, 2009.
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.
- MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, n. 14, v. 1, 2000.
- MATTHEWS, A. South African universities in world *rankings*. **Scientometrics**, Vol.92(3), pp.675-695, 2012.
- MENEGHEL, S. M. et al. A Relação Entre Avaliação e Regulação na Educação Superior: elementos para o debate. **Educar em Revista**, n. 28, p. 89-106, Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2006.

- MEREDITH, M. Why do universities compete in the ratings game? An empirical analysis of the effects of the US News and World Report college *rankings*. **Research in Higher Education**, v. 45, n. 5, p. 443-461, 2004.
- MIRA, M. C. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 13-38, 2003.
- MODIANO, E. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In. ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso – Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, p. 285-297, 1990.
- MONTEZELO, G. G. **Identidade de gênero e sexualidade: uma análise das revistas Nova e Playboy**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- MORUKU, R. K. Managing Crisis in the Skills Industry: Closing the Aspiration-Pretension Gap through Privatization and Commercialization of Nigerias University System. **Journal of Asian and African Studies**, Vol.48(3), pp.297-312, 2013.
- MOURA, B. A.; MOURA, L. B. A. Ranqueamento de universidades: reflexões acerca da construção de reconhecimento institucional. **Acta Scientiarum Education**, vol.35, n.02, p.213-222, dez., 2013.
- NISAR, M. Higher education governance and performance based funding as an ecology of games. **Higher Education**, Vol.69(2), pp.289-302, 2015.
- NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v.15, n.30, p.5-16, jul./dez. 2004.
- NOGUEIRA, P. O que matou a *Playboy*? **DCM**, 19/ 11/ 2015. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-que-matou-a-Playboy-por-paulo-nogueira/>. Acessado em 18 set. 2017.
- NUNES, D. U. et al. Probabilidades de admissão e desligamento no mercado de trabalho brasileiro. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 46, n.2, p. 311-341, abr.-jun. 2016.
- O'CONNELL, C. Research discourses surrounding global university *rankings*: exploring the relationship with policy and practice recommendations. **Higher Education**, Vol.65(6), p.709(15), June 2013.
- ORDORIKA, I.; GÓMEZ, R. R. El *Ranking* Times en el Mercado Del Prestígio Universitario. **Perfiles Educativos**, v. XXXII, n.129, p.8-22, 2010.
- PECORA, A. R.; MENEZES FILHO, N. A. O papel da oferta e da demanda por qualificação na evolução do diferencial de salários por nível educacional no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 44, n.2, p. 205-240, abr.-jun. 2014.
- PIMENTEL, A. **O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Caderno Pesquisa, São Paulo, n.114, nov. 2001.
- PIRES, A **Velhos em revista: envelhecimento e velhice nas páginas de Cláudia e Playboy (anos 80 e 90)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1998.

- POLIDORI, M. M. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira: Provão, Sinaes, IDD, IGC e Outros Índices. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.13, n.3, p.439-452, nov. 2008.
- POSTIGLIONE, G. Research universities for national rejuvenation and global influence: China's search for a balanced model. **Higher Education**, Vol.70(2), pp.235-250, 2015.
- QS. **Quacquarelli Symonds. World University Rankings**. Disponível em <http://www.iu.qs.com/university-rankings/world-university-rankings/>. Acessado em 17 fev. 2017.
- RIBEIRO, A. F. A pornografia brasileira e a memória esquecida: revistas eróticas e pornográficas na ditadura militar (1964-1985). **Patrimônio e Memória**, v. 12, n. 1, p. 286-307, 2016.
- RIGHETTI, S. **Qual é a melhor? Origem, indicadores, limitações e impactos dos rankings universitários**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, Unicamp, Campinas, 2016.
- RIZO, F. M. University Rankings: a critical view. **Revista de La Educación Superior**, Mexico, v. XL (1), n.157, p.77-97, 2011.
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: vozes, v. 268, 1978.
- ROTHEN, J. C. Avaliação, Agências e Especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.17, n.65, out-dez. 2009.
- ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. Avaliação da Educação Superior no Segundo Governo Lula: “provão II” ou a reedição de velhas práticas ? **Educação & Sociedade**, Campinas, V. 32, n. 114, p. 21-38, mar. 2011.
- ROTHEN, J. C. ; SCHULZ, A. SINAES: do documento original à legislação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 21, p. 163-180, ago. 2007.
- SAFÓN, V. What do global university rankings really measure? The search for the X factor and the X entity. **Scientometrics**, Vol.97(2), pp.223-244, 2013.
- SAGGESE, A. J. **Imaginando a mulher: Playboy: o pôster e seus desdobramentos**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.
- SALMI, J. SAROYAN, A. League Tables as Policy Instruments: uses and misuses. **Higher Education Management and Policy**, v. 19, n. 2, 2007.
- SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior**, v. 2, n. 4, p. 28-43, 2011.
- SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2000.
- SANDER, B. **Consenso e Conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação**. São Paulo: Pioneira, 1984.
- SANOFF, A. P. (2007). U.S. News College Rankings: a view from the inside, In IHEP (ed.) **College and University Ranking Systems: Global Perspectives and American Challenges**. Washington, DC: Institute for Higher Education Policy, p.9-22, 2007.

SANTOS, S. M. **O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2015.

SAUDER, M.; LANCASTER, R. Do *rankings* matters? The effects of US News & World report *rankings* on the admissions process of law schools. **Law & Society Review**, v. 40, n. 1, p. 105–134, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **O Impacto dos Rankings nas Instituições de Ensino.** Trabalho apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Gestão Educacional, São Paulo, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **A revolução silenciosa do ensino superior.** SCHWARTZMAN, Simon. A revolução silenciosa do ensino superior. São Paulo, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior no Brasil – 1998.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP, Brasília, 1999.

SCHWARTZMAN, S. Policies for higher education in Latin America: the context. **Higher Education**, n. 25, p. 9-20, 1993.

SETTI, R. Entre nós. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 266, p. 9, 1997.

SETTI, R. Entre nós. **Revista Playboy**, São Paulo, n. 254, p. 7, 1996.

SIR. **SCimago Institutions Ranking.** Disponível em www.scimagoir.com. Acessado em 17 fev. 2017.

SOH, K.; HO, K. A tale of two cities' university *rankings*: comparing Hong Kong and Singapore. **Higher Education**, Vol.68, no. 5, p.773-787, 2014.

SORDI, M. Implicações ético-epistemológicas da negociação dos processos de avaliação institucional participativa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 485-510, abr.-jun. 2012.

SOUSA, J. V.; FERNANDES, R. I. **Sinaes ou NeoSinaes? A avaliação da educação superior no Brasil à luz do Enade ampliado.** I Simpósio Avaliação da Educação Superior – AVALIES. Anais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, 17 e 18 de setembro de 2015.

SOUZA, P. R. **A Revolução Gerenciada: a educação no Brasil, 1995-2002.** São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SOUZA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, V. 24, n.84, p.877-898, Campinas, 2003.

SPRINTER. 2016a. Disponível em: <http://www.springer.com/education+%26+language/%20%20higher+education%20%20journal/10734>, Acessado em 20/01/2017.

SPRINTER. 2016b. Disponível em: <http://www.springer.com/computer/database+management%20+%26+information%20%20retrieval/%20journal/11192>. Acessado em 20/01/2017.

STORCH, L.; FONTANA, M. C. **A personagem e o seu leitor: marcas do leitor imaginado na revista Playboy.** IV SIPECOM--Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, Santa Maria, RS, 2013.

TAN, Y.; GOH, S. International students, academic publications and world university *rankings*: the impact of globalization and responses of a Malaysian public university. **Higher Education**, Vol.68, no. 4, p. 489-502, 2014.

TAVARES, P. A. **O papel do capital humano na desigualdade de salários no Brasil no período de 1981 a 2006**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP, 2007.

TEIXEIRA JUNIOR, P. R. **Os efeitos do SINAES no curso de Administração**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

THAM, S. Y. Internationalizing Higher Education in Malaysia. **Journal of Studies in International Education**, Vol.17, n. 5, p. 648-662, 2013.

THE. **Times Higher Education. World University Rankings**. Disponível em www.timeshighereducation.com.uk. Acessado em 17 fev. 2017.

THÉRY, H. Classificações de Universidades Mundiais, “Xangai” e outras. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.24, n.30, p.185-205, 2010.

U. S. NEWS (2013). **Celebrating 80 years**. Disponível em: <https://www.usnews.com/info/articles/2013/05/17/celebrating-80-years>. Acessado em: 10 abr. 2017.

UCL. **University College of London**. Disponível em <https://www.ucl.ac.uk/ioe/about/ioe-life/academics/simon-marginson>. Acessado em 17 fev. 2017.

UNESCO. **UNESCO global forum on rankings and accountability in higher education: uses and misuses**. Paris, 2013.

VAN DYKE, Nina. Twenty years of university report cards. **Higher Education in Europe**, v. 30, n. 2, p. 103-125, 2005.

VEIGA, Laura da. Reforma universitária na década de 60: origens e implicações político-institucionais. **Revista Ciência e Cultura**, v. 37, n. 7, 1985.

VEJA. **Revista Veja**. No. 6, Ano 24, Ed. 1168. Editora Abril, p. 71, 1991. Disponível em: <http://www.oexplorador.com.br/mario-de-andrade-jornalista-diretor-gerente-do-grupo-de-revistas-masculinas-da-editora-abril/> Acessado em 20/09/2017.

VERHINE, R. E.; FREITAS, A.A.S.M. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v.3, n.7, p. 16-39, 2012.

VIEIRA, R. C.; LIMA, M. C. **A busca pelo selo de "universidade classe do mundo" e os rankings acadêmicos globais pioneiros**. XVII SemeAd – Seminários em Administração. São Paulo. Out. 2014.

WILKINS, S.; HOUISMAN, J. UK business school *rankings* over the last 30 years (1980–2010): trends and explanations. **Higher Education**, Vol.63, n. 3, p.367-382, 2012.

YONEZAWA, A.; SHIMMI, Y. Transformation of university governance through internationalization: challenges for top universities and government policies in Japan. **Higher Education**, Vol.70, n. 2, p.173-186, 2015.

ANEXO 1

Principais implicações dos *rankings* acadêmicos globais para as IES identificadas e organizadas por países mais citados nos artigos científicos pesquisados. Fonte: elaboração do autor.

África do Sul

Em estudo sobre a classificação das universidades da África do Sul nos *rankings* acadêmicos internacionais, Matthews (2012) verificou que apenas algumas das 23 universidades existentes no país apareceriam nos *rankings* globais. No entanto, isso ocorreria de forma errática e inconsistente, e em apenas um ou dois deles, não permitindo análises e verificação da qualidade das instituições por esses instrumentos. Por outro lado, na pesquisa esse autor, diversas universidades sul-africanas aspirariam a melhores posições nos *rankings* globais. Os maiores desafios dessas IES sul-africanas seriam aumentar sua produtividade acadêmica e sua internacionalização, por meio da melhoria de seu desempenho em número e qualidade de publicações, da obtenção de mais citações em seus artigos publicados, da maior quantidade de alunos de pós-graduação, e do maior recebimento de estudantes e pesquisadores estrangeiros.

Austrália

Hicks (2011) identificou que os sistemas governamentais de financiamento à pesquisa seriam também influenciados por *rankings* acadêmicos e por seus próprios indicadores de desempenho das universidades. Na Austrália, por exemplo, o sistema ERA produz ranqueamentos públicos de universidades, a partir dos seus indicadores de quantidade e produtividade da pesquisa, a fim de dar transparência à distribuição e gestão dos recursos. Os *rankings* externos também poderiam influenciar o financiamento à pesquisa.

China

Hou et al. (2012) observaram diversas universidades asiáticas sob pressão dos governos nacionais para se tornarem UCMs. Esse esforço, porém, demandaria muitos recursos humanos e infraestrutura para as universidades e, portanto, elevados financiamentos. Os autores verificaram, contudo, que na maior parte dos países asiáticos analisados em sua pesquisa não havia recursos para todas as IES candidatas. Assim, concluíram que os países asiáticos que pretendem estimular o estabelecimento de UCM em seus sistemas de educação superior deveriam ter estratégia e financiamento adequados. Hou et al. (2012) consideram que a China seria o país com mais recursos e foco estratégico para criar UCMs. Huang (2015, p. 206) identificou na China o caso mais eloquente de política pública voltada à educação superior desde a extinção da antiga União Soviética, na década de 1980. O autor apresentou a evolução do sistema de ensino superior chinês e estabeleceu como marco histórico o ano de 1994, quando o governo chinês lançou o 211 Project, que teve o objetivo de estabelecer nas 100 universidades chinesa de referência mundial no século XXI. Essa iniciativa foi complementada, em 1999, pelo 985 Project, com o objetivo ainda mais explícito de desenvolver UCMs chinesas. Esse último projeto iniciou com 9 universidades incentivadas e, segundo Huang (2015), essas IES incentivadas receberam recursos extraordinários, próximos a US\$ 4 bilhões, apenas para o período inicial de 1999 e 2003. Em 2013, 39 universidades passaram a fazer parte dessa iniciativa, com o objetivo declarado de expandir o projeto para atingir 100 UCMs chinesas em 2020. Todas essas universidades receberam também obrigações oficiais de melhorar a qualidade do corpo docente, incentivar a pesquisa multidisciplinar, promover a internacionalização, e atender às necessidades de pesquisa e ensino definidas pelos governos central e locais.

Apesar do foco nas maiores e mais destacadas universidades, esses projetos do governo chinês atingiram todo o sistema de educação superior do país (HUANG, 2015, p.208). Ainda no final dos anos 1990 foi promovida a fusão em larga escala de universidades, faculdades especializadas, institutos de pesquisa e hospitais em estruturas universitárias. As 637 instituições, seja do governo central ou de governos locais chineses, envolvidas nesse processo resultaram em apenas 270 novas instituições de caráter abrangentes; sendo que 83 destas passaram a abranger todas as áreas de conhecimento, o que as habilitou a participar dos programas de incentivo oficial. Além disso, segundo Huang (2015), o governo central apoiou a ida de milhares de estudantes chineses, de graduação e pós-graduação, para as mais famosas universidades internacionais, especialmente dos Estados Unidos e do Reino Unido. Incentivou, também, o estabelecimento de parcerias entre pesquisadores e universidades nacionais e estrangeiras, assim como, a adoção de práticas de ensino e de avaliação, currículos, políticas e procedimentos administrativas, e modelo de gestão de pessoas próximos às universidades de maior prestígio mundial. Huang (2015, p.209) ressaltou o objetivo explícito do governo chinês de ver suas universidades dentro dos *rankings* acadêmicos globais. Por exemplo, em 2013, 28 universidades chinesas estavam entre as 500 mais bem avaliadas pelo *ranking* ARWU, da universidade de Shanghai. Esse resultado, porém, ainda estava distante da ambição declarada pelas autoridades chinesas de ter 100 universidades nesse e em outros *rankings* globais; ainda mais, pelo fato de que não se verificava nenhuma universidade chinesa entre as 100 melhores naquela ocasião. Situação que fez gerar pressão adicional sobre os gestores das universidades e toda comunidade acadêmica da China. Huang (2015) também observou o sistema de educação superior chinês com foco na criação e fortalecimento da UCMs nacionais pelo governo central, o que fez com que as universidades incentivadas se tornassem referência nacional em pesquisa em detrimento das demais IES pelo país. Estas últimas ficaram basicamente direcionadas ao ensino com foco na formação de trabalhadores para o mercado, em programas de graduação e nas chamadas “ciências suaves”. Já as grandes universidades federais, que recebem os maiores recursos para programas de pós-graduação, ficam mais direcionadas para a formação em “ciências duras”. Com isso, aumentou a distância e a desigualdade entre as IES que compõem o sistema de ensino superior chinês, com as menores instituições apresentando baixa capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional, e gerando dúvidas sobre a qualidade do sistema como um todo e de seus benefícios em âmbito nacional. O estudo de Postiglione (2015) reforçou a percepção de dificuldade das universidades chinesas em balancear seus esforços em ensino e pesquisa. Os incentivos governamentais para que as maiores universidades atinjam padrões de UC, mediante a adoção de políticas acadêmicas e infraestrutura semelhante às melhores universidades internacionais, ainda não teriam gerado os efeitos desejados de ter as instituições chinesas nas primeiras colocações dos *rankings* acadêmicos globais. O autor identificou que a pressão sobre professores e pesquisadores é tão mais forte quanto pior fosse a colocação da universidade à qual estão vinculados nesses *rankings* – em uma política de “ultimo no *ranking*, primeiro a ser demitido” (POSTIGLIONE, 2015, p. 237). A situação apontada nesse estudo mostrou também a insatisfação dos acadêmicos com os salários pagos e as condições de trabalho, especialmente nas universidades públicas mais bem-conceituadas, que os levava a aceitar ofertas de trabalho no setor privado – seja em empresas chinesas ou em outras universidades e empresas do exterior, especialmente de outros países da região, como Hong Kong e Singapura. Outros ainda se transfeririam para instituições privadas, como as co-fundadas existentes no país, mais focadas no ensino do que na pesquisa. Postiglione (2015) destacou que, embora tenha havido um aumento significativa da quantidade das publicações das universidades chinesas, a qualidade ainda não foi reconhecida pela comunidade acadêmica internacional e não gerou o reconhecimento internacional pretendido. Como exemplo, citou que, no ano de 2010, as publicações científicas chinesas receberam citações apenas 4% do total das citações de outros artigos internacionais, enquanto as publicações científicas de origem

americana apareceram em 30% das citações. Segundo o autor, esse seria o fator mais crítico para aumentar a presença e elevar a posição das universidades chinesas nos *rankings* acadêmicos internacionais.

Coréia do Sul

Lee e Lee (2013) pesquisaram os esforços do governo da Coréia do Sul e das próprias universidades daquele país em conquistar maior destaque nos *rankings* acadêmicos internacionais, em especial o ARWU e o THE. Para isso, identificaram que elas precisariam publicar artigos científicos em periódicos internacionais revisados por pares. Entretanto, muitos professores e pesquisadores apresentaram dificuldades com o domínio da língua inglesa, e, logo, em atingir esse objetivo. Por razões históricas, identificadas pelos autores, as universidades sul-coreanas estabeleceram-se na década de 1960, incentivadas por parcerias com empresas e governos locais, com maior foco no desenvolvimento de tecnologias industriais. Lee e Lee (2013) também pesquisaram políticas acadêmicas por meio de entrevistas com professores de universidades da Coréia do Sul e encontraram um clima de grande competição entre os docentes para publicar artigos científicos, com incentivos monetários das universidades para publicações em língua inglesa, de caráter internacional. Observaram também novas políticas universitárias de contratação de docentes e pesquisadores que dominam a língua inglesa.

Estados Unidos

Segundo Hicks (2011, p.258), um exemplo interessante seriam o dos Estados Unidos, onde o *ranking* da US News e World Report já foi utilizado por governantes e políticos para justificar ou questionar a alocação dos recursos de incentivo a pesquisa, especialmente nas agências estaduais. Apesar do estudo sobre os financiamentos públicos, o autor não perdeu de vista a importância da relação entre os *rankings* acadêmicos e as decisões de estudantes e professores, e suas implicações financeiras para as universidades. O autor considerou como racional que as universidades prestem atenção aos *rankings* e seu prestígio, uma vez que os estudantes em potencial usem *rankings* para decidir sobre seus destinos, assim como os professores mais produtivos e com maiores propósitos buscam trabalhar em instituições mais bem ranqueadas. Nos Estados Unidos, em 2013, o Presidente Barack Obama teria lançado uma nova estratégia para tornar o ensino superior mais acessível para a classe média. Embora a estratégia tivesse vários componentes, Nisar (2015, p.290) utilizou um arcabouço teórico amplo das ciências sociais aplicadas – tais como as teorias do principal-agente, da dependência de recursos, do neo-institucionalismo, e da ecologia dos jogos – e considerou o pagamento por performance como um elemento central dessa iniciativa governamental norte-americana. Esse pagamento seria financiado por verbas federais e também dos estados participantes, e seria efetivado após a verificação do progresso dos alunos nas universidades atingidas. Para tanto, seria criado um sistema de indicadores de performance que seriam monitorados pelo governo federal e condicionaria a liberação das verbas. Segundo o estudo desse autor, apesar de possuírem sistemas de incentivo ao ensino e à pesquisa universitária, os Estados Unidos nunca tiveram antes um sistema público federal de monitoramento da educação superior. Alguns poucos estados norte-americanos implantaram sistemas locais ou regionais, com destaque para o Estado do Tennessee, e por isso o autor questionou firmemente a eficácia desse tipo de política. Para Nisar (2015, p.296), as abordagens de monitoramento e controle do sistema de ensino superior que foram propostas pelo governo americano tendiam a considerar as universidades isoladas do mundo real. Com base na perspectiva teórica da ecologia dos jogos, seu estudo indicou o fracasso americano em estabelecer políticas de financiamento público com base do desempenho acadêmico, devido à complexidade inerente à educação superior. O autor reconheceu os governos como importante ator político na educação superior, tanto no âmbito

federal quanto estadual, porém que as metas deveriam ser negociadas com as universidades para terem efetividade. Uma vez que as instituições de ensino superior americanas têm acesso a diferentes fontes de financiamento e, portanto, diversos financiadores a quem atender interesses, os governos não conseguiram impor metas que conflitem com outros objetivos dessas IES. Citou, por exemplo, a importância para as IES americanas de sua colocação nos *rankings* acadêmicos internacionais, especialmente para as instituições mais focadas em pesquisa ou no valor das suas franquias. Pois, para essas IES estar entre as melhores colocadas nos *rankings* globais poderia garantir mais financiamentos e receitas, sendo mais importante que atender metas governamentais e receber verbas insuficientes e controladas, sejam federais ou estaduais.

França

Editorial publicado pela revista científica Nature (ANONIMOUS, 2010) observou que, no período de 2007 a 2010, o governo do então Presidente da França, Nicolás Sarkozy, promoveu reformas no sistema de ensino superior do país. Entre suas metas declaradas estava a de colocar 2 universidades francesas entre as Top 20, e 10 entre as Top 100 dos *rankings* ARWU e THE. Esses objetivos, receberam apoio de parte dos especialistas educacionais ligados à OCDE, mas também colheram críticas da comunidade acadêmica e científica, entre as quais dessa revista científica internacional. A publicação chamava a atenção dos dirigentes das IES para a excessiva influência dos *rankings* acadêmicos globais na tomada de decisão dos sistemas de ensino superior. Essa revista científica entendia que os desafios da academia seriam os de evitar o uso abusivo dos *rankings*, explicar suas limitações, e fornecer visões mais holísticas das universidades. No entanto, observaram que, concordando ou não com eles, os *rankings* acadêmicos internacionais estariam para ficar, tanto para as universidades quanto para comunidade científica.

Hong Kong

Soh e Ho (2015) fizeram um exercício de comparação entre a situação da educação superior de Hong Kong e Singapura, a partir do seu desempenho nos *rankings* acadêmicos internacionais, e consideram interessante tal procedimento por se tratarem de duas cidade-estado, que foram ambas colônias britânicas e atualmente sofreriam influência econômica direta da China continental. Os autores observaram, que as universidades de ambos países buscavam enfrentar a concorrência internacional, por meio da conquista de maior destaque nos *rankings* acadêmicos internacionais, embora considerassem que os indicadores extraídos a partir dos *rankings* não permitissem conclusões adicionais, que só poderiam ocorrer por meio de uma pesquisa de caráter social mais rigorosa. Postiglione (2015) considerou a situação do sistema educacional de Hong Kong mais favorável que a da China Continental, destacando como pontos favoráveis o alto grau de autonomia universitária, a elevada internacionalização, e a preservação da posição das universidades nacionais frente à concorrência internacional no mercado educacional. Mesmo assim, observa que as universidades de Hong Kong também apresentam dificuldades em equilibrar seus esforços de ensino e pesquisa, a fim de obter melhor desempenho nos diversos *rankings* acadêmicos globais.

Japão

Ao analisar a situação do sistema de educação superior do Japão, Yonezawa e Shimmi (2015) observaram relevantes desafios para as universidades japonesas em buscarem um estatuto de classe mundial. Os autores viam as universidades japonesas como referências para o ensino e a pesquisa aplicada, na segunda metade do século XX, no entanto, essas mesmas instituições mostram dificuldades para continuar relevantes no século XXI, como verifica-se em seu baixo posicionamento nos *rankings* acadêmicos globais. Com isso, indicaram que a

construção de WCUs japonesas implicaria em uma maior concentração dos investimentos e fundos públicos, hoje dispersos em várias instituições de ensino e pesquisa, e também em uma transformação abrangente na governança das universidades. Yonezawa e Shimmi (2015) classificam, ainda, a maior parte das universidades públicas japonesas como tradicionalistas e burocráticas na gestão do seu pessoal e em suas práticas didáticas. Adicionalmente, não identificam um projeto nacional definido e capaz fortalecer essas universidades em um ambiente internacional, como existem em outros países asiáticos, entre eles a Coreia do Sul e a China. Verificaram que dificuldades apresentadas por pesquisadores e instituições desses outros países também são importantes no Japão, tais como a de se comunicarem e escreverem em língua estrangeira, e a de atraírem estudantes estrangeiros. No entanto, viram grande atraso nas políticas e práticas administrativas e acadêmicas, que privilegiariam mais a antiguidade profissional e de idade do pesquisador, do que a meritocracia baseada no desempenho. Os autores relataram também os esforços do governo federal em fomentar o estabelecimento de UCMs japonesas, que definiu um grupo de 30 universidades para serem apoiadas em seu esforço de internacionalização, apenas 13 delas receberam recursos por conta de seu desempenho nos *rankings* acadêmicos ARWU e THE, concluindo que o governo tem restrição de recursos orçamentários para apoiar todas as universidades candidatas. Finalmente, perceberam que as universidades e a comunidade acadêmica japonesas não mostram uma relação cosmopolita com a sociedade local e internacional. As universidades do Japão também apresentavam dificuldades para obter melhores posições nos *rankings* acadêmicos globais. Para isso, segundo Arimoto (2015), teriam que aumentar a produção e a produtividade de suas publicações internacionais. O autor acreditava que as seguintes ações poderiam produzir tal efeito: aumentar a exposição das universidades a mecanismo de avaliação de mercado; fomentar o maior intercâmbio de experiências e produções dos pesquisadores japoneses com a comunidade acadêmica internacional; permitir discussões e decisões de baixo para cima nas universidades públicas, ainda muito tradicionalistas e hierarquizadas; aumentar o foco da pesquisa para a produtividade acadêmica; e dar mais espaço e tempo de pesquisa para acadêmicos mais novos das universidades que normalmente teriam elevada carga de ensino em detrimento da pesquisa. Esse autor fez algumas reflexões sobre as dificuldades sobre a formação de novos pesquisadores que atingem o Japão e outros sistemas de educação superior baseados em tradicionalismos e que prejudicariam a expectativa de melhores posições de suas universidades nos *rankings* acadêmicos, especialmente no que diz respeito ao hiato de gerações entre acadêmicos mais jovens e mais velhos.

Malásia

Em estudo em que discutiram a situação da Malásia no contexto global do ensino do seu ensino superior, Tan e Goh (2014) identificaram três questões-chave para a internacionalização das universidades daquele país: receber estudantes estrangeiros; ter artigos em publicações internacionais; e conquistar melhores posições nos *rankings* acadêmicos globais. Os autores tomam como referência para seu estudo a University Sains Malaysia, destacada universidade pública no país, para mostrar que havia um esforço das IES malaias em buscarem a internacionalização, com interesses econômicos e incentivos do governo federal. A primeira questão-chave, de receber mais estudantes estrangeiros no ensino superior malaio, teria como objetivo, de um lado, melhorar o posicionamento das universidades locais nos *rankings* acadêmicos globais, e, de outro lado, gerar mais receitas e divisas internacionais para a economia nacional. O Ministério da Educação Superior da Malásia teria políticas governamentais específicas para o setor e um escritório específico para atender estudantes, visando divulgar o país como um centro de excelência educacional, em âmbito internacional. Segundo o autor, esse esforço vinha gradualmente rendendo frutos para esse país, que competia com países da Ásia e da Oceania com vários sistemas educacionais mais fortes, com o número

de estudantes estrangeiros passando de 18.292 em 2001 para 86.923 em 2010. Os primeiros países de origem dos estudantes que foram estudar nas universidades da Malásia foram Indonésia, Irã, Iraque, Jordânia e Iêmen. A segunda questão-chave, do número de publicações em periódicos indexados internacionalmente vinha aumentando de forma acelerada, mesmo que ainda não fosse tão significativo. Apenas na University Sains Malaysia, instituição estudada por Tan e Goh (2014), o total de artigos científicos publicados no exterior saltou de 280 em 2001 para 2.246, no ano de 2010; sendo que, desse total, 2020 publicações foram relacionadas a disciplinas de Ciências Naturais e apenas 226 em Ciências Sociais. Havia um evidente esforço das universidades malaias em aumentar o número de publicações, a fim dar maior visibilidade ao sistema de educação superior, tanto em ensino quanto em pesquisa, e também em atrair mais candidatos estrangeiros para seus programas de pós-graduação. Finalmente, no que diz respeito ao desempenho nos *rankings* acadêmicos globais, a Malásia, segundo esses autores, ainda apareceria com pouco destaque, apesar do esforço das universidades e do próprio governo em dar visibilidade aos artigos e pesquisadores malaios. Tan e Goh (2014) apontaram que a falta de reconhecimento institucional das pesquisas e *rankings* de prestígio, o baixo número de citações, e a crescente competição oferecida pela IES de todo mundo, especialmente nas regiões da Ásia e da Oceania, vinham prejudicando um maior avanço das universidades da Malásia nos *rankings* acadêmicos globais. A resposta imediata de autoridades, políticos e acadêmicos do país, descrevem os autores, foi a de criticar as metodologias e os resultados dos *rankings*, especialmente os que privilegiariam o prestígio acadêmico, como o *ranking* THE. Tham (2013) realizou outro estudo sobre o caso malaio e chegou a diagnóstico e questões semelhantes às apontadas por Tan e Goh (2014), em especial, no que diz respeito aos esforços de atração de estudantes estrangeiros e a posição IES malaias nos *rankings* acadêmicos internacionais. Esse autor sugeriu determinadas práticas para as universidades da Malásia melhorarem sua posição nos *rankings* acadêmicos internacionais. Observou, porém, esse autor que o governo malaio sofre certa pressão política e carecia de recursos para apoiar as universidades do país a se tornarem UCMs. Para as IES que não receberiam apoio governamental, principalmente as instituições privadas, o desafio da sobrevivência no mercado educacional seria muito grande – não apenas a nível nacional, como regional e internacional. Diante desses elementos, Tham (2013) viu duas alternativas básicas para o futuro das IES malaias: crescer para se aproximarem de instituições do tipo UCM; ou tornarem-se instituições de ensino superior do tipo boutiques, especializadas em áreas de conhecimento específicos. Assim, acredita que a competição global e a internacionalização são questões de sobrevivência para as IES da Malásia.

Nigéria

Em análise sobre o sistema de educação superior da Nigéria, Moruko (2013) relatou que o governo federal declarou seu intento de elevar o papel das universidades na cultura, na sociedade, e, principalmente, na economia, tomando como referência os *rankings* acadêmicos globais. As autoridades nigerianas tinham o objetivo declarado de introduzir conceitos e práticas da sociedade do conhecimento e da economia criativa naquele país africano. Para esse autor, contudo, o governo não dispunha de recursos ou mesmo demonstrou real interesse em melhorar as condições de ensino e pesquisa das universidades do país. Ao contrário, o governo propôs a privatização das universidades públicas e adotou um modelo de acreditação de instituições de ensino e de cursos. Diante desse quadro, as IES da Nigéria se viram compelidas a buscar ou ampliar mecanismos de auto sustentação, especialmente por meio da comercialização dos seus serviços de ensino. Com isso, segundo o autor, o sistema de educação superior nigeriano passou a sofrer ainda mais em qualidade e em reconhecimento internacional.

Reino Unido

Estudo de Wilkins e Huisman (2012) sobre as escolas de negócios do Reino Unido mostrou que, mesmo nessa área de conhecimento da Administração, ou seja, fora das ciências naturais, a pesquisa teria papel decisivo para a classificação dessas instituições de ensino superior nos *rankings* acadêmicos globais e outros mais específicos. Para conquistar as melhores classificações essas instituições deveriam ter publicações em revistas e jornais científicos de ponta, avaliados por pares, com base em critérios acadêmicos consolidados, baseados em teorias conhecidas, e contribuindo para ampliar o conhecimento científico internacional. Esses autores observaram que o posicionamento nos *rankings* afetaria diretamente o prestígio e a reputação institucional das escolas de negócios, e que esses seriam fatores fundamentais para a atração de estudantes, docentes, pesquisadores e recursos públicos e privados.

Taiwan

Em artigo onde descreveu a forte expansão do ensino superior, em Taiwan – que passou de 348.290 alunos matriculados, em 1984, para 1.345.000, em 2013 –, Chang et al. (2015) discutiram questões referentes à qualidade desta expansão. Os autores realizaram pesquisas em duas universidades taiwanesas, onde constataram em ambas sob forte pressão governamental para que se tornassem UCMs. Ambas instituições pesquisadas foram caracterizadas como universidades de pesquisa e, portanto, teriam que mostrar alto desempenho na publicação de trabalhos científicos. Esse foco no desempenho em pesquisa, no entanto, geraria uma percepção de negligência com a qualidade de ensino por parte dos seus estudantes. Os autores colocaram que o equilíbrio entre qualidade e quantidade no ensino superior se tornou um desafio global, onde Taiwan seria apenas mais um exemplo.

Anexo 2 – Roteiro de questões para as entrevistas semiestruturadas

Embora cada indivíduo a ser entrevistado pudesse ter colaborado de forma e em momentos diferentes na produção do RMFB, as perguntas seguiram um padrão, delimitadas de modo a possibilitar maior coerência e completude em seus resultados. Elas foram organizadas em três eixos principais: surgimento, metodologia e trajetória, e encerramento. No seguinte roteiro:

1. Surgimento

- a. Qual foi sua participação no processo de construção do *Ranking*?
- b. Como foi estruturado o modelo de avaliação?
- c. Houve interferência da *Playboy* norte-americana?
- d. Para a criação do *Ranking* se espelharam em algum *ranking* específico?
- e. Quais as dificuldades operacionais encontradas?
- f. Como era a receptividade das universidades?
- g. Havia pressões das universidades para a melhoria do desempenho?

2. Metodologia e Trajetória

- a. Como ocorreu o processo de elaboração de critérios a serem avaliados?
- b. A equipe conseguia avaliar os impactos dos resultados das publicações para as universidades ranqueadas?
- c. Havia algum monitoramento?
- d. Havia críticas? Como eram recebidas pela equipe responsável?
- e. Como se deu o processo de expansão?

3. Encerramento

- a. É possível apontar um motivo para a extinção do *Ranking*?
- b. Quais foram os impactos internos e externos percebidos por conta da extinção do RMFB em relação à Editora Abril, à Revista *Playboy* e às IES e seu público em geral?

Anexo 3 – Consolidação dos apontamentos das entrevistas semiestruturadas realizadas nesta pesquisa a respeito dos principais momentos do RMFB de *Playboy*. Fonte: Elaboração do autor.

1. Entrevistado: Carlos Roberto Costa

Surgimento

O *ranking* surgiu como iniciativa independente de *Playboy* do Brasil, movida por seu diretor de redação, Mário J. Escobar de Andrade. Numa viagem de férias, Escobar de Andrade leu numa revista norte-americana a publicação de um *ranking* das melhores faculdades de arquitetura dos Estados Unidos. Daí surgiu o *Ranking Playboy* da Melhores Faculdades do Brasil. De início a empreitada foi dada a Wilson Palhares, os meses foram se passando, eu era o secretário de redação, Mário achava que o *ranking* não deslanchava. Ao chegar quase ao final do ano ele me confiou a tarefa de concluir o trabalho para publicar o resultado em março de 1982. O tamanho da tarefa e o prazo exíguo tornaram a elaboração dessa primeira edição do *ranking*, uma “operação de guerra”, acrescentando que no início dos anos 1980 era difícil para um jornalista de *Playboy* ser recebido por um reitor de universidade, por isso usaram de subterfúgios, anunciando-se apenas como repórter da Editora Abril, que era mais conhecida pela revista semanal *Veja*. Foi o interesse do Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Cláudio de Moura e Castro, no cargo entre 1979 e 1982, que reconheceu valor no trabalho de *Playboy* e ajudou sua equipe a ampliar seu acesso a comunidade acadêmica e científica. Moura e Castro teve grande importância do apoio do presidente da Capes ao início do RMFB. Costa tinha dificuldade de enfrentar o enorme desafio de construir um *ranking* de IES, sem conhecimento ou experiência anterior específica nesse tema, embora fosse tivesse elaborado vários e prestigiados *rankings* de bebidas para a *Playboy* brasileira. Costa já havia falado com alguns professores e reitores de universidades, mas não tinha informações que permitiam construir uma classificação de faculdades. O apoio inicial de Cláudio Moura e Castro e que depois permaneceu como um fornecimento contínuo de informações da Capes e da SESu para o RMFB de *Playboy* foi fundamental. Para Costa esse apoio se deveu ao fato de que, durante a maior parte da década de 1980, esses órgãos do MEC não tinham instrumentos e canais adequados para a publicação e distribuição de seus dados e análises.

Metodologia e Trajetória

Costa desconhecia e não utilizou nenhum outro *ranking* acadêmico como referência para estruturar sua metodologia inicial, concluída em janeiro de 1982, quando o primeiro RMFB foi para a gráfica da Editora Abril, para ser publicado na edição de março daquele da revista *Playboy* do Brasil. Anteriormente era responsável pelas metodologias de avaliação e elaboração de *rankings* de bens de consumo, seja de bebidas, comidas, ou serviços diversos que eram classificados, comentados e oferecidos aos leitores da revista, e que elas não deviam nada ao que ocorria na edição americana ou em outras pelo mundo. Quando foi elaborar a primeira edição do RMFB, o prof. Carlos Costa consultou o prof. Sandoval, da Faculdade de Engenharia da UFRJ, que não era especialista em *rankings* acadêmicos, mas se dispôs a ajudar o então

jornalista Carlos Costa, atendendo a pedido recebido do presidente da Capes, Claudio Moura da Costa. O prof. Costa credita ao fato de, antes de se tornar jornalista, ter sido seminarista e se formado em Teologia e em Filosofia, onde teve mestres muito rígidos. Utilizou assim sua intuição e experiência para produzir avaliações consideradas robustas pelos leitores e pelos consultados, como veio a acontecer com o RMFB, publicado pela primeira vez em março de 1982.

Encerramento

Costa foi responsável pela supervisão do RMFB até 1987. Apesar de estar distante da redação de *Playboy* a muito anos e não ter informações específicas sobre as razões da sua extinção no ano 2000, Costa acredita que o RMFB de *Playboy* acabou derivando no Guia do Estudante, por uma decisão da Editora Abril.

2. Entrevistado: Ricardo Castilho

Surgimento

Não participou e desconhece detalhes do surgimento do RMFB.

Metodologia e Trajetória

Castilho creditou como razão principal que permitiu a longevidade de 19 anos do RMFB de *Playboy* a de que, ao longo do tempo, esse *ranking* acadêmico conquistou prestígio para a revista junto à comunidade acadêmica e aos leitores em geral, trazendo também um assunto que podia ser conversado em família. O jornalista citou que muitas vezes recebeu consultas, por cartas ou telefonemas à redação de *Playboy*, de pais de estudantes pedindo recomendação de cursos para seus filhos. Castilho comentou que ele não indicava IES específicas, mas ponderava os prós e contras, qualidades e dificuldades para os estudantes para ingressarem e se manterem em determinados cursos, muitas vezes tendo que residir longe de suas residências, com custos emocionais e financeiros elevados para as famílias. Esse jornalista acrescentou, que, mesmo após 18 anos longe do mundo dos *rankings* acadêmicos, ainda recebe por vezes consultas sobre cursos e IES de pais que querem o melhor estudo para seus filhos e que conhecem de alguma forma seu passado no RMFB, mas cada vez mais no universo da gastronomia, setor da imprensa ao qual se dedica desde que deixou *Playboy*, em final de 1999. Castilho lembrou que, conforme o *ranking* abrangia mais cursos e IES, o tempo de elaboração também aumentava e se tornava uma atividade quase contínua por todo o ano na editoria de Serviços de *Playboy*, mesmo que em tempo parcial. Como toda a interação entre a revista e os consultados era feita pelos correios e, eventualmente, por telefone, meses antes da publicação começavam a ser atualizadas as listas das IES, professores e empresas a serem consultadas, para depois serem enviados os questionários, aguardarem as respostas, ligarem para quem não havia respondido, validarem todo o material recebido, alimentarem seus sistemas de informação, analisarem a consistência dos resultados preliminares, corrigirem eventuais problemas, elaborarem as tabelas classificatórias e as reportagens, e entregarem todo o material na gráfica, com dois meses de

antecedência à publicação e distribuição da revista nas bancas. A equipe que se envolvia com o RMFB ao longo do ano era pequena, com um ou dois profissionais, e só aumentava no momento de elaborar a reportagem, nas semanas finais do trabalho. Por isso o trabalho desse *ranking* não era considerado muito “pesado” no orçamento de *Playboy* e nunca sofreu restrições para viagens, materiais e o processamento de informações, até porque a revista tinha despesas muito maiores suas outras seções. Para Castilho, parte importante do prestígio do RMFB junto aos respondentes das informações coletadas para seu *ranking*, em especial junto aos professores universitários, vinha da autonomia e da confidencialidade de *Playboy* em elaborar e publicar suas tabelas classificatórias. Castilho informou que situações de questionamento sobre os resultados publicados eram mais comuns de professores e diretores dos cursos e IES mais novas ou que passavam por processos de transformação, mas que *Playboy* nunca alterou qualquer resultado nos anos em que ele esteve à frente do RMFB ou antes disso. No entanto, orientava a quem o procurava sobre os pontos que mais tinham prejudicado sua avaliação final, sem entrar em notas ou detalhes, para que pudessem trabalhar em melhorias, se assim o desejassem. O jornalista relatou também que as mudanças na metodologia e na abrangência do RMFB ocorriam, basicamente, como respostas a sugestões de professores e gestores de IES ou, mais raramente, de profissionais de empresas. *Playboy* procurava mexer o mínimo nesses aspectos, porque entendia que os resultados atendiam bem aos leitores, e para manter a legitimidade do *ranking* e a consistência das classificações publicadas. Até porque entendia, por sua experiência dos anos anteriores, pelos dados que recebia, pelas entrevistas que realizavam com especialistas em educação e pelas visitas in loco, que um curso ou uma IES não muda abruptamente de patamar de qualidade de um ano para outro. Castilho relatou que, tipicamente, as visitas in loco seguiam um roteiro montado a partir de sugestões dos próprios professores e gestores das IES. Eram priorizadas as instituições onde houvesse relatos de novas pesquisas ou instalações. *Playboy* nunca teria sido patrocinada para realizar tais visitas, utilizando seus recursos próprios e definindo seus procedimentos de visita com total autonomia.

Encerramento

Sobre o fim do RMFB, a entrevista com o jornalista Ricardo Castilho tem uma visão de quem viveu bastante próximo esse processo, embora não estivesse mais no último ano de sua publicação no ano 2000. Depois da saída de Ricardo Setti da diretoria de *Playboy*, em 1999, Castilho recebeu uma proposta para assumir a redação de uma publicação da Editora Camelot, que reestruturava seu portfólio de revistas, onde lideraria um novo projeto da revista Gula e, assim, dobrar seus rendimentos. Ele chegou a receber uma contraproposta de *Playboy*, mas que ficava aquém da nova oportunidade e não lhe oferecia a possibilidade de mudar de ares, abraçando um novo desafio profissional. Saiu com vários amigos da redação de *Playboy* e, pouco tempo depois, foi procurado pela nova equipe encarregada de produzir o RMFB de 2000, pedindo para que ele estimasse um valor de serviço de consultoria à revista, para ele supervisionar o trabalho. Ele, que estava empregado e com pouco tempo disponível, apresentou uma proposta cujo valor foi considerado elevado pela equipe de *Playboy*. Seus ex-colegas agradeceram a disponibilidade, disseram que não fariam a contratação e sugeriram que poderiam procurá-lo novamente mais ao final do processo de elaboração do RMFB – fato que não ocorreu. Além disso, Castilho soube que seu auxiliar mais experiente, o jornalista Marco

Antônio Lopes, também havia deixado *Playboy*, descontente com sua posição na redação. Com isso, a equipe do RMFB de 2000 foi liderada pelo jornalista Moraes Eggers, que não tinha participado de nenhuma das edições anteriores e que teve basicamente o apoio da empresa Computer Associates, que havia desenvolvido um software, em funcionamento desde 1998. Segundo Castilho, esse software vinha funcionando muito bem e havia custado cerca de US\$ 30 mil para *Playboy*. Ocorre que esse sistema computacional, desenhado exclusivamente para processar o RMFB, necessitava de alimentação de dados e checagem de resultados muito precisas, pois o volume de informações dos 3992 questionários com respostas de professores e gestores de IES, das dezenas de respostas de questionários de profissionais de RH de grandes empresas consultadas, mais dos dados do MEC, Capes, CNPq e outros órgãos de governo sobre 580 cursos de 219 IES de todo o país. Para um processo exigia que os cadastros dos respondentes e os dados informados fossem verificados a cada etapa do processo de elaboração do *ranking*, e corrigidos se necessário, para depois serem consolidados, possibilitando a geração das tabelas classificatórias. Castilho acredita que a equipe que elaborou o RMFB do ano 2000 falhou em alguma etapa desse processo e, por falta de experiência, publicou, em setembro daquele ano, sua 19ª. edição com classificações significativamente diferentes dos anos imediatamente anteriores. Evidência disso, é que, pelo que soube de alguns ex-colegas, houve várias reclamações de professores e gestores de IES à redação. Em seguida, na edição de *Playboy* do mês de novembro foi publicada, pela primeira vez na história do RMFB, uma errata das tabelas classificatórias. Essa errata, porém, não alterou significativamente os problemas apresentados, pois atingiu apenas 15 das 46 áreas de conhecimento nos cursos de graduação e 3 cursos na pós-graduação, além de não ter mudado nenhuma das IES em primeiro lugar. Segundo Castilho, como o desgaste continuou, em um momento em que a linha editorial de *Playboy* estava em outras mãos, a diretoria da revista e a diretoria executiva da Editora Abril decidiram descontinuar o RMFB, que nunca foi retomado.

3. Entrevistado: Moraes Eggers

Surgimento

Não participou e desconhece detalhes do surgimento do RMFB.

Metodologia e Trajetória

Eggers relatou que ficou apenas seis meses na revista *Playboy*, como Editor Especial, responsável por reportagens especiais e dessa forma encarou a missão de fazer o *ranking* do ano de 2000 e a reportagem que o acompanhou como uma reportagem especial, sem vinculação com trabalhos anteriores ou posteriores. Ele confirmou que nem ele, nem nenhum outro profissional da equipe tinha experiência com o RMFB. O papel de Moraes Eggers foi basicamente de o responsável pela edição da reportagem do *ranking*, que começou em julho de 2000, bastante próximo de sua publicação, em setembro daquele ano. Ele externou que não houve nenhuma passagem de conhecimento para a publicação das tabelas classificatórias, e que a equipe envolvida pelo RMFB foi apenas informada pela direção que havia um sistema computacional que tabulava os votos automaticamente, sendo que sua equipe não fez nenhuma

alteração no software ou na metodologia publicada no ano anterior. Ele entende que os dados foram alimentados corretamente e que os resultados refletiam os relatórios produzidos pelo software do RMFB. Eggers declarou que esse sistema acabou gerando pequenas diferenças nos resultados, ocasionando a publicação da Errata, em novembro de 2000, com as devidas correções. Porém ele já havia deixado a redação de *Playboy* e sido remanejado para editar outras publicações da Editora Abril, não estava mais na revista.

Encerramento

Um fato relevante citado por Eggers foi o de que ele recebeu a informação de que aquele seria a última edição do RMFB, durante o fechamento da reportagem, diretamente da direção de *Playboy*. Para ele, a razão principal para que *Playboy* deixasse de publicar o RMFB foi o fato da Editora Abril ter na ocasião outras publicações voltadas à educação, em especial o Guia do Estudante, com leitores mais interessados nesse tema. Eggers relatou que, durante o breve tempo que esteve na redação da revista, não houve nenhuma comunicação externa sobre o fim do RMFB e desconhecia se isso foi feito posteriormente por *Playboy*.

Anexo 4 – Assuntos abordados pelas reportagens RMFB de *Playboy*. Fonte: Elaboração do autor.

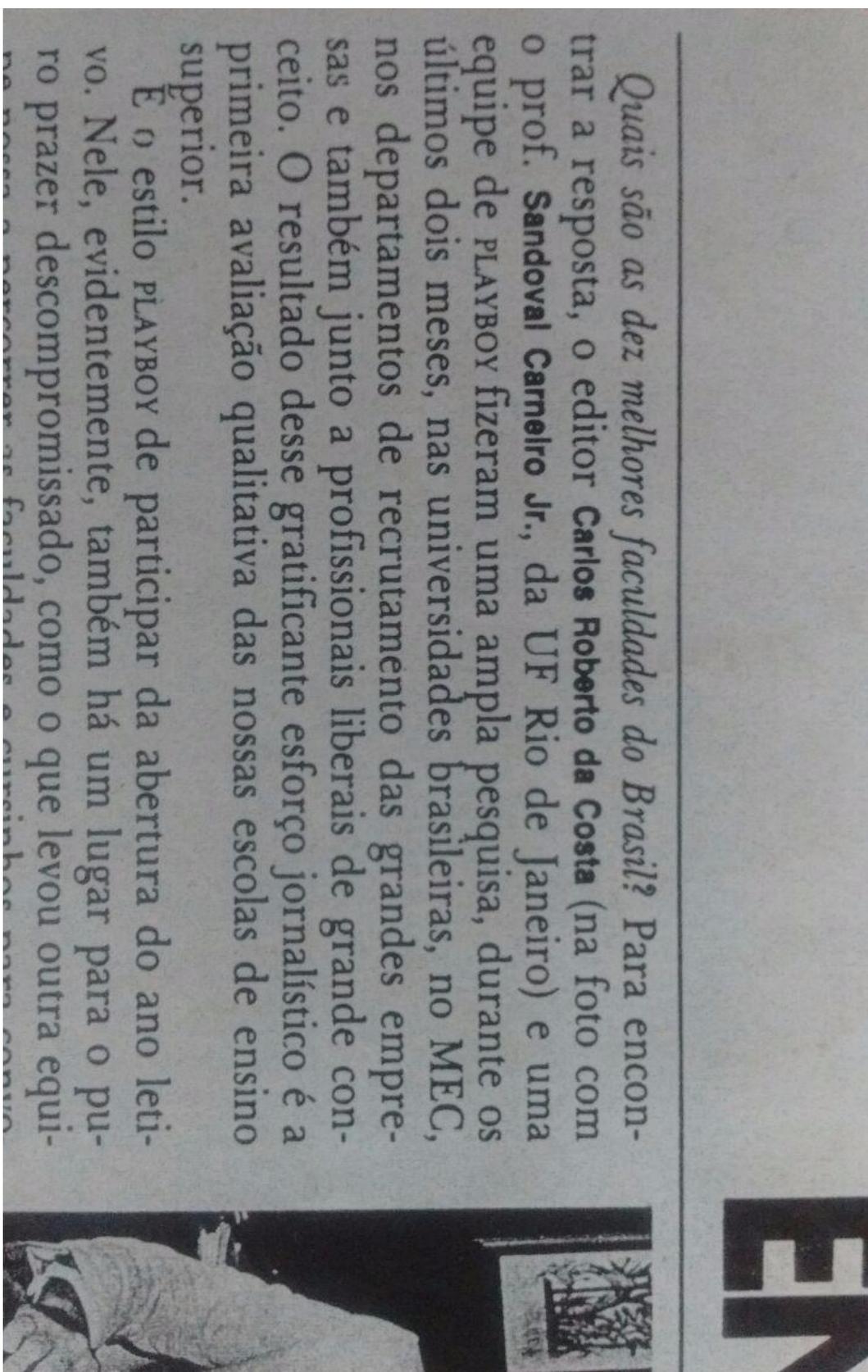
#	TEMAS TRATADOS PELO RANKING PLAYBOY	CATEGORIA	1982	1983	1984	1985	1986
1	O Ranking de cursos de graduação e pós, segundo p	RANKING					
2	Professores , profissionais bem sucedidos e chefes	RANKING					
3	Novas universidades (UNB e SÃO CARLOS)	EDUCAÇÃO	X				
4	Os cursos Nota 10	CURSOS DESTAQUE					
5	As maiores e melhores no ranking das universidade	EDUCAÇÃO	X				
6	Autonomia Universitária	EDUCAÇÃO	X	X			
7	Ensino que dê prazer	EDUCAÇÃO		X			
8	Nos Estados Unidos a concorrência das escolas está	EDUCAÇÃO		X			
9	A USP é uma das poucas instituições onde se tenta	CURSOS DESTAQUE		X			
10	Professores universitários e empresários indicam p	RANKING				X	
11	Em Agronomia, escolas centenárias e muito apoio à	CURSOS DESTAQUE				X	
12	Em Comunicações, cursos voltados para o mercado	CURSOS DESTAQUE				X	
13	Em Medicina, as melhores dos primeiros anos conse	CURSOS DESTAQUE				X	
14	Professores e empresários apontam cursos nota 10	RANKING					
15	Onde está o dinheiro / carreira	CARREIRA					X
16	Salários em alta	SALÁRIOS					X
17	Mapa oportunidades	EMPREGO					X
18	Carreiras do futuro	CARREIRA					X
19	Biotecnologia	CARREIRA					X
20	Bolsa de valores	CARREIRA					X
21	Commodities	CARREIRA					X
22	Engenharia Agrícola	CARREIRA					X
23	Engenharia de Alimentos	CARREIRA					X
24	Engenharia Sanitária	CARREIRA					X
25	Engenharia de Som	CARREIRA					X
26	Exportação	CARREIRA					X
27	Laser	CARREIRA					X
28	Marketing	CARREIRA					X
29	Medicina Esportiva	CARREIRA					X
30	Pesquisa Espacial	CARREIRA					X
31	Robótica	CARREIRA					X
32	Vídeo	CARREIRA					X
33	Professores e profissionais de recrutamento de gra	RANKING					X
34	FGV: cinco anos em liderança	IES DESTAQUE					X
35	ODONTO: um reduto quase apenas paulista	CURSOS DESTAQUE					X
36	As profissões em alta neste ano	CARREIRA					X
37	Os salários voltam a subir	SALÁRIOS					X
38	Uma escola para jovens executivos / MBA	CARREIRA					X
39	Há boas chances fora de São Paulo e Rio	CARREIRA					X
40	10 segredos para uma boa entrevista	EMPREGO					X
41	Entrevista de emprego	EMPREGO					X
42	O visual do currículo ajuda a contar ponto	EMPREGO					X
43	Língua estrangeira	CARREIRA					X
44	Jogar tênis / network	CARREIRA					X
45	Jovens executivos	EMPREGO					X
46	Cursos que enriquecem o currículo	EMPREGO					X
47	Os cursos que eles fizeram (famosos)	CARREIRA					X

#	TEMAS TRATADOS PELO RANKING PLAYBOY	CATEGORIA	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
48	Professores e executivos indicam, numa pesquisa n	RANKING	X						
49	O universitário ideal, na opinião das empresas	CARREIRA	X						
50	Outros cursos nota 10	CURSOS DESTAQUE	X						
51	Para quem vai por o pé na estrada / carreira	CARREIRA	X						
52	5 escolas que tem o que contar / IES em destaque	IES DESTAQUE	X						
53	Para onde rolará o dinheiro / carreira	CARREIRA	X						
54	Deixar os grandes centros ainda pode ser bom negó	CARREIRA	X						
55	Salários médios, na virada do ano	SALÁRIOS	X						
56	Mirem-se no exemplo de Iacocca / carreira	CARREIRA	X						
57	Seja você mesmo na entrevista	EMPREGO	X						
58	É mais fácil com esses atalhos / conhecer mercado	EMPREGO	X						
59	O toque da roupa	EMPREGO	X						
60	O que decide no currículo: objetividade	EMPREGO	X						
61	Os profissionais mais procurados	CARREIRA	X						
62	Dicas para aumentos e promoções	CARREIRA	X						
63	Livros que valem por um curso	CARREIRA	X						
64	USP: hegemonia da campeã	IES DESTAQUE			X				
65	Os critérios do ranking	RANKING			X				
66	Estágio, um bom começo	EMPREGO			X				
67	Os cursinhos que abrem portas	VESTIBULAR			X				
68	Apoio à graduação / PET / pesquisa	PESQUISA			X				
69	Bares: onde elas vão depois das aulas	LAZER			X				
70	Rede de computadores	PESQUISA				X			
71	Congelando átomos / laboratórios / pesquisa	PESQUISA				X			
72	Universidades / faculdades em destaque	IES DESTAQUE				X			
73	Escritórios-modelo / empresa júnior	EMPREGO				X			
74	Critérios do ranking	RANKING				X			
75	Profissões dos anos 90	CARREIRA				X			
76	Como garimpar o primeiro emprego	EMPREGO				X			
77	Capriche no currículo	EMPREGO				X			
78	Calma e sinceridade ajudam na entrevista	EMPREGO				X			
79	Cursos extras / especializações	CARREIRA				X			
80	De trainee a executivo	CARREIRA				X			
81	Visões de mundo / conhecer o mercado / empresas	CARREIRA				X			
82	Relações humanas / gestão de pessoas	CARREIRA				X			
83	Uma pesquisa nacional com professores universitár	RANKING		X					
84	Imparcialidade (metodologia ranking)	RANKING					X		
85	No mundo dos laboratórios / pesquisa	PESQUISA					X		
86	Transferência de tecnologia / convênios privados	PESQUISA					X		
87	As falhas do segundo grau (colegial / ensino médio)	EDUCAÇÃO					X		
88	O caminho do sucesso / escolher carreira	CARREIRA					X		
89	A caminho do estágio	EMPREGO					X		
90	Onde estudar no exterior	EXTERIOR					X		
91	Porque SP domina / financiamento	EDUCAÇÃO						X	
92	Buscando o crescimento / qualidade e eficiência	EDUCAÇÃO						X	
93	Acompanhando o processo/ pesquisa	PESQUISA						X	
94	Para quem vai por o pé na estrada / estágio	EMPREGO						X	
95	A USP, mais uma vez, é campeã com 45 cursos em 1	IES DESTAQUE							X
96	Outros cursos nota 10	IES DESTAQUE							X
97	Atualmente, cerca de 3600 pesquisas estão sendo d	PESQUISA							X
98	A Universidade Federal de Viçosa (MG), em cooper	PESQUISA							X
99	As chances do estágio	EMPREGO							X

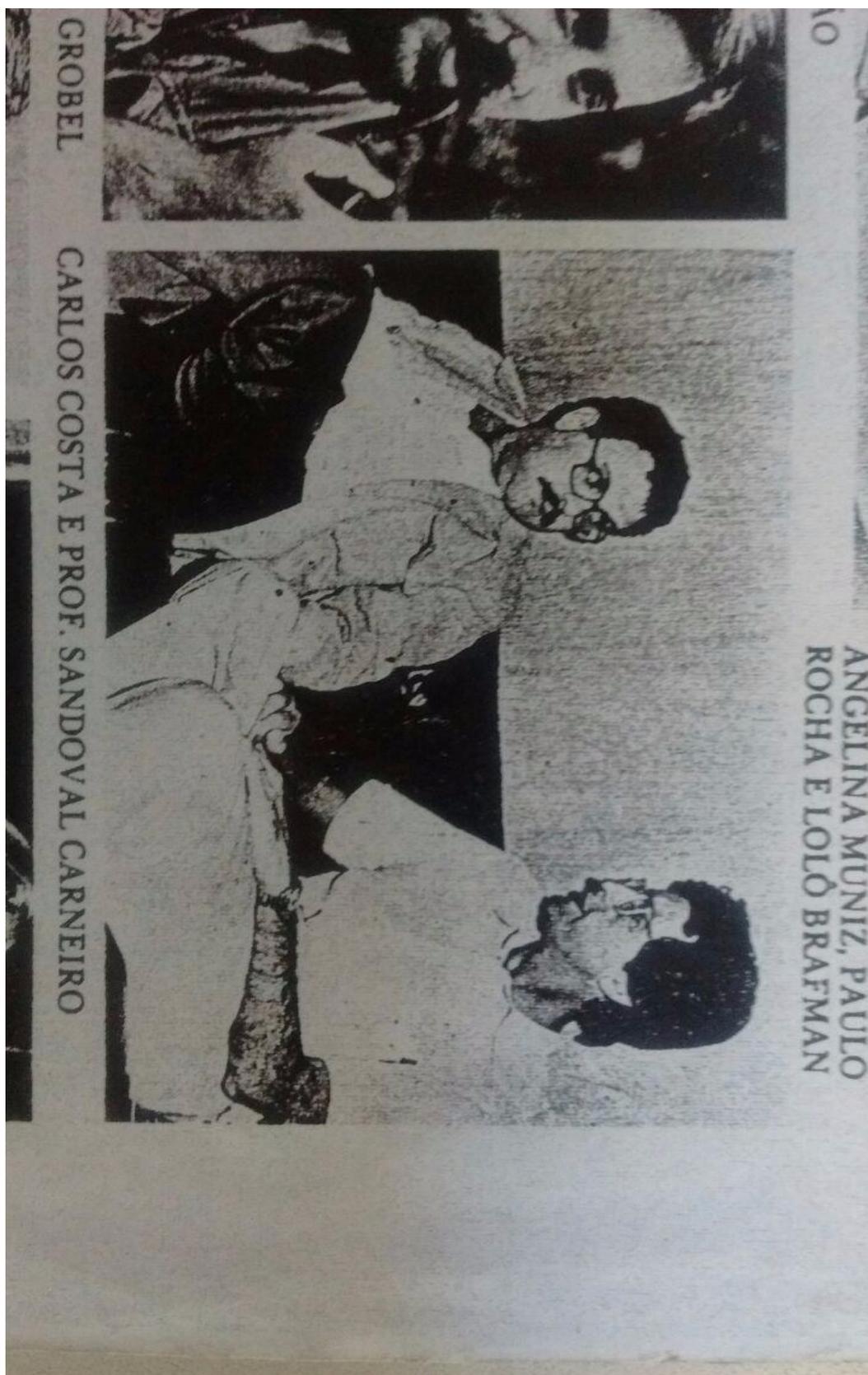
#	TEMAS TRATADOS PELO RANKING PLAYBOY	CATEGORIA	1994	1995	1996	1997
100	Professores e profissionais de recursos humanos e	RANKING	X			
101	Instituições de ensino superior no país	EDUCAÇÃO	X			
102	O investimento do Ministério da Educação por alun	EDUCAÇÃO	X			
103	Instituições por região	EDUCAÇÃO	X			
104	Distribuição de matrículas (áreas de conhecimento)	EDUCAÇÃO	X			
105	Um estelionato contra os estudantes	EDUCAÇÃO	X			
106	Grande parte dos professores e reitores tem buscac	EDUCAÇÃO	X			
107	A engenharia busca a modernidade (convenios com	CURSOS DESTAQUE	X			
108	Como foi feito o levantamento	RANKING	X			
109	Escolhendo a profissão	CARREIRA	X			
110	Todos os questionários respondidos passam por rig	RANKING	X			
111	Para estudar no exterior	EXTERIOR	X			
112	USP se consagra como a melhor do país	IES DESTAQUE		X		
113	O lado ruim do nosso ensino (expansão excessiva)	EDUCAÇÃO		X		
114	A hora da engenharia clínica	CURSOS DESTAQUE		X		
115	Cresce o mercado de trabalho para o engenheiro de	EMPREGO		X		
116	Jornalismo e publicidade: os mais disputados	CURSOS DESTAQUE		X		
117	Cerca de 56% dos alunos escolhem as carreiras de H	EDUCAÇÃO		X		
118	Os critérios do ranking	RANKING		X		
119	FGV e USP : disputa na administração	IES DESTAQUE		X		
120	Empresas que oferecem estágios	EMPREGO		X		
121	Especialistas em recrutamento, empresas, professo	CURSOS DESTAQUE			X	
122	Estudo do governo federal prevê a cobrança de mer	EDUCAÇÃO			X	
123	O Turismo invade o país	CURSOS DESTAQUE			X	
124	As particulares buscam a modernidade	EDUCAÇÃO			X	
125	Profissões de sonho	CARREIRA			X	
126	Publicidade: a mais procurada	CURSOS DESTAQUE			X	
127	Exame complicado (ENC / PROVÃO)	EDUCAÇÃO			X	
128	Os cursos que eles fizeram (famosos)	CARREIRA			X	
129	Para quem vai pôr o pé na estrada / estágio	EMPREGO			X	
130	A hora dos cursos de Moda	CURSOS DESTAQUE			X	
131	As profissões do futuro	CARREIRA			X	
132	Onde estudar no exterior	EXTERIOR			X	
133	Dicas para um currículo atraente	EMPREGO			X	
134	Os critérios do ranking	RANKING			X	
135	Professores universitários e profissionais de recurs	RANKING				X
136	A partir deste ano a USP vai oferecer o novo curso c	CURSOS DESTAQUE				X
137	As áreas que estão em alta	CARREIRA				X
138	O novo centro cirúrgico da Federal do Paraná é um c	IES DESTAQUE				X
139	Projetos importantes, como a pesquisa do soro cont	PESQUISA				X
140	O Centro de Ciências Agrárias da Universidade Fede	PESQUISA				X
141	PALAVRA DE MINISTRO	EDUCAÇÃO				X
142	O computador é um parceiro / vestibular	VESTIBULAR				X
143	Dono do próprio negócio / franquia / carreira	CARREIRA				X
144	A disputa pelos trainees e estagiários	EMPREGO				X
145	O fim do registro profissional ? Fim da obrigatoridac	CARREIRA				X
146	Pós-graduação, uma questão de sobrevivência	CARREIRA				X
147	Como é feita a avaliação em outros países (rankings	EDUCAÇÃO				X
148	Os critérios do ranking	RANKING				X

#	TEMAS TRATADOS PELO RANKING PLAYBOY	CATEGORIA	1998	1999	2000
149	Professores de 182 escolas de ensino superior e pro	RANKING	X		
150	Apesar da greve nas federais, as pesquisas não para	PESQUISA	X		
151	Prós e contra do crédito educativo	EDUCAÇÃO	X		
152	Um estudo para baratear a construção de casas popi	PESQUISA	X		
153	Quanto custa fazer uma faculdade	EDUCAÇÃO	X		
154	Pesquisadores criam nhoque, pão e patê a partir de	PESQUISA	X		
155	Fuga de mestres para as particulares	EDUCAÇÃO	X		
156	Enriquecendo o currículo	EMPREGO	X		
157	Verifique o seu inglês para estudar lá fora	EXTERIOR	X		
158	Cursos que dão emprego garantido	EMPREGO	X		
159	Universidades que atendem à população (serviços ã	EDUCAÇÃO	X		
160	Novas exigências para ser fisgado	EMPREGO	X		
161	Áreas pouco conhecidas que estão crescendo	CARREIRA	X		
162	Oportunidades de estágio	EMPREGO	X		
163	3954 professores de 216 IES e 109 profissionais de Ri	RANKING		X	
164	Visitamos 155 cursos em 32 instituições de ensino si	RANKING		X	
165	Diplimas on-line (ensino a distância)	EDUCAÇÃO		X	
166	Professores suam a camisa para fazer a diferença (d	EDUCAÇÃO		X	
167	Sexo e futebol (novos cursos e discuplinas)	CURSOS DESTAQUE		X	
168	A EFEI conta com uma usina hidroelétrica para dese	IES DESTAQUE		X	
169	Trabalhe na internet (carreira)	CARREIRA		X	
170	Em Natal, uma pesquisa para extrair petróleo mais l	PESQUISA		X	
171	Como conseguir uma vaga de estagiário ou trainee	EMPREGO		X	
172	Cursinhos bons e de graça	VESTIBULAR		X	
173	Formação adicional / especialização	CARREIRA		X	
174	Entrevista de emprego	EMPREGO		X	
175	Dinâmica de grupo	EMPREGO		X	
176	Arte e moda	CURSOS DESTAQUE		X	
177	A elite, o trote a barbárie	EDUCAÇÃO		X	
178	Os caminhos depois da especialização	CARREIRA		X	
179	Especialização / Pós / MBA	CARREIRA		X	
180	Mestrado	CARREIRA		X	
181	Doutorado	CARREIRA		X	
182	Empresas de alunos	EMPREGO		X	
183	Será o fim do vestibular ? (ENEM)	EDUCAÇÃO		X	
184	Realizada por PLAYBOY desde 1982, a pesquisa cheg	RANKING			X
185	Para desvendar uma das carreiras do futuro, PLAYBC	CARREIRA			X
186	A nova economia	CARREIRA			X
187	o que é ?	CARREIRA			X
188	As empresas desse mercado	CARREIRA			X
189	Que curso preciso fazer para entrar na nova econom	CURSOS DESTAQUE			X
190	É um mercado seguro ?	CARREIRA			X
191	Áreas de trabalho na WEB	CARREIRA			X
192	Os chefões da nova economia	CARREIRA			X
193	Profissoes . Com	CARREIRA			X
194	Olha só que vantagem: não precisa de terno !!	EMPREGO			X
195	A moda cibernética	EMPREGO			X
196	Tecnologia em alta	EMPREGO			X
197	Webmaters e webdesigners	EMPREGO			X
198	Celeiros tecnológicos	EMPREGO			X
199	Para entrar no clima: filmes, sites, revistas	EMPREGO			X
200	Se der, cara, vá estudar no exterior. Vale a pena.	EXTERIOR			X
201	Profissões em alta	EMPREGO			X
202	Cursos em destaque	CURSOS DESTAQUE			X
203	Oceanografia /FURG	CURSOS DESTAQUE			X
204	Engenharia Ambiental / UCG	CURSOS DESTAQUE			X
205	Engenharia de Controle e Automação / UFSC	CURSOS DESTAQUE			X

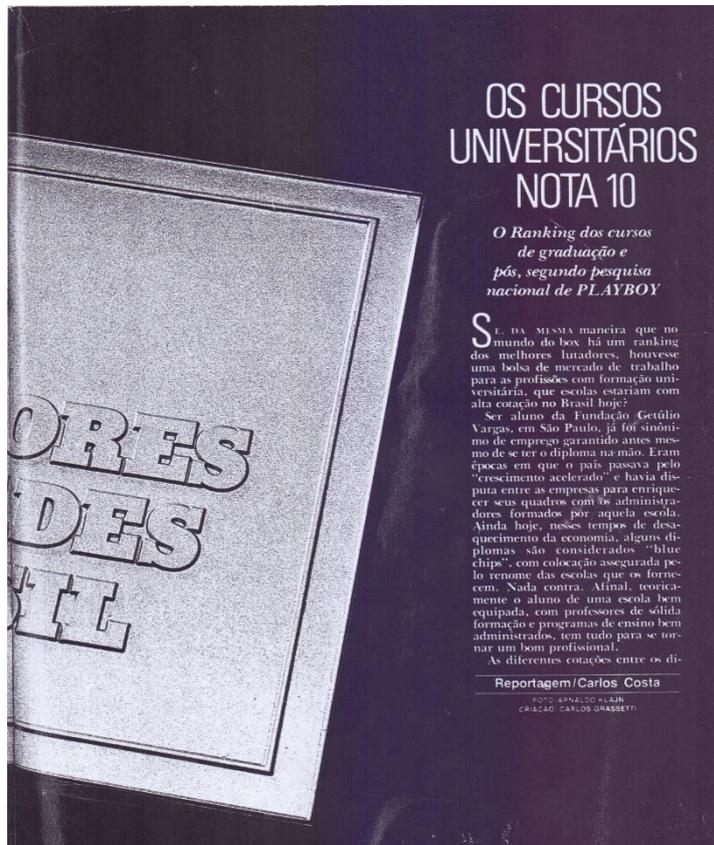
Anexo 5 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de março de 1982 da revista *Playboy* apresentando o 1º. RMFB.



Anexo 6 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de março de 1982 da revista *Playboy* apresentando o 1º. RMFB, com foto de Carlos Costa e Sandoval Carneiro.



Anexo 7 – Fotos das páginas do 1º. RMFB publicadas nas ps. 41 e 42 da edição de março de 1982 da revista *Playboy*.



OS CURSOS UNIVERSITÁRIOS NOTA 10

O Ranking dos cursos de graduação e pós, segundo pesquisa nacional de **PLAYBOY**

SE DA MESMA maneira que no mundo do box há um ranking dos melhores lutadores, houvesse uma bolsa de mercado de trabalho para as profissões com formação universitária, que escolas estariam com alta cotação no Brasil hoje?

Se o aluno da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, já foi sinônimo de emprego garantido antes mesmo de se ter o diploma na mão. Eram épocas em que o país passava pelo "crescimento acelerado" e havia disputa entre as empresas para enriquecer seus quadros com os administradores formados por aquela escola. Ainda hoje, nesses tempos de desaquecimento da economia, alguns diplomas são considerados "blue chips", com colocação assegurada pelo renome das escolas que os fornecem. Nada contra. Afinal, teoricamente o aluno de uma escola bem equipada, com professores de sólida formação e programas de ensino bem administrados, tem tudo para se tornar um bom profissional.

As diferentes cotações entre os di-

Reportagem/Carlos Costa

FOTO: RENALDO KLAUM
CRIAÇÃO: CARLOS GRASSETTI

PLAYBOY

OS CURSOS NOTA 10

Professores, profissionais bem sucedidos e chefes de recursos humanos foram consultados para se montar esse quadro

Diplomas universitários podem ser sentidas também pela verdadeira batalha que se trava pelas vagas nas faculdades de maior prestígio. Para as 150 vagas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, houve 3.480 candidatos, o que deu uma média de 23,2 por vaga, contra a média de 9,5 do Mackenzie. Já os calouros da Escola Paulista de Medicina disputaram cada lugar com 33 outros concorrentes. E no tradicional Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, o ITA, de São José dos Campos, a ocupação das 120 vagas foi decidida entre 5.124 candidatos — o que vale dizer que para cada um que entrou, ficaram de fora 42. Nada mal para os que entraram, pois terão alojamento, estudo em tempo integral, ajuda de custo e, cinco anos depois, uma excelente cotação no mercado.

Mas a essa procura correspondem realmente os melhores cursos do Brasil? Diplomas como os da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da USP, tradicionalmente de grande liquidez no mercado, ainda continuam em alta? Para responder a estas questões, *PLAYBOY* ouviu profissionais bem sucedidos em oito capitais brasileiras, executivos da área de Recursos Humanos de 40 empresas de grande porte, como Esso Brasileira, General Motors, Petrobrás (selecionadas entre As Maiores e Melhores da revista *Exame*), e enviou 900 questionários para professores e chefes de departamentos de todas as universidades brasileiras. Paralelamente, foram feitos levantamentos de dados sobre cursos e Faculdades junto à Secretaria de Ensino Superior (Sesu), e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgãos do Ministério da Educação em Brasília, além da pesquisa sobre número de teses produzidas pelos cursos de pós-graduação, participações das Universidades em Congressos, volume de verbas liberadas por órgãos financiadores de pesquisa como CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e, finalmente, visita a diversos departamentos.

O resultado desse levantamento — um trabalho feito pela primeira vez no Brasil — está tabulado no quadro à direita, apontando os dez melhores

42

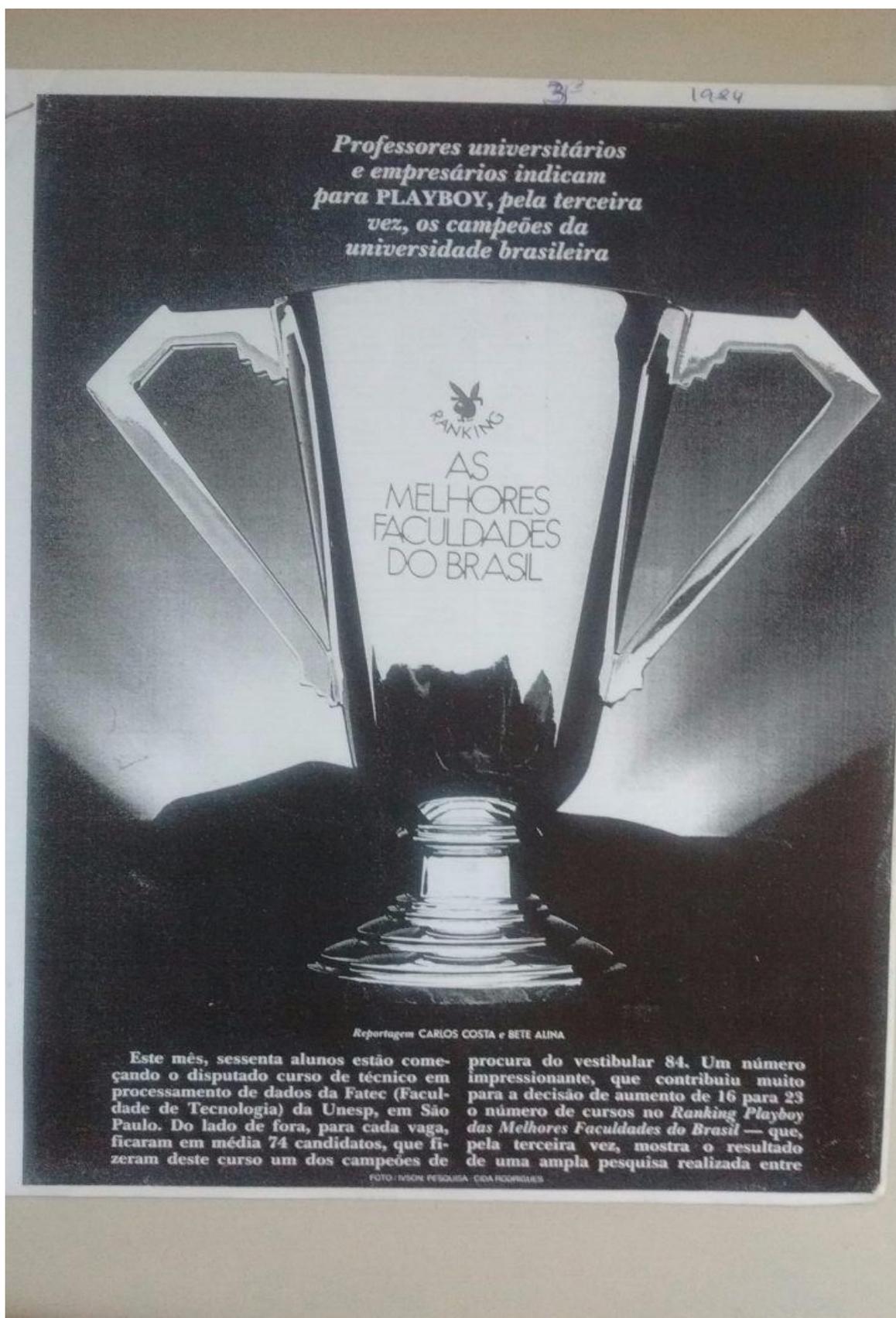
	ADMINISTRAÇÃO	AGRONOMIA	ARQUITETURA	BIOLOGIA	COMUNICAÇÕES
1º	Fundação Getúlio Vargas SP	UF Viçosa, MG	FAU USP	UF São Carlos	ECA USP
2º	USP	USP Piracicaba	UF Rio Grande do Sul	Unesp Rio Claro	Metodista S. Bernardo
3º	UF Rio de Janeiro	UF Rio Grande do Sul	UF Brasília	USP	UF Brasília
4º	UF Rio Grande do Sul	Lavras, MG	Mackenzie SP	Unicamp	PUC Minas Gerais
5º	UF Minas Gerais	UF Sta. Maria, RS	UF Ceará	UF Rio de Janeiro	PUC Rio Grande do Sul
6º	PUC São Paulo	UF Rural do Rio	UF Pernambuco	USP Ribeirão Preto	UF Rio de Janeiro
7º	UE Rio de Janeiro	Unesp Jaboticabal	UF Minas Gerais	UF Rio Grande, RS	PUC Rio
8º	PUC Rio	UF Pelotas	UF Rio de Janeiro	UF Amazonas	UF Bahia
9º	Unicamp	UF Paraná	PUC Goiás	UF Minas Gerais	Unisingas Rio Grande do Sul
10º	UF Bahia	Cruz das Almas BA	UF Paraná	UF Rural do Rio	E. C. Santos SP
1º	FGV São Paulo	USP Piracicaba	FAU USP	Unicamp	Metodista S. Bernardo
2º	USP	UF Viçosa, MG	UF Rio Grande do Sul	UF Viçosa, MG	ECA USP
3º	FGV Rio	Lavras, MG	UF Brasília	USF	UF Brasília
4º	UF Rio de Janeiro	UF Rio Grande do Sul	UF Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro
5º	UF Rio Grande do Sul	UF Sta. Maria, RS	USP São Carlos	UF Rio Grande, RS	PUC SP (Semiótica)

* Cursos que tiveram conceito "A" nas três últimas avaliações da Capes

Anexo 9 – Foto de parte da seção “Entre nós” da edição de março de 1983 da revista *Playboy* apresentando o 2º. RMFB.



Anexo 10 – Foto de página da capa do 3º. RMFB publicado da edição de março de 1984 da revista *Playboy*.



Anexo 11 – Foto de página do 3º. RMFB publicado na p. 88 da edição de março de 1984 da revista Playboy.



OS CURSOS NOTA 10 DE GRADUAÇÃO E PÓS

	ADMINISTRAÇÃO	AGRONOMIA	ARQUITETURA E URBANISMO	BIOLOGIA	COMUNICAÇÕES	DIREITO	ECONOMIA	EDUCAÇÃO FÍSICA	ENGENHARIA CIVIL	ENGENHARIA ELÉTRICA	ENGENHARIA MECÂNICA
GRADUAÇÃO	1º FGV São Paulo	UF Vicosa MG	USP São Paulo	USP São Paulo	Metodista S. Bernardo (SP)	USP São Paulo	USP São Paulo	USP São Paulo	UF Rio de Janeiro	Unicamp Campinas (SP)	UF Santa Catarina
2º USP São Paulo	USP Piracicaba	UF Rio Grande do Sul	Unicamp Campinas (SP)	USP São Paulo	PUC São Paulo	Unicamp Campinas (SP)	Unicamp Campinas (SP)	Unicamp Campinas (SP)	USP São Paulo	USP São Paulo	Unicamp Campinas (SP)
3º UF Rio Grande do Sul	Unesp Jaboticabal	UnB Brasília	Unesp Rio Claro	UnB Brasília	UF Pernambuco	UF Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	UF Rio Grande do Sul	UF Rio de Janeiro	ITA S. J. dos Campos (SP)
4º PUC São Paulo	ESAL Leme MG	UF Minas Gerais	UF São Carlos (SP)	PUC Rio Grande do Sul	PUC Rio de Janeiro	PUC Rio de Janeiro	PUC Rio de Janeiro	UF Santa Maria (RS)	USP São Carlos (SP)	PUC Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro
5º UF Rio de Janeiro	UF Rural Rio de Janeiro	Un. Católica Goiás	UF Rio de Janeiro	Unicamp S. Leopoldo (RS)	UF Minas Gerais	UF Minas Gerais	UnB Brasília	UnB Brasília	UF Minas Gerais	ITA S. J. dos Campos (SP)	USP São Paulo
6º UF Minas Gerais	UF Santa Maria (RS)	UF Rio de Janeiro	UF Minas Gerais	PUC Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	UF Minas Gerais	UF Minas Gerais	UF Volta Redonda (RJ)	PUC Rio de Janeiro	UF Itaboraí (RJ)	UF São Carlos (SP)
7º UnB Brasília	UF Rio Grande do Sul	UF Paraná	UnB Brasília	UF Santa Catarina	UF Rio de Janeiro	UF Rio Grande do Sul	UF Rio Grande do Sul	UF Minas Gerais	Mackenzie São Paulo	UF Santa Catarina	PUC Rio de Janeiro
8º UF Santa Catarina	UF Pombal (RJ)	UF Pernambuco	Unesp Botucatu	Unesp Ribeirão Preto	Un. Católica Minas Gerais	Santa Filha Rio de Janeiro	UF Bahia	UF Pernambuco	UF Paraná	USP São Carlos (SP)	UF Uberlândia (MG)
9º UF Bahia	Unesp Botucatu	PUC Campinas	USP Ribeirão Preto	Un. Católica Minas Gerais	Santa Filha Rio de Janeiro	UF Bahia	UF Bahia	UF Paraíba (PB)	UnB Brasília	UF Rio Grande do Sul	IME Rio de Janeiro
10º Mackenzie São Paulo	UF Ceará	Unicamp S. Leopoldo (RS) UF Santa	Unesp B. J. de Rio Preto	UF Minas Gerais	UF Santa Catarina	PUC São Paulo	UF Rio Grande do Sul	UF Rio de Janeiro	UF Paraíba (PB)	UF Mossoró (RN)	UF Londrina (PR)
PÓS-GRADUAÇÃO	1º FGV São Paulo	USP Piracicaba	USP São Paulo	USP São Paulo	USP São Paulo	USP São Paulo	USP São Paulo	UF Santa Maria (RS)	UF Rio de Janeiro	Unicamp Campinas (SP)	UF Santa Catarina
2º UF Rio de Janeiro	UF Itajaí (SC)	UF Rio Grande do Sul	Unicamp Campinas (SP)	Metodista S. Bernardo (SP)	PUC São Paulo	Unicamp Campinas (SP)	USP São Paulo	USP São Paulo	USP São Paulo	UF Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro
3º UF Rio Grande do Sul	UF Rio Grande do Sul	UnB Brasília	UF Rio de Janeiro	UnB Brasília	UF Santa Catarina	UF Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	PUC Rio de Janeiro	USP São Paulo	Unicamp Campinas (SP)	Unicamp Campinas (SP)
4º FGV Rio de Janeiro	UF Santa Maria (RS)	UF Pernambuco	USP Ribeirão Preto	UF Rio de Janeiro	UF Pernambuco	PUC Rio de Janeiro	PUC Rio de Janeiro	UF Rio Grande do Sul	UF Rio de Janeiro	PUC Rio de Janeiro	PUC Rio de Janeiro
5º USP São Paulo	UF Rural Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	UF Minas Gerais	PUC São Paulo	PUC Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	UF Rio de Janeiro	USP São Carlos (SP)	UF Santa Catarina	UF Santa Catarina	USP e ITA S. J. dos Campos (SP)

professores universitários, chefes de departamentos, profissionais da área de recursos humanos de grandes empresas e até em relações de órgãos financiadores de pesquisa, como o CNPq.

A elevada concentração de candidatos por vaga, ocorrida na Fatesp, revela uma das atuais tendências entre os estudantes: a procura por cursos relacionados com Informática. No Rio, essa procura fez subir a matriz de candidatos por vaga, em Matemática (área em que se enquadrava a Informática), para 7,15 — um número bem alto, quando se sabe que o vestibular, indicando carreira, o Cesgranrio, é a concorridíssima porta de entrada para 25 instituições de ensino, quase a totalidade da rede de ensino superior local.

Foi também por isso que ampliamos este ano as áreas pesquisadas no Ranking, incluindo sete "calouros": Matemática, Educação Física, Engenharia Metalúrgica, Farmácia, Letras, Pedagogia e Veterinária (veja quadro acima).

O culto do corpo e da natureza são algumas explicações para a procura, nestes últimos anos, pelos cursos de Educação Física e Oceanografia (com o recorde de 16,5 candidatos por vaga no Cesgranrio). Um outra tendência é o interesse pela área de Ciências Humanas, que tem prestigiado cursos como Pedagogia e Letras. Em São Paulo, nos últimos cinco anos, a Letras da USP teve um aumento de candidatos/vaga da ordem de 1.050%. E neste vestibular, um único curso, Letras-Tradutor de Inglês, da Unesp-São José do Rio Preto, teve em média 21 candidatos disputando cada uma de suas 15 vagas. Um número que impressiona, mas que ainda fica distante dos 55,6 da Medicina da Unesp-Botucatu (sétima colocada no Ranking).

Sempre entre os cursos mais procurados, a Engenharia do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) de São José dos Campos (55,7 candidatos/vaga em

...versitárias (preparado — com
pe de repórteres e técnicos —
o psicólogo Klecius Borges — sob
ina ainda um delicioso roteiro
ll);
... ilustrada por Grassetti, so-
Ricardo e seus mosqueteiros.
o as agradáveis presenças de:
o convite de Cláudia Alencar
; de **Alfredo Machado**, esse agita-
ue nos enviou o conto *Uma*
Süskind; e, ainda, de **Darlene**
coluna ETC, do Caderno 2 de
merecido lugar em *Insiders*.
número, para sua informa-
em em abril. Até lá.

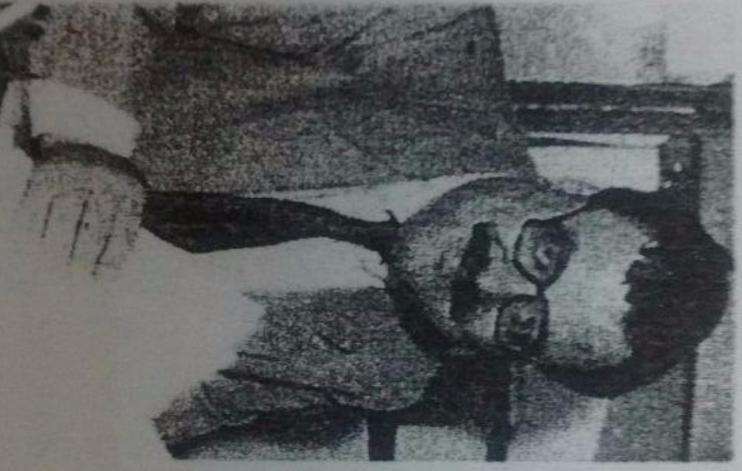
Mário Escobar de Andrade



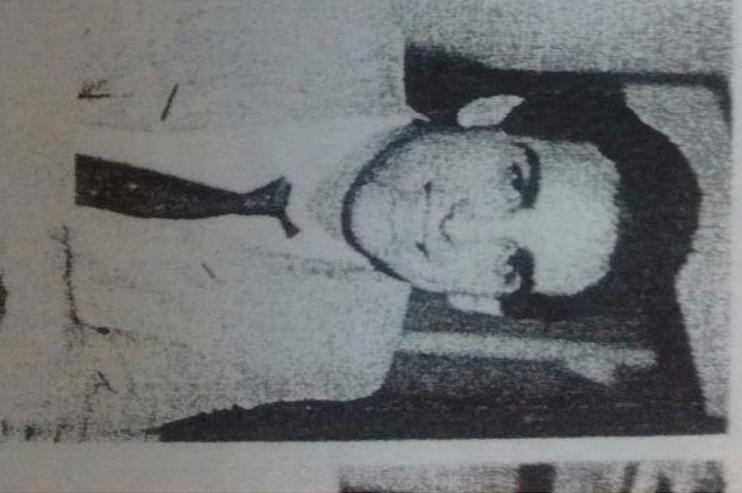
ALFREDO MACHADO



PATRICK SÜSKIND



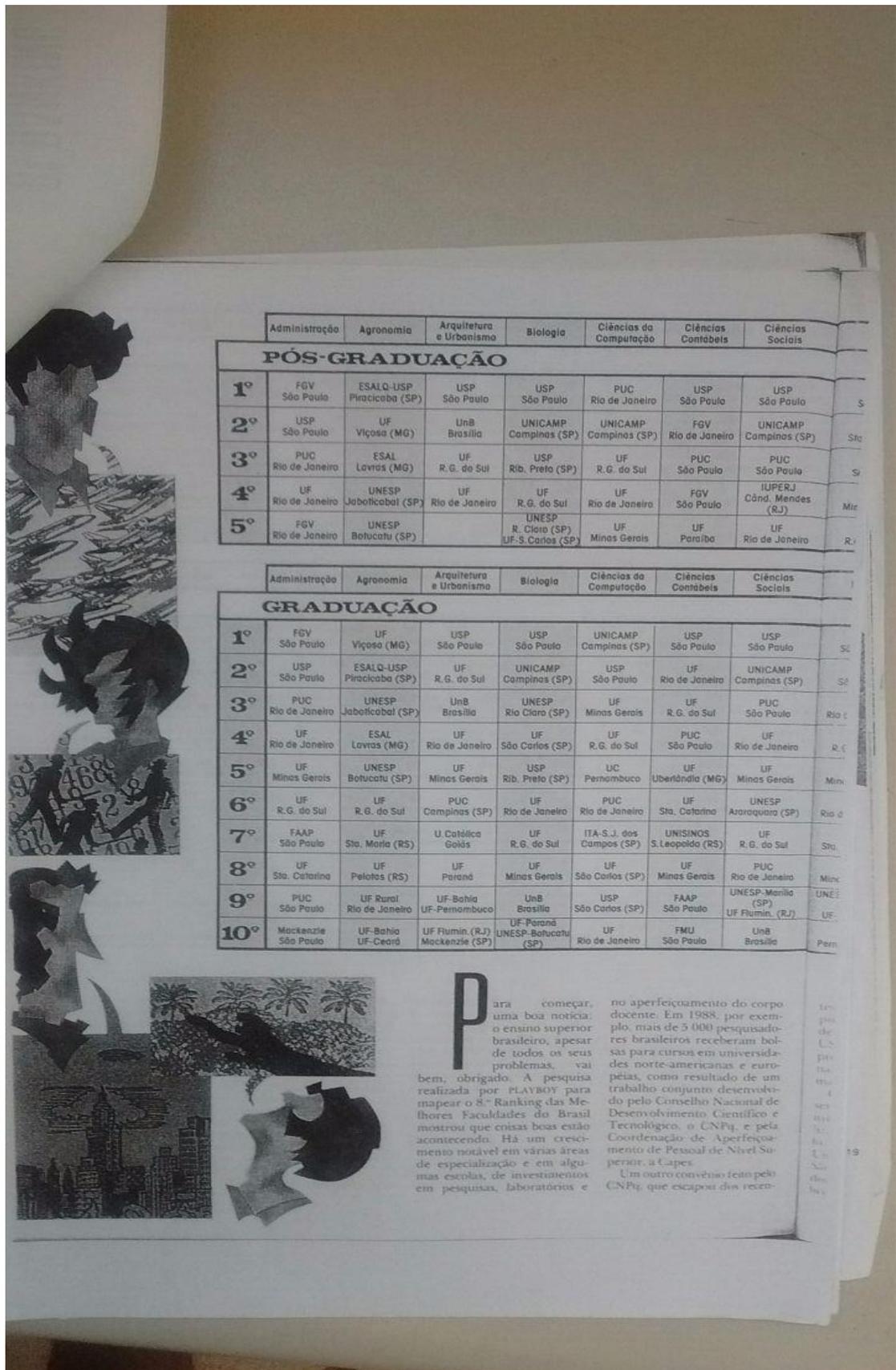
CARLOS COSTA



RICARDO CASTILHO



Anexo 14 – Foto de página do 8º. RMFB do publicado na p. 115 da edição de setembro de 1989 da revista *Playboy*.



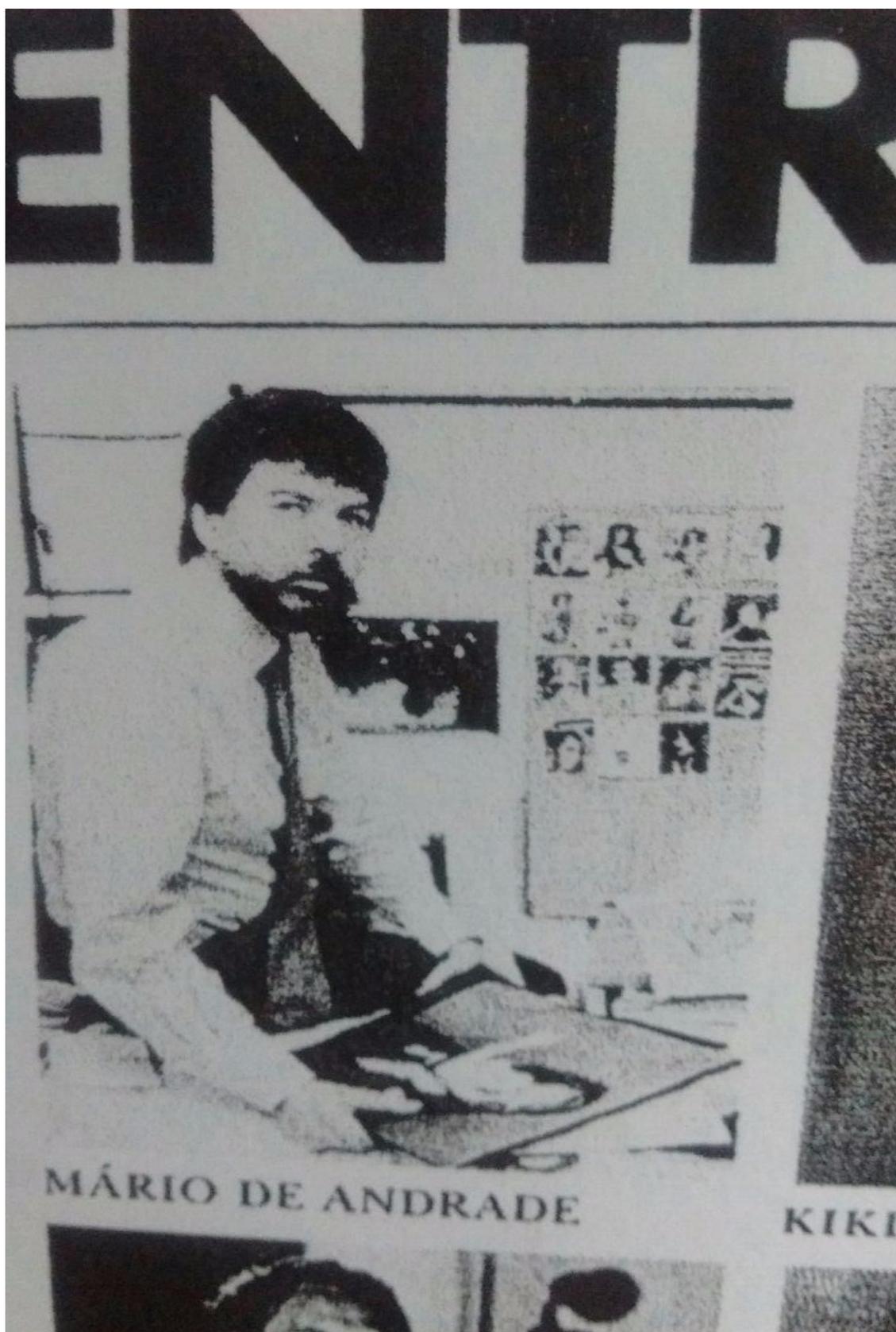
	Administração	Agronomia	Arquitetura e Urbanismo	Biologia	Ciências da Computação	Ciências Contábeis	Ciências Sociais	
PÓS-GRADUAÇÃO								
1º	FGV São Paulo	ESALQ-USP Piracicaba (SP)	USP São Paulo	USP São Paulo	PUC Rio de Janeiro	USP São Paulo	USP São Paulo	S
2º	USP São Paulo	UF Viçosa (MG)	UnB Brasília	UNICAMP Campinas (SP)	UNICAMP Campinas (SP)	FGV Rio de Janeiro	UNICAMP Campinas (SP)	Sta
3º	PUC Rio de Janeiro	ESAL Lavras (MG)	UF R. G. do Sul	USP Rib. Preto (SP)	UF R. G. do Sul	PUC São Paulo	PUC São Paulo	Si
4º	UF Rio de Janeiro	UNESP Jaboticabal (SP)	UF Rio de Janeiro	UF R. G. do Sul	UF Rio de Janeiro	FGV São Paulo	IUPERJ Când. Mendes (RJ)	Mit
5º	FGV Rio de Janeiro	UNESP Botucatu (SP)		UNESP R. Claro (SP) UF-S. Carlos (SP)	UF Minas Gerais	UF Paraíba	UF Rio de Janeiro	R. J

	Administração	Agronomia	Arquitetura e Urbanismo	Biologia	Ciências da Computação	Ciências Contábeis	Ciências Sociais	
GRADUAÇÃO								
1º	FGV São Paulo	UF Viçosa (MG)	USP São Paulo	USP São Paulo	UNICAMP Campinas (SP)	USP São Paulo	USP São Paulo	SC
2º	USP São Paulo	ESALQ-USP Piracicaba (SP)	UF R. G. do Sul	UNICAMP Campinas (SP)	USP São Paulo	UF Rio de Janeiro	UNICAMP Campinas (SP)	São
3º	PUC Rio de Janeiro	UNESP Jaboticabal (SP)	UnB Brasília	UNESP Rio Claro (SP)	UF Minas Gerais	UF R. G. do Sul	PUC São Paulo	Rio de
4º	UF Rio de Janeiro	ESAL Lavras (MG)	UF Rio de Janeiro	UF São Carlos (SP)	UF R. G. do Sul	PUC São Paulo	UF Rio de Janeiro	R. G.
5º	UF Minas Gerais	UNESP Botucatu (SP)	UF Minas Gerais	USP Rib. Preto (SP)	UC Pernambuco	UF Uberlândia (MG)	UF Minas Gerais	Minas
6º	UF R. G. do Sul	UF R. G. do Sul	PUC Campinas (SP)	UF Rio de Janeiro	PUC Rio de Janeiro	UF Sta. Catarina	UNESP Araraquara (SP)	Rio de
7º	FAAP São Paulo	UF Sta. Maria (RS)	U. Católica Goiás	UF R. G. do Sul	ITA-S.J. dos Campos (SP)	UNISINOS S. Leopoldo (RS)	UF R. G. do Sul	Sta.
8º	UF Sta. Catarina	UF Pelotas (RS)	UF Paraná	UF Minas Gerais	UF São Carlos (SP)	UF Minas Gerais	PUC Rio de Janeiro	Minas
9º	PUC São Paulo	UF Rural Rio de Janeiro	UF-Bahia UF-Pernambuco	UnB Brasília	USP São Carlos (SP)	FAAP São Paulo	UNESP-Manitoba (SP) UF Flumin. (RJ)	UNESP UF
10º	Mackenzie São Paulo	UF-Bahia UF-Ceará	UF Flumin. (RJ) Mackenzie (SP)	UF-Paraná UNESP-Botucatu (SP)	UF Rio de Janeiro	FMU São Paulo	UnB Brasília	Pern

Para começar, uma boa notícia: o ensino superior brasileiro, apesar de todos os seus problemas, vai bem, obrigado. A pesquisa realizada por PLAYBOY para mapear o 8.º Ranking das Melhores Faculdades do Brasil mostrou que coisas boas estão acontecendo. Há um crescimento notável em várias áreas de especialização e em algumas escolas, de investimentos em pesquisas, laboratórios e no aperfeiçoamento do corpo docente. Em 1988, por exemplo, mais de 5 000 pesquisadores brasileiros receberam bolsas para cursos em universidades norte-americanas e europeias, como resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes.

Um outro cenário feliz pelo CNPq, que escapou dos recen-

Anexo 15 – Foto de Mário J. Escobar de Andrade publicada na seção “Entre nós” da edição de março de 1991 da revista *Playboy*, onde foi publicado o 10º. RMFB.

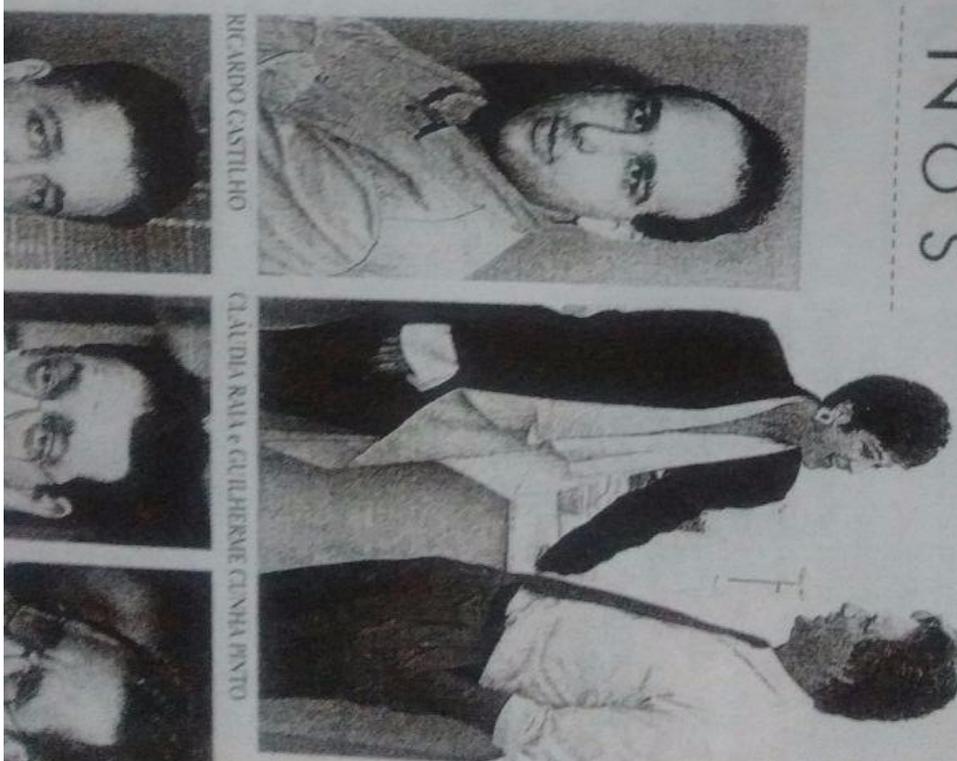


1994

ENTRE NÓS

Faz oito anos que o editor **Ricardo Castilho** terminou a universidade. Terminou, mas não tirou os pés de lá. Formado em dezembro de 1985, poucos meses depois estava mergulhado na elaboração do Ranking das Faculdades, que *PLAYBOY* publica anualmente desde 1982 e que chega à sua 13ª edição como um guia indispensável para o estudante brasileiro no momento de escolher uma carreira. Jornalista aplicado, rigoroso, detalhista, Ricardo vem desde então coordenando essa abrangente pesquisa, que este ano, mesmo com a colaboração do repórter Marco Antônio Lopes, consumiu nada menos de dez meses, numa canseira que incluiu, para começar, o envio de 15.000 formulários para professores de 140 instituições de ensino superior do país, além de questionários para 100 das maiores empresas brasileiras, várias delas interessadas em oferecer estágio a recém-formados. Chega a ser espantoso que Ricardo tenha encontrado tempo e energia para garimpar e servir aos leitores, ainda nesta edição, a curiosa história de alguns pratos clássicos da gastronomia universal.

O editor-contribuinte **Guilherme Cunha Pinto** também andou em viagens menos culinárias, e trouxe o ouro



RICARDO CASTILHO

GÁUDIA RALA e GUILHERME CUNHA PINTO

ALLARD (à frente), MARGARETE, LEONARDO e EQUIPE

com a família Jetson. O *Homo sapiens* foi incorporado por Dagomir Marquezi, editor selvagem, digo, sênior enviado à jaula dos babuínos, no zoológico de Bauru (SP). O brilhante Dagô viveu no último Dia dos Pais uma experiência que marcou sua vida e certamente fará diferença na história das grandes matérias de *PLAYBOY*.



DAGOMIR e RUI MENDES (fotógrafo)



Ana Paula Paiva

RONALDINHO e ANDRÉA

Aggers, que só a partir do fechamento desta edição relaxou e voltou a dormir o sono dos justos. Valeu, Moraes. A galera que está decidindo o futuro agradece.

ELA ENTENDE POUCO DE FUTEBOL. PRA FALAR A VERDADE, MUITO POUCO. Mas é uma tremenda craque em jornalismo e mostrou mais uma vez seu talento no bate-bola com **Ronaldinho**, que é o entrevistado do mês. A editora especial **Andréa Barros** pegou o meninão de Bento Ribeiro de jeito e mandou pro espaço todas as suas defesas. Belo gol.

A APLURAÇÃO LEVOU NOVE MESES E ENVOLVEU uma equipe de treze pessoas, 23 000 questionários enviados a professores das 219 principais instituições de ensino do país e um software exclusivo para tabulação dos dados. O nosso 19º Ranking das Melhores Faculdades é fruto do trabalho do bravo editor especial **Moraes**

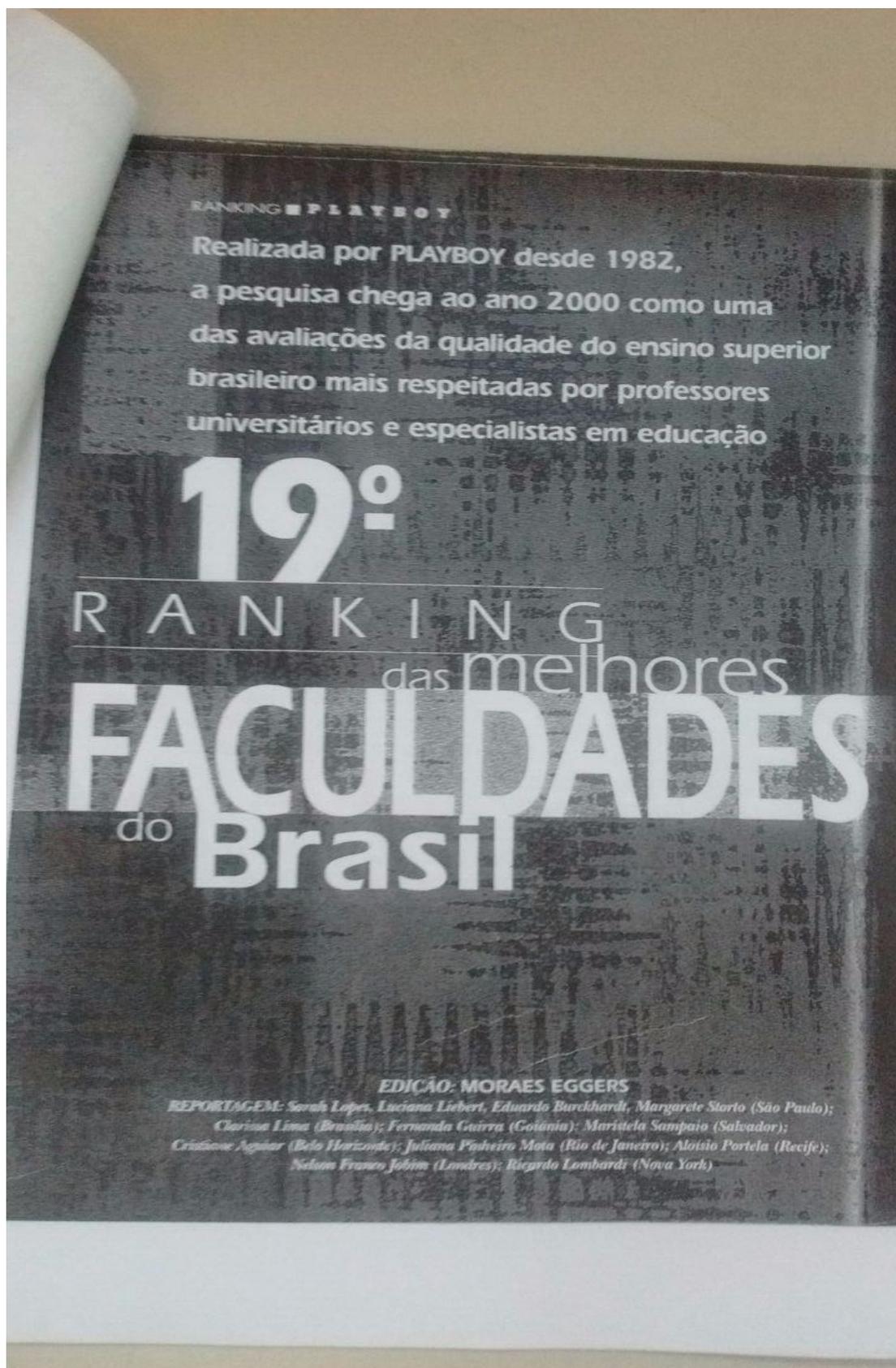


MORAES EGGERS

Marcos do Buri

ENQUANTO VOCÊ SE DIVERTE COM MAIS UMA EDIÇÃO NOVINHA EM FOLHA de *PLAYBOY*, nós já estamos na adi enalima das próximas. A redação (assim como a cabeça do homem atual) não pára: está em efervescente processo de inovação. Nos últimos meses, novas séries, colunas, seções e colaboradores talentosos surgiram nas páginas

Anexo 18 – Foto da capa do 19º. RMFB do publicado na p. 144 da edição de setembro de 2000 da revista *Playboy*.



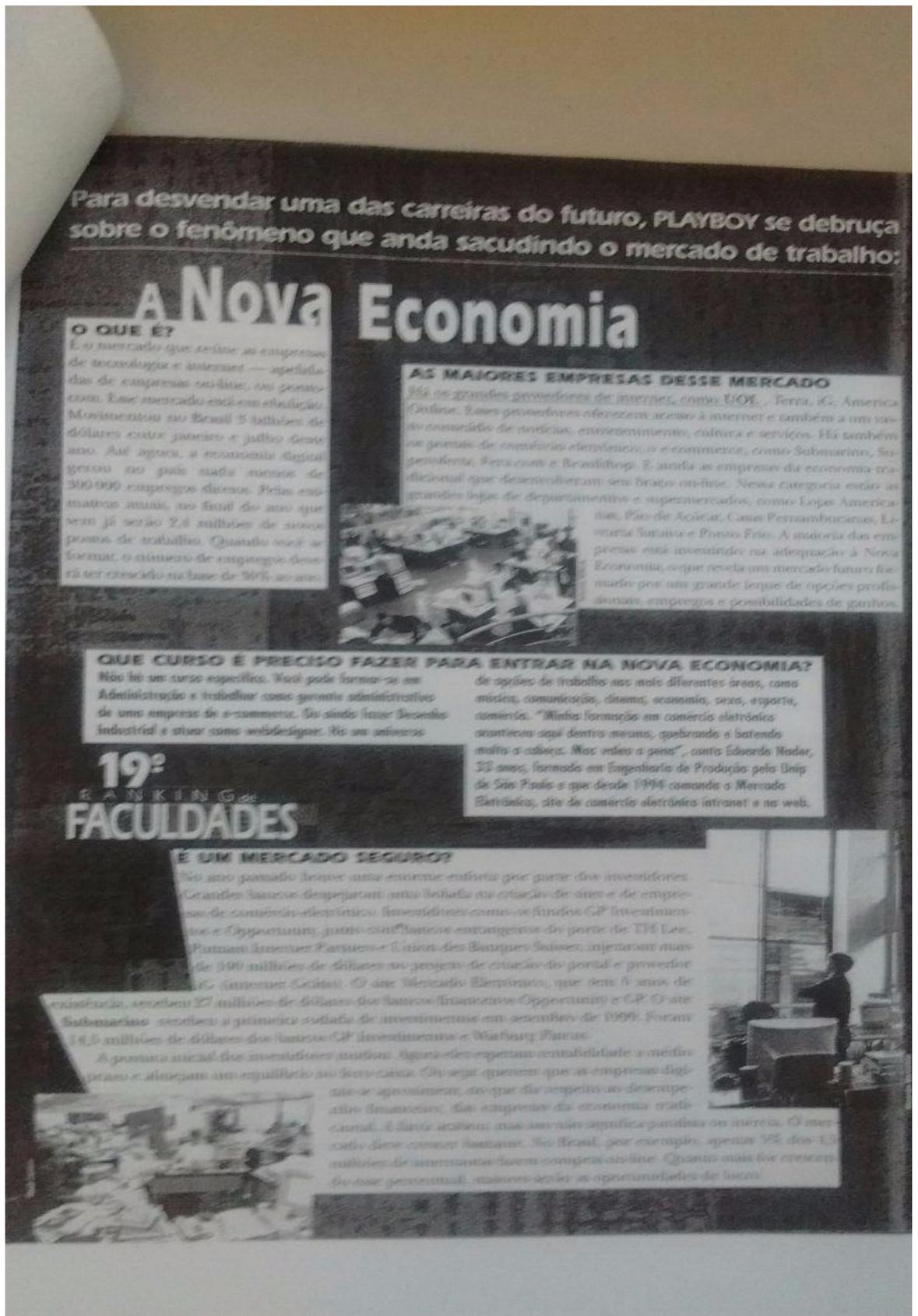
Anexo 19 – Foto da apresentação do 19º. RMFB do publicado na p. 145 da edição de setembro de 2000 da revista *Playboy*.



O Ranking PLAYBOY que aponta as melhores faculdades do Brasil, é a pesquisa mais completa sobre o ensino superior brasileiro. Para chegar aos resultados publicados nas tabelas das próximas páginas PLAYBOY coletou dados entre milhares de professores, profissionais de recursos humanos de grandes empresas, instituições de ensino e órgãos oficiais de educação do Brasil, como o Ministério da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e as fundações estaduais de amparo à pesquisa. Neste ano apontamos os **580** melhores cursos em **46** áreas do conhecimento. A classificação final das melhores faculdades brasileiras é resultado de um trabalho que consu-

miu nove meses e teve início com o envio de **23 000** questionários a professores universitários, chefes de departamento e coordenadores de **219** instituições de ensino, que formam a base da pesquisa. No ranking do ano 2000 foram considerados **3992** questionários com respostas válidas, conferidas antes da tabulação e checadas previamente pelo programa de computador especialmente desenvolvido para PLAYBOY pela Computer Associates. Uma equipe especializada em informática cuida da manutenção do programa, garantindo a segurança e a confiabilidade dos dados. O sistema, por exemplo, recusa questionários duplicados ou com códigos de identificação não emitidos pela redação. Além dos questionários, a reportagem de PLAYBOY checou as informações por meio de entrevistas e de centenas de e-mails regularmente trocados com professores e especialistas. Dessa forma, foi possível avaliar instalações, equipamentos e outros recursos disponíveis em nossas faculdades. Para montar os quadros referentes à graduação também foram computados os resultados de 1999 do Exame Nacional de Cursos, o Provão, e, nos da pós-graduação, os da mais recente avaliação da Capes. Junto com o Ranking de Faculdades, nas próximas páginas você terá um panorama detalhado do fenômeno profissional do momento com as novas opções de carreira e de trabalho que surgiram com a Nova Economia.

PLAYBOY SETEMBRO 2000



Anexo 21 – Foto de parte da classificação e reportagem do 19º. RMFB do publicado na p. 147 da edição de setembro de 2000 da revista *Playboy*.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

	Administração	Ciências Contábeis	Economia
1	FGV (SP)	PUC (SP)	IBMEC (RJ)
2	USP/São Paulo (SP)	USP/São Paulo (SP)	USP/São Paulo (SP)
3	IBMEC (RJ)	UF Rio de Janeiro (RJ)	Unicamp (SP)
4	PUC (SP)	UE Rio de Janeiro (RJ)	PUC (SP)
5	UF R.G. do Sul (RS)	UF R.G. do Sul (RS)	UF Rio de Janeiro (RJ)
6	UF Rio de Janeiro (RJ)	UF Santa Catarina (SC)	PUC (RJ)
7	FAAP (SP)	UF Uberlândia (MG)	UF Uberlândia (MG)
8	Mackenzie (SP)	UF Maringá (PR)	Univ/Brasília (DF)
9	PUC (RJ)	UF Minas Gerais (MG)	UF Bahia (BA)
10	ESPM (SP)	Univ/Brasília (DF)	UF Minas Gerais (MG)

1	FGV (SP)	PUC (SP)	IBMEC (RJ)
2	USP/São Paulo (SP)	USP/São Paulo (SP)	USP/São Paulo (SP)
3	IBMEC (RJ)	UF Rio de Janeiro (RJ)	Unicamp (SP)

19º RANKING de FACULDADES

Olha só que vantagem: não precisa de terno!!!

TECNOLOGIA EM ALTA

A grande demanda da Nova Economia está no setor tecnológico. Programadores de sistemas, analistas e designers encontram muito campo de trabalho. As linhas mais importantes de graduação são Engenharia e Ciência da Computação. **Demi Genshko**, vice-presidente de tecnologia do provedor IC, também é chefe de departamento de Ciência da Computação da PUC/SP: "Cada vez mais trabalhamos com sistemas integrados de aplicativos e de software. Internet não é nova forma de fazer empresa; é um novo ambiente e integração é a palavra-chave", diz.







A MODA CIBERNÉTICA

É verdade que o terno e a gravata foram abolidos, mas não por uma necessidade de conforto. Como os jorncados são longos, nada como estar de jeans, camiseta e tênis para aguentar o ritmo de trabalho. "Inventaram que quem trabalha com internet é um porco-loco, mas que entende muito do assunto. Então o cliente aceita conversar com o sujeito que usa bermuda", conta Sérgio Franco, vice-diretor de criação da Lo-ka.com. "É um estereótipo que é positivo pra gente." Esse estilo casual adotado pela maioria não é, nem será, sinônimo de irresponsabilidade. Seriedade e maturidade resumem as qualidades desses moleques, como os novatos costumam ser chamados pelos veteranos, com média de idade de 30 anos.



ENGENHARIA

	Engenharia Civil
1	USP/São Paulo (SP)
2	UF R.G. do Sul (RS)
3	USP/São Carlos (SP)
4	Unesp/Bauru (SP)
5	UF Paraná (PR)
6	UF Rio de Janeiro (RJ)
7	Unicamp (SP)
8	UF Minas Gerais (MG)
9	UF Pernambuco (PE)
10	PUC (RJ)

1	USP/São Paulo (SP)
2	UF R.G. do Sul (RS)
3	USP/São Carlos (SP)

Anexo 22 – Foto de parte da classificação e reportagem do 19º. RMFB do publicado na p. 148 da edição de setembro de 2000 da revista *Playboy*.

ÁREAS DE TRABALHO NA WEB

As empresas on-line são divididas basicamente entre as seguintes áreas:

- Negócios** – Administração, Marketing, Comércio, Publicidade e Engenharia com especialização para Negócios.
- Editorial** – Tudo o que se refere a conteúdo. Aqui trabalham os profissionais de Comunicação Social, Jornalismo, Design Industrial, Rádio e TV, Cinema, Publicidade e Artes Plásticas.
- Tecnologia** – Ciência da Computação, Engenharia, Informática e Telecomunicações.
- Administrativo** – Finanças, Direito e Recursos Humanos.

PROFISSÕES.COM

Algumas carreiras da web estão em alta e a demanda no mercado deve crescer, mas as exigências são muitas. Os profissionais devem ter qualificações em programas de informática e domínio total do inglês.

Editor web – É o responsável pela edição, revisão e publicação do conteúdo de um site. Formação: Comunicação Social, Jornalismo.

Webdesigner – Cria a identidade visual do site, cuida da manutenção das páginas, digitização e tratamento de imagens, diagramação, animações e confecção de banners. Formação: Desenho Industrial, Comunicação Visual.

Webmaster – Responsável por estrutura, desenvolvimento, gestão e manutenção de sites. Formação: Informática ou Desenho Industrial.

Gerente de marketing – Pensa o site como um produto. Trata da divulgação, das parcerias comerciais e das alianças. Formação: Comunicação Social ou Marketing.

Programador web – Faz o código do site. Trabalha com o webdesigner, viabilizando suas criações. Formação: Informática, Processamento de Dados, Engenharia da Computação.

OS CHEFÕES DA NOVA ECONOMIA

Em vez de diretores, superintendentes ou presidentes, os chefões das empresas *pinotom* têm os seguintes títulos:

- CEO (Chief Executive Officer)** – Presidente.
- E-CEO (E-Commerce Chief Executive Officer)** – Diretor-geral.
- CRO (Chief Resource Officer)** – Diretor de recursos. Responsável pela terceirização de sistemas e por relações e riscos de parcerias.
- CKO (Chief Knowledge Officer)** – Diretor de conteúdo.
- CFO (Chief Financial Officer)** – Diretor financeiro.
- Manager of Operations** – Gerente de operações.
- Country Manager** – Gerente no país.

De cima para baixo os CEOs: Anwar Nassar (Justo Aquil), Otávio Cury (Arremato), Marcelo Pena (Lokau), Sérgio Ferrelinho (Zip.Net)

EXATAS EXATAS EXATAS EXATAS EXATAS

	Ciência da Computação	Eng. da Computação	Estatística	Física	Geologia	Matemática	Química
1	UF São Carlos (SP)	Unicamp (SP)	USP/São Paulo (SP)	Unesp/Rio Claro (SP)	Unesp/Rio Claro (SP)	Unesp/Rio Preto (SP)	Unesp/Araraquara (SP)
2	Unicamp (SP)	PUC (PR)	UF Minas Gerais (MG)	UF R.G. do Sul (SP)	UnB/Brasília (DF)	Unicamp (SP)	Unicamp (SP)
3	USP/São Paulo (SP)	PUC/Campinas (SP)	Unicamp (SP)	USP/São Paulo (SP)	USP/São Paulo (SP)	USP/São Paulo (SP)	UF São Carlos (SP)
4	UF Minas Gerais (MG)	USP/São Paulo (SP)	Ence (RJ)	Unicamp (SP)	UF R.G. do Norte (RN)	USP/São Carlos (SP)	USP/São Paulo (SP)
5	UF R.G. do Sul (RS)	Fiap (SP)	Unesp/P. Prudente (SP)	USP/São Carlos (SP)	UF R.G. do Sul (RS)	UF Rio de Janeiro (RJ)	USP/São Carlos (SP)
6	UF Pernambuco (PE)	PUC (RJ)	UF Rio de Janeiro (RJ)	PUC (RJ)	UF Para (PA)	UF São Carlos (SP)	UF Minas Gerais (MG)
7	USP/São Carlos (SP)	ITA (SP)	UF São Carlos (SP)	UF Pernambuco (PE)	UF Ouro Preto (MG)	Unesp/P. Prudente (SP)	UF Rio de Janeiro (RJ)
8	PUC (RJ)	UF R.G. do Sul (RS)	Unesp/Rio Preto (SP)	UF Rio de Janeiro (RJ)	UF Bahia (BA)	Unesp/Rio Claro (SP)	UF Pernambuco (PE)
9	Unesp/Bauria (SP)	UF São Carlos (SP)	UF Paraná (PR)	UF Minas Gerais (MG)	UF Minas Gerais (MG)	PUC (RJ)	UF Santa Catarina (SC)
10	UF Santa Catarina (SC)	PUC (SP)	UnB/Brasília (DF)	UF São Carlos (SP)	UF Rio de Janeiro (RJ)	Unesp/Bauria (SP)	UF Ceará (CE)

PLAYBOY SETEMBRO 2000

Anexo 23 – Foto da Errata do 19º. RMFB, publicada na seção de cartas do leitor “Caro Playboy”, na p. 14 da edição de novembro de 2000 da revista *Playboy*.

Caro Playboy

Por problemas técnicos na fase de montagem do 19º RANKING DAS MELHORES FACULDADES DO BRASIL, publicado em nossa edição de setembro de 2000, algumas tabelas tiveram sua ordem de classificação alterada. Publicamos abaixo as tabelas corrigidas

GRADUAÇÃO

EXATAS

Ciência da Computação

- 1-UF São Carlos (SP)
- 2-Unicamp (SP)
- 3-USP/São Paulo (SP)
- 4-UF Minas Gerais (MG)
- 5-UF R.G. do Sul (RS)
- 6-UF Pernambuco (PE)
- 7-USP/São Carlos (SP)
- 8-UNESP/Bauru (SP)
- 9-UF Santa Catarina (SC)
- 10-UN Luterana do Brasil/ Canoas (RS)

Estatística

- 1-USP/São Paulo (SP)
- 2-UF Minas Gerais (MG)
- 3-Unicamp (SP)
- 4-Ence (RJ)
- 5-Unesp/P. Prudente (SP)
- 6-UF Rio de Janeiro (RJ)
- 7-UF São Carlos (SP)
- 8-UF Paraná (PR)
- 9-UnB/Brasília (DF)
- 10-UF Pernambuco (PE)

BIOLOGICAS

Fonoaudiologia

- 1-PUC (SP)
- 2-Metodista/Piracicaba (SP)
- 3-UF São Paulo (SP)
- 4-Unesp/Marília (SP)
- 5-USP/São Paulo (SP)
- 6-USP/Bauru (SP)
- 7-PUC (PR)
- 8-PUC/Campinas (SP)
- 9-UF Santa Maria (RS)
- 10-UN Luterana do Brasil/ Canoas (RS)

Medicina

- 1-UF São Paulo (SP)
- 2-Unesp/Botucatu (SP)
- 3-USP/São Paulo (SP)
- 4-UF R.G. do Sul (RS)
- 5-Unicamp (SP)
- 6-USP/Ribeirão Preto (SP)
- 7-PUC (RS)
- 8-UE Londrina (PR)
- 9-UE Rio de Janeiro (RJ)
- 10-UF Minas Gerais (MG)

HUMANAS

Ciências Sociais

- 1-USP/São Paulo (SP)
- 2-Unicamp (SP)
- 3-PUC (SP)
- 4-UF Rio de Janeiro (RJ)
- 5-UnB/Brasília (DF)
- 6-UF R.G. do Sul (RS)
- 7-UF Minas Gerais (MG)
- 8-UF São Carlos (SP)
- 9-UF Ceará (CE)
- 10-UF Sta. Catarina (SC)

Psicologia

- 1-Unesp/Assis (SP)
- 2-PUC (SP)
- 3-USP/São Paulo (SP)
- 4-UnB/Brasília (DF)

5-PUC (RS)

- 6-USP/Ribeirão Preto (SP)
- 7-UF São Carlos (SP)
- 8-UF Rio de Janeiro (RJ)
- 9-Unesp/Bauru (SP)
- 10-UF R.G. do Sul (RS)

ENGENHARIA

Engenharia de Materiais

- 1-UF São Carlos (SP)
- 2-UE Ponta Grossa (PE)
- 3-USP/São Paulo (SP)
- 4-Mackenzie (SP)
- 5-UF Paraíba (PB)
- 6-UF R.G. do Sul (RS)
- 7-UF Rio de Janeiro (RJ)
- 8-Instituto Militar de Engenharia (RJ)
- 9-UF Minas Gerais (MG)
- 10-UE do Norte Fluminense (RJ)

Engenharia Elétrica

- 1-Unicamp (SP)
- 2-USP/São Paulo (SP)
- 3-Unesp/Ilha Solteira (SP)
- 4-UF Eng. de Itajubá (MG)
- 5-UF Santa Catarina (SC)
- 6-PUC (RJ)
- 7-FEI (SP)
- 8-Escola de Engenharia Mauá (SP)
- 9-UNESP/Guaratinguetá (SP)
- 10-UF Rio de Janeiro (RJ)

Engenharia Metalúrgica

- 1-UF Minas Gerais (MG)
- 2-USP/São Paulo (SP)
- 3-PUC (RJ)
- 4-UF Rio de Janeiro (RJ)
- 5-UF R.G. do Sul (RS)
- 6-UF Ouro Preto (MG)
- 7-UF Fluminense (RJ)
- 8-FEI (SP)
- 9-Esc. de Eng. Mauá (SP)
- 10-IME Fluminense (RJ)

COMUNICAÇÕES

Publicidade e propaganda

- 1-FAAP (SP)
- 2-ESPM (SP)
- 3-Unesp/São Bernardo (SP)
- 4-USP/São Paulo (SP)
- 5-Cásper Líbero (SP)
- 6-PUC (MG)
- 7-UF Rio de Janeiro (RJ)
- 8-PUC (RS)
- 9-UN Católica/Santos (SP)
- 10-PUC (RJ)

Relações Públicas

- 1-USP/São Paulo (SP)
- 2-PUC (RS)
- 3-UE Londrina (PR)
- 4-Cásper Líbero (SP)
- 5-PUC (MG)
- 6-Unesp/São Bernardo (SP)
- 7-FAAP (SP)
- 8-PUC/Campinas (SP)
- 9-UN Católica/Santos (SP)
- 10-Unisinos/São Leopoldo (RS)

AGRARIAS

Agronomia

- 1-Unesp/Jaboticabal (SP)
- 2-UF Lavras (MG)
- 3-Unesp/Botucatu (SP)
- 4-Unesp/Ilha Solteira (SP)
- 5-UF Viçosa (MG)
- 6-UF Santa Maria (RS)
- 7-UF R.G. do Sul (RS)
- 8-UF Rural do Rio de Janeiro (RJ)
- 9-UF Londrina (PR)
- 10-UE de Maringá (PR)

Engenharia Agrícola

- 1-Unicamp (SP)
- 2-UF Viçosa (MG)
- 3-UF Lavras (MG)
- 4-UN Oeste do Paraná (PR)
- 5-UN Luterana (RS)
- 6-UF Pelotas (RS)
- 7-UF Campina Grande (PB)
- 8-UF Paraíba (PB)
- 9-UN Uberaba (MG)
- 10-UF de Santa Maria (RS)

Engenharia de Alimentos

- 1-Unicamp (SP)
- 2-Fund. Ed. de Barretos (SP)
- 3-Unesp/Rio Preto (SP)
- 4-UF Viçosa (MG)
- 5-UF Santa Catarina (SC)
- 6-Esc. de Eng. Mauá (SP)
- 7-UF Rural do Rio de Janeiro (RJ)
- 8-UM Rio Grande (RS)
- 9-UF Pelotas (RS)
- 10-UF Paraíba (PB)

Medicina Veterinária

- 1-UF Minas Gerais (MG)
- 2-Unesp/Jaboticabal (SP)
- 3-USP/São Paulo (SP)
- 4-Unesp/Botucatu (SP)
- 5-UF Viçosa (MG)
- 6-UE Londrina (PR)
- 7-Unesp/Araçatuba (SP)
- 8-UF Santa Maria (RS)
- 9-UF R.G. do Sul (RS)
- 10-UF Paraná (PR)

PÓS-GRADUAÇÃO

HUMANAS

Turismo

- 1-USP/São Paulo (SP)
- 2-UN Vale do Itajaí (SC)
- 3-UF Paraná (PR)

BIOLOGICAS

Fisioterapia

- 1-UF São Carlos (SP)
- 2-UE Londrina (PR)
- 3-PUC/Paraná (PR)

Fonoaudiologia

- 1-PUC (SP)
- 2-UF São Paulo (SP)
- 3-USP/Bauru (SP)

EDITORA **1** Abril
PLAYBOY

Em São Paulo: Redação e Correspondências: av. das Nações Unidas, 7221, 19º andar, Pinheiros. CEP 05425-902, tel.: (011) 8077-5325, fax: (11) 8077-5399. Publicidades: av. Nações Unidas, 7221, 19º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, tel.: (11) 8077-3000, fax: (11) 8077-5246, e-mail: www.playboy.com.br.

Escritório e Representação de Publicidade em Brasília: Belo Horizonte: av. do Contorno, 5029 - 9º andar, Bairro do Contorno, CEP 30110-100, Minas R. Pennington, tel.: (31) 282-0680, fax: (31) 282-8039.

Belo Horizonte e Florianópolis: 270, Barro da Velha, CEP 60066-150, M. Marchi Representações, tel.: (47) 329-9820, telef.: (47) 329-6191. Brasília/DF: Q 131, S2, Estrada Trade Center, 19º andar, 1408, CEP 70730-002, Solange Torres, tel.: (61) 315-7573, fax: (61) 315-7554. Campinas: Condição, 233, 26º andar, conj. 2619/2621, CEP 13065-916, C2 Press Com. e Representações, tel.: (19) 233-1755, telef.: (19) 233-7973.

Cartões e Ar. Cláudio de Almeida, 251, 12º andar, Centro Cívico, CEP 80530-000, Marlene Bialski, tel.: (41) 352-2426, fax: (41) 352-7110.

Florianópolis: Manoel Inácio de Sá, 435, al. 107, Coast Via Lages da Condição, Associação Publicidade e Repres., CEP 88010-000, Marlene Bialski, tel.: (48) 230-1817, telef.: (48) 232-3782.

Porto Alegre: Enciclopédia Moderna, 2020, av. 909/905 - Adutora, CEP 91270-002, SMO Propaganda e Repres., e Cont. Lida, telef.: (51) 264-3089.

Recife: av. 10ºº 250/1, 2, Saco Oeste, CEP 74135-000, Mafalda Wey Repres. Ltda, tel.: (51) 215-3274, telef.: (51) 215-5154.

Rio de Janeiro: Manoel Barbosa de Fomosa P. 500 - Al. São Fernando, CEP 20540-500, Rose Sallier Repres. Cont., telef.: (21) 323-9620. Parna. Alegre e São Antônio, 3005, 42º andar, Centro, CEP 90020-007, Ana Lúcia R. Figueira, tel.: (51) 211-8744, fax: (51) 211-6908.

São Paulo: av. Dante Dantas, 1186, 15º andar, al. 501, São José, CEP 05020-010, Multirepública Publicidade Ltda, telef.: (11) 424-2170. Repres. e Publ. S.C. Ltda, tel.: (16) 632-9600, fax: (16) 632-9233.

Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 501, 1º andar, Bl. B - Botafogo, CEP 22250-040, Paulo Renato Mendes, tel.: (21) 546-8100, fax: (21) 546-8201.

São Paulo: av. Tereza Rêgo, 805, al. 401, Edif. Espaço Empresarial, Paulista, CEP 04333-021, ACOM Consult. Publ. e Repres., telef.: (11) 341-8992/9996.

Vitória: av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2562, 4º andar, al. 408-409, Ed. Espaço Lito, Biscoito Frito, CEP 24052-120. Ed. Ana Propag. e Marketing Ltda, tel.: (27) 325-3329, fax: (27) 325-9487.

Escritório em Toronto: Nova York: 304 West 27th Street, 11th floor, New York, N.Y. 10001, tel.: (1-212) 924-0001, fax: (1-212) 929-5357, e-mail: abel@wbs.com.

Paris: 33, rue de Valenciennes, 75008 Paris, tel.: (0033) 1 42 66 21 33, fax: (0033) 1 42 66 13 95, e-mail: abel@publi-est.com.

Portugal - Importação, Distribuição e Comercialização Abril: Comunicação Gráfica, Lda, Largo da Lagaria, 11C, 2765-140, Lisboa-Velha, tel.: (00351) 434-8700, fax: (00351) 416-8700. Distribuição: Detrapasa-Sociedade Distribuidora de Publicações, Lda, Cipe Rota, Tapada Nova, Loulé, 2710-500, tel.: (00351) 924-9961, fax: (00351) 924-6420.

PUBLICAÇÕES DA EDITORA ABRIL

- INTERESSE GERAL**
VIEIRA • ALMANAQUE ABRIL • SUPERINTERESSANTE
INFO EXAME • GUILA ABRIL DO ESTUDANTE • SAÚDE
Economia e Negócios
EXAME • VOZES S.A.
AUTOMOBILISMO E TURISMO
QUATRO RODAS • GUILA QUATRO RODAS
VIAGEM E TURISMO • TERRA
ESPORTES
FUTEBOL
MASCULINA
PLAYBOY • VIP EXAME
FEMENINA
CLAUDIA • ELLE • NOVA • NOVA BELEZA • MANGUEIRA
PONTO CRUZ • FAÇA A VENDA • CARPICO
BOA FORMA • ANAMARIA • HORÓSCOPO
CARÚCIA • VIVAMAIAS
DECORAÇÃO E ARQUITETURA
CASA CLAUDIA • ARQUITETURA & CONSTRUÇÃO
ENTRETENIMENTO
CINÉTICO • MEMÓRIA NOVELA • REVISTA DA WEB!

PLAYBOY 194 (ISSN 0104-1746), ano 25º nº 11, é uma publicação mensal da Editora Abril S.A. Anúncios: em sua sede e em sua gráfica. Não pode interromper a assinatura a qualquer momento, sem antes avisar a fim. Manter a sua assinatura você terá direito a devolução de todos correspondentes aos exemplares e receberá devidamente corrigido de acordo com o índice oficial oficial. Com sua assinatura, seu nome passa a ser incluído no livro de clientes preferenciais da Editora Abril, que poderá convidá-lo a empresas através para fins de divulgação e promoção de produtos de seu interesse. Com isto você não perde parte desta lista, enviada para Editora Abril - Av. Cristiano Alves de Lima, 440 - 8º andar, Pinheiros - SP - CEP 05900-910 - São Paulo - SP. Edições anteriores (mediante disponibilidade de espaço) poderão ser enviadas através de seu jornalista ao preço da última edição em baixa no pelo e-mail: abril.ca@abril.com.br. PLAYBOY não admite publicidade reducional, embora de sua parte e se que possam enganos e contadores ou que tenham caráter obscuro. PLAYBOY se mantém publicado January 1998, March, August and October 2000. O PLAYBOY, playboys, abels head design, playboys of the month, playboys of the year, abels, ent e from design are marks owned by PLAYBOY Enterprises International Inc. (USA), © 2000 EDITORA ABRIL.

Serviço ao Assinante:
Central São Paulo: 0800-2112
Centros locais: 0800-78-2112
Para assinantes:
Central São Paulo: 0800-2112
Centros locais: 0800-78-2112

IMPRESSA NA DIVISÃO GRÁFICA DA EDITORA ABRIL S.A.